

EDUARDO DE MELO SALGUEIRO

**FUGIR DO ESTIGMA, AVANÇAR NO DESENVOLVIMENTO:
FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS, A REVISTA BRASIL-OESTE E
SEU PROJETO PARA MATO GROSSO (DÉCADAS DE 1950 E
1960)**

DOURADOS – 2016

EDUARDO DE MELO SALGUEIRO

**FUGIR DO ESTIGMA, AVANÇAR NO DESENVOLVIMENTO:
FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS, A REVISTA BRASIL-OESTE E
SEU PROJETO PARA MATO GROSSO (DÉCADAS DE 1950 E
1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz**.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S164f	<p>Salgueiro, Eduardo de Melo. Fugir do estigma, avançar no desenvolvimento : Fausto Vieira de Campos, a revista Brasil-Oeste e seu projeto para Mato Grosso. / Eduardo de Melo Salgueiro. – Dourados, MS : UFGD, 2016. 286f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Estigma. 2. Projeto Brasil-Oeste. 3. Fausto Vieira de Campos. I. Título.</p> <p>CDD – 981.7</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

EDUARDO DE MELO SALGUEIRO

**FUGIR DO ESTIGMA, AVANÇAR NO DESENVOLVIMENTO:
FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS, A REVISTA BRASIL-OESTE E
SEU PROJETO PARA MATO GROSSO (DÉCADAS DE 1950 E
1960)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Tania Regina de Luca (Dra., UNESP) _____

3º Examinador:

Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD) _____

4º Examinador:

João Carlos de Souza (Dr., UFGD) _____

5º Examinador:

Alexandra dos Santos Pinheiro (Dra. UFGD) _____

À minha mãe e à minha avó *Nhá* Neca, por
tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo Roberto Cimó Queiroz, por ter me orientado pacientemente neste longo percurso que remonta ao período de mestrado. Também o agradeço pelo modo como administrou e me incentivou no conturbado período em que confeccionava este trabalho. Seu apoio foi muito importante.

Ao professor João Carlos de Souza pelas contribuições que fez no exame de qualificação de tese, por ter aceito o convite para participar da defesa final e pelas disciplinas que ministrou em meu período de Pós-Graduação na UFGD.

Ao professor Eudes Fernando Leite, por ter aceito o convite para participar da banca de defesa final e pelas boas discussões que travamos nos anos em que cursei suas disciplinas no período de mestrado e doutorado.

À professora Tania Regina de Luca pelas contribuições que vem fazendo à minha pesquisa desde quando participou do meu exame de qualificação do mestrado e por toda sua produção historiográfica, que tem enriquecido os estudos sobre a imprensa.

Ao professor Fernando Perli, pelas sugestões feitas no exame de qualificação de tese.

À professora Alexandra dos Santos Pinheiro, por ter aceito o convite para participar da banca de defesa de tese e por todo interesse que tem pela História.

Aos professores Losandro Tedeschi e Marisa Lomba pelos bons diálogos que travamos nas disciplinas que ministraram.

Ao meu amigo, professor André Dionei Fonseca, pelo apoio e incentivo.

Ao meu amigo professor Vitor Guidotti, pelas boas conversas e pela amizade.

Ao meu amigo, professor Lácio Rocha de Sena, que comigo trabalha na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), pelo apoio e incentivo.

À minha irmã Karoline, por tudo.

À minha tia Rita, pelo alto astral.

Ao meu tio, Jamil, pelo exemplo.

À minha companheira Carla e meu filho, Guilherme.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo financiamento parcial desta pesquisa.

À Universidade Federal da Grande Dourados.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo central analisar sistematicamente o projeto editorial empreendido pelo jornalista Fausto Vieira de Campos, que compreende sua participação no jornal paulistano *Folha da Manhã*, no início da década de 1950, a publicação de sua obra *Retrato de Mato Grosso* em suas três edições (1955, 1960, 1969) e a editoração da revista *Brasil-Oeste*, mensário que circulou entre os anos de 1956 e 1967. Nesse sentido, a maior preocupação deste trabalho será rastrear o trabalho desenvolvido por Campos em meados do século XX em terras mato-grossenses. Chamado de “bandeirante do ideal”, o jornalista empreendeu um ambicioso projeto, que pretendia – a partir de uma série de publicações – mudar o *status* em que se encontrava o Estado de Mato Grosso. É importante dizer que tanto seu livro quanto a *Brasil-Oeste* foram publicados em um momento em que as palavras de ordem eram “desenvolvimento” e “progresso”, logo, a participação daquela empresa editorial foi tentar fazer com que o Centro-Oeste do Brasil, com especial interesse por Mato Grosso, pudesse se despir de uma série de representações que associavam o lugar ao “atraso”, no sentido de situá-lo no mapa dos investidores da época. Para tanto, num primeiro momento faço uma abordagem a respeito do contexto em que se situava aquele projeto, para em seguida buscar rastrear os passos de Fausto Vieira de Campos e o desenvolvimento de seu projeto. Em sequência, busco, por meio de várias publicações preocupações que eram semelhantes às aquelas do “Projeto Brasil-Oeste”. Por fim, analisam-se detidamente as publicações da revista e de *Retrato de Mato Grosso* com intenção de mostrar como foi retomado o histórico “sonho” desenvolvimentista mato-grossense naquelas páginas.

Palavras-chave: Estigma. Projeto Brasil-Oeste. Fausto Vieira de Campos.

ABSTRACT

This thesis has as main objective to analyze systematically the editorial project engaged by the journalist Fausto Vieira de Campos, which comprehend his participation on the *paulistano* journal *Folha da Manhã* in the beginning of the 1950's, the publication of his work *Retrato de Mato Grosso* in its three editions (1955, 1960, 1969) and the editoration of *Brasil-Oeste* magazine, which circulated between the years of 1956 and 1967. In this sense, the main concern of this study will track the work of Campos in the mid-twentieth century in Mato Grosso lands. Called as “bandeirante do ideal”, the journalist engaged in ambitious project, which aimed – through a series of publications – to change the status of the State of Mato Grosso. It is important to say that his book and *Brasil-Oeste* magazine were published in a moment that the words in command were “development” and “progress”, so, the participation of that editorial enterprise was to make possible that the mid-West of Brazil, with special interest by Mato Grosso, could to unmake a series of representations that associated that place to underdevelopment, in order to place it in the map of investors of that time. So, in a first moment I do an approach about the context that stood that project, to trace the steps of Fausto Vieira de Campos and the development of his project. In sequence, I search through a number of publications concerns that were similar to those of the “Brasil-Oeste Project”. Finally, I examine closely the various editions of the magazine and the *Retrato de Mato Grosso* with the intention to show how was resumed the historical “dream” of Mato Grosso's people to make real the development of that region.

Keywords: Stigma. Brasil-Oeste Project. Fausto Vieira de Campos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FOTOGRAFIAS

Figura 1 – Primeiro logotipo da revista <i>Brasil-Oeste</i> , n. 1, janeiro de 1956.....	35
Figura 2 – Capa da primeira edição de <i>Retrato de Mato Grosso</i> , 1955.....	120
Figura 3 – Capa da primeira edição de <i>Retrato de Mato Grosso</i> , 1960.....	122
Figura 4 – Capa da primeira edição de <i>Retrato de Mato Grosso</i> , 1969.....	126
Figura 5 – Capa dos <i>Suplemento Especial</i> a respeito do “Centro-Oeste” de 21 de abril de 1968.....	156
Figura 6 – Capa do <i>Suplemento Especial</i> a respeito da Amazônia, de 28 de abril de 1968.....	156
Figura 7 – <i>Suplemento Especial</i> da <i>Folha de São Paulo</i> , abril de 1968.....	157
Figura 8 – <i>Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura</i> , n. 1.....	169
Figura 9 – Capa da edição n. 71, de julho de 1962 da revista <i>Brasil-Oeste</i>	195
Figura 10 – Mapa atual da região onde se situava a Nova Itália.....	221
Figura 11 – Foto de capa da edição n° 4 da revista <i>Brasil-Oeste</i> , de julho de 1956. Lavoura estadunidense.....	253
Figura 12 – Anúncio da Massey-Ferguson, revista <i>Brasil-Oeste</i> , n. 116.....	264

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Publicações (revistas e boletins) agronômicas listadas no <i>Anuário Brasileiro de Imprensa</i> (1959 e 1961/62)	73
Quadro 2 – Comparativo entre periódicos de diferentes segmentos jornalísticos nos anos de 1965 e 1966	76
Quadro 3 – Impressos periódicos no Brasil entre 1948-1959, segundo os estados da federação	79
Quadro 4 – Impressos periódicos em Mato Grosso entre 1948-1959.....	80
Quadro 5 – A trajetória de Fausto Vieira de Campos nos anos 1950-1960.....	89
Quadro 6 – Reportagens de Fausto V. de Campos sobre Mato Grosso para a <i>Folha da Manhã</i> (1953-1954)	101
Quadro 7 – Quadro de empresas anunciantes na segunda edição (1960) do livro “Retrato de Mato Grosso”.....	124
Quadro 8 – Quadro de anunciantes na terceira edição (1969) do livro “Retrato de Mato Grosso”.....	130
Quadro 9 – População de Mato Grosso e sua densidade nos anos 1940, 1950 e 1960.....	188
Quadro 10 – População urbano-rural – distribuição de crescimento dos estados da Bacia Paraná-Uruguaí – 1960.....	189
Quadro 11 – População do norte e do sul de Mato Grosso.....	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

STF – Supremo Tribunal Federal

UDN – União Democrática Nacional

USA – União Social de Assistência

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

SUMÁRIO

Lista de ilustrações e fotografias.....	08
Lista de quadros e tabelas.....	09
Lista de abreviaturas e siglas.....	10
Introdução.....	13
Capítulo 1	
BRASIL-OESTE E OS DEBATES SOBRE A IMPRENSA: OBJETIVIDADE, PERIODISMO AGRÔNOMICO E O ESTADO DE MATO GROSSO	32
1.1. Introdução: revista <i>Brasil-Oeste</i>	32
1.2. Imprensa e seu contexto.....	40
1.3. A objetividade e modernização da imprensa: discussões a respeito.....	42
1.4. A imprensa agrícola e seu potencial.....	59
1.5. Mato Grosso e o mercado jornalístico.....	78
Capítulo 2	
FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS E SUA TRAJETÓRIA EM MATO GROSSO: ESBOÇOS DE UM PROJETO	86
2.1. Introdução.....	86
2.2. Fausto Vieira de Campos.....	88
2.3. Contribuições para a <i>Folha da Manhã</i>	93
2.4. O <i>Correio do Estado</i> e o <i>Retrato de Mato Grosso</i>	103
Capítulo 3	
ESTIGMAS E PROPOSIÇÕES: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES SOBRE MATO GROSSO	135
3.1. Introdução.....	135
3.2. Mato Grosso: representações que estigmatizam.....	136
3.3. A <i>Série Realidade Brasileira</i> e as preocupações daquele tempo.....	150
3.4. Outras revistas, mesmas preocupações.....	167
Capítulo 4	
FUGINDO DO ESTIGMA: O DESEJO DESENVOLVIMENTISTA E AS PROPOSTAS DE MUDANÇAS EM TORNO DA COLONIZAÇÃO, OCUPAÇÃO E “VOCAÇÃO AGRÍCOLA”	186
4.1. Introdução.....	186
4.2. A abordagem de Fausto Vieira de Campos.....	192
4.3. As reportagens da <i>Brasil-Oeste</i> e o tema colonização.....	215
4.4. A vocação agrícola e a imensurável riqueza.....	239

Considerações Finais.....	266
Fontes.....	271
Referências bibliográficas.....	276

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi iniciado a partir de indagações que surgiram ao final de meu período de graduação, quando tive acesso a uma revista que circulou nacionalmente nos anos 1950 e 1960, mas que produzia reportagens jornalísticas especialmente a respeito de Mato Grosso. Tratava-se da *Brasil-Oeste*, publicada em São Paulo, mas que tinha como maior objetivo divulgar informações sobre o Centro-Oeste brasileiro. Foi fundada pelo jornalista Fausto Vieira de Campos em 1956 e circulou até 1967. Afortunadamente, pude consultar toda a coleção desse mensário, tornando possível lançar mão de uma pesquisa de mestrado, que foi confeccionada entre os anos de 2009 e 2011,¹ bem como outras produções em formato de artigos publicados em revistas especializadas, da área da História.

Em meu trabalho de mestrado, minhas preocupações se assentaram em apresentar em três capítulos algumas das características gerais daquele mensário, pois tratava-se de um objeto de pesquisa ainda inédito dentro da concepção que compreende uma produção periódica não somente na condição de fonte, mas como objeto de pesquisa. Contudo, é importante ressaltar que em virtude de sua vasta coleção, que totalizava 123 números, não foi possível analisar profundamente vários de seus aspectos. Em tal estudo, enfatizei especialmente os primeiros anos de circulação da *Brasil-Oeste*, com especial preocupação com os aspectos formais da revista, que diziam respeito a rede de seus colaboradores, fontes de financiamento e as possíveis inclinações políticas de seu editorial.

Nesse sentido, nesta pesquisa que aqui apresento em formato de tese de doutoramento, busco aprofundar e avançar em algumas das discussões feitas na dissertação de mestrado que apresentei ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Em razão de ser uma continuação de um trabalho que já rendeu uma publicação, convém tecer algumas considerações a este respeito. A primeira delas reside no fato de que tentei fazer o possível para que a leitura deste trabalho prescindisse do

¹ SALGUEIRO, Eduardo de Melo. “O maior projeto em prol de Mato Grosso”: uma análise da revista *Brasil-Oeste* (1956-1967). 2011. 183f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH (Universidade Federal da Grande Dourados), Dourados

conhecimento prévio de minhas publicações anteriores. Para que isso fosse possível, em algumas situações precisei (re)apresentar temas que já discuti anteriormente, uma vez que meu objeto de pesquisa é a ação que o jornalista Fausto Vieira de Campos empreendeu por meio da *Brasil-Oeste* e suas outras produções. Logo, para situar o leitor que não está avizinado das produções acadêmicas referentes ao projeto editorial aqui em tela, foi necessário trazer à baila informações básicas a respeito. Além disso, vários aspectos que discuti apenas sutilmente em meus trabalhos prévios, somente nesta tese foram aprofundados, exigindo de minha parte uma recapitulação de informações preliminares, antes de apresentar novas considerações.

Por outro lado, acredito que seja pertinente elencar algumas questões que por mim já foram abordadas e que estarão ausentes neste estudo, para que não fique a impressão de que houve uma negligência de minha parte em relação a temas que são considerados centrais para aqueles que trabalham com fontes periódicas. No que tange à rede de colaboradores e correspondentes da *Brasil-Oeste*, à sua materialidade, às seções (temáticas) que lá eram publicadas e suas fontes de financiamento, fiz todo o possível para responder a estas questões em meu trabalho de dissertação, portanto, é lá onde deverão ser buscadas informações a esse respeito. O mesmo vale para a relação entre os leitores e a revista, que igualmente abordei na supracitada publicação. Sobre isso, inclusive, é importantíssimo dizer que a escassez de fontes correspondentes à forma como aquele mensário era recepcionado dificulta enormemente uma abordagem a este respeito. Fiz o que pude analisando somente alguns fragmentos das cartas de leitores que eram enviadas à editora e publicadas no próprio interior daquele impresso, ainda que tenha sido uma análise *en passant*, uma vez que também não era minha principal preocupação naquela ocasião. Futuramente, talvez, um historiador que tenha acesso a registros diretos de leitores possa trazer à luz várias indagações a respeito deste riquíssimo veio de pesquisa que é a história da leitura e da recepção.

Em sùmula, o que apresento aqui ora exigirá que eu remeta a meus trabalhos anteriores, ora serão reanalisados por mim mais profundamente, pois minha preocupação principal neste trabalho é evidenciar a “ideia-central” do projeto de Fausto Vieira de Campos que, inclusive, não se resumiu à produção da revista *Brasil-Oeste*. Centralizarei minhas atenções especialmente em suas ações, uma vez que ele era o diretor-geral daquele periódico, proprietário da editora que o produzia, autor de um livro importantíssimo para a abordagem em apreço, que foi o *Retrato de Mato Grosso*, e a figura mais importante naquele empreendimento que em síntese chamo de “Projeto Brasil-Oeste”.

Nesse sentido, meu principal objeto de pesquisa neste estudo será compreender o projeto editorial desenvolvido por Fausto Vieira de Campos, que tem como suas principais publicações a revista *Brasil-Oeste* e o livro *Retrato de Mato Grosso*. Além dessas produções, é importante dizer que ele também trabalhou para outros jornais que igualmente serão utilizados. Levando isso em consideração, acredito ser necessário introduzir a concepção de produção jornalística enquanto fonte e objeto de estudo para os historiadores. Nas páginas a seguir faço uma abordagem a este respeito, para depois introduzir o formato da tese e seus capítulos.

No curso do século XX, a historiografia passou por um processo de renovação que resultou em uma incrível ampliação da noção de fonte histórica. Se no século XIX a chamada escola metódica concentrou-se em delimitar quais seriam as fontes fidedignas de consulta para os historiadores (que nesse caso eram os documentos oficiais), o movimento inaugurado na França na década de 1920, por Marc Bloch e Lucien Febvre,² foi responsável pelo início do alargamento dos arquivos do historiador, defendendo uma história feita com todos os materiais que traziam consigo os rastros da humanidade. O documento vai além de um simples papel, abrange desde um pedaço de cerâmica até fontes orais, dentre outros tipos, sob condição de estarem devidamente problematizados. Com esse quadro de abertura a novas fontes e do campo temático da história, diversos pesquisadores passaram a desenvolver estudos históricos em favor de uma historiografia que abarcasse o inconsciente, as mentalidades, as sensibilidades, o imaginário, o homem e a mulher comuns, também os jovens e as crianças, enfim, todas as práticas cotidianas dos indivíduos que produzem e consomem os bens culturais.³

Dentre esses bens culturais, os historiadores vislumbraram nos impressos periódicos um veio riquíssimo de informações e testemunhos sobre os tempos pretéritos. Assim, nesta pesquisa minhas fontes principais serão as chamadas fontes impressas periódicas. O espaço conquistado pela imprensa nos estudos históricos se deu especialmente em razão das várias representações emitidas por meio das suas páginas, permitindo um maior leque de possibilidades e enfoques de pesquisa no ofício da escrita da história.

² Neste caso, refiro-me ao grupo que se aglutinou em torno da revista dos *Annales*, publicada pela primeira vez em 1929.

³ Sobre os caminhos historiográficos do século XX, sugiro: AGUIRRE ROJAS, Antonio C. *Uma história dos Annales* (1921-2001). Maringá: Eduem, 2004; BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Petrópolis: Vozes, 2004; BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, EDUNESP, 1992; BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005; DOSSE, François. *A história*. Bauru SP: EDUSC, 2003; REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

No Brasil, conforme informam Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, desde o decorrer dos anos de 1970, estudiosos brasileiros de diversas áreas cooperaram com a produção de trabalhos sobre o periodismo, que inicialmente teve contribuição fora do âmbito da historiografia, sobretudo por pesquisadores ligados à Escola de Comunicações e Artes da USP, que na vertente do jornalismo desenvolveram pesquisas de fôlego.⁴ Seguindo uma linha mais historiográfica, o primeiro denso estudo sobre a imprensa no Brasil foi feito por Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*. Nesse trabalho, o autor buscou recuperar a trajetória dos periódicos e suas relações com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.⁵

Todavia, é válido destacar a advertência feita por José Honório Rodrigues, já no ano de 1969,⁶ quando fez um levantamento bibliográfico crítico sobre a história da imprensa produzida no país, no qual mencionava o problema dos estudos até então publicados, pois, em boa parte das vezes, o que havia era um manuseio equivocado das fontes sequenciais, uma vez que imperava um caráter meramente descritivo na maior parte das obras por ele analisadas, que prescindiam de um tratamento crítico das fontes utilizadas.⁷

Tais reflexões foram amadurecendo no campo historiográfico brasileiro e provocaram mudanças na utilização daquela modalidade de fonte histórica. Vale mencionar, por exemplo, a pioneira pesquisa de Ana Maria de Almeida Camargo sobre os procedimentos metodológicos que envolvem o uso de fontes periódicas, em 1971,⁸ e o clássico estudo de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado sobre os editoriais do jornal *O Estado de São Paulo*,⁹ que abriram as portas para abordagens que manuseiam os impressos periódicos como fonte e objeto de pesquisa.¹⁰

⁴ LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS Ana Luíza (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 17. As autoras destacam, dentre os diversos trabalhos produzidos pela ECA/USP, os trabalhos de José Marques de Melo, *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1973; Raul C. Rosinha, *Os periódicos brasileiros de agricultura*. Brasília, DNPEA, 1973; João Gualberto de Oliveira. *Nascimento da imprensa paulista*. São Paulo, Ed. do Autor, 1978; RODRIGUES, Olao. *História da imprensa de Santos*. Santos, Ed. do Autor, 1979; BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel*. A representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo, Edições Loyola, 1981.

⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁶ Trata-se da obra *Teoria da história do Brasil*: introdução metodológica. São Paulo, Companhia Editora Nacional, publicada em 1969.

⁷ LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, 2008, p. 17.

⁸ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: DE PAULA, Eurípides Simões (org.). *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, v. II, p. 225-39, 1971.

⁹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Alfa-Omega, 1980.

¹⁰ LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, 2008, p. 17.

Nesse sentido, a historiografia brasileira passou a fazer uma análise cuidadosa dos periódicos, exercendo uma “leitura dos discursos expressos nos jornais [e por extensão, nas revistas] que permite acompanhar o movimento das ideias que circulam [em uma] época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social”¹¹. Pelas palavras publicadas nos periódicos, “se trava uma constante batalha pela conquista de corações e mentes”.¹²

É bom dizer que ao longo do tempo desenvolveu-se no Brasil e em outros países um especial interesse pelas fontes sequenciais, e, afortunadamente, a partir “dos anos de 1990, a Nova História Cultural faz da reconstituição da cultura letrada no país – diga-se, de boa parte das publicações periódicas – um dos temas de eleição da historiografia acadêmica”,¹³ pois, se antes disso pareciam impróprias “para a recuperação do passado, uma vez que [...] continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”,¹⁴ nas últimas décadas os historiadores perderam “definitivamente a inocência e [incorporaram] a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar.”¹⁵ Dito de outro modo, se a imprensa “*es una referencia parcial y fragmentaria de la realidad, incapaz de ilustrar todos sus aspectos o de responder a todos los interrogantes que podemos formular sobre ella*”, também é verdade que há “*una premisa instalada y compartida por la mayoría de los historiadores en el abordaje de sus análisis e interpretaciones [que é] la necesidad de considerar (cualquiera sea la naturaleza del documento) el proceso, las reglas y las condiciones de producción y de recepción.*”¹⁶

Isso significa dizer que houve amadurecimento na análise de tal modalidade de fonte histórica, pois o pesquisador da imprensa entendeu que é preciso ficar constantemente atento

¹¹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia C. *Op. Cit.*, 1980, p. 94.

¹² CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.13.

¹³ LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, 2008, p. 17.

¹⁴ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111.

¹⁵ CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 235-270, dez. 2007, p. 254.

¹⁶ KIRCHER, Mirta. La prensa escrita: actor social y político, espacio de producción cultural y fuente de información histórica. *Revista de História*, n. 10, 2005, p. 119. Tradução: “é uma referência parcial e fragmentária da realidade, incapaz de ilustrar todos os seus aspectos ou de responder a todas as interrogações que podemos formular sobre ela” [também há] uma premissa instalada e compartilhada pela maioria dos historiadores na abordagem de suas análises e interpretações [que] é a necessidade de considerar (qualquer que seja a natureza do documento) o processo, as regras e as condições de produção e recepção”. Tradução minha (todas as citações em língua estrangeira contidas no texto, que ainda não haviam sido traduzidas para a língua portuguesa, foram feitas por mim.

aos interesses que extrapolam as páginas dos periódicos impressos. Conforme informam Capelato e Dutra, as fontes sequenciais passaram a ocupar lugar de destaque na historiografia brasileira, especialmente após a ampliação dos programas de pós-graduação na década de 1990, com linhas de pesquisa dedicadas aos estudos sobre representação e, por meio deles, um notável aumento do uso da imprensa nas dissertações e teses do campo da história.¹⁷

É possível explicar isso pela grande importância que os diferentes meios de comunicação foram assumindo nas últimas décadas,¹⁸ ou, como destaca Kircher, “*la configuración histórica de las sociedades modernas ha convertido el periódico en un actor social y político necesario*,”¹⁹ logo, “digno” de ser elencado como uma fonte histórica. Portanto, por suas peculiaridades frente às demais fontes, as publicações sequenciais podem proporcionar ao pesquisador a possibilidade de conjecturar quais seriam os temas de interesse em uma determinada época, a maneira como foram abordados, quem eram seus autores e seus leitores.²⁰ Essas são algumas das variáveis que permitem analisar as representações inseridas nos impressos periódicos de forma que se possa estabelecer uma possibilidade de compreensão da inteligibilidade histórica nelas incutida.²¹

Em relação à modalidade de publicação sequencial do tipo *revista*, Ângela de Castro Gomes afirma que elas são lugares especiais de articulação de pessoas e ideias que *precisam de suportes materiais e simbólicos* para fazer circular *projetos*,²² isto é, reúnem um conjunto de indivíduos, que transformam o periódico em um projeto coletivo, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.²³ Ana Luiza Martins afirma que “esta modalidade de publicação periódica evidenciou-se como suporte rico e diversificado de documentos, síntese privilegiada de instantâneos reveladores de processos históricos, representação material de práticas de consumo, usos e costumes”.²⁴

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana Regina de F. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Org.). *Representações*. Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000, p. 243-248.

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana Regina de F. *Op. Cit.* 1980, p. 240.

¹⁹ KIRCHER, Mirta, *Op. Cit.*, 2005, p. 115. Tradução: “a configuração histórica das sociedades modernas fez do periódico um ator social e político necessário”.

²⁰ CORRÊA, Ana Maria M. Prefácio. In: LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, p. 11.

²¹ LUCA, Tania Regina de. *Op. Cit.*, 2005, p. 111-153.

²² GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 58. Os grifos são meus.

²³ LUCA, Tania Regina de. *Op. Cit.*, 2005, p. 140.

²⁴ MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, 22 (1): 59-79, 2003, p. 60.

Assim, as revistas impõem-se como veículo potencializado, inclusive para a prestação de serviços, enquanto espelham e ampliam mais um *retrato do Brasil*, via imprensa.²⁵

Nesse sentido, utilizarei a *Brasil-Oeste* como a principal fonte e objeto de análise neste trabalho, uma vez que busco fugir do risco de tomá-la apenas como mero receptáculo de dados²⁶, pois, como adverte Martins, “a atração suscitada pela revista como documento tornou-a irresistível, conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos”; no entanto, exige cuidados, pois a “constância do uso de revistas como fonte histórica vem revelando que frases e imagens de periódicos pinçadas aqui e acolá, descosturadas do mergulho em seu tempo, não iluminam suficientemente o passado”.²⁷

A revista *Brasil-Oeste*, periódico do tipo agrônômico que, como foi dito, circulou em nível nacional mensalmente entre os anos de 1956 e 1967, se insere como peça central do projeto editorial de Fausto Vieira de Campos e tinha como principal finalidade diagnosticar e propor projetos de desenvolvimento para Mato Grosso, enfatizando as potencialidades da região. É válido dizer que aquele era um momento em que as palavras de ordem eram “desenvolvimento” e “progresso”. O que precisa ser assinalado, no entanto, é que as mesmas palavras terão diferentes sentidos dependendo da posição de quem as pronunciar. Como ressalta Koselleck, os historiadores não podem escrever ou pensar a história sem que prestem atenção naquilo que extrapola a simples ideia de palavra, quando transformada em conceito. Por exemplo, muitas vezes trabalhamos com a concepção de “revolução” sem que a conceituemos e a entendamos em seu momento histórico. Em poucas palavras, conforme nos diz o autor, o conceito de revolução “sofre variações dramáticas de um país a outro, de uma situação política a outra”, ou seja, é um *conceito geral* que varia. Julio Bentivoglio ressalta que

A virtude de Koselleck [...] foi a de atentar para a historicidade dos conceitos e do pensamento sócio-político, vinculando-os à realidade social e à compreensão hermenêutica. Com isso, valorizou a dinâmica e a existência de significados aparentemente diversos dentro de uma mesma época e até em um mesmo grupo social e, de igual modo, explicitou o caráter formativo e pragmático da constituição e do uso das idéias na História.²⁸

²⁵ LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, 2008, p. 17. Os grifos são meus.

²⁶ LUCA, Tania Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e inovação na Revista Nova. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 97-107, jul.-dez. 2006, p. 98.

²⁷ MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, 2003, p. 60.

²⁸ BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Revista de História* (UFES), v. 24, p. 126-144, 2010, p. 115.

Assim, busca-se compreender de que modo aqueles conceitos acima mencionados eram percebidos pelos jornalistas que debatiam e apresentavam Mato Grosso naquele período, sobretudo por meio dos textos publicados por Fausto Vieira de Campos ou sob sua direção. Como se sabe, não era nada incomum que políticos escrevessem para jornais e revistas, pois ainda que houvesse uma maior autonomização do campo jornalístico em relação à política, não se pode negar que havia uma simbiose entre esses dois campos da vida pública, mesmo que muitas vezes – no discurso – isso fosse negado.²⁹ Conforme ressalta Koselleck, a “relação entre as palavras e seus usos é mais importante para a política do que qualquer outra arma”.³⁰ Mais uma vez, segundo o historiador alemão, “cada palavra, mesmo cada substantivo, comprova as suas possibilidades linguísticas para além do fenômeno particular que ela caracteriza ou denomina em certo momento”.³¹ Isso significa dizer que pretenderei compreender como a imprensa (representada, aqui, especialmente pela *Brasil-Oeste*) se apropriava de conceitos como “desenvolvimento” e “progresso”, para imprimir sentido à experiência contemporânea e reivindicar determinadas perspectivas de futuro que, no caso em tela, tinha relação com a tentativa de alavancar o desenvolvimento econômico para Mato Grosso e, por extensão, toda a nação brasileira.

Portanto, no “Projeto Brasil-Oeste” havia uma intenção de inculcar em seus leitores a ideia de que Mato Grosso era um lugar potencialmente atrativo para o investimento de capitais e que, na esteira do estado de São Paulo, poderia fazer do Brasil um lugar melhor e mais desenvolvido economicamente, isto é, poderia produzir mais, dando sua contribuição especialmente no âmbito da produção agropecuária.

Para tanto, faço esta análise em quatro capítulos. Nesse sentido, farei uma breve apresentação de cada um deles. Do mesmo modo, evidenciarei as fontes que por mim foram utilizadas para confeccionar o texto para que o leitor possa conhecer os caminhos que percorri na confecção deste trabalho para poder responder à pergunta “Como posso saber o que vou lhes dizer?”, conforme provocação feita por Marc Bloch a todos os historiadores, quando insistia (em seu belíssimo *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*) que todo autor de obras históricas deveria colocar “uma lista das cotas de arquivos que vasculhou [e] das coletâneas de que fez uso”. Na impossibilidade de comportar um capítulo especialmente

²⁹ No primeiro capítulo deste trabalho farei uma abordagem a respeito dessa questão.

³⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC/RJ, 2006, p. 77.

³¹ *Idem*, p. 115.

dedicado a responder à pergunta feita acima, como queria o autor, ao menos tentarei expor “uma série de parágrafos” para tentar respondê-la satisfatoriamente.³²

O primeiro deles, intitulado “*Brasil-Oeste* e debates sobre a imprensa: objetividade, segmentação agrícola e o estado de Mato Grosso”, eu o divido em cinco tópicos. Inicialmente fiz uma abordagem a respeito da revista *Brasil-Oeste*, uma vez que percebi que em meu exame de Qualificação de Tese a ausência de algumas informações mais gerais sobre esse mensário dificultou a compreensão dos membros da banca que ainda não conheciam meu trabalho de mestrado. Portanto, para consertar esta falha de minha parte, foi necessário fazer a inserção de uma discussão introdutória para que o entendimento do texto fluísse de melhor maneira e que o objeto de pesquisa aqui em discussão fosse melhor compreendido.

Após a breve apresentação da *Brasil-Oeste*, houve a necessidade de compreendê-la dentro do contexto em que foi produzida. Daí decorre que no segundo e terceiro tópicos do primeiro capítulo faço essa contextualização e uma larga análise a respeito de uma discussão muito cara ao jornalismo brasileiro, que é a ideia de “objetividade” e “neutralidade”. Penso ter sido absolutamente necessário fazer tal investida pois é evidente que Fausto Vieira de Campos ficava em meio à pressão de seu tempo no que diz respeito à ideia de um jornalismo mais “moderno”, “profissional” e “objetivo”, mas, ao mesmo tempo, também trazia evidente paixão política em seus textos. Esta ambiguidade de posições do jornalista refletia, de certa maneira, o jornalismo brasileiro como um todo, pois mesmo na historiografia brasileira existem posições distintas a respeito da chamada modernização na imprensa nacional. Alguns acreditam que ela foi fruto de uma discussão que remetia a um médio/longo prazo, culminando com a renovação nos anos 1950; outros já acreditam que foi somente naquele período que houve uma maior autonomização do campo jornalístico em relação à política.

Nesse sentido, o próprio perfil da revista *Brasil-Oeste* e das produções de Fausto Vieira de Campos como um todo (que ora defendiam a neutralidade e a objetividade, ora simplesmente desconsideravam isso completamente) me obrigaram a fazer tal discussão. É importante ressaltar que, para tentar compreender esta problemática da objetividade/neutralidade, busquei informações a respeito do próprio desenvolvimento de tal questão no jornalismo estadunidense, uma vez que normalmente é utilizado como referência para o brasileiro. Para tanto, fiz uso de uma variada bibliografia a respeito do assunto (brasileira e estrangeira), bem como uma riquíssima fonte que discutia tais questões nos anos

³² Esta discussão é feita por Marc Bloch no terceiro tópico do segundo capítulo de *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, situado à página 63 da edição Jorge Zahar Editora, 2002.

1950, que foi o *Anuário Brasileiro de Imprensa*, publicado pela primeira vez em 1946 pela editora “Empresã Jornalística PN S/A” e que trazia informações muito importantes em relação às transformações pelas quais a imprensa passava naquele momento. Esta publicação pode ser encontrada no acervo da Associação Brasileira de Imprensa, localizado no Rio de Janeiro.

Além dos dados referentes às querelas relacionadas à objetividade/neutralidade da imprensa nacional, pude retirar do *Anuário* preciosas informações a respeito do periodismo agrícola que, por sua vez, é tema do quarto tópico do primeiro capítulo. É válido dizer que a *Brasil-Oeste* se situava nesta segmentação temática e, quando iniciei meus estudos a respeito deste impresso, tive enormes dificuldades para encontrar trabalhos na historiografia brasileira que houvessem abordado o mundo rural no âmbito daquilo que era produzido pela imprensa especializada. A minha preocupação central foi buscar pesquisas que analisaram revistas ou jornais agrícolas no sentido de encontrar ideias consoantes ou dissonantes às da *Brasil-Oeste*. É claro que não apresento uma discussão com a profundidade que seria necessária num estudo que trabalhasse especificamente com história comparada, mas considero bastante satisfatórias as informações que consegui coletar a respeito do desenvolvimento da imprensa agrícola no Brasil, nos Estados Unidos e no México, por exemplo, que me ajudaram a melhor compreender o discurso que provinha das páginas do projeto editorial de Campos.

No último tópico do capítulo de abertura, tratei de fazer uma apresentação do estado em que se situava a imprensa mato-grossense no momento em que Fausto Vieira de Campos começou a atuar naquele local. Portanto, minha maior preocupação foi evidenciar qual era o panorama da publicação de jornais e revistas em Mato Grosso e se, em sua história, havia algum magazine dedicado, por exemplo, a debater questões mais próximas àquelas que eram feitas na *Brasil-Oeste*, tal como o mundo agropecuário. Outra razão pela qual fiz isso é porque desconheço outro trabalho acadêmico que tenha feito um levantamento dessa natureza a respeito da produção jornalística mato-grossense comparando-a ao que era produzido no restante do país.

Em relação aos dados correspondentes ao jornalismo mato-grossense como um todo, recorri a várias edições do *Anuário Estatístico do Brasil*, publicado pelo IBGE. Em que pesem as eventuais falhas e lacunas que ali certamente existem, eles permitem, no mínimo, que seja apresentada uma visão panorâmica dos tempos pretéritos. Portanto, tenho plena consciência de que é possível que exista uma série de equívocos no que diz respeito aos dados que apresento nesse tópico, mas, ainda que timidamente, busquei fazer algumas inferências a partir daquilo que tinha em mãos.

Outras fontes a que recorri foram as produções do Núcleo de Documentação e Informação História Regional da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), que têm por maior objetivo tornar pública a produção periódica mato-grossense que é acolhida no seu acervo. Também foi bastante importante a leitura do livro de Rubens de Mendonça, *A história do jornalismo em Mato Grosso*, raríssima obra que encontrei no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e que me permitiu tomar conhecimento da existência de duas revistas agronômicas que faziam parte da história da imprensa mato-grossense. Ainda em relação ao periodismo mato-grossense agrícola, em minha visita ao Arquivo Público de Mato Grosso (situado em Cuiabá) tive a felicidade de me deparar com uma fonte que não constava no índice remissivo daquele acervo, que foi a *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura*, publicação do início do século XX que me permitiu fazer uma análise comparativa em relação à *Brasil-Oeste*. Esta fonte foi apenas mencionada muito rapidamente por mim no primeiro capítulo, pois a abordei mais detidamente no terceiro.

Já no segundo capítulo, intitulado “Fausto Vieira de Campos e sua trajetória em Mato Grosso: esboços de um projeto”, apresento informações mais aprofundadas a respeito das contribuições e do interesse por parte do jornalista nos temas relacionados às terras mato-grossenses e que não haviam sido apresentadas em meus trabalhos anteriores. Minha preocupação central foi fazer uma abordagem mais detalhada, no sentido de trazer à luz a construção da rede de contatos articulada por Campos no decorrer dos anos.

O primeiro tópico do segundo capítulo é uma introdução que disserta rapidamente sobre sua vinda para Mato Grosso. Já no segundo, atendo-me às suas contribuições para a *Folha da Manhã*, conhecido jornal paulistano que foi central na carreira de Campos. O acesso ao acervo digital da *Folha* foi de capital importância para que eu pudesse rastrear, por meio das palavras-chave, toda a sua trajetória naquele periódico. Mostrarei, por exemplo, que Fausto Vieira de Campos foi acumulando prestígio a partir de sua ação na *Folha*, e como aquele momento em que foi correspondente daquele periódico o ajudou no processo de articulação em meio às elites³³ ou grupos dirigentes mato-grossenses.

³³ A este respeito, sigo o entendimento defendido por Flavio Heinz, pautado nos estudos de John Scott. Segundo o autor, não há consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que as caracteriza. Trata-se, com efeito, de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’. Entende-se por esta palavra, segundo o caso, “os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações”. [...] o termo elite aponta tão somente para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores, etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular. HEINZ, Flavio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: _____. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7.

No tópico seguinte, faço uso do jornal campo-grandense *Correio do Estado* e das três edições da obra de Fausto Vieira de Campos, *Retrato de Mato Grosso*, para apresentar alguns dos polêmicos temas discutidos por ele, suas inclinações políticas, enfim, uma variedade de informações que pretendem elucidar seu interesse pelas questões relacionadas a Mato Grosso. Ao apresentar cada edição de seu livro, mostrarei algumas sutis diferenças entre elas que indicam, por exemplo, um afastamento das relações com os políticos da União Democrática Nacional e uma visão mais empresarial de sua editora.

Não posso deixar de ressaltar que entrei em contato com Fausto Moraes Godoy de Campos, filho do já falecido Fausto Vieira de Campos, mas ele não demonstrou interesse em prestar mais informações a respeito do “Projeto Brasil-Oeste”. Logo, precisei recorrer às fontes que já possuo, isto é, na própria revista e nos mencionados *Retrato de Mato Grosso*, *Folha da Manhã* e no *Correio do Estado*. Somando-se a elas, pude utilizar mais uma vez alguns documentos que me foram dados por Godoy de Campos alguns anos atrás e que neste trabalho são referenciados como “acervo da família Campos”.

Antes de apresentar os próximos capítulos, uma observação precisa ser feita em relação às mudanças efetuadas por mim com a concordância do orientador no que diz respeito ao plano de tese apresentado em meu exame de qualificação. Naquela ocasião, planejei fazer uma análise mais específica da publicidade inserida no interior da revista *Brasil-Oeste*. Lamentavelmente, não foi possível fazer tal abordagem, uma vez que o próprio direcionamento de meu trabalho me levou a outros caminhos. Dada a riqueza e as possibilidades ainda existentes no âmbito das publicações de Fausto Vieira de Campos, muitos outros enfoques podem ser feitos. O fato é que apresentarei mais dois capítulos, além daqueles que já foram introduzidos. Vejamos logo a seguir.

O terceiro capítulo é apresentado sob o título “Estigmas e proposições: algumas representações sobre Mato Grosso”, no qual trato de discutir, em uma introdução e três tópicos, preocupações que, a meu ver, foram centrais no âmbito dos discursos das produções de Fausto Vieira de Campos. Apresentarei, por exemplo, uma série de representações que historicamente incomodavam os grupos dirigentes mato-grossenses e ainda se faziam presentes em meados do século XX. Deste modo, o que apresento é o incômodo que resultava dessas representações e algumas das proposições para que esse quadro fosse invertido.

Isso significa dizer que, a partir daquelas representações que estigmatizavam, os mato-grossenses buscavam reformulá-las utilizando seus elementos negativos para, sob uma

nova leitura, reconstruir a sua própria imagem. No decorrer do texto, serão vários os exemplos que poderão ilustrar tais afirmações.

Convém, neste caso, inclusive, trazer as discussões a respeito da estigmatização regional pensadas por Pierre Bourdieu, bem como o conceito de representações que aqui compreendo, amplamente discutido por Roger Chartier. Em relação ao primeiro deles, é notória a validade da construção teórica do sociólogo francês sobre os espaços estigmatizados, quando pensados para o tema aqui em tela. Segundo o autor,

[...] se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência.³⁴

Em outro momento, ele afirma que o

estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma”, [terminando na] “institucionalização do grupo produzido (pelos efeitos sociais e econômicos) da estigmatização. É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas, mas também os seus fundamentos econômicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da acção de mobilização.³⁵

No caso de Mato Grosso, havia um histórico sentimento de que eles estavam em uma região estigmatizada e que era necessário inverter aquela situação, ainda que fosse imperativo provocar outras estigmatizações no interior do próprio estado, nos seus *outros*, por meio da construção de representações que os diferenciasses dos aspectos socioculturais que tanto os incomodavam.

Um exemplo preliminar a esse respeito (que usarei mais detidamente no interior do capítulo) remete à criação do Parque Indígena do Xingu. Tal tema foi analisado brevemente por mim em meu trabalho de dissertação, mas vale a pena lembrá-lo, ainda que ligeiramente. Em todo o período que antecedeu a criação do Parque, houve uma posição contrária por parte dos editores e articulistas da revista (e de boa parte da classe política mato-grossense). A razão principal para essa tomada de posição residia no fato de que, segundo seu discurso, um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento mato-grossense era a sua baixa densidade demográfica, assim, a colonização seria imprescindível para o progresso.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 125-126.

³⁵ *Id. Ibid.*

A criação do Xingu e os próprios indígenas, por exemplo, seriam um empecilho à conquista de novas áreas. Assim sendo, as “expectativas de futuro” deviam se distanciar ao máximo daquela “experiência vivida” pelos indígenas, em prol do “bem de todos”. Segundo Fausto Vieira de Campos, era necessário que a ideia de progresso e desenvolvimento significasse abandonar o passado mato-grossense associado ao atraso, abandono, à “selvageria”.³⁶

No entanto, não se pode dizer a mesma coisa quando se falava do passado bandeirante de Mato Grosso. Tema muito bem analisado por Osvaldo Zorzato³⁷ e Lylia Galetti,³⁸ que indicam que havia em Mato Grosso a ideia de que os mato-grossenses deviam seguir os exemplos da história bandeirante, que desbravou os sertões em prol do desenvolvimento e segurança da nação. Havia uma referência à experiência vivida que seria *efetivamente* útil ao “progresso”, que inclusive me lembra uma citação de François Hartog, quando este diz que “a relação do passado com o futuro [é] regrada pela referência ao passado”,³⁹ nesse caso, *o bandeirante*.

Têm-se, então, duas referências. A primeira remete àquilo que não era considerado como progresso e desenvolvido, isto é, questões ligadas à “barbárie” (indígena) mato-grossense, além da ideia de lugar “vazio” e, outra, considerada como desenvolvida, que era a associação aos paulistas bandeirantes. Aí parece que entra a ideia exposta por Koselleck no que diz respeito à assimetria de conceitos, ou “contraconceito assimétrico”. O historiador trabalhou uma série de conceitos, tais como helenos-bárbaros, que implicavam em mostrar como o aspecto positivo normalmente é uma autorreferência ao grupo que igualmente nomeia, negativamente, o *outro*. Nesse sentido, o desenvolvido e visionário seria o bandeirante paulista, o não-desenvolvido, retrógrado e selvagem, seria o indígena, a “selva” mato-grossense e tudo que representasse a ideia de *jungle* daquela região. Essa tentativa de construção do *ideal* de desenvolvido e/ou desenvolvimento, entretanto, implica em

[...] um grupo designado por um “nós” [que] só poderá constituir-se em uma unidade de ação politicamente eficaz se incluir em si algo mais do que uma mera designação ou denominação. Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de

³⁶ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955.

³⁷ ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

³⁸ GALETTI, Lylia. *Sertão, Fronteira, Brasil*. Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá-MT, EdUFMT/Entrelinhas, 2012.

³⁹ HARTOG, François. Tempo e história: “Como escrever história da França hoje?”. *Revista História Social*, n.3, p.127-154, 1996, p. 129.

conceitos pelos quais ela se delimita, *excluindo outras*, de modo a determinar a si mesma.⁴⁰

Desse modo, havia uma tentativa de fazer uma nova história para Mato Grosso, contada a partir daquele “tempo presente” e que excluísse aquilo que poderia lembrar o “estigma da barbárie” e do “atraso”,⁴¹ de modo que fosse pincelada uma nova pintura para aquele caricato e velho retrato, que tanto incomodava as elites mato-grossenses. Em outros termos, que os estigmas que atingiam os mato-grossenses fossem deixados para grupos que não pertenciam àquela nova “representação” de Mato Grosso, de modo que houvesse uma nítida separação entre o velho e o novo.

É justamente aí que entra o conceito pensado por Roger Chartier, que é largamente conhecido mas que deve ser citado, pois está implicitamente exposto em todo este trabalho. De modo geral,⁴² as *representações sociais* são determinadas pelos grupos. São percepções do social, discursos que produzem *práticas* e buscam legitimar ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas, ou seja, as *representações* demandam *práticas* que resultam na construção de um mundo social e de uma *identidade*.⁴³ Nesse sentido, a noção de representação tem como contribuição inegável possibilitar uma profunda modificação na compreensão do mundo social, permitindo um novo olhar sobre as ações do ser social ou dos grupos sociais que por meio das representações mentais elaboram “signos visíveis” para legitimação de um poder ou de uma identidade.

Essa perspectiva, segundo Chartier, possibilitou um novo olhar sobre as várias realidades essenciais que compõem a sociedade, permitindo análises das relações sociais que abrangem não só o exercício da autoridade em si, mas também a compreensão do processo de construção e adesão aos signos, aos ritos e às imagens que dão legitimidade à autoridade. Dessa forma, tem-se a possibilidade de efetuar um estudo sobre a construção das identidades sociais, considerando que essa construção está imbricada na tensão entre as representações que são impostas pelos que exercem o poder e a “consciência de pertencimento” de cada comunidade, que pode operar tanto no sentido de negação, de aceitação ou ainda de negociação, quando ocorre a recusa e/ou consentimento dos modelos impostos.

⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart, *Op. Cit.*, 2006, p. 192

⁴¹ Termos cunhados pela historiadora Lyliã Galetti.

⁴² Nos parágrafos seguinte, faço um resumo de uma abordagem mais detalhada que fiz em 2013. Para mais detalhes, ver: FONSECA, André Dione; SALGUEIRO, Eduardo de Melo. A noção de Representação após duas décadas de debates: a propósito do texto 'Defesa e ilustração da noção de Representação' de Roger Chartier. *Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 4, p. 27-46, 2013.

⁴³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª. Ed. Lisboa: Difel, 2002.

Portanto, tais representações, é válido dizer, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos *interesses* do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, faz-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.⁴⁴ Tais percepções de mundo, emitidas pelas representações, produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas. Nesse sentido, uma constatação feita por Chartier é fundamental para que seja possível entendermos um projeto editorial, pois diz ele que a “investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”,⁴⁵ ou seja, elas “possuem uma energia própria, e *tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é*”.⁴⁶

Assim, as representações emitidas a partir do projeto editorial de Fausto Vieira de Campos possuíam essa “energia própria”. Buscava-se construir uma realidade com escolhas que dependiam das posições do grupo que participava dele e que não poderiam prescindir de exclusões, reformulações, negociações com as representações históricas mato-grossenses.

Esta é a discussão feita no terceiro capítulo, a partir de uma série de fontes que me ajudaram a compreender o pensamento do projeto editorial de Fausto Vieira de Campos, especialmente porque pôde me ajudar a compreender as preocupações históricas e, também, do contexto em que ele se situava. Dentre estas fontes, foi de suma importância o uso de um livro (*Reservas de brasilidade*) que foi fruto de relatos de viagem feitos por um viajante chamado Flavio Rezende Rubim (1894-1968), publicado no final da década de 1930 e que foi uma rica fonte para que eu compreendesse algumas visões de não-mato-grossenses a respeito de Mato Grosso do início do século XX.

Outra fonte de excepcional importância para este trabalho foi a chamada *Série Realidade Brasileira* da *Folha de São Paulo*, suplemento especial publicado em 1968 que tinha como principal objetivo discutir as mazelas e propor soluções às cinco regiões do país, com vistas à proposição de desenvolvimento econômico para todas elas. Utilizei especialmente aquela que debateu os problemas do Centro-Oeste com ênfase no estado de Mato Grosso.

⁴⁴ CHARTIER, Roger, *Op. Cit.*, 2002, p. 17. Grifo meu.

⁴⁵ *Id.*, *Ibid.*

⁴⁶ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

Utilizei distintas fontes no sentido de contribuir para a compreensão da problemática principal pensada para o capítulo em questão, isto é, as preocupações com os chamados “estigmas” que tanto “desfavoreciam” o “povo” e a história mato-grossense. Foram elas, a *Revista d’Oeste* produzida em meados do século XX em Campo Grande e que consegui coletar junto ao Arquivo Histórico daquele município, bem como a já mencionada *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura*.

O quarto e último capítulo intitula-se “Fugindo do estigma: o desejo desenvolvimentista e as propostas de mudanças em torno da colonização, ocupação e a vocação agrícola”, que foi dividido em três partes, somadas à sua introdução. Minha discussão girou em torno de reportagens e textos escritos por Fausto Vieira de Campos em *Retrato de Mato Grosso* e na *Brasil-Oeste*, bem como textos produzidos por outros colaboradores da revista.

O problema central, como o próprio título indica, foi discutir as preocupações até então apenas mencionadas na tese em torno de um eixo central que tem duas ramificações, quais sejam, a colonização de terras e a chamada vocação agrícola, que incluem, inclusive, o discurso que situava Mato Grosso como um lugar de imensa riqueza que precisava ser explorado pelos investidores e por meio de ações governamentais.

A questão da colonização foi muito forte no período em que a ação jornalística de Fausto Vieira de Campos se fez presente em Mato Grosso e, por esta razão, resolvi elencá-la como um dos tópicos a serem abordados neste trabalho. Para tanto, fiz uso de três fontes de informações muito importantes para que eu pudesse visualizar como era a situação demográfica mato-grossense de meados do século XX, que foram: os *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958; a publicação de autoria de Nelson Mortada, *Plano de industrialização regional. Alguns aspectos da economia do Estado de Mato Grosso*, editada pela “Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai”, em 1964, bem como o “Relatório da Comissão de Planejamento e Produção do Estado de Mato Grosso (CPP)”, 1952. Não posso deixar de mencionar também uma obra que tinha um perfil relativamente parecido com o livro de Campos, que foi *Mato Grosso, um convite à fortuna*, de autoria de Lénine C. Póvoas.

Nesse sentido, a partir de informações mais ligadas àquele contexto em que se situava Mato Grosso, pude analisar as fontes mais importantes para este trabalho, isto é, a revista *Brasil-Oeste* e as diferentes edições de *Retrato de Mato Grosso*. Deste último,

inclusive, além do conteúdo do texto escrito por Fausto Vieira de Campos, tive contato com um inusitado registro de um leitor que deixou os rastros de sua leitura nas marginais da primeira edição da obra, o que me permitiu lançar mão de algumas ideias.

É válido dizer que a abordagem que faço aqui é mais aprofundada e distinta daquela que fiz em minha dissertação de mestrado, quando debati o tema “colonização” para discutir especialmente as posições políticas de Fausto Vieira de Campos no que dizia respeito às políticas públicas de dois governadores distintos de Mato Grosso. Isso não exclui, evidentemente, que eu faça alguma remissão a tal questão, como de fato ocorrerá no decorrer do capítulo.

O último tópico tem total relação com a questão demográfica e a colonização de terras, pois se assenta na discussão em torno do potencial agrícola mato-grossense, outrora um “estigma”, mas que no decorrer do tempo transformou-se em “vocação” que até os dias atuais acompanha os dois estados que resultaram da divisão ocorrida em 1977.⁴⁷ Da concepção de “mato”, com rudimentar modo de produção agropecuário, até a benfazeja alcunha de “celeiro do Brasil”.

Portanto, o que apresento neste trabalho é um aprofundamento de elementos não contemplados em sua totalidade em meus estudos referentes à produção jornalística de Fausto Vieira de Campos. Meu interesse, de modo geral, tem sido entender aquele projeto editorial que aqui chamo de “Brasil-Oeste”, mas que não se resume   produção e edição da revista de mesmo nome. Em meu entendimento, para que seja possível uma compreensão mais abrangente daquele empreendimento, é necessário trazer à luz as contribuições de Campos desde a *Folha da Manhã*, pois foi lá que se iniciou todo este contato e interesse por Mato Grosso.

É exatamente nisso que consiste a proposta de intensificar o estudo sobre o “Projeto Brasil-Oeste”, isto é, tentar elucidar como as articulações feitas por Campos permitiram que ele contribuíssem de forma tão decisiva para a criação de uma série de representações sobre aquilo que era considerado ideal para Mato Grosso. É claro que as imagens e os retratos pintados sobre o desenvolvimento capitalista mato-grossense nas páginas da revista não são aut nomos ao contexto histórico. Conforme indica Tania Regina de Luca, os periódicos, polos em torno dos quais se reúnem e disciplinam forç s de combate e intervenção no espaç o público, oferecem oportunidades privilegiadas para explicitar a densidade dos embates em

⁴⁷ Faço menção, claro,   divisão que culminou com o surgimento dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do sul.

torno de *projetos políticos* que, *longe de esgotarem-se em si mesmos*, dialogam *intensamente com os dilemas do seu tempo*.⁴⁸

Era no diálogo com seu tempo e também com tempos pretéritos que se propunha um projeto de futuro para Mato Grosso, em meio a novos rabiscos em um velho retrato, que carregava as marcas de um passado que ainda insistia em existir, restaurando aquilo que lhes interessava e apagando o que não mais se desejava para aquela nova tela.

Duas últimas observações merecem ser feitas no que diz respeito à forma do texto. Em relação ao uso das fontes e referências bibliográficas, optei por manter a ortografia original, conforme as normas da língua portuguesa do momento em que foram escritos. No que tange àquelas que não possuem versões em português, conservei a versão original no corpo do texto. Suas traduções foram feitas por mim, sob supervisão do orientador e encontram-se nas notas de rodapé correspondentes.

⁴⁸ DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 2. Os grifos são meus.

CAPÍTULO 1

BRASIL-OESTE E DEBATES SOBRE A IMPRENSA: OBJETIVIDADE, PERIODISMO AGRONÔMICO E O ESTADO DE MATO GROSSO

1.1. Introdução: revista Brasil-Oeste

A revista *Brasil-Oeste* foi um periódico produzido em São Paulo (SP) sob a direção dos jornalistas Fausto Vieira de Campos, seu filho Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos e do empresário Alberto Leme. De modo resumido, pode-se dizer que sua linha editorial se dedicava a difundir reportagens e artigos que abrangessem o mundo dos negócios agropastoris, direcionando seu olhar para a região oeste do Brasil (especialmente o estado de Mato Grosso), por meio de anúncios e informações sobre a política e economia.

A *Brasil-Oeste* circulou entre os anos de 1956 e 1967, totalizando a produção de 123 edições com dimensões de 27x18,5cm. A tiragem máxima da revista atingiu a quantia de 18.500 exemplares no ano de 1967, conforme os dados apresentados no próprio mensário. Porém, não foi possível conseguir os números referentes aos primeiros anos de circulação, uma vez que inicialmente o periódico não fornecia essa informação. De todo modo, segundo informações fornecidas por Fausto M. G. V. de Campos, foram produzidos cerca de 1.500.000 exemplares durante os anos em que esteve em circulação.

Inicialmente, a *Brasil-Oeste* foi lançada de maneira independente, sem vínculo com nenhuma editora. Contudo, a partir do segundo ano de circulação passou a ser publicada pela *Brasil-Oeste Editôra Ltda.*, empresa oficialmente registrada em 30 de outubro de 1957, sendo Fausto Vieira de Campos e Fausto M. G. V. de Campos os seus sócios-proprietários.¹ É válido dizer que no contrato social da editora, não há nenhuma menção ao nome de Alberto Leme, que figurou como diretor-proprietário apenas nas primeiras edições, uma vez que na

¹ Contrato social da empresa “Brasil-Oeste Editôra LTDA.”

ocasião em que houve a abertura da editora, Leme não fazia mais parte do corpo editorial da revista. Desse modo, nota-se que se tratava de uma pequena empresa, bem centrada nos interesses da família Campos.²

A editora, no entanto, não era responsável direta pela impressão da revista. Esse serviço ficava a cargo de empresas do ramo. Nas primeiras quatorze edições, não há informação sobre onde eram impressas as edições do mensário, contudo, entre os números 15 e 32, a responsabilidade por imprimir a *Brasil-Oeste* coube ao *Estabelecimento Gráfico Politipo Ltda.* Mais adiante, essa empresa mudou o nome para *Editôra e Gráfica Supertipo Ltda.* e continuou envolvida nesse procedimento até o n° 45. No mês de julho de 1960 (n° 50), a impressão do mensário ficou sob os cuidados da *Editôra “Ave Maria” Ltda.* Ambas as gráficas estavam endereçadas em São Paulo (SP). Nas edições posteriores, contudo, não existem mais informações sobre o local de prensa da revista.

Em relação à participação e à saída de Alberto Leme da revista *Brasil-Oeste*, não pude esclarecer tal questão, uma vez que me faltam dados que expliquem com clareza as razões que motivaram o desligamento desse empresário da parceria que havia firmado com Fausto Vieira de Campos. No entanto, levando-se em consideração o depoimento dado por Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos, inicialmente foi Leme, que trabalhava com “negócio de terras”, quem propôs sociedade a seu pai. Sua saída teria ocorrido justamente por conta das divergências no plano dos interesses profissionais, pois o último, ligado ao ramo de vendas de terras em Mato Grosso, entrou em desacordo com as diretrizes básicas do plano traçado pelos Campos. Nesse sentido, acabou “excluído na quarta edição [assim como outros] por não se enquadrar[em] no perfil e no precípua objetivo da BRASIL-OESTE”, que “era divulgar o potencial econômico da vasta região do Centro-Oeste, especialmente de Mato Grosso”, pois naquele empreendimento editorial “nunca houve quaisquer ligações com grupos econômicos ou qualquer participação ou colaboração financeira do poder público”.³

A julgar, portanto, por essas declarações, os interesses de Alberto Leme não estariam de acordo com os objetivos estabelecidos pelo *manifesto-programa*⁴ do periódico, que visava diagnosticar os problemas – a partir da leitura da realidade vivida por Mato Grosso – e propor

² Ainda em relação à editora, possuo poucas informações sobre outras possíveis publicações da mesma. Sei dizer, no entanto, que além da revista *Brasil-Oeste*, esse empreendimento publicou a segunda e terceira edições do livro de Fausto Vieira de Campos, *Retrato de Mato Grosso* e, segundo informações que foram dadas por Fausto Moraes Godoy de Campos, lançou a obra *Marechal Rondon*, escrita por Demóstenes Martins e publicada em 1963.

³ CAMPOS, Fausto M. G. V. *apud* SALGUEIRO, Eduardo de Melo, *Op. Cit.*, 2011, p. 73.

⁴ Mais adiante irei apresentar o referido “manifesto-programa”.

projetos visando à exploração do potencial que a direção da *Brasil-Oeste* e seus colaboradores acreditavam ali existir. Em outros termos, pretendia-se “explicar” as causas do atraso e propor possibilidades de modernização. Suas reportagens deveriam estar estritamente ligadas ao âmbito da política, economia, pecuária e agricultura, dentre outros temas correlacionados. A partir dessas quatro matérias principais, confeccionavam seus editoriais, artigos, reportagens, seções no mensário.

No que diz respeito à distribuição dos exemplares da revista, a editora o fazia de três maneiras: vendas avulsas, assinaturas e distribuição gratuita para associações rurais e órgãos públicos. Como é possível supor, o modelo de venda por assinaturas era o que melhor atendia às aspirações de Fausto Vieira de Campos. Esse aspecto é facilmente notável em razão de serem fortemente anunciadas em todas as edições da mesma inúmeras propagandas que buscavam incentivar o leitor a adquirir a revista.

Em relação à distribuição gratuita de suas edições, é importante ressaltar que a escolha era “cirúrgica” pois direcionava-se às associações rurais do país. A elas eram oferecidos espaços no interior do mensário para que fossem feitos anúncios e propaganda gratuita de entidades daquela natureza, isto é, à agropecuária e aos interesses dos produtores rurais. Para exemplificar, mensagens como a que citarei a seguir eram muito comuns: “*BRASIL-OESTE* publica gratuitamente [...] todos os comunicados e relatórios que forem endereçados à revista pelos dirigentes das associações rurais”.⁵ Além disso, nas primeiras edições foram encontrados comunicados direcionados a órgãos governamentais, tais como o Território do Acre e os estados de Mato Grosso e Goiás, que igualmente recebiam espaços gratuitos para possíveis anúncios. Vejamos:

Lembramos aos Srs. Governadores de Estados ou Territórios, aos Srs. Secretários de Estado, aos Srs. Prefeitos Municipais e às entidades de classe de Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Acre que *BRASIL-OESTE* publicará, gratuitamente, o noticiário de interesse geral que lhe fôr remetido, bem como fotografias dos aspectos locais. Propõe-se a revista dessa forma, a cumprir um dos itens principais de seu programa (difusão de conhecimentos gerais sobre o Oeste Brasileiro).⁶

Acredito que a gratuidade de serviços foi uma tática para intensificar a divulgação do periódico, com a intenção de fazer circular a revista, atrair anunciantes e também assinantes. Contudo, no ano de 1966, quando se tornou visível a queda de publicidade, a dinâmica de distribuição gratuita muda substancialmente, pois a partir de então, seria feita de um modo

⁵ Revista *Brasil-Oeste*, ano VI, nº 61, julho de 1961, São Paulo (SP), p. 19. Maiúsculas do original.

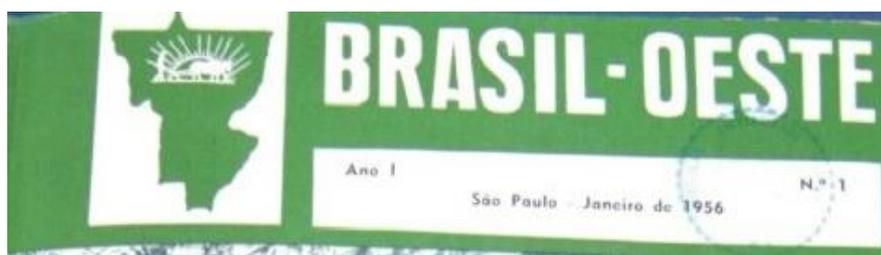
⁶ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, nº 5, setembro de 1956, São Paulo (SP), p. 25. Maiúsculas do original.

mais controlado. Imagino que esse controle pode ter sido resultado de uma distribuição anterior de exemplares da revista, feita de maneira desenfreada, levando a editora a não suportar mais os custos de tal cortesia. Portanto, naquela nova configuração, a cortesia era anunciada da seguinte maneira:

Agrônomos, Veterinários, Zootecnistas, Técnicos Agrícolas, Pecuáristas (criador de bovino, invernista, suinocultor, avicultor, etc.), Lavradores (cafeicultor, cotonicultor, cacauicultor, rizicultor, fruticultor etc.), estão enquadrados na DISTRIBUIÇÃO CONTROLADA (feita gratuitamente) da BRASIL-OESTE e deverão preencher e devolver à BRASIL-OESTE EDITORA LTDA. (Rua Mourato Coelho, 495 – São Paulo – SP) o cupão abaixo, a fim de não haver interrupção nas remessas da revista.⁷

De todo modo, o fato é que a edição inicial da *Brasil-Oeste* despontou no mês de janeiro de 1956. Tudo foi cuidadosamente pensado, desde o nome, a capa e os objetivos, que estavam bastante evidentes na materialidade da mesma. Nas edições iniciais da revista havia um logotipo que ilustrava um homem que representava o trabalho agrícola no cultivo da terra. Esta imagem estava dentro de um espaço que simulava o mapa de Mato Grosso, fazendo alusão ao trabalho agropecuário como principal característica econômica da região, além de evidenciar os objetivos da mesma dentro da segmentação do periodismo agrônomo, tal como pode ser conferido abaixo:

Figura 1. Primeiro logotipo da revista Brasil-Oeste, edição n. 1, janeiro de 1956.



É importante dizer que no decorrer da coleção da revista houve alterações na capa e na “marca” da mesma. A primeira mudança no logotipo foi feita já no oitavo número (última publicação do primeiro ano de circulação), quando se excluiu a representação do mapa de Mato Grosso e foi colocado no seu lugar um do Brasil. Nessa mesma edição, foram adicionados subtítulos com temas comumente abordados pela *Brasil-Oeste*. Foram eles: *Agricultura; Pecuária; Economia; Política e Atualidades*. Já no número 14, retirou-se também a representação do agricultor, permanecendo somente o mapa e no 47, extinguiam-

⁷ Revista *Brasil-Oeste*, ano XI, n.º 116, junho/julho de 1966, São Paulo (SP), p. 34. Maiúsculas do original.

se os subtítulos e assim permaneceu até o mês de janeiro de 1965, quando o tamanho do logotipo diminuiu consideravelmente, sendo alocado nos cantos superiores da capa, não havendo mais alterações depois disso.

O que é válido ressaltar é o valor simbólico daquela imagem, que estava em total consonância com a proposta editorial e o discurso textual daquele mensário. Quando apresentada na capa de um impresso, ela funciona como uma “chave” que pretende mostrar as intenções editoriais do mesmo, tal como afirma Chartier, pois para ele, quando “a imagem é única [...] instaura-se assim uma relação entre a ilustração e o texto em seu todo”. Além disso, diz o autor que ao ser colocada “*no começo, a ilustração induz a leitura, fornecendo uma chave que diz através de que figura o texto deve ser entendido*, seja porque a imagem leva a compreender o todo do texto pela ilustração de uma de suas partes, seja porque propõe uma analogia que guiará a decifração.”⁸

Portanto, o que é central para a presente análise se assenta na ênfase dada pelos editores da revista em suas capas para o *mundo agropecuário* e ao *estado de Mato Grosso*, como suas principais preocupações. A adoção do mapa do Brasil no lugar do mapa mato-grossense não significa, a meu ver, um “rebaixamento” da importância do último, mas condiz mais com o próprio nome da revista e com os objetivos (econômicos) de seus diretores, que pretendiam torná-la percebida como uma publicação que circulava nacionalmente e que seria reconhecida como um periódico que contribuía efetivamente para o desenvolvimento da nação.

Além desses aspectos, outros podem ser notados quando abrimos o primeiro exemplar do mensário. Lá constam alguns dados administrativos, a lista de colaboradores e correspondentes, o preço do exemplar e o editorial inaugural. Dentre tais informações, algumas são bastante significativas para o presente trabalho. Uma delas estava relacionada ao pagamento da publicidade, que deviam “ser expedidos em nome do Diretor Responsável”, que era Fausto Vieira de Campos, indicando, portanto, o caráter “artesanal” daquele impresso.

Outra informação importante que constava na primeira folha da revista era um texto que trazia o seguinte conteúdo: “A Direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos devidamente assinados.”⁹ Ora, esse informe nada mais é do que um demonstrativo, pelo menos no plano do discurso, de que seus diretores acompanhavam as discussões no campo da imprensa da época, uma vez que buscava apresentar certa *neutralidade* e

⁸ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 276. Os grifos são meus.

⁹ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 1, janeiro de 1956, São Paulo (SP).

objetividade jornalísticas. Como eram diversos os seus colaboradores, o fragmento citado nos leva a crer que nem todas as opiniões ali expostas significavam estar de acordo com o posicionamento oficial da *Brasil-Oeste*, que pretendia postar-se com imparcialidade, pois seu discurso girava em torno da ideia de que estava a serviço da coletividade e do bem-comum.

Nesse sentido, apresenta-se o discurso da “neutralidade” política e da “objetividade.”¹⁰ Os desígnios do periódico deveriam estar alinhados à tarefa de trabalhar em favor do desenvolvimento do oeste brasileiro, tal como pode ser percebido em trechos como o que é citado logo abaixo, presença constante em boa parte da coleção da revista. Trata-se do seu “manifesto-programa”:

Nossa revista tem uma finalidade precípua: *tornar mais conhecida e melhor compreendida a vasta região do Centro-Oeste brasileiro*, compreendida pelos Estados de Mato Grosso e Goiás.

De modo geral, entretanto, *merecerão acolhimento, em nossas colunas, todos os fatos relacionados com os Estados que confinam com Mato Grosso*, dada a identidade de interesses que existe entre êles.

Não temos ligações com grupos políticos nem econômicos. Nossa atuação obedecerá a um roteiro superior, tendo em vista difundir a maior soma de conhecimentos sobre as regiões brasileiras que estabelecemos como quadro natural de nossa atividade jornalística.

Todos os problemas geoeconômicos que digam respeito aos Estados de Mato Grosso e de Goiás e aos Territórios do Guaporé [atual Estado de Rondônia] e do Acre serão gradativamente examinados em nossas colunas, de modo que se esboce, através de uma honesta difusão de opiniões, uma solução adequada e justa para êles.

Particular interesse merecerão de nossa parte os assuntos agropecuários, pois que nesse ramo de atividades se fundamenta a parcela mais ponderável da economia dos Estados do Centro-Oeste.¹¹

Esse texto deixava claro quais eram os “desígnios” do projeto editorial encampado por Fausto Vieira de Campos, isto é, trabalhar em prol dos interesses da região oeste do país. Tudo foi cuidadosamente pensado, as imagens de capa há pouco lembradas, o manifesto-programa e – como não poderia deixar de ser – o título do periódico, que indicava temas ligados àquele espaço geográfico, por meio de suas reportagens *em revista*. O que parece ser apenas uma simples constatação, na verdade sugere que o nome dado ao mensário estava inteiramente ligado aos seus propósitos, pois os títulos antecipadores ou os resumos recapitulativos funcionam como *protocolos de leitura*.¹² Do mesmo modo, “toda narrativa

¹⁰ Mais adiante farei uma discussão a respeito da objetividade do jornalismo brasileiro e seu desenvolvimento, uma vez que julgo ser bastante pertinente tal questão, pois tem profunda relação com o momento histórico em que surgiu e se desenvolveu a revista *Brasil-Oeste*.

¹¹ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 1, janeiro de 1956, São Paulo (SP), p. 2. Os grifos são meus.

¹² CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, 2002, p. 130.

pressupõe um leitor, e toda leitura se inicia a partir de um título inscrito no texto” que pretende agir (influenciar) sobre aquele que lê.¹³

Consoante a essa ideia, Heloísa da Cruz e Maria do Rosário Peixoto ressaltam que, na análise de um projeto editorial, é necessário indagar-se como se constrói um periódico e, numa dessas etapas, é válido fazer sua identificação, incluindo, evidentemente, a análise do título, do subtítulo (quando houver), das datas de publicação, periodicidade, entre outras coisas, para que seja possível compreender os significados que neles se anunciam.¹⁴

Aquele projeto editorial de Fausto Vieira de Campos justificava-se por meio de um discurso que se preocupava em apontar os principais problemas de diversos segmentos que impediam Mato Grosso de prosperar, dada a ausência de um veículo de comunicação que pudesse fazer chegar aos mais altos escalões da política e da economia do país o “grito de socorro” mato-grossense.

Em meados do século XX, como mostrarei mais adiante, ainda não havia em Mato Grosso uma publicação similar à *Brasil-Oeste*.¹⁵ Isso significa dizer que um investimento editorial daquele perfil poderia se justificar em virtude do potencial agropecuária ali existente (que será abordado no quarto capítulo deste trabalho). O valor simbólico daquele discurso que buscava “tornar mais conhecida e compreendida” aquela região era seu ingrediente especial, iniciado com *Retrato de Mato Grosso* e continuado com a revista.

Em outros termos, quando *o manifesto-programa* sugere que “todos os problemas geoeconômicos” seriam estudados de modo que, “através de uma honesta difusão de opiniões”, fosse encontrada uma solução “adequada e justa”, percebe-se que a *Brasil-Oeste* era uma possibilidade encarada pelos seus idealizadores (Fausto Vieira de Campos e seu filho) como perfeitamente apta a alocar Mato Grosso e o Centro-Oeste do Brasil no lugar em que mereciam estar, isto é, no rumo do desenvolvimento econômico. É por meio da palavra escrita que tal projeto vai se ilustrar.¹⁶

¹³ DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história, novas perspectivas*. São Paulo, Edunesp, 2011, p. 233.

¹⁴ CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 235-270, dez. 2007, p. 265.

¹⁵ Faço essa afirmação levando em consideração os periódicos catalogados pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso); para maiores detalhes, ver: CALHÃO, Antonio Ernani P.; MORGADO, Eliane Maria O.; MORAES, Sibebe. *Imprensa periódica mato-grossense: 1847-1969*. Cuiabá: Ed. Universitária da UFMT, 1994. Confrontei com os dados obtidos no *Anuário de Imprensa Brasileiro* e pude constatar que não havia nenhuma revista com direcionamento semelhante à *Brasil-Oeste* em Mato Grosso.

¹⁶ Levando em consideração que as questões pertinentes à materialidade da revista, suas fontes de financiamento, seus colaboradores, suas principais seções e diversas outras informações a respeito do processo de confecção

Portanto, tendo em vista o que foi exposto até o momento, creio que três questões precisam ser apresentadas no presente capítulo, pois todas estão conectadas ao cenário em que se situava a revista *Brasil-Oeste*, isto é, ao contexto em que foi lançada.

A primeira delas está relacionada à questão da “objetividade/neutralidade” jornalística, que historicamente permeou os debates sobre a imprensa. O objetivo maior será mostrar não apenas o contexto da época no que diz respeito ao jornalismo brasileiro, mas também pretendo apresentar uma discussão historiográfica a este respeito. Isso se faz necessário, pois creio ser bastante pertinente para o objeto em questão, uma vez que são diversos os pesquisadores que se debruçaram sobre tal problemática e o trabalho que aqui empreendo não pode prescindir de abordá-la, pois havia no discurso da *Brasil-Oeste* uma aparente contradição: por um lado, trazia o discurso que se pretendia objetivo e neutro; e por outro, defendia tantos projetos e interesses que julgava serem essenciais para o desenvolvimento do Mato Grosso e da nação que, em muitas vezes, os fazia optar por escolherem posições no mundo da política, por exemplo.

O segundo tópico está relacionado à produção historiográfica dedicada a debater a história da imprensa agrônômica no Brasil, pois a revista *Brasil-Oeste* situava-se nesta segmentação dentro dos variados temas abordados pelo jornalismo. Creio ser absolutamente necessário fazer tal abordagem, pois, tendo em vista a importância que o projeto de Fausto Vieira de Campos teve no sentido de atuar em favor de “grandes projetos” de modernização e racionalização da produção agropecuária (para o Mato Grosso e Brasil), será importante conhecer um pouco desse segmento editorial, uma vez que até hoje o país depende enormemente daquilo que é produzido no campo no âmbito de sua economia.

O terceiro tópico está relacionado à condição em que se situava a imprensa matogrossense na época em apreço, pois a partir daí será possível perceber e entender melhor a inserção da *Brasil-Oeste* em meio à produção jornalística da região.

Dito isto, dedicar-me-ei a fazer uma cuidadosa discussão relacionada às três mencionadas questões: objetividade jornalística, periodismo agrícola e imprensa matogrossense, pois a revista *Brasil-Oeste* era um periódico produzido pela imprensa dos anos 1950, de segmento agrônômico e pensada para o Centro-Oeste do Brasil, especialmente Mato Grosso.

do periódico foram detalhadamente discutidas por mim em 2011, creio que o resumo acima apresentado seja suficiente para situar o leitor no que diz respeito às informações gerais a respeito da *Brasil-Oeste*.

1.2. Imprensa e seu contexto

As décadas de 1950 e 1960 foram bastante turbulentas para o Brasil. Esse período ficou lembrado como um momento em que as palavras “desenvolvimento” e “progresso” eram mencionadas correntemente de tal modo que adentraram no imaginário político-econômico da época e provavelmente, ainda hoje, pelo menos entre os historiadores, quando nos remetemos a tal momento histórico os termos acima mencionados estarão entre os mais lembrados. No aspecto político, se pensarmos no chamado período democrático, que corresponde aos governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-55), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), as palavras aludidas acima seguramente foram recorrentes, independente de quem estivesse no poder.

A imprensa certamente foi bastante participativa naquele contexto atuando ativamente nos debates políticos e projetos pensados para a nação. É válido dizer que tal momento é considerado por parte da bibliografia especializada como especial na trajetória do jornalismo brasileiro, pois se as palavras de ordem eram desenvolvimentismo e modernização, também os jornais diários pretendiam *se transformar*¹⁷.

É importante lembrar, no entanto, que a despeito do desenvolvimento da imprensa brasileira em termos de técnicas e avanços tecnológicos na primeira metade do século XX, autores como Carlos Lins da Silva, por exemplo, mantém ressalvas no que diz respeito à profissionalização do ofício do jornalismo, sobretudo no que tange à “objetividade” da escrita jornalística. Silva defendia que, por mais que houvesse um incremento tecnológico,

A importação de máquinas, a adoção de técnicas, a compra de serviços de agências, a incorporação de valores do jornalismo americano são todos sinais importantes de um desejo de fazer do jornal um negócio. Mas a falta de condições na economia local para sustentar essa vontade faz com que ela se frustrasse, embora alguns jornais consigam sobreviver [...] A fragilidade dessa “aventura editorial” até a segunda metade deste século é inquestionável.¹⁸

¹⁷ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2007, p. 149.

¹⁸ SILVA, Carlos Lins da, *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo-SP, Summus Editorial, 1990, p. 63.

Nesse sentido, parafraseando Ana Paula G. Ribeiro, mesmo com equipamentos caros e modernos, inclusive a grande imprensa¹⁹ não conseguia manter-se apenas com a publicidade e assinaturas, ou seja, era necessário algum outro tipo de apoio, seja por intermédio de verbas oficiais ou mesmo de grupos privados para sobreviver financeiramente.²⁰ Isso significa dizer, claro, que é muito provável que boa parte dos periódicos continuaram, de certo modo, presos à prática do jornalismo de opinião, ainda que – e isso é importante – os “posicionamentos políticos-ideológicos passaram a exigir, no entanto, um pouco mais de sutileza”,²¹ conforme assevera a autora.

Como vimos anteriormente, desde seu primeiro número, a *Brasil-Oeste* deixava claro que não estava alinhada a partidos políticos ou grupos econômicos (ainda que minhas análises indiquem o contrário em alguns momentos do curso da história da revista). De todo modo, é inegável que havia uma grande preocupação em acompanhar o desenvolvimento de uma imprensa isenta, um jornalismo acima “do bem e do mal”, empossado de “poder”, capaz de fiscalizar a coisa pública e servir de guia para seus leitores.

Segundo informam Cardoso de Mello e Novais (a partir da análise de um trabalho empreendido por Bertran Hutchinson), no final dos anos 1950, moradores de São Paulo foram convidados a classificar trinta profissões. Dentre elas, o jornalista ocupou a sexta posição dentre as mais importantes. Segundo os autores, isso se deu justamente porque este profissional era “de um lado, considerado um homem público e, de outro, o símbolo de uma relativamente nova e cada vez mais decisiva forma de poder: a imprensa.”²²

Portanto, as ideias que seguem logo abaixo pretendem apresentar algumas leituras sobre a imprensa brasileira no que diz respeito à sua busca por um jornalismo mais “neutro” e “objetivo”. De modo geral, os historiadores brasileiros concordam que mudanças na prática jornalística tenham ocorrido nos anos 1950, ainda que a permanência da herança opinativa e a

¹⁹ Conforme ressalta Tania Regina de Luca, a “expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.” LUCA, Tania R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania R. de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149.

²⁰ RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007, p. 27.

²¹ *Id.*, *Ibid.*

²² CARDOSO DE MELLO, José M.; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília M. *História da vida privada do Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 588.

dependência de partidos políticos tenham continuado a existir, tal como ocorreu com a própria revista *Brasil-Oeste* no decorrer de sua história.

No entanto, existem interpretações que defendem que esse debate vinha sendo construído no seio do jornalismo nacional desde o crepúsculo do século XIX, enquanto outros acreditam que somente em meados do século XX tais discussões foram efetivadas. Nas páginas a seguir apresento essa questão e, do mesmo modo, faço um paralelo com a imprensa estadunidense, que também passou por um processo semelhante e recorrentemente é lembrada como “parâmetro” a ser perseguido quando o assunto gira em torno da questão da “objetividade jornalística”. Julgo ser absolutamente importante abordar tal questão porque é justamente nesse momento histórico que surgia a *Brasil-Oeste*. Além disso, apesar de um discurso que buscava justamente apresentar a modernidade de suas páginas, a estreita ligação de seus diretores com grupos políticos e econômicos de Mato Grosso mostrava o contrário, e esta tensão existente na imprensa brasileira, aqui exemplificada pela revista de Fausto Vieira de Campos, é algo que tem preocupado os historiadores e jornalistas que analisam as publicações periódicas, tal como mostrarei a seguir.

1.3. A objetividade e modernização da imprensa: discussões a respeito.

Em meio a tantas mudanças no jornalismo do Brasil das primeiras décadas do século XX, muitos pesquisadores têm debatido com ênfase a questão da modernização da imprensa. Esse foi o caso do historiador francês André de Seguin des Hons que, em seu estudo sobre a grande imprensa brasileira,²³ ressaltava o caráter opinativo do jornalismo do país no período da chamada Primeira República (1890-1930). O autor informava que a preocupação com a ‘objetividade’ já fazia parte da cultura jornalística europeia e americana há certo tempo, mas ainda era estranha à prática dos jornais brasileiros naquele momento. Nas palavras do autor, apresentadas nas páginas iniciais de seu livro, há a seguinte informação:

La presse brésilienne, depuis l'Empire jusqu'à la décennie de 1950, a été une presse d'opinion. L'objectif des journaux, avant même d'informer, était de pendre position, d'essayer de mobiliser leurs lecteurs. Non seulement les quotidiens participaient

²³ Vale a pena apontar que apesar do título de seu trabalho ser *Le Brésil, presse et histoire: 1930-1985*, o historiador francês, no entanto, limitou-se a fazer uma abordagem especificamente sobre a evolução da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo. De todo modo, isso não diminui a importância dessa obra, pois, conforme resalta Jean-Paul Bruyas em resenha feita sobre o livro de des Hons, tal limitação “é legítima, dada a enorme importância das duas metrópoles” (*mais il est légitime, étant donné l'énorme importance des deux métropoles*) BRUYAS, Jean-Paul. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, Année 1987, Volume 49, Numéro 1, p. 188-190.

*activement aux luttes politiques, mais ils en étaient aussi le principal instrument [...] Le souci « d'objectivité » qui caractérisait déjà une partie de la presse européenne et américaine était encore étranger aux quotidiens brésiliens de la República Velha.*²⁴

Como vimos, des Hons apresenta a questão da objetividade relacionando-a à partidarização ou politização dos impressos periódicos. No entanto, creio ser importante relativizar um pouco a questão da “incorporação de valores do jornalismo americano” das décadas iniciais do século XX, ou a ideia de que o jornalismo brasileiro estava tão deficitário em relação à imprensa estadunidense no período correspondente. De fato, o jornalismo brasileiro permanecia muito marcado pela opinião, pois os “jornais tinham se transformado em empresas capitalistas, mas ainda serviam a poderes tradicionais”.²⁵ Contudo, como mostrarei mais adiante, trata-se de um processo de média duração que já vinha sendo debatido há algum por alguns setores da imprensa nacional.

Outro aspecto que julgo ser relevante mencionar é que, ao que me parece, pelo menos até a terceira década do século XX, mesmo o jornalismo norte-americano ainda passava por um processo de transformação que se iniciou no século XIX, mas que não estava completamente amadurecido ou tão independente da (*opinião*) política. Deste modo, peço licença ao leitor para abrir um longo parêntese que tem como maior intenção chamar atenção ao fragmento da citação antes mencionada, na qual André de Seguin des Hons dizia que a “preocupação da ‘objetividade’, que já caracterizava parte da imprensa europeia e americana, ainda era estranha aos jornais brasileiros da República Velha”.

Abstendo-me, por ora, de falar da “parte europeia” (pois não sei exatamente quais eram os países que o autor fazia referência), ao menos nos Estados Unidos a ideia de “objetividade” não estava bem edificada no período que corresponde à Primeira República brasileira, uma vez que é preciso levar em consideração que alguns estudos a respeito indicam que tal conceito só surgiu naquele país, efetivamente, no final da terceira década do século XX. Ainda que isso seja, vez ou outra, lembrado pela historiografia da imprensa, tenho a sensação de que parece haver uma superestimação no que diz respeito à objetividade

²⁴ DES HONS, André de Seguin. *Le Brésil, presse et histoire: 1930-1985* : Paris, Editions L’Harmattan, 1985, p. 13-14. Tradução: “A imprensa brasileira, desde o Império até a década de 1950, era uma imprensa de opinião (partidária). O objetivo dos jornais, antes mesmo de informar, era de tomar posição, na tentativa de mobilizar os seus leitores. Os jornais diários não só participaram ativamente nas lutas políticas, mas eram também seu principal instrumento [...] A preocupação da "objetividade", que já caracterizava parte da imprensa europeia e americana, ainda era estranha aos jornais brasileiros da República Velha”.

²⁵ RIBEIRO, Ana Paula G., *Op. Cit.*, 2007, p. 27.

jornalística estadunidense (no sentido de emancipação político-partidária por parte dos periódicos daquele país).

Apesar dos seus inegáveis avanços tecnológicos e da evolução da economia da época, que afetaram *o fazer* de sua imprensa (tais como as práticas do *lead* e da pirâmide invertida, que já se faziam presentes; além da publicidade, que começava a dominar o mercado editorial), no entresséculo XIX-XX ainda havia problemas de natureza semelhante à brasileira no que diz respeito à sua “partidarização”, ou do predominante jornalismo de opinião (*commentary*) nos Estados Unidos.

Carlos Lins, um dos autores que mais enfatizam a superioridade da imprensa norte-americana, pautado no clássico estudo de Michael Schudson²⁶, informa que

Até os anos 1830, os jornais americanos prestavam serviços ou a partidos políticos ou a alguma atividade de negócio. Depois deles, os jornais passaram a vender um produto (a notícia) a um público e a vender o seu público a anunciantes interessados em aumentar a venda de seus próprios produtos.²⁷

Lins apoia-se em algo que é efetivamente defendido por Schudson em 1978, pois o pesquisador estadunidense afirmava que a década de 1830

[...] marcou uma revolução no jornalismo americano. Essa revolução levou ao triunfo da notícia sobre o editorial, dos fatos sobre a opinião, uma mudança que foi moldada pela expansão da democracia e do mercado e que conduziria, no seu devido tempo, ao incômodo compromisso de fidelidade do jornalista com a objetividade²⁸.

No entanto, anos mais tarde, em 2001, o próprio Michael Schudson relativizou tal questão ao mencionar que, por mais que houvesse efetivamente uma dinamização econômica, evolução tecnológica e uma expansão democrática em terras ianques, isso não impediu a prática do jornalismo partidário (ainda que o autor continue a achar que tais modificações na sociedade norte-americana não possam ser desprezadas, como pode ser conferido no fragmento logo abaixo):

²⁶ SHUDSON, Michael. *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*, 1978. Somente em 2010 traduzido para o português pela editora Vozes, sob o título: *Descobrimdo a notícia – uma história social dos jornais nos Estados Unidos*.

²⁷ SILVA, Carlos Lins da. *Op. Cit.*, 1990, p. 61.

²⁸ Texto citado por Carlos Lins da Silva, *Op. Cit.*, 1990, p. 61. Faço uso da versão traduzida pelo próprio autor. No original, de autoria do sociólogo Michael Schudson: “*It is now widely agreed that the 1830s, a remarkable decade in so many ways, marked a revolution in American journalism. That revolution let to the triumph of “news” over the editorial and “facts” over opinion, a change which was shaped by the expansion of democracy and the market, and which would lead, in time, to the journalist’s uneasy allegiance to objectivity*”, *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*. New York, Basic Books, 1978, p. 14.

*In 19th century journalism, editors came to take great pride in the speed and accuracy of the news they provided. With the introduction in the 1830s of the rotary press and soon the steam-powered press, amidst an expanding urban economy on the Eastern seaboard, and in the rush for enthusiasm for Jacksonian democracy, commercial competition heated up among city newspapers.*²⁹

Apesar de atingir certo nível de progresso, tanto no âmbito econômico-tecnológico quanto no político, continua o sociólogo estadunidense ressaltando que isso não aboliu a partidarização dos periódicos. Muito pelo contrário, Schudson contesta, de certo modo, as duas principais teses difundidas nos Estados Unidos acerca do surgimento da objetividade na imprensa daquele país. Uma delas atribui tal progresso à expansão do mercado (publicidade e também aumento do número de leitores³⁰) e ao entusiasmo democrático; já a segunda corrente defende a ideia de que tal desenvolvimento por parte do jornalismo teria relação com o incremento tecnológico, especialmente após a invenção do telégrafo, que passou a exigir dos jornalistas uma escrita mais factual e menos opinativa, além de supostamente ter padronizado ou universalizado a redação jornalística. O autor não nega tais leituras, porém deixa claro que isso não impediu que a subjetividade ainda fosse preponderante e mais, indica que “*the notion that the move from partisanship to objectivity was economically motivated is widely believed but nowhere justified.*”³¹ Assim, penso ser necessário fazer uma extensa citação na qual Schudson deixa seu posicionamento muito claro:

This newly aggressive commercialism in journalism was an important precondition for modern notions of objectivity or fairness, but [...] editors found this perfectly consistent with political partisanship and their choosing to cover only the speeches or rallies of the party they favored. It was equally consistent, in their eyes, for reporters to go over speeches with sympathetic politicians to improve, in printed form, on the oral presentation. Into the 1870s and 1880s, Washington correspondents

²⁹ SCHUDSON, Michael. The objectivity norm in American journalism. *Journalism*, Vol. 2, N. 2, p. 149-170, 2001, p. 155. Tradução: “No jornalismo do século 19, os editores se orgulhavam da velocidade e precisão em que imprimiam e forneciam as suas notícias. Com a introdução, em 1830, da prensa rotativa e, logo, a prensa a vapor, em meio a uma economia urbana em expansão na costa leste [norte-americana], e com o entusiasmo pela democracia Jacksoniana, a concorrência comercial esquentou entre os jornais das cidades”.

³⁰ Michael Schudson, inclusive, defende a ideia de que, apesar do considerável aumento de leitores de jornais no interregno que corresponde ao final do século XIX até a década de 1920, isso não diminuiu o poderio de jornais políticos. Nas suas palavras: “Readership was growing so rapidly in the late 19th century – from 3.5 million daily newspaper readers in 1880 to 33 million in 1920 – a great variety of journalistic styles were economically rewarding. *Very likely the most lucrative option was strident partisanship*” (A prática da leitura foi crescendo muito rapidamente no final do século 19 – de 3,5 milhões de leitores de jornais diários em 1880 para 33 milhões em 1920 – e uma grande variedade de estilos jornalísticos eram economicamente compensadores por isso. [No entanto,] *Muito provavelmente, o segmento mais lucrativo foi o partidarismo estridente*). *Op. Cit.*, 2001, p. 160. Os grifos são meus.

³¹ SCHUDSON, Michael. *Id.*, p. 160. Tradução: “a noção de que a mudança do partidarismo para a objetividade foi motivada economicamente é largamente acreditada, mas em nenhum lugar justificada”.

*routinely supplemented their newspaper income by clerking for the very congressional committees they wrote about. As late as the 1890s, when a standard Republican paper covered a presidential election, it not only deplored and derided Democratic candidates in editorials but often just neglected to mention them in the news. In the days before public opinion polling, the size of partisan rallies was taken as a proxy for likely electoral results. Republican rallies would be described as 'monster meetings' while Democratic rallies were often not covered at all. And in the Democratic papers, of course, it was just the reverse.*³²

O autor defende a hipótese de que foi no interior da própria *prática* jornalística que surgiu a ideia de objetividade. Ele acredita que a separação dos fatos e valores surgiu em dois momentos: primeiro, após a relativa independência dos repórteres em relação aos seus empregadores (que desencadeou o surgimento de uma autoconsciência por parte da categoria); segundo, em decorrência da emergência de uma séria discussão profissional sobre a “objetividade” que se deu apenas depois da Primeira Guerra Mundial. Nesse período despontava o profissional das “relações públicas”, que atendia aos interesses privados, fossem eles de governos, políticos, ou do *business*, e que se resumia a escrever histórias (fazer propaganda) favoráveis sobre aqueles que lhes pagavam. Tal momento é conhecido como a “era da propaganda”. Nesse sentido, os jornalistas buscaram se afastar dessa prática. Diz Schudson, “*Journalists grew self-conscious about the manipulability of information in the propaganda age*”, de tal forma que, por volta dos anos 1920, “*They felt a need to close ranks and assert their collective integrity in the face of their close encounter with the ‘publicity agents’ unembarrassed effort to use information (or misinformation) to promote special interests*”.³³

Uma visão similar foi defendida por Richard Streckfuss, pois, para ele, a palavra “objetividade” sequer foi usada pelo jornalismo norte-americano até o final dos anos 1920.

³² SCHUDSON, Michael. *Op. Cit.*, 2001, p. 155. Tradução: “Esse agressivo e novo comercialismo no jornalismo foi uma condição importante para as noções modernas de objetividade ou imparcialidade, mas [...] os editores consideravam estas perfeitamente compatíveis com o partidário político e [era comum fazerem] sua escolha para cobrir apenas os discursos ou comícios do partido que eles favoreciam. Foi igualmente compatível, em seus olhos, que os repórteres melhorassem os discursos orais de políticos que lhes eram simpáticos em sua forma impressa. Nas décadas de 1870 e 1880, correspondentes de Washington rotineiramente complementavam os seus rendimentos trabalhando para os congressistas de que eles falavam. Ainda nos anos 1890, quando um jornal republicano cobria as eleições presidenciais, não só deplorava e ridicularizava os candidatos democratas em seus editoriais, mas muitas vezes, sequer os mencionava em seus noticiários. Nos dias anteriores às sondagens de opinião pública, o tamanho dos comícios partidários era tomado como representações para os resultados eleitorais prováveis. Comícios republicanos poderiam ser descritos como "reuniões monstro", enquanto que os comícios democráticos muitas vezes tinham sequer cobertura por parte do jornal. E nos jornais democráticos, é claro, ocorria exatamente o contrário”.

³³ SCHUDSON, Michael. *Op. Cit.*, 2001, p. 162-163. Tradução: “Os jornalistas criaram consciência sobre a manipulação da informação na era da propaganda” [...] “Eles sentiram a necessidade de cerrar fileiras e fazer valer a sua integridade coletiva em face de sua proximidade com os ‘agentes de publicidade’ e seu desembaraçado esforço para usar a informação (ou desinformação) para promover interesses especiais”.

Além disso, tal termo originalmente representava um procedimento muito mais ligado ao movimento cultural do naturalismo científico e, mais do que servir como um veículo de neutralidade, o método objetivo era visto como um antídoto contra o ufanismo e emocionalismo presentes na conservadora imprensa americana.³⁴ Na busca pelas primeiras menções do termo “objetividade”, dizia o autor,

Whatever objectivity may mean now, it had a particular and important meaning at its outset, a meaning created to cope with new information and new conditions. Those conditions, though now mostly ignored, are with us still [...] Objectivity was founded not on a naive idea that humans could be objective, but on a realization that they could NOT. To compensate for this innate weakness, advocates in the 1920s proposed a journalistic system that subjected itself to the rigors of the scientific method. (Palavra em caixa alta, do original).³⁵

O jornalismo estadunidense buscava se enquadrar no rigor do método científico, que se inseriu no mundo acadêmico nos Estados Unidos. Conforme ressalta Edward A. Purcell Jr., “*By the second decade of the twentieth century the ideal of a science of society was firmly entrenched in American thought*”,³⁶ de tal forma que via-se florescer o naturalismo científico, por meio da chamada “escola de pensamento” que buscava explicar o universo a partir de “*scientific investigations [that] could yield true knowledge*”,³⁷ isto é, “*only knowledge gained by scientific investigation is valid*”.³⁸

Nesse sentido, na esteira do mundo científico norte-americano, que postulava o rigor do método como um “termostato” que devia controlar a “temperatura” da subjetividade humana, o jornalismo estadunidense repensava seu ofício naquele período. Em resumo,

³⁴ STRECKFUSS, Richard, Objectivity in Journalism: a search and a reassessment. *Journalism Quarterly*, Vol. 67, n. 4, p. 973-983, 1990, p. 973. No original: “*Journalists did not begin to use the word ‘objective’ to describe their work until the 1920s. The term originally represented a rigorous reporting procedure growing out of the broader cultural movement of scientific naturalism. Rather than serve as a vehicle of neutrality, the objective method was seen as an antidote to the emotionalism and jingoism of the conservative American press*”.

³⁵ *Idem*, p. 974. Tradução: “Seja qual for o significado de objetividade agora, ele teve uma definição especial e importante no seu início, um sentido criado para lidar com novas informações e novas condições. Essas condições, embora agora ignoradas, ainda estão conosco [...] Objetividade foi fundada não sobre a ideia ingênua de que os seres humanos poderiam ser objetivos, mas em uma percepção de que eles NÃO poderiam. Para compensar essa fraqueza inata, os defensores na década de 1920 propuseram um sistema jornalístico que se sujeitasse aos rigores do método científico”.

³⁶ PURCELL JR., Edward A. *Crisis of democratic theory: scientific naturalism & the problem of value*. Kentucky, Editorial and Sales Offices: The University Press of Kentucky, 1973, p. 15. Tradução: “Pelos idos da segunda década do século vinte o ideal de ciência da sociedade estava firmemente enraizada no pensamento americano”.

³⁷ *Idem*, p. 3. Tradução: “investigações científicas [que] poderiam produzir o verdadeiro conhecimento”.

³⁸ STRECKFUSS, Richard. *Op. Cit.*, 1990, p. 975. Tradução: “somente o conhecimento adquirido pela metodologia científica é válido”.

Richard Streckfuss afirmava que “*in its original sense, objectivity meant finding the truth through the rigorous methodology of the scientist*”³⁹ e, mesmo com todas as discussões a esse respeito que ocorreram no decorrer da década de 1920, o autor defendia a ideia de que “*many papers still aligned themselves with political party and that almost all newspapers had polices – issue positions that were to be reflected in the news columns*”.⁴⁰

Acho importante, antes de retornar à discussão sobre a imprensa brasileira, replicar uma citação feita por Streckfuss de um artigo intitulado *The Party Flag Comes Down*, escrito por William Preston Beazell e publicado em 1931 na famosa revista *Atlantic Monthly* (que circula até os dias atuais), no qual mostrava tanto o anseio (com bastante otimismo) por superar o jornalismo político-partidário, quanto o receio por ele continuar a existir. Dizia Beazell, “*How strange a day it will be when this, of all nations, finds the partisan newspaper the exception and no longer the rule! That day is coming through.*”⁴¹

Este largo parêntese que abri foi necessário, pois penso que o atraso jornalístico brasileiro da Primeira República em relação ao estadunidense merece ser relativizado. Conforme já mencionei, ainda que inegavelmente nos Estados Unidos já existissem discussões e tentativas de reformulações no campo jornalístico, parece-me que precisamos manter cautela quando fazemos tal tipo de comparação. Marialva Barbosa (apesar de salientar a importância dos anos 1950 para a imprensa brasileira) nos mostrou que aquela discussão também vinha sendo feita – ao menos no jornalismo do Rio de Janeiro – desde os anos finais do século XIX e início do século XX. Diz a autora:

As bases para construção do ideal de objetividade do jornalismo [...] estão lançadas na virada do século XIX para o XX. A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção [...]⁴²

Lavina Ribeiro, em estudo dedicado à evolução da imprensa carioca, igualmente credita ao século XIX, especialmente a partir dos anos 1860, o despontar de periódicos “com intenções discursivas desvinculadas de um explícito compromisso partidário”. Isso não

³⁹ STRECKFUSS, Richard. *Op. Cit.*, 1990, p. 975. Tradução: “em seu sentido original, *objetividade* significava encontrar a verdade por meio de uma rigorosa metodologia científica”. Grifo meu.

⁴⁰ *Idem.*, p. 982. Tradução: “muitos jornais *ainda* estavam alinhados com partidos políticos e a maior parte deles tinha posições políticas que eram refletidas em suas colunas”. Grifo meu.

⁴¹ BEAZELL, William P., *apud* STRECKFUSS, Richard, *Op. Cit.*, 1990, p. 982. Tradução: “Como será estranho o dia em que, em todas as nações, encontraremos jornais político-partidários como exceções e não mais como a regra! Esse dia está chegando”.

⁴² BARBOSA, Marialva. *Op. Cit.*, 2007, p. 40.

significa dizer que eram totalmente neutros, mas que atuavam “como agentes políticos singulares, não necessariamente instrumentalizados por partidos.”⁴³

Pautando-se nas considerações de Marialva Barbosa, porém, sendo mais incisiva, a historiadora Aline Andrade Pereira contesta a tese de que a década de 1950 seria o ponto de ruptura com o jornalismo opinativo e político. A autora nos adverte que “o final do século XIX e o início do século XX são esquecidos como momentos em que o mito da objetividade planta suas raízes” e acrescenta que, muitas vezes, “o surgimento dos ideais de objetividade e neutralidade é tomado de forma episódica na História do Jornalismo, nos anos (19)50 – marco fundador da modernidade da imprensa brasileira – ou no máximo são vistos como gestados na década anterior, os anos 40.”⁴⁴ Desse modo, a autora propõe:

A hipótese que levantamos é a de que a neutralidade e a objetividade no jornalismo brasileiro devem ser vistas como parte de um processo mais amplo que tem início no início do século XX e culmina com as reformas modernizantes dos anos 1950 e não tendo nesta década o seu marco inicial.⁴⁵

André de Seguin des Hons, por sua vez, defende a ideia de que o jornalismo brasileiro da Primeira República estava “deficitário” no que diz respeito às discussões sobre a objetividade jornalística, conforme foi mostrado há pouco. Desse modo, segundo o autor, será apenas a partir da “revolução de 1930” e o período da “Ditadura Vargas” que se inicia um período marcado pela transição da prática jornalística brasileira em decorrência do policiamento do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), tendo sido necessária “uma reformulação forçada” do jornalismo de opinião. Nas palavras do autor, a imprensa da época foi “transformada em máquina de propaganda” (oficial),⁴⁶ minimizando, em certa medida, as paixões políticas. Porém, é importante lembrar que, segundo Tania Regina de Luca, faz-se necessário ter cuidado com “uma visão urdida a partir da perspectiva do aparato estatal, como se suas intenções de governantes, seus interlocutores e porta-vozes tivessem sido impostas de

⁴³ RIBEIRO, Lavina M. Imprensa e Esfera Pública no Jornalismo Brasileiro. *Comunicação & Sociedade*, UMESP -SP, v. 1, n. ano 25, p. 97-114, 2004, p. 110.

⁴⁴ PEREIRA, Aline Andrade. Imprensa e Primeira Guerra Mundial. Objetividade e neutralidade nas páginas dos periódicos da época. In: *XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2012, Fortaleza, 2012. p. 3.

⁴⁵ *Idem*, p. 1-2.

⁴⁶ DES HONS, André de Seguin. *Op. Cit.*, 1985, p. 14. Fiz um resumo das ideias do autor a partir do trecho a seguir, em seu idioma original: “*La révolution de 1930 et la période Vargas marquèrent une transition. Le bâillonnement de la presse et le carcan idéologique imposé par la censure du DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) ont contribué à une reformulation forcée du journalisme d’opinion. Transformées en machine de propagande au service de l’Etat, les publications ont cessé entre 1937 et 1944 d’exprimer des positions diversifiées*”.

forma plena”. A autora, sem desconsiderar “a truculência do regime”, nos lembra que não podemos crer que as “ações controladoras [do Estado] esbarrassem numa imprensa dócil” e pretende, nesse sentido, “matizar tal visão”. A partir de uma análise de quatro revistas culturais, a historiadora propõe

[...] investigar se havia alguma possibilidade de fazer oposição ao projeto hegemônico, ainda que de forma enviesada e cuidadosa. Se não é o caso de afirmar a existência de uma proposta alternativa ao projeto cultural varguista, claramente delineado no decorrer do Estado Novo (1937-1945), trata-se de averiguar se nas páginas desses periódicos não houve espaço para, pelo menos, não engrossar o coro dos que defendiam os rumos políticos e culturais adotados.⁴⁷

Importante repetir que a autora deixa claro que sua preocupação não é negar a opressão e controle por parte do Governo Vargas, mas tão somente mostrar outra perspectiva, ou levantar questões, tais como “se as intenções e prescrições emanadas do executivo e seus porta-vozes foram recebidas e absorvidas de forma passiva por toda a sociedade.”⁴⁸

Voltando à questão levantada por Aline Andrade Pereira, existem pesquisadores, como Ana Paula G. Ribeiro, por exemplo, que defendem a tese de que foi somente na década de 1950 “e não antes – que as idéias de neutralidade e imparcialidade se formalizaram [...] e passaram a reger e a guiar, como regra básica, a prática profissional dos jornalistas”. É válido ressaltar, no entanto, que mesmo Ribeiro faz uma série de relativizações no que diz respeito a tal questão, como pode ser visto logo abaixo.

O aparecimento do jornalismo informativo, na primeira metade do século XX, não levou à aplicação de técnicas como o *lead* ou a pirâmide invertida. E, mesmo nos anos 50, a aplicação dessas técnicas não implicou na importação, na sua totalidade, do ideário jornalístico norte-americano. Mesmo nesse período, os conceitos de objetividade e neutralidade ainda apresentavam limites muito claros. O processo de incorporação foi marcadamente contraditório, implicando em avanços e recuos⁴⁹.

Assim, enquanto Aline Pereira enfatiza que há uma desvalorização das primeiras décadas e que os anos 1950 não foram revolucionários tanto quanto se pensa, Goulart é uma das principais referências quando o assunto é a renovação da prática jornalística no Brasil de meados do século XX, mesmo com todas as suas ressalvas.

⁴⁷ LUCA, Tania Regina de. As revistas de cultura durante o estado novo: problemas e perspectivas. In: *IV Encontro Nacional de História da Mídia. A luta pela liberdade de imprensa - revisão crítica dos 300 anos de censura*, 2006, São Luis do Maranhão/MA. Anais do 4o Encontro Nacional de História da Mídia. São Luis/MA: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. v. 1. p. 1-13. p. 1.

⁴⁸ *Idem*, p. 5.

⁴⁹ RIBEIRO, Ana P. Goulart. *Op. Cit.*, 2007, p. 28.

Acredito, no entanto, que tais renovações – com avanços e recuos – possam ter ocorrido especialmente no Estado do Rio de Janeiro desde os finais do século XIX e, depois, em São Paulo. Esse processo foi construído em meio a inúmeras contradições, pois a herança “opinativa” ou “partidária” da imprensa brasileira se fez presente nos anos 1950 até pelo menos o “Golpe de 1964”, uma vez que continuava – apesar dos seus avanços técnicos e da profissionalização do jornalista – a manter a tradição do jornalismo de opinião, sob influência político-partidária ou à sombra de calorosas “paixões políticas” em suas redações, tal como afirma des Hons:

*Malgré le glissement du journalisme d'opinion au journalisme d'information, les quotidiens n'ont pas cessé, entre 1945 et 1964, d'être les vecteurs des courants politiques et des intérêts de groupes sociaux. La presse s'est située au centre des luttes et des contradictions.*⁵⁰

Nesse sentido, embora esteja bastante estruturada essa ideia de objetividade e profissionalização do jornalismo brasileiro, que avança e recua desde o crepúsculo do século XIX, creio que *o mais importante* a ser ressaltado reside na ideia de que a maior parte das pesquisas historiográficas só fizeram abordagens relacionadas ao Sudeste do país, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse sentido, creio que outro aspecto a ser considerado é que faltam análises que nos respondam como se deu tal processo de modernização ou reformulação na imprensa nesses lugares em diferentes espaços do Brasil. Em Mato Grosso, por exemplo, dois de seus mais populares jornais eram eminentemente partidários⁵¹ nos anos 1950 de tal forma que, quando muitas pesquisas falam em “década de ouro” para a imprensa brasileira, as referências normalmente são feitas muito mais em relação ao jornalismo carioca e, em seguida, paulista, faltando – portanto – um aumento na escala de análise.

De qualquer maneira, creio que inevitavelmente é preciso levar em consideração aquilo que nos lembra Jean-Paul Bertaud (comentando um fragmento de um texto de Jacques Godechot, quando este último tentava estruturar os estudos sobre a imprensa, ou, como menciona Bertaud, deslocar o lugar da imprensa da concepção de fonte secundária, como – na época – muitos gostariam que fosse): “*Laboratoire d'idéologies, espace pédagogique de*

⁵⁰ DES HONS, André de Seguin, *Op. Cit.*, 1985, p. 78. Tradução: “Malgrado o deslizamento do jornalismo de opinião para o jornalismo de informação, os jornais diários não cessaram, entre 45-64, de constituírem-se como vetores de correntes políticas e de interesses de grupos sociais. A imprensa se situa no centro das lutas e das contradições”.

⁵¹ Este foi o caso, por exemplo, de dois dos jornais de maior circulação em Campo Grande. O *Correio do Estado* era um órgão udenista (União Democrática Nacional) e *O Matogrossense* do PSD (Partido Social Democrata).

pratiques politiques, la presse est, pour le doyen Godechot, un camp où se fournissent les armes et où des hommes se préparent à l'action. C'est aussi, remarque-t-il, une affaire de gros sous".⁵²

A empresa jornalística, nesse sentido, sendo um negócio de mercado, tem como maior objetivo buscar rentabilidade. Porém, a própria ideia de rentabilidade precisa ser alargada, como bem adverte Celso Almuñia Fernández:

*[...] toda empresa busca una 'rentabilidad'. Sin embargo, no se debe tomar el término en estricta y limitada significación económica; pero hay muchas otras, por ejemplo, influencia política, ideológica, etc. Conocemos a lo largo de la historia de la prensa, empresas periodísticas que jamás fueron rentables económicamente y, sin embargo, perduraron años y años.*⁵³

No mesmo sentido, conforme ressalta Luís P. Martins, influenciado pelas análises de Bourdieu, o campo jornalístico “está sempre obrigado a lidar com uma série de pressões externas: do campo político (Estado), do campo econômico (anunciantes) e do universo de leitores”,⁵⁴ portanto, naquele período (anos 1950), com desenvolvimento econômico do país, certamente houve muitos casos em que foi necessário mesclar os interesses, exigindo, nesse sentido, um tipo de imprensa que pudesse incorporar as inovações do jornalismo, sem ter que necessariamente deixar de lado sua característica opinativa ou inclinação partidária. Por conseguinte, ainda que já houvesse na imprensa uma discussão desde o final do século XIX e início do século XX sobre as inovações da prática jornalística e, dentre elas, a objetividade (no sentido de neutralidade ou afastamento da influência política-partidária das redações), pelo menos nos chamados “grandes centros” brasileiros, foi no período pós-ditadura Vargas que solidificaram-se alguns dos novos ideais do jornalismo brasileiro, que buscavam por uma

⁵² BERTAUD, Jean-Paul. Histoire de la presse et Révolution. *Annales historiques de la Révolution française*, n° 285, 1991. pp. 281-298, 1991, p. 281. Tradução: “Laboratório de ideologias, espaço pedagógico de práticas políticas, a imprensa é, para o decano Godechot, um campo onde se fornecem as armas aos homens e onde os mesmos se preparam para a ação. É também, segundo ele, um grande negócio.” O texto utilizado por Bertaud de Godechot é *Histoire de la Presse française*, tome 1: Des origines à 1814, Paris, PUF, 1969.

⁵³ FERNÁNDEZ, Celso Almuñia. Prensa e la opinión pública. La Prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería. In. FERRER BENIMELI, José A. (coord.). *Masonería, política y sociedad*. Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española, Córdoba, p. 245-279, 1989, p. 257. Tradução: “[...] toda empresa busca uma ‘rentabilidade’. Sem embargo, não se deve tomar o termo em estrita e limitada significação econômica, pois existem muitas outras, por exemplo, influência política, ideológica, etc. Conhecemos, ao longo da história da imprensa, empresas periodistas que jamais foram rentáveis economicamente e, no entanto, perduraram por anos e anos, uma vez que seu objetivo central, logo, era outro.”

⁵⁴ MARTINS, Luis Carlos Passos. *A grande imprensa liberal da Capital Federal (RJ) e a política econômica e social do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese (Doutorado) 360f. PUCRS, Porto Alegre, 2010, p. 12.

“rentabilidade” em sentido mais amplo (não somente defendendo ou acusando partidos políticos, mas também pensando nos anunciantes e leitores).

Outro aspecto que é preciso lembrar no que diz respeito da chamada inovação da prática jornalística brasileira dos anos 1950 (e que estava, de certo modo, ligada à tentativa de emancipação da imprensa em relação à política), foi a busca por melhoramentos redacionais dos textos noticiosos, isto é, por uma melhor apresentação das notícias. Nas palavras de Des Hons,

Dans les années (19)50, les techniques de rédaction se sont modifiées, sous l'effet de l'implantation du journalisme « objectif ». Les normes américaines du « lead » ont été reprises, petit à petit, par la plupart des grands quotidiens. La technique du lead, qui consiste à présenter un article en commençant par une synthèse événementielle, engendra une mutation [...] La standardisation de la langue de presse, s'est opérée méthodiquement à partir de 1950. Les règles de rédaction, devenues semblables d'un quotidien à l'autre, spécifiaient clairement le style à suivre.⁵⁵

Em resumo, “o *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo que devia resumir o relato principal, respondendo a seis perguntas básicas: Quem? Fez o quê? Quando? Onde? Como? E por quê?”⁵⁶ Além dessa técnica, havia também a “pirâmide invertida”, ou seja, “o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações”.⁵⁷ Isso se dava pelo fato de que, já nesse período, a sociedade sofria problemas com escassez de tempo, que afetavam o dia-a-dia. Desse modo, se o leitor não pudesse fazer uma leitura completa do artigo ou da reportagem em sua totalidade, nos seus parágrafos iniciais as informações mais importantes já deviam estar expostas. “O ritmo cada vez mais acelerado da vida moderna exigia adaptações para tornar os veículos dinâmicos para as notícias e para a propaganda.”⁵⁸

Isso fica nítido em uma das publicações mais importantes para o jornalismo brasileiro daquele tempo, que foi o *Anuário Brasileiro de Imprensa PN – Publicidade &*

⁵⁵ DES HONS, André de Seguin, *Op. Cit.*, 1985, p. 15, Tradução: “Nos anos (19)50, as técnicas de escrita mudaram, como resultado da implementação do jornalismo "objetivo". Padrões americanos do “*lead*” foram tomados de forma gradual, na maioria dos grandes jornais. [Portanto] A técnica do *lead*, que consiste em apresentar um texto começando por uma síntese, gerou uma transformação [...] A padronização da linguagem da imprensa ocorreu de forma sistemática a partir de 1950. As regras de escrita, bastante similares de um jornal ao outro, especificaram claramente o estilo que deveria ser seguido”.

⁵⁶ RIBEIRO, Ana Paula G., *Op. Cit.*, 2007, p. 30-31.

⁵⁷ *Idem*, p. 31.

⁵⁸ *Idem*, 2007, p. 32.

*Negócios*⁵⁹ (fonte riquíssima de informações que, pelo que me consta, permanece sem ter sido objeto de nenhum estudo específico). Ainda que me faltem maiores informações a este respeito, é possível notar certa preocupação por parte dos redatores do *Anuário* no que tange à melhoria das técnicas de redação. Mostrarei, a partir de dois fragmentos como os seus colaboradores pensaram tal problemática.

Na edição de 1958, volume XVIII, sob a direção de Genival Rabelo e Manoel Maria Vasconcellos, os diretores do *Anuário* contemplam o leitor (que era aquele especializado, isto é, o jornalista⁶⁰), com os manuais de redação de dois jornais cariocas, o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*. Segundo os editores, as “Regras de Redação do *Diário Carioca*” eram vistas como uma das melhores do país e estavam ali para servir de guia para a imprensa de outros lugares. Vale a pena citar aquilo que parece ser central naquele “ideal” de jornalismo perseguido nos anos 1950. Como vimos, naquele momento era muito importante apresentar com clareza as seis questões do *Lead*, que resumissem para o leitor o teor do texto que deveria ser escrito, tal como é possível ver a seguir:

Ocupar o primeiro parágrafo das notícias com: a) – um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior número das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: *que?*, *quem?*, *onde?*, *como?* *E por quê?*; ou: b) – um aspecto mais sugestivo e suscetível de interessar o leitor no acontecimento.⁶¹

Curiosamente, a *Tribuna da Imprensa* era propriedade de Carlos Lacerda, um dos mais conhecidos e importantes políticos da época, especialmente pela sua evidente oposição ao governo Vargas, mas que também trazia regras de redação similares ao *Diário Carioca*, tal como se segue logo abaixo:

A “guia” destina-se a atrair e prender a atenção do leitor, conduzindo-o ao parágrafo seguinte. Comece, pois, a notícia pelo que houver de mais interessante (para o leitor) na notícia. Dê no primeiro parágrafo (ou nos primeiros) [...] uma súmula das

⁵⁹ O “Anuário Brasileiro de Imprensa” foi criado pela editora “Empresa Jornalística PN S/A” no ano de 1946. A mesma editora fundou, dois anos antes, o “Anuário de Publicidade”, e em 1947 o “Anuário Brasileiro de Rádio”. Mudou seu nome, com o decorrer do tempo, para *Anuário de imprensa, rádio & televisão*. Seus principais diretores eram Manoel de Vasconcellos e Genival Rabelo. Informação retirada de: ABREU, Alzira Alves (et al). *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. Verbetes: Alvarus de Oliveira; Genival Rabelo; PN – Publicidade e Negócios, p. 183.

⁶⁰ Uma questão que se coloca e que talvez poderá ser respondida por uma pesquisa específica é a seguinte: em que medida o *Anuário* circulava nacionalmente e jornalistas de outras regiões do país estavam a par do que se discutia no Rio de Janeiro (que era o maior conglomerado da imprensa do país da época ou, ao menos, o mais influente)?

⁶¹ Regras de redação do “Diário Carioca”. In: *Anuário de imprensa, rádio & televisão*, Empresa Jornalística PN S.A., 1958, p. 32

principais e mais recentes informações do texto. Responda às perguntas que o leitor imediatamente lhe faria: QUE? QUEM? QUANDO? COMO? ONDE? POR QUE? Guarde esta fórmula: 3Q + CO + P = Notícia, ou desses elementos, destaque desde logo aquele mais sugestivo, capaz de interessar imediatamente o leitor.⁶²

Nesse sentido,

Essas mudanças estão associadas a todo um processo de transformação no campo jornalístico e apontam para a consolidação da sua dimensão empresarial, que passou a predominar sobre a política na determinação das estratégias da imprensa. Acreditamos, no entanto, que os anos 50 representaram não um momento de ruptura radical, mas o período de consolidação das transformações por que vinha lentamente passando a imprensa desde o início do século XX [...] e que, apesar de todas as rupturas, também conservou muitos aspectos da tradição.⁶³

Houve, assim, um movimento de mudanças que, segundo Alzira A. de Abreu, partiu das inovações que foram introduzidas sobretudo por jornalistas do Rio de Janeiro,⁶⁴ tais como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer. Além desses, diz a autora, já “no final dos anos 50, Alberto Dines introduziu muitas ideias no *Jornal do Brasil*, como resultado de sua passagem pelo *Los Angeles Times*”.⁶⁵ Ana Paula G. Ribeiro igualmente credita aos jornais cariocas o pioneirismo na renovação do jornalismo brasileiro.⁶⁶

A questão é que a objetividade jornalística de fato incomodava o profissional da imprensa dos grandes centros brasileiros, que tentava se desfazer um pouco da imagem de mera reprodutora da fala política. Para tanto, buscava-se a “mítica da objetividade [...] fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor”.⁶⁷ Esse era um dos passos necessários para a profissão jornalística ganhar maior respeito e representatividade junto à sociedade, sendo capaz de reproduzir os acontecimentos da melhor maneira para o seu leitor, de modo que este compreendesse os fatos da realidade por meio da *palavra* do jornalista.

⁶² Normas de redação da Tribuna da Imprensa. In: *Anuário de imprensa, rádio & televisão*, Empresa Jornalística PN S.A, 1958, p. 34.

⁶³ RIBEIRO, Ana Paula G., *Op. Cit.*, 2007, p. 28.

⁶⁴ É importante lembrar, conforme ressalta Lavina Ribeiro, que até meados dos anos 1960 “as instituições jornalísticas criadas na cidade do Rio de Janeiro [...] desenvolveram, de forma significativa, todos os padrões predominantes da história da imprensa brasileira”. *Op. Cit.*, 2004, p. 99.

⁶⁵ ABREU, Alzira A. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: *ABREU, Alzira Alves et al. (Org.). Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 15.

⁶⁶ RIBEIRO, Ana Paula G., *Op. Cit.*, 2007, p. 18

⁶⁷ BARBOSA, Marialva. *Op. Cit.*, 2007, p. 150.

Recorro mais uma vez ao *Anuário Brasileiro de Imprensa* para mostrar um pouco desse embate. No início da década de 1950, ano de 1952, há um artigo publicado por Genival Rabelo⁶⁸ intitulado “Temos já no Brasil uma grande Imprensa”, no qual o autor analisa alguns dados do *Boletim das Classes Dirigentes*⁶⁹ do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) e expõe com destaque a seguinte informação: “A obsessão dos jornais são os fatos – Os partidos políticos estão praticamente sem imprensa – de 316 registos sobre o sr. Getulio Vargas, na imprensa carioca, 36 foram favoráveis, 33 contrários e 247 indiferentes ou neutros”.⁷⁰

No decorrer de seu longo texto, Rabelo mostrou alguns quadros, feitos a partir das pesquisas do Ibope, que supostamente ratificariam sua tese de que a imprensa brasileira era injustiçada naquele momento. Com ironia, o jornalista lembrava: “Pasquim, pasquim e pasquim é tudo que sabem dizer”. Ponderava, no entanto, que tais acusações partiam, naquele tempo, de “leitores menos avisados porque, diante de um exame detido das folhas que se publicam entre nós, fazendo-se mesmo paralelo com imprensas estrangeiras [...] chego a conclusões bastante favoráveis”.⁷¹

Além disso, Genival dizia que a publicidade na imprensa brasileira era muito mais evoluída que a francesa, por exemplo. O autor chegava a esnobar os periódicos franceses nesse quesito pois, segundo ele, bastava “abrir qualquer revista ou jornal da França para sentir-se a escassês de mensagens de venda, que são, na maioria, de uma *pobreza alarmante*. Estamos inegavelmente, muito adiantados sobre a França, na propaganda promocional”.⁷²

⁶⁸ Genival Rabelo foi presidente da Associação Brasileira de Propaganda nos anos de 1956/57 (Associação esta que foi criada em 16 de julho de 1937) e, segundo Alzira A. de Abreu, “entre os anos de 1942 e 1964 esteve, juntamente com Manoel de Vasconcelos, dentre outros, à frente da ‘Empresa Jornalística PN S/A’”, sobretudo quando, em 1947, adquiriu a mesma, em sociedade com Vasconcelos. ABREU, Alzira Alves (et al.), *Op. Cit.*, Verbete: Genival Rabelo, 2007, p. 207.

⁶⁹ Segundo Silvana R. M. Martini, o “Boletim das Classes Dirigentes” era uma “publicação semanal, seu propósito era suprir as classes dirigentes da nação: líderes da política, do comércio e da indústria, de informações no terreno da pesquisa de opinião pública – assuntos políticos ou sociológicos – e da análise do comportamento da imprensa sobre pessoas, países, acontecimentos políticos de interesse e evidência para o país e o estrangeiro”. MARTINI, Silvana R. M. *O IBOPE, a opinião pública e o senso comum dos anos 1950: hábitos, preferências, comportamentos e valores dos moradores dos grandes centros urbanos brasileiros (Rio de Janeiro e São Paulo)*, 2011, p. 39. A mesma autora, em parceria com Emerson L. M. da Costa, informa que: “A série do *Boletim das Classes Dirigentes* é composta por 1.630 pesquisas de opinião pública, que cobrem o período de 1950 a 1957.” MARTINI, Silvia Rosana Modena; COSTA, Emerson Luís Marques da. A formação da sociedade de consumo nos anos 1950. In: *I CONPUESP - Congresso dos Profissionais das Universidades Estaduais de São Paulo*, 2011, São Paulo, SP.

⁷⁰ RABELO, Genival. Temos já no Brasil uma grande imprensa, *Anuário Brasileiro de Imprensa*, da Revista *Publicidade & Negócios*, maio de 1952, p. 11.

⁷¹ *Id.*, *Ibid.*

⁷² RABELO, Genival. Temos já no Brasil uma grande imprensa, *Anuário Brasileiro de Imprensa*, da Revista *Publicidade & Negócios*, maio de 1952. Os grifos são meus. O autor ainda apresenta alguns números

Nesse sentido, em sua visão, a imprensa já estaria muito mais preocupada em auferir lucros advindos da publicidade, relegando a segundo plano as paixões políticas.

Conforme demonstrou Ana Paula G. Ribeiro, em fragmento já citado anteriormente, ainda nos anos 1950 não era tão fácil assim para a imprensa sobreviver apenas de verbas publicitárias e vendas de assinaturas ou exemplares. Além disso, repito, o estudo no qual se amparava Genival Rabelo tratava de analisar simplesmente os maiores jornais cariocas. O próprio autor admitia que eram poucos os seus dados para chegar a conclusões tão enfáticas, ainda que não deixe de ser incisivo em sua defesa. Nas suas palavras,

Nossa imprensa [...] é uma imprensa de *fatos*. É imprensa noticiosa. É *grande imprensa*. E note-se, ainda, que estão arrolados aí 12 jornais, número mais do que suficiente para formar opinião numa cidade de 2 e meio milhões de habitantes. Se se pretender contra-argumentar com jornais que não figuram neste estudo, tem-se evidentemente a intenção pura e simples de inverter a ordem das coisas. Porque os demais jornais [...] não tem expressão.⁷³

É claro que, mais do que defender a imprensa brasileira, o autor preocupa-se em defender a imprensa carioca. Tal pesquisa havia sido realizada entre 9 e 15 de março e tratou de saber – por meio de 12 grandes jornais⁷⁴ do Rio de Janeiro – como alguns dos principais nomes da política brasileira eram tratados nesses órgãos de imprensa. Os políticos escolhidos foram Adhemar de Barros, Lucas Nogueira Garcez, Danton Coelho e, claro, Getúlio Vargas.

O texto de Genival Rabelo é muito importante pois nos apresenta a luta que era travada por uma parte da imprensa carioca e a tentativa de fugir do estigma de imprensa partidária e meramente opinativa, existindo, inclusive, como foi mostrado, pesquisas no intuito de quantificar o grau de partidarização ou de apoio político de algumas redações dos grandes jornais da época.

Por outro lado, por mais que houvesse essa defesa do jornalismo naquele *Anuário*, “puxões de orelha” no intuito de melhoramentos da profissão igualmente se faziam presentes no ambiente da época. É o que vemos, por exemplo, em um pequeno excerto retirado de uma entrevista com Hélio Sarmiento⁷⁵, ainda na edição de 1952 daquela publicação. Dizia ele:

publicados na edição de 1951 do “Anuário de Publicidade” que indicavam a absorção de 42% do volume total de propaganda no Brasil somente por meio da imprensa escrita.

⁷³ *Id.*, 1952, p. 14. Grifos são meus.

⁷⁴ Foram eles os matutinos *Diário de Notícias*, *O Radical*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário Carioca*, e os vespertinos *O Globo*, *Diário da Noite*, *A Notícia*, *O Mundo*, *A Noite*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*.

⁷⁵ Na época fazia parte da “nova geração de jornalistas brasileiros”. Era sub-secretário do jornal *Última Hora*.

- O jornalista é um especialista – [...] Deve ser formado para a sua missão. Mas isso só ocorrerá com o aprimoramento dos jornais. Quando os donos de jornais se colocarem a serviço da imprensa, e não fazer como fazem por ora, colocando os seus jornais a serviço de seus interesses pessoais, evidentemente que se exigirá do jornalista melhor formação intelectual e moral e mais acentuada vocação para seus misteres.⁷⁶

Inegável, nesse sentido, que havia uma tentativa de transformação, ao menos nos grandes centros, por parte de alguns profissionais do jornalismo. Formatavam-se, então, novas perspectivas para a imprensa. A dinâmica do mercado (a busca pelo aumento da comunidade de leitores) também contribuiu para a busca da neutralidade. Procurava-se pensar a imprensa como um lugar neutro, independente, como um gênero de “estabelecimento de verdades”, e os acontecimentos diários deviam ser concebidos como notícia, unidade básica de construção dos jornais.⁷⁷

Pelo que se percebe nas palavras de Genival Rabelo, o jornalista buscava se despir daquela imagem de “papagaio” do discurso político. Configurava-se, portanto, um tipo de jogo de forças que visava constituir ou dar uniformidade ao profissional do jornalismo. Pretendia-se institucionalizar uma “profissão moderna”. Por isso, o “discurso jornalístico passou a [buscar e] se revestir de uma ‘aura de fidelidade aos fatos’ [com intuito de lhe conferir] considerável poder social”.⁷⁸ Pretendia-se, portanto, a partir de uma renovação discursiva no campo do jornalismo, distanciar-se do mero discurso de opinião, pois a pretensão de alcançar uma maior audiência, logo, conquistar novos leitores, deveria prescindir da imagem extremamente vinculada às paixões políticas. Nesse sentido, Marialva Barbosa informa que almejava-se construir uma “imagem, divulgada ao extremo e disseminada por meio de múltiplos discursos [de] um jornalismo moderno que entra[va] numa nova fase profundamente diversa de todos os momentos anteriores”.⁷⁹

Portanto, como já pude mencionar, tal como ocorreu com a imprensa estadunidense, as discussões feitas no Brasil sobre a prática jornalística e o incômodo que decorria do apaixonado jornalismo opinativo (alinhado a partidos/posições políticos/as), foi resultado de um longo processo que remonta ao século XIX, ora avançando, ora recuando em relação a essa questão, com inúmeros embates no seio do campo do jornalismo. Creio, no entanto, ser válido dizer que até o período da Primeira República, tal discussão não foi tão intensa como

⁷⁶ *Anuário Brasileiro de Imprensa*, da Revista *Publicidade & Negócios*, maio de 1952, p. 40.

⁷⁷ RIBEIRO, Ana Paula G., *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. Estudos Históricos* - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003, p. 148-155.

⁷⁸ RIBEIRO, Ana Paula G., *Op. Cit.*, 2007, p. 14.

⁷⁹ *Id.*, p. 151.

os anos 1950. Do mesmo modo, nos Estados Unidos a ideia de objetividade e afastamento dos partidos políticos só foi ganhando força real após o final da década de 1920. Além disso, mesmo no Brasil, não é possível afirmar que essa ideia de objetividade tenha avançado tão rapidamente além das fronteiras do Rio de Janeiro, e nos faltam pesquisas que tragam informações a respeito.

É nesse contexto – especificamente falando sobre a imprensa – que surge a revista *Brasil-Oeste*, um mensário criado a partir de ideais fortemente “nacionalistas”, mas profundamente “regionalistas”, uma vez que Mato Grosso (e por extensão, todo o Centro-Oeste e, em determinado momento, o norte do Paraná), era(m) seu foco principal.⁸⁰ Esse mensário tinha na figura de Fausto Vieira de Campos seu maior nome. O jornalista mineiro, radicado em São Paulo, começou a exercer tal atividade ainda na década de 1920, em periódicos paulistas, mas também em publicações cariocas, e pôde acompanhar a evolução da imprensa brasileira exercendo a profissão de jornalista. Não é por acaso que na primeira edição da revista havia um texto bastante claro no que diz respeito aos seus objetivos, e que pretendia pintar a imagem de uma autonomia editorial daquela publicação.

1.4. A imprensa agrícola e seu potencial

A *Brasil-Oeste* era uma revista que se inseria no já admirável mercado revisteiro brasileiro dos anos 1950, que vinha numa constante evolução de mercado e consumo desde as décadas iniciais do século XX, como apontam vários pesquisadores e pesquisadoras. Deste modo, é válido lembrar daquilo que é dito por Ana Luiza Martins, quando informa que desde o fim do século XIX as revistas já se dedicavam à função “de suporte adequado para a veiculação da imagem de *um novo Brasil*”, uma vez que traduziam as “conquistas técnicas com as quais a imprensa periódica se defrontava, construída a serviço de um ideário inovador e não raro também a serviço da defesa das tradições”. A autora ainda ressalta que não seria “abusivo admitir para aqueles idos que – *tanto quanto o jornal*, porém *mais que o livro* –, a revista era o instrumento eficaz de propagação de valores culturais, dado seu caráter de impresso do momento, condensado, ligeiro e de fácil consumo”.⁸¹ A mesma autora,

⁸⁰ Mais adiante farei uma incursão a respeito das possíveis apropriações das inovações do jornalismo (no que diz respeito à objetividade e neutralidade jornalística) nas páginas da revista *Brasil-Oeste*, e também suas particularidades enquanto projeto editorial elaborado com *um fim* bastante claro, que extrapolava questões meramente comerciais.

⁸¹ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP, 2008, p. 26-27. Os grifos são meus.

juntamente com Tania Regina de Luca, afirma que, na Primeira República, as revistas eram um gênero privilegiado em relação aos jornais, “pela melhor resolução gráfica dos então ultramodernos recursos visuais recém-apropriados como a zincografia e a fotografia”.⁸² No mesmo sentido, André de Seguin des Hons acredita que os magazines agiram mais rapidamente frente às mudanças culturais. Nas suas palavras,

*Les magazines sont un élément significatif dans l'histoire de la culture brésilienne. Il semble que, à l'instar de la presse internationale, les magazines brésiliens aient encore été plus sensibles aux changements de mentalités et aux mouvements culturels que les quotidiens.*⁸³

No mercado de revistas, já nos anos finais do século XIX e início do XX (1890-1922), ampliava-se consideravelmente a segmentação temática na imprensa revisteira e era significativa a presença das agronômicas.⁸⁴ Faço um pequeno parêntese para lembrar que lamentavelmente ainda há uma considerável lacuna nos estudos da imprensa brasileira a respeito desse segmento, por mais que seja inegável o fato de que já há algumas décadas a historiografia esteja se dedicando a estudar a imprensa como um todo. Explico, a seguir.

Como mencionei na introdução deste trabalho, desenvolveu-se no Brasil grande interesse pelas fontes sequenciais. Isso significa dizer que houve amadurecimento na análise de tal modalidade de fonte histórica, pois o pesquisador da imprensa entendeu que é preciso ficar constantemente atento aos interesses que extrapolam as páginas dos periódicos impressos.

Tania Regina de Luca nos lembra que antes da segunda metade do século XX, mesmo entre os *Annales*, as fontes periódicas não eram muito utilizadas ou, como diz a autora, entre os *annalistes*, “não houve o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa”.⁸⁵ De fato, a historiadora brasileira tem razão, pois na busca por textos que abordassem a imprensa nos *Annales* das primeiras décadas, pude constatar que foram raros os estudos publicados. Esse foi o caso, por exemplo, do historiador do mundo islâmico, Louis Massignon em artigo publicado no ano de 1930 (na edição de nº 7), no qual chamava a

⁸² LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, 2006, p. 39.

⁸³ DES HONS, André de Seguin, *Op. Cit.*, 1985, p. 25. Tradução minha: “As revistas foram um elemento significativo na história da cultura brasileira. Parece que, assim como a imprensa internacional, as revistas brasileiras foram mais sensíveis às mudanças de mentalidades e aos movimentos culturais que os periódicos diários”.

⁸⁴ MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, 22 (1): 59-79, 2003, 2003.

⁸⁵ LUCA, Tania Regina de. *Op. Cit.*, 2005, p. 112.

atenção para as possibilidades de se pesquisar o Islã *via* imprensa como fonte principal de análise.⁸⁶ Encontrei mais alguns estudos, publicados posteriormente, com destaque especial para uma importante contribuição de Jacques Kayser,⁸⁷ reconhecido como um dos pioneiros em pesquisas sobre a história da imprensa francesa, além de um artigo de Abel Châtelain, ambos publicados em 1955.⁸⁸

Nesse sentido, de fato tal modalidade de fonte histórica “continuou relegada a uma espécie de limbo”⁸⁹ por muito tempo. No Brasil, os avanços foram consideráveis nos últimos tempos e, ainda assim, há uma notável lacuna nos estudos sobre a história da imprensa no que diz respeito às pesquisas específicas sobre o segmento agrônômico. Pelo que sei, são raros os trabalhos específicos sobre o periodismo agrícola e, boa parte dos que existem, foram feitos em outros campos disciplinares, tais como a História das Ciências, Geografia ou Ciências da Saúde, por exemplo.

Na historiografia brasileira, de modo geral, encontram-se pesquisas que utilizam, vez ou outra, algumas revistas comerciais de tipo agrônômico apenas como fontes de informação, relacionando-as a um tema maior. Não quero dizer com isso, evidentemente, que é um erro fazer tal abordagem. Apenas enfatizo que ainda são raros os periódicos agrônômicos utilizados como fonte e objeto de estudos e isso é surpreendente especialmente pela enorme importância que a agropecuária tem para o Brasil, uma vez que até os dias atuais a economia brasileira continua dependente daquilo que é comercializado a partir da produção no campo – especialmente junto ao agronegócio –, para atingir saldos positivos na balança comercial, por exemplo.

Em minhas buscas, encontrei poucas pesquisas em História, tal como a abordagem feita por Amilson B. Henriques em sua dissertação de mestrado, na qual se preocupou em analisar a *Revista Agrícola* no período correspondente a 1895-1907, com intuito de perceber os discursos presentes naquele periódico sobre a *modernização da agricultura brasileira*,⁹⁰

⁸⁶ MASSIGNON, Louis. L'étude de la presse musulmane et la valeur de ce témoignage Social. *Annales d'histoire économique et sociale*. 2e année, N. 7, 1930. p. 321-327.

⁸⁷ KAYSER, Jacques. La presse et l'information : programme général de recherches. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, 1955, vol. 10, n. 4, p. 547-553

⁸⁸ CHATELAIN, Abel. Une orientation plus limitée : la géographie du journal. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 10e année, N. 4, 1955. p. 554-558.

⁸⁹ LUCA, Tania Regina de. *Op. Cit.*, 2005, p. 112.

⁹⁰ HENRIQUES, Amilson B. *A cultura rotineira e a lavoura racional: proposições na Revista Agrícola (São Paulo, 1895-1907)*, Dissertação (Mestrado em História), UNESP, 2010. Amilson B. Henriques continua a pesquisar periódicos agrônômicos em sua tese de doutoramento, no momento em confecção, na qual analisará, além da *Revista Agrícola*, os mensários *O Fazendeiro* e *Chácaras e Quintais*.

além dos trabalhos de Ana Luiza Martins⁹¹ e o mais antigo daqueles de que tenho conhecimento, de Hélio Viana,⁹² o qual dedica um capítulo especial à imprensa agrícola no interior de seu estudo sobre a história da imprensa no Brasil. Alguns outros trabalhos encontrados foram feitos por pesquisadores e pesquisadoras de outras áreas, focando seus esforços especialmente para as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX.⁹³ Outra relevante referência que se torna imprescindível para os historiadores da imprensa agrícola é o trabalho desenvolvido por João Castanho Dias,⁹⁴ jornalista que dedicou uma obra especialmente para falar sobre a evolução desse segmento do jornalismo brasileiro.

As pesquisas que consultei informam que o surgimento da imprensa agrônômica esteve relacionado à própria “vocação” brasileira para a economia agrícola. Não por acaso, o capítulo dedicado a esse segmento por Ana Luiza Martins, em seu clássico estudo sobre a história das revistas no Brasil, foi intitulado de “No País Agrícola, revistas agronômicas”. Segundo a autora, “a agricultura era uma das temáticas que exigia iniciativas” por parte da imprensa, uma vez que era uma “ rea de conhecimentos por desvendar, campo profícuo para atrair leitores, posto que se tratava do mais representativo assunto para o País”.⁹⁵ Martins informa que inicialmente circulavam especialmente periódicos de “leitura técnica, pouca aliás, sempre árida, na sua maioria boletins de governo”.⁹⁶ Consoante a esta visão, João Castanho Dias ressalta que as matérias eram “basicamente técnicas, políticas e de entrevistas”. Além disso, diz o autor que “em todos os anos os prelos jorravam novo título de publica o na praça, tanto que, entre 1832 e 1921, circularam de sul a norte do Brasil mais de

⁹¹ MARTINS, Ana Luiza. “No País Agrícola, revistas *agronômicas*”. In: MARTINS, Ana Luiza, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República. 1890-1922*. São Paulo: EDUSP/FAPES/IMESP, 2001; MARTINS, Ana Luiza. “Chácara e Quintais revisitada”. In: *95 anos. Edi o Histórica - Gessulli Agribusiness. As grandes marcas que constr iram o agronegócio brasileiro*. São Paulo: Editora Gessulli, 2004. pp. 10 a 16.

⁹² VIANA, Hélio. *História da imprensa no Brasil (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

⁹³ ANTUNIASSI, M. H. R.; MORAES, Maria Isabela G. L. . A revista Chácaras e Quintais e a comunica o rural. Cadernos CERU (USP), v. 16, p. 183-192, 2005; SANTOS, Fabrícia de Oliveira. *A “Revista Agrícola,  rg o da sociedade sergipana de Agricultura” e a estratégia da produ o e organiza o do campo em Sergipe, 1905-1908*: “por em commum as ‘luzes’ e experiências”. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: Sergipe, Universidade Federal do Sergipe, 2012; TEMPERINI, Rosana Soares de Lima. *O sertão vai virar campo: análise de um periódico agrícola (1930-1937)*. Disserta o (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2003; WELTMAN, Wanda Latmann. *A educa o do Jeca: ciência, divulga o científica e agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Funda o Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2008.

⁹⁴ DIAS, João Castanho. *A imprensa rural no Brasil. Histórias da agricultura e da propaganda agrícola*. Ed. Barleus, 2011.

⁹⁵ MARTINS, Ana Luiza, *Op. Cit.*, 2001, p. 283.

⁹⁶ Como veremos adiante, houve algumas exce oes, como os casos da revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, ou mesmo d’*A Lavoura*.

uma centena dessas”.⁹⁷ Porém, assegura que “a maioria das publicações rurais durava no máximo um ano”.⁹⁸

O jornalista Eurico Santos, citado por Dias, em artigo publicado em dezembro de 1922 na revista *Ilustração Brasileira* dizia que um dos principais motivos dos fracassos do mundo editorial agrônômico, senão o principal, residia no fato de que as “Empresas particulares que se abalçavam em aleatória iniciativa sentiam logo a indiferença, o desinteresse do público e nesse ambiente de gelo morriam não deixando outro fruto que um exemplo da inutilidade desses esforços”. Além disso, asseverava sem ‘meias palavras’ que, além desse suposto desinteresse do público a que se destinava essas publicações, havia o enorme analfabetismo: “o público mais letrado do interior do país ainda não se afeiçoou à leitura e o número de iletrados sobe a proporções que nos envergonham”.⁹⁹

Nessa mesma seara, Ana Luiza Martins informa que, inicialmente, as publicações agrícolas não foram “cogitadas por particulares como empreendimento [...] por não sugerirem pronto retorno mercantil”. Segundo a autora, o público-alvo não encorajava o empreendimento:

[...] fazendeiros voltados para a grande propriedade monocultora, onde a extensão das terras e mão-de-obra praticamente subvencionada, isentavam-no de especular sobre formas de seu melhor rendimento. Acrescente-se ainda que, homens do campo, na sua maioria avessos ao aprendizado teórico sobre a matéria, não tinham a leitura como hábito preferencial. Nem mesmo como simples hábito.¹⁰⁰

Martins indica, ainda, que o marco do rompimento da acomodação desse público “desinteressado” foi a chegada da crise do café, que “obrigou”, de certo modo, os fazendeiros a se interessarem por estudos sobre sua atividade. Segundo a autora, isso se deu a partir de 1895. Nas suas palavras, após a “euforia da repentina subida de preços do café, entre 1886 e 1895, sobreveio uma baixa cotação internacional do produto, desarticulando fortunas, propriedades, e trabalhadores do campo.”¹⁰¹ Nesse sentido,

A desordem registrada no campo, atingindo proprietário e mão-de-obra, demandou iniciativas de caráter oficial e providências particulares, que configuravam novas políticas agrícolas [...].

⁹⁷ O número seria de 125 exemplares. Lamentavelmente o autor não mostra onde conseguiu tal informação.

⁹⁸ DIAS, João Castanho. *Op. Cit.*, 2001, p. 58.

⁹⁹ DIAS, João Castanho. *Op. Cit.*, 2011, p. 58.

¹⁰⁰ MARTINS, Ana Luiza, *Op. Cit.*, 2001, p. 283.

¹⁰¹ MARTINS, Ana Luiza, *Op. Cit.*, 2001, p. 283.

Abalava-se a comodista tradição do lavrador brasileiro [...] Lidar com a nova situação exigiu um proprietário mais informado e atento [...] Qualquer imprevisto interferia na produção, sobretudo as intempéries e pragas, que podiam pôr a perder toda uma safra. Por conta da broca; ou da geada [...].

Para esse novo fazendeiro, que a despeito de perdas ainda era um consumidor com poder aquisitivo, a necessidade de informação justifica o investimento no periodismo agrícola.¹⁰²

Em uma outra perspectiva, algumas pesquisas têm sugerido que antes mesmo da crise do café, existia uma enorme preocupação com a inovação no campo, tendo havido uma participação importante da imprensa especializada. Deste modo, além das questões apontadas por Martins, Roberta Barros Meira, por exemplo, indica que a partir da segunda década do século XIX já havia o debate em torno da necessidade de “reorganização da lavoura no Brasil” e, para que isso ocorresse, a chamada “agricultura científica” era imprescindível. Segundo a autora, naquele momento o país “já não tinha condição de concorrer com outros países se não aplicasse aperfeiçoamentos técnicos possíveis na prática agrícola”, ou seja, era necessário “modernizar a agricultura”. Assim, diz ela, aplicar a ciência “para alcançar o progresso agrícola não era mais uma questão sujeita a discussões” e, nesse sentido, a despeito de todas as dificuldades para fazerem-se circular e sobreviver por várias edições, as revistas especializadas muito poderiam contribuir para os anseios do momento. Ainda segundo Meira, “não é difícil perceber que a divulgação dessas ideias [de evolução científica na agricultura] teve o seu lugar natural na imprensa”.¹⁰³ É tão importante tal questão que a historiadora faz referência a um fragmento de um artigo publicado na revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*¹⁰⁴ de 1853, escrito por José Silvestre Rabello,¹⁰⁵ no qual o autor tecia duras críticas

¹⁰² *Id.*, p. 284.

¹⁰³ MEIRA, Roberta B., *A quimera da modernização: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e fluminense (1875-1926)*. Tese (Doutorado em História), FFCLH, São Paulo-SP, 2012, p. 358-359.

¹⁰⁴ Essa publicação, segundo João Castanho Dias, corresponde à primeira revista agrícola do país. Lançando sua edição inaugural no dia 15 de janeiro de 1833, circulando até a década de 1890. O autor não tem certeza no que diz respeito ao momento em que *O Auxiliador* deixou de ser publicado, informando que “para uns até 1891, para outros até 1898” (p. 58). Pelo que me consta, é certo que a referida revista circulou ao menos até o ano de 1896, edição de nº 61, conforme os arquivos digitais da Biblioteca Nacional. Voltando às palavras de Dias, o autor, no entanto, seis páginas adiante, indica que *O Auxiliador* “não foi pioneira da imprensa rural: esse feito coube ao *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*, que surgiu em 1832 e morreu em 1833” (p. 64). Ao que me parece, de fato foi o *Jornal* baiano o primeiro agrônomo brasileiro, pois Hélio Vianna (1945), em seu capítulo sobre a imprensa científica agrícola, faz tal indicação (p. 82). Em Nelson Werneck Sodré (1977), encontramos alguns dados que corroboram a afirmação de que o periódico baiano teria sido o pioneiro do segmento agrônomo a circular no Brasil, pois, segundo o autor de *A história da imprensa no Brasil*: “No Salvador, em 1832, nova tentativa, agora provincial, de periódico sério, o *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*”. Ainda segundo o autor, “duraria até 1836, dirigido, até 1835, por Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e, com a morte deste, por Miguel Calmon du Pin e Almeida” (p. 122).

a uma imprensa meramente opinativa, polêmica e emotiva, de tal maneira que ele esposava “a ideia de que deveria publicar mais coisas úteis que habilitassem o país e não como diariamente eram impressas ‘parvoíces, sandices, mentiras, intrigas, vilanias, capazes de fazer arrepiar os cabelos até os jumentos’”.¹⁰⁶

Para fazer uma ilustração ainda mais precisa (e que de certo modo confirma as informações dadas por Roberta B. Meira), anos mais tarde, na primeira edição de 1881, houve um artigo escrito pelo diretor da redação d’ *O Auxiliador*, Dr. Nicolau Joaquim Moreira,¹⁰⁷ no qual o mesmo fazia reclamações por uma agricultura instrumentalizada para lidar com as inovações tecnológicas daquele tempo. Dizia ele que somente “pela instrução que se desenvolve[ria] a actividade do lavrador sobre as forças da natureza”, de tal forma que, à agricultura, fazia-se fundamental acompanhar “os passos da sciencia; transformando os sólos, adaptando as culturas ás condições phisicas da natureza e economicas da sociedade”. O trecho mais emblemático desse texto vem a seguir:

A applicação de methodos scientificos se tem ido espalhando na Europa e nos Estados-Unidos. A agronomia, *que era uma arte, tornou-se uma sciencia*, e pois, goza do character especial de todas as sciencias – a unidade.

A sciencia tudo simplifica, porém, simplificando generalisa. Sob sua inspiração os confusos e antiquários processos baseados em tradições locaes, têm sido substituídos por principios certos e permanentes [...]

Para que considerar a agricultura uma simples arte, quando ella se apresenta tendo em uma das mãos o archote da sciencia, e na outra segura o freio da locomotiva do progresso que denuncia a força, a rapidez e a riqueza?¹⁰⁸

¹⁰⁵ Segundo Nelson Werneck Sodré, José Silvestre Rabello foi um dos 27 sócios fundadores do IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que, como se sabe, foi fundado sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, responsável pela publicação da revista *O Auxiliador*. SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. Sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ver: CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Cátedra. 1978; SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que lhe parece*. 1979. Dissertação (Mestrado) Instituto de ciências humanas e filosofia, UFF, Niterói, 1979.

¹⁰⁶ MEIRA, Roberta de Barros. *Op. Cit.*, 2012, p. 363. Ao que tudo indica, os grifos são do artigo original consultado pela autora.

¹⁰⁷ Segundo Silvio C. de Souza Lima, Nicolau Joaquim Moreira foi um médico que teve enorme preocupação com a racionalização da agricultura. Além disso, “participou ativamente dos mais importantes processos sociais das últimas décadas do século XIX. Foi nesse contexto que formou suas bases teóricas e iniciou sua vida social, intelectual e política. Lutou pela abolição da escravidão ao lado de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e André Rebouças, tendo participado das mais importantes instituições intelectuais do império. Foi também um dos mais combativos defensores da imigração européia e, ainda, administrador da Capital Federal no alvorecer da República no Brasil” (SOUZA LIMA, Silvio C. de. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), FIOCRUZ, 2005, p. 45). Outros trabalhos que citam a vida de Nicolau J. Moreira são os estudos de José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002, e de Heloísa Bertol Domingues, *Ciência: um caso de política*. Tese (Doutorado) – Departamento de História, São Paulo, USP, 1995.

¹⁰⁸ *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, n. 1, janeiro de 1881. Grifos meus.

Portanto, mais uma vez, conforme informa Meira, no último quartel do século XIX ecoaram os discursos em prol do ensino profissional, cuja falta era listada como “um dos principais males que afligia a agricultura brasileira”, e a presença da imprensa foi significativa, pois, conforme relata, “a proliferação das revistas agrícolas intensificou a produção de artigos que direta ou indiretamente discutiam essa questão”.¹⁰⁹

Segundo Sonia R. de Mendonça, havia quatro grandes “expedientes regeneradores” do mundo agrícola daquele momento, “o do povoamento/colonização; educação; modernização/racionalização produtiva e crédito/cooperativismo”. Em relação à educação, por exemplo, a ideia era “regenerar o homem e elevar ao máximo a produtividade, tecnificando-a”,¹¹⁰ metas essas que parecem ter sido preconizadas pela agricultura científica, e, evidentemente, a presença da imprensa foi de suma importância.

Acho válido ressaltar que processo semelhante – salvaguardando as especificidades de cada país – ocorreu no México do final do século XIX e início do XX, quando igualmente houve uma preocupação por parte de seus grupos dirigentes em alavancar a economia daquele lugar. Conforme informa Maria Cecília Zuleta, a imprensa agrônômica mexicana surgiu em meados dos oitocentos. O discurso político da época estava ligado à ideia de que a paz e a prosperidade material teriam que ser definidas como metas nacionais, e, apesar de todo o atraso econômico mexicano, esse “*ideal del progreso material se sustentó sobre una particular visión optimista de las ‘inagotables’ riquezas naturales del país*”, e o papel da imprensa agrônômica foi crucial, pois, junto com as estradas de ferro, a agricultura comercial surgia como atividade econômica fundamental, indo na esteira do desenvolvimento científico agrícola:

*En este proceso, que por otra parte tuvo raíces no sólo en los acontecimientos políticos y económicos del país sino también en los cambios económicos que se desenvolvían a nivel mundial, las publicaciones especializadas en asuntos agrícolas desempeñaron un importante papel [...] sin embargo, se reprodujeron los argumentos que se venían propagando en el continente europeo desde mediado del siglo XIX, cuando la ciencia y la industria comenzaron a revolucionar definitivamente las formas de producción agrícola [...] Esta revolución [...] fue escalonada, se conoció en México a partir de un paradigma básico: el de la agricultura científica.*¹¹¹

¹⁰⁹ MEIRA, Roberta de Barros, *Op. Cit.*, 2012, p. 365.

¹¹⁰ MENDONÇA, Sonia R. *O ruralismo brasileiro (1883-1931)*. São Paulo-SP, Hucitec, 1998, p. 83.

¹¹¹ ZULETA, Maria Cecília. La prensa agrícola del porfiriato como fuente para la historia económica. (Ensayo de fuentes), *Signos Históricas*, V. 1, p. 59-68, 1991, p. 61. Tradução: “Neste processo, que por outro lado teve raízes não somente nos acontecimentos políticos e econômicos do país, mas também nas mudanças econômicas que se desenvolviam em nível mundial, as publicações especializadas em assuntos agrícolas desempenharam

Assim como no Brasil, a nova agricultura requeria agricultores instruídos com espírito de progresso econômico e técnico, uma vez que havia um movimento ocorrendo em *escala global*, defende Zuleta, que buscava unir ciência e agricultura com o intuito de revolucionar as formas de produção agrícola.¹¹² Ainda nas palavras da historiadora mexicana,

Los postulados básicos de esta nueva agricultura se resumían en tres. Primero, la imperativa aplicación de los adelantos científicos a las labores agrícolas para racionalizar unas tareas antes empíricas y rutinarias (agronomía, química, meteorología, botánica, parasitología, edafología, hidrología, mecánica), es decir, aplicación de la ‘nueva preceptiva’ agronómica de la época. En segundo lugar, se conceptuaba como imprescindible la creación de un conjunto de instituciones que tendrían por finalidad la divulgación de las nuevas técnicas y la asistencia y asesoría científica a los productores agrícolas (...) En tercer término, se proponía que, como consecuencia del incremento de los volúmenes producidos en razón del cambio técnico, la comercialización agrícola se efectuara en mercados ampliados.¹¹³

Como é possível notar, a partir deste rápido, porém, significativo exemplo, as semelhanças com o que ocorria no Brasil eram consideráveis, especialmente nos três pontos destacados pela autora, uma vez que a agricultura não poderia mais prescindir do uso da ciência e, por consequência, da imprensa agrícola, do ensino agrícola, enfim, de uma porção de inovações necessárias para o “progresso” (maior produção) do campo. Conforme defende Amilson B. Henriques, em razão dessa ligação com o cientificismo, por parte de uma parcela do mundo agrícola, a

mentalidade dos agricultores brasileiros, no final do século XIX e início do XX, era colocada sob crítica severa de parte dos agrônomos e membros dessa intelectualidade, particularizando a rejeição que jazia dentro da classe dos agricultores aos recursos científicos e à educação técnica.¹¹⁴

um papel importante [...] sem embargo, foram reproduzidos os argumentos que vinham sendo propagados no continente europeu desde meados do século XIX, quando a ciência e a indústria começaram definitivamente a revolucionar as formas de produção agrícola [...] Esta revolução [...] foi escalonada, e deu-se a conhecer no México a partir de *um paradigma básico: o da agricultura científica.*”

¹¹² *Idem*, 1991, p. 64.

¹¹³ *Id.*, *Ibid.* Tradução: “Os postulados básicos desta nova agricultura se resumiam a três. Primeiro, a imperativa aplicação dos avanços científicos no trabalho agrícola para racionalizar algumas tarefas antes empíricas e rotineiras (agronomia, química, meteorologia, botânica, parasitologia, edafologia, hidrologia, mecânica), isto é, aplicação da ‘nova prescrição’ agronômica da época. Em segundo lugar, se conceituava como imprescindível a criação de um conjunto de instituições que teriam por finalidade a divulgação das novas técnicas, a assistência e assessoria científica aos produtores agrícolas [...] Em terceiro lugar, se propunha que, como consequência do incremento dos volumes produzidos em razão das mudanças técnicas, a comercialização agrícola se efetuaría em mercados ampliados.”

¹¹⁴ HENRIQUES, Amilson B., *Op. Cit.*, 2010, p. 9-10.

Nos Estados Unidos, por sua vez, segundo informações da bibliografia especializada, a *agricultural press* surgiu por meio das chamadas *agricultural societies*. Conforme informa o historiador Donald Marti, foi a partir dos anos 1790 que começaram a circular informativos (bastante limitados à região de Boston) acerca do tema. O primeiro jornal agrônômico teria sido, segundo o autor, o *Massachusetts Agricultural Journal*, por volta de 1815, restrito a um público muito pequeno. Marti informa que, ainda no século XIX, boa parte das publicações sofriam com problemas financeiros e – tal como as brasileiras – tinham um curto “tempo de vida” e eram muito dependentes das sociedades agrícolas.¹¹⁵ No entanto, ressalta que, desde o início, “*Agricultural journalism always meant to be serious, especially about Science and technology. It had several purposes, more or less important to various editors and publishers, but it was always devoted to the spread of useful knowledge*”.¹¹⁶ Carmen E. Clark, em consonância com as ideias de Marti, informa que

The early [agricultural] press introduced new methods, data, technology, philosophical and moral attitudes about agriculture and farming. Newspapers reported on markets and exports, freely expressing opinions about agricultural issues. Almanacs allowed farmers to plan on the weather.¹¹⁷

A situação exposta acima é mais uma que vem somar à história do periodismo agrônômico na América. Conforme assegura Ana Luiza Martins, o surgimento de um segmento editorial especialmente dedicado ao setor agrícola foi de fulcral importância para o desenvolvimento da agropecuária na economia brasileira e, pelo que pude perceber, assim se deu pelo menos nos países acima mencionados. Esse homem do campo viu-se obrigado a buscar mais informações de mercado e essa “necessidade [...] justificava o investimento no periodismo agrícola”. Ainda que tenhamos que levar em consideração a vastidão do território e suas peculiaridades regionais, mesmo em locais distantes dos chamados grandes centros,

¹¹⁵ Marti indica que pelo menos até a terceira década do século XIX a situação manteve-se assim, sendo que depois disso houve uma maior independência dos periódicos agrícolas em relação às chamadas *Sociedades*. *Agricultural journalism and the diffusion of knowledge: the first half-century in America*. *Agricultural History*, vol. 54, n. 1, p. 28-37, 1980.

¹¹⁶ MARTI, Donald B., *Op. Cit.*, 1980, p. 28. Tradução: “Jornalismo Agrícola sempre pretendeu ser sério, especialmente sobre ciência e tecnologia. Ele teve vários propósitos, mais ou menos importantes para vários editores e editoras, mas sempre foi dedicado à difusão do conhecimento útil”.

¹¹⁷ CLARK, Carmen E. *Agricultural Press*. In: VAUGHN, Stephen L. (editor). *Encyclopedia of American Journalism*. New York, Taylor & Francis Group, LLC, 2008, p. 10. Tradução: “A [imprensa agrícola] desde muito cedo introduziu novos métodos, dados, tecnologia, além de atitudes morais e filosóficas sobre a agricultura e a agropecuária. Os jornais reportavam assuntos sobre os mercados e as exportações, expressando livremente opiniões sobre as questões agrícolas. Os almanaques permitiam aos fazendeiros planejarem-se sobre o clima.”

como Rio de Janeiro e São Paulo, havia periódicos em diversos cantos do país,¹¹⁸ como foi o caso da *Revista Agrícola*, órgão da *Sociedade Sergipana de Agricultura*, que circulou entre 1905 e 1908, tendo sido analisada por Fabrícia Oliveira Santos em sua tese de doutoramento em Geografia. Segundo a autora, aquela revista propagava um discurso “de caráter publicístico, com intenções de unificação de ideias”, buscando o “desenvolvimento da lavoura, da indústria e do comércio, como garantia de ‘grandeza da nação’, do Estado, do fortalecimento da pátria”.¹¹⁹

Exigia-se, assim, “um proprietário mais informado e atento, capaz de gerenciar mão-de-obra competitiva, vendas diretas de café aos escritórios estrangeiros, mecanismos para fornecimento de crédito, otimização da produção”.¹²⁰ Conforme ressalta Martins, entre 1912-1930 houve um aumento de 47,8% de títulos de periódicos agrônômicos. É importante dizer, no entanto, que, em números absolutos, no ano inicial (1912) havia 23 periódicos do setor, já no ano de 1930, 34 (que não chega a ser um número tão expressivo assim em comparação a outros segmentos temáticos).

Tal segmentação, no entanto, constituiu-se em importante “fatia do mercado periódico”. Além disso, diz a autora que o “agricultor de médio porte passou a ser também um leitor, engrossando as fileiras do público consumidor, resultando o gênero agrícola em filão comercial dos mais atraentes para investimentos, contemplando de anúncios de implementos agrícolas à necessária orientação técnica sobre produtos do campo”.¹²¹

Igualmente, a propaganda beneficiou-se do sucesso de tal segmento, pois teria sido por intermédio do periodismo agrônômico que “se deu a colocação de produtos norte-americanos no Brasil, de utilidades domésticas a implementos agrícolas”. É válido reforçar, ainda, que o periódico de tendência agrícola informava também “balanços e avaliações do comércio e indústria”,¹²² extrapolando os temas agropecuários. Ana Luiza Martins faz referências à Primeira República, mas é notório, por exemplo, que na revista *Brasil-Oeste* e

¹¹⁸ Para ilustrar tal questão, em levantamento feito por João Castanho Dias correspondente ao período de 1832 a 1921, dos 114 periódicos arrolados pelo autor, ainda que a maior parte efetivamente fosse de São Paulo e do Rio de Janeiro (27,5% e 20% dos títulos respectivamente), havia periódicos agrônômicos em outros 15 estados do país: Rio Grande do Sul (10%), Paraíba (9%), Minas Gerais (7%), Bahia (6%), Paraná e Pará (4,5%), Sergipe (2,7%) e Maranhão, Alagoas, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Amazonas, com 1% cada. *A história da imprensa rural*, p. 84.

¹¹⁹ SANTOS, Fabrícia O. *A “Revista Agrícola, órgão da sociedade sergipana de agricultura” e a estratégia da produção e organização do campo em Sergipe, 1905-1908: “por em commum as ‘luzes’ e experiências”*. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: Sergipe, Universidade Federal do Sergipe, 2012, p. 38.

¹²⁰ MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, 2001, p. 283-284.

¹²¹ MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, 2003, p. 66-7.

¹²² MARTINS, Ana Luiza. *Op. Cit.*, 2001, p. 301.

congêneres publicados décadas mais tarde, esse aspecto tenha sido ainda mais notável, pois os anunciantes de bens de consumo duráveis, como as geladeiras ou automóveis, em franco desenvolvimento no país, faziam-se maciçamente presentes, além dos anúncios pertinentes às inovações tecnológicas da área de maquinário agrícola e produtos químicos relacionados ao mundo rural.

João Castanho Dias destaca na epígrafe de abertura do capítulo dedicado aos anos 1950 de seu trabalho sobre a “imprensa rural”, a seguinte informação: “*Nascimento, vida curta e morte. Foi essa a sina das publicações agrícolas do país no século 19. Praticamente cem por cento delas desapareceram.*”¹²³ Pesquisadores da imprensa têm indicado que boa parte dos periódicos (jornais ou revistas), qualquer que fosse sua segmentação temática, tinha um período de circulação bastante breve e essa característica do jornalismo do entresséculo XIX-XX pode ser aplicada às revistas agronômicas, em razão de ser segmentada e ter um público muito especializado, o que certamente trazia inúmeras dificuldades para que pudessem circular por muito tempo.

Em meados do século XX, o jornalismo agronômico aumentou de maneira considerável. Contudo, lamentavelmente, a lacuna historiográfica que mencionei há algumas páginas atrás no que diz respeito ao estudo dos periódicos dessa segmentação é mais fortemente sentida em períodos mais recentes (pós-Primeira República). Os trabalhos que citei trataram de analisar momentos mais recuados e não contemplaram os anos 1950, por exemplo. Exceção feita à abordagem de João Castanho Dias, uma vez que o autor se enveredou em uma ambiciosa empresa, isto é, dar conta de fazer uma “história total” sobre o tema, ainda que tenha contemplado somente as grandes editoras.

Segundo Dias, assim como houve um maior desenvolvimento econômico no país nos anos 1950, a imprensa rural igualmente expandiu-se, embora a especial atenção tenha sido direcionada para a indústria, com “medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização”.¹²⁴ De todo modo, para o setor agrícola, isso não significou “ausência de importância”.¹²⁵ Nos anos JK, por exemplo, dentro de seu programa de metas, seus 31 objetivos estavam divididos em seis grupos, dentre os quais, um deles era a produção de alimentos, por exemplo,¹²⁶ o que indica uma especial atenção para o setor.

¹²³ DIAS, João Castanho. *Op. Cit.*, 2011, p. 93, em itálico no original.

¹²⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo-SP, EdUSP, 9ª. ed., 2001. p. 409.

¹²⁵ CASALECHI, Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo-SP: Contexto, 2002.

¹²⁶ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, 2001, p. 422. Os outros cinco foram: energia, transportes, indústrias de base, educação e a construção de Brasília (meta-síntese).

Nesse sentido, foi a partir daquele momento que houve efetivamente o início de uma “modernização da agricultura” e, ainda que somente a partir dos anos 1960 tenha ocorrido uma efetiva evolução tecnológica no campo, Casalecchi informa que entre os anos de 1954 e 1964 foi significativo o aumento da superfície cultivada em terras brasileiras. Segundo o autor, nesse interregno, “a superfície cultivada aumenta em 56%”. Além disso, diz o autor que houve

[...] um conjunto de medidas de políticas governamentais, objetivando o fornecimento de créditos e assistência técnica, favorecendo a importação de tratores, máquinas, ferramentas, fertilizantes e defensivos agrícolas, promovendo a melhoria da armazenagem e comercialização, e criando postos experimentais de técnica para a produção de sementes selecionadas.

O número de estabelecimentos que obtiveram crédito de custeio quadruplicou entre 1950 e 1960 e triplicou entre 1961 e 1965.¹²⁷

Portanto, conforme assevera Dias, o “ponto de ignição de uma *nova fase* do setor [do periodismo agrícola] ocorreu na década de 1950”, pois teria sido naquele momento que a imprensa rural havia sido “descoberta” “pelas editoras mais importantes do país, lançando suplementos e páginas em seus jornais e revistas de circulação nacional”. O jornalista indica que, antes disso, o que havia era um debate relativamente secundário sobre a economia agrícola por meio da grande imprensa, pois “quem fazia [tal discussão] era a seção econômica ou a geral”. Assim, estimulado “pela febre da soja, da cana-de-açúcar, da laranja, pelo moderno zebu, pelo frango de granja, pelo suíno do tipo carne, o campo conquistara enfim o espaço que nunca tivera nos matutinos das grandes capitais”.¹²⁸

Em meu trabalho de mestrado formulei um pequeno quadro no qual tratava de fazer uma comparação (no que dizia respeito à tiragem, tamanho e local de produção) entre a *Brasil-Oeste* e algumas das principais revistas agronômicas que circulavam no país no ano de 1956, por meio de uma lista de periódicos apresentada no *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Na ocasião, eu possuía apenas os dados daquele ano.

Recentemente, tive a oportunidade de ter acesso a outras edições do *Anuário*, com intenção de apresentar um quadro mais abrangente, almejando perceber como estava assentado o mercado revisteiro agronômico no período correspondente aos anos de 1950. Nesse sentido, penso ser necessário trazer à luz algumas das informações que colhi, de modo que seja possível posicionar melhor a *Brasil-Oeste* em meio àquela segmentação, ou adicionar

¹²⁷ CASALECCHI, Ênio. *Op. Cit.*, 2002, p. 48-49.

¹²⁸ DIAS, João Castanho. *Op. Cit.*, 2011, p. 93. Grifos meus.

informações além das que apresentei em meu trabalho anterior. Do mesmo modo, foi por intermédio dessa mesma publicação que tive a oportunidade de obter dados sobre o valor cobrado por anúncios publicitários pelo projeto editorial de Fausto Vieira de Campos, que antes eu não possuía.

O primeiro volume do *Anuário Brasileiro de Imprensa* que consegui coletar é do ano de 1953, portanto, três anos antes da publicação da *Brasil-Oeste* e que apresenta uma lista com dezessete periódicos do segmento agrônomo. Muito provavelmente aqueles ali listados, assim como nos anos seguintes, correspondiam aos de maior circulação ou prestígio no país, pois imagino que existia um número maior de revistas agrícolas naquele período. O destaque fica para quatro revistas, sendo que três delas publicavam 20 mil exemplares por número e circulavam há certo tempo (*Chácaras e Quintais*, desde 1910; *Agricultura e Pecuária*, desde 1929; *Sítios e Fazendas*, desde 1936, e, curiosamente, a mais nova delas naquela ocasião, a revista *Mundo Agrário*, publicava a expressiva quantia de 50 mil). Em relação ao preço da publicidade de todas as revistas lá elencadas, havia uma variação de valor que ficava em torno de Cr\$ 1.500,00 a Cr\$ 5.000,00 por página inteira de publicidade, sendo que a média entre os dezesseis periódicos que informaram seus preços foi de Cr\$ 2.725,00. Nove das dezessete revistas eram de São Paulo, capital. Cinco delas eram do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, duas de Belo Horizonte, Minas Gerais, e uma de Apucarana, no Paraná.¹²⁹

No que diz respeito aos anuários de 1954/1955 e 1956/1957, os periódicos ali listados foram, do mesmo modo, dezessete revistas (que não eram exatamente as mesmas da edição de 1953, pois algumas delas, ora apareciam, ora sumiam da lista, muito provavelmente em decorrência de acordos ou contratos que eram feitos por parte das mesmas com o *Anuário*). A *Brasil-Oeste*, por exemplo, apesar de circular desde janeiro de 1956, só figurou no arrolamento das revistas agrônomicas na edição de 1958 e, ainda assim, com precaríssimas informações, correspondentes apenas ao nome da editora que a lançava, seus diretores e a cidade onde era editada.

No entanto, no número subsequente, de 1959, e na edição de 1961/1962, outras informações mais abrangentes foram publicadas. No Quadro 1, que pode ser conferido logo abaixo, mostro todas as revistas do segmento agrônomo (além dos boletins, que igualmente eram listados) que foram arroladas pelo *Anuário Brasileiro de Imprensa*, correspondentes aos dois volumes acima citados.

¹²⁹ *Anuário Brasileiro de Imprensa*, da Revista *Publicidade & Negócios*, 1953.

Quadro 1

Publicações (revistas e boletins) agronômicas listadas no *Anuário Brasileiro de Imprensa* (1959 e 1961/62)

Nome do Periódico	Periodicidade	Ano em que foi criada	Valor da publicidade por página em 1959	Valor da publicidade por página em 1960	Tamanho (1959)	Tamanho (1960)	Local
A granja	Mensal	1944	Cr\$ 5.000,00	Cr\$ 8.000,00	27x18	23,5x15	Porto Alegre (RS)
A lavoura	Bimestral	1897	Cr\$ 5.000,00	Cr\$ 6.000,00	22x15	22x15	Rio de Janeiro (DF/GB)
A rural	Mensal	1920	Não informa	Não informa	32x23	32x23	São Paulo (SP)
Anuário dos Criadores	Anual	Não informa	Não estava na lista	Cr\$ 30.000,00	22x14,5	22x14,5	São Paulo (SP)
Agricultura e Pecuária	Mensal	1929	Cr\$ 9.000,00	Não informa	27,3x18,7	27,3x18,7	Rio de Janeiro (DF/GB)
Anuário Agrícola Brasileiro	Anual	1953	Cr\$ 8.000,00	Não estava na lista	23,5x16,5	Não estava na lista	São Paulo (SP)
Boletim Faresc	Mensal	1959	Não estava na lista	Cr\$ 4.000,00	Não estava na lista	23x16	Florianópolis (SC)
Brasil-Oeste	Mensal	1956	Cr\$ 8.000,00	Cr\$ 11.000,00	27x18,5	27x18,5	São Paulo (SP)
Brasil Rural	Mensal	1946	Cr\$ 5.000,00	Não informa	16,2x10,8	16,2x10,8	São Paulo (SP)
Brincar e Aprender	Trimestral	Não informa	Não estava na lista	Não informa	Não estava na lista	18x26	Rio de Janeiro (GB)
Carta Semanal	Semanal	Não informa	Não estava na lista	Não informa	Não estava na lista	16x23	Rio de Janeiro (GB)
Chácaras e Quintais	Mensal	1910	Cr\$ 10.000,00	Cr\$ 12.000,00	19x13	19x13	São Paulo (SP)
Informação Agrícola	Mensal	Não informa	Não estava na lista	Não informa	Não estava na lista	Não informa	Rio de Janeiro (GB)
FIR (Revistas de Fertilizantes, inseticidas e rações)	Mensal	1958	Não informa	Cr\$ 8.500,00	17x13	23x16	São Paulo (SP)
Gado holandês	Mensal	1936	Cr\$ 5.000,00	Cr\$ 6.000,00	24x15,5	24x15,5	São Paulo (SP)
Gleba	Mensal	1955	Cr\$ 4.000,00	Não informa	23x16	23x16	Rio de Janeiro (DF)

Lavoura e Criação	Mensal	1946	Cr\$ 6.000,00	Cr\$ 8.000,00	26x18	22,5x15	São Paulo (SP)
Minas Agrícola	Mensal	1952	Não estava na lista	Cr\$ 10.000,00	Não estava na lista	22x15	Belo Horizonte (MG)
Mundo Agrário	Mensal	1953	Cr\$ 13.000,00	Não Informa	30x22	30x22	Rio de Janeiro (DF)
Mundo Agrícola	Mensal	1958	Cr\$ 8.000,00	Não informa	23,5x16,5	23,5x16,5	São Paulo (SP)
Revista dos Criadores	Mensal	1930	Cr\$8.000,00	Cr\$ 15.000,00	31x22,5	23,5x18,5	São Paulo (SP)
Revista Rural	Mensal	1957	Cr\$5.000,00	Não informa	28x21	28x21	Niterói (RJ)
Rio Rural	Mensal	1957	Não informa	Não informa	23x16,5	23x15,5	Rio de Janeiro (DF)
São Paulo Agrícola	Não informa	Não informa	Não estava na lista	Cr\$ 15.000,00	Não estava na lista	Não informa	São Paulo (SP)
Seleções Agrícolas	Mensal	1946	Cr\$4.000,00	Cr\$ 5.000,00	16x11	16x11	Rio de Janeiro (DF)
Sítios e Fazendas	Mensal	1936	Cr\$ 12.000,00	Não informa	23x15	23x15	São Paulo (SP)
Zebu	Mensal	1953	Cr\$ 4.500,00	Cr\$ 6.000,00	23,5x16	23,5x16	Uberaba (MG)

Fonte: *Anuário Brasileiro de Imprensa* (1959 e 1961/1962).

As informações contidas no quadro acima possibilitam fazer algumas deduções. Por exemplo, das vinte e sete publicações, em cinco delas não existe a informação da data de sua fundação. No entanto, em relação àquelas em que tais dados são informados, ou seja, das vinte e duas que restam, onze foram lançadas nos anos 1950, quatro nos anos 1940, três nos anos 1930, duas dos anos 1920, uma em 1910 e outra no final dos anos 1890. Nesse sentido, a metade corresponde à década de 1950, e isso pode ser um indicativo de que o mercado jornalístico agrícola realmente estava em ascensão naquele momento.

Levando em consideração todas as edições analisadas do *Anuário Brasileiro de Imprensa* (posteriormente, *Anuário de imprensa, rádio e televisão*) que possui (1953, 1954/55, 1956/57, 1958, 1959, 1961/62), trinta e dois periódicos agrônômicos foram listados, dentre os quais oito não informavam a data de fundação. Assim, em vinte e quatro deles constava tal dado e aqueles que foram lançados nos anos 1950 correspondiam a 48% do total, mais uma vez indicando um crescente nicho do mercado jornalístico da época para os assuntos agropecuários em revista.

Conforme já tive oportunidade de dizer em outro momento, a partir do século XX a imprensa agrícola foi um dos canais mais importantes para a divulgação dos anúncios publicitários. É importante lembrar que nos anos 1950 houve um avanço considerável na produção de bens de consumo duráveis no país, além da produção de veículos automotivos e máquinas agrícolas, fazendo do mercado revisteiro agrônômico um segmento muito atraente para os anunciantes (além, claro, de sua evidente importância no que diz respeito ao conteúdo propriamente dito, daquilo que era publicado e que interessava aos leitores e leitoras envolvidos em negócios agropecuários).

Desse modo, André de Seguin des Hons, por exemplo, considerava que dentro daquilo que ele denomina de “*la presse professionnelle, scientifique ou technique*” (a imprensa profissional, científica ou técnica), havia três segmentos jornalísticos em destaque, ou “*secteurs clefs*” (setores-chave): os relacionados à agricultura, à tecnologia industrial e à saúde. O historiador francês separa os periódicos agrônômicos em três momentos de evolução, correspondentes aos anos de 1955, 1965 e 1978. Por ora, cito apenas as informações dadas pelo autor em relação aos dois primeiros períodos, que estão inseridos no recorte histórico de circulação da *Brasil-Oeste*. Des Hons fez uso do *Anuário Brasileiro de Imprensa* e do *Anuário Estatístico do Brasil*, apresentando os seguintes dados:

Agriculture et Elevage. En 1955, parmi les 17 publications périodiques citées par l'*Anuário Brasileiro de Imprensa* (...) La somme de leurs tirages indique sur une période d'un an un total de 2.245.000 exemplaires.¹³⁰

En 1965 L'*Anuário Estatístico do Brasil* indique l'existence de 32 publications avec un total annuel de 3.053.000 exemplaires.¹³¹

Em busca de mais informações, procurei subsídios nos *Anuários Estatísticos do Brasil* dos anos de 1965, 1966, 1967, correspondentes a 1963, 1964, 1965 e 1966. Em relação ao ano de 1963, havia 28 periódicos agrônômicos; em 1964, 30; em 1965, 32; e em 1967, 35. No que diz respeito à tiragem média, entre 1963 e 1964 é possível notar um aumento considerável, pois se no primeiro ano os 28 periódicos publicavam em média a quantia de 386.100 exemplares mensais, no ano seguinte aumentou consideravelmente para 589.070 mil, distribuídos entre 30 periódicos.

¹³⁰ Importante dizer que, no *Anuário Brasileiro de Imprensa*, não era sempre que a informação sobre a tiragem de todos os periódicos listados era revelada.

¹³¹ DES HONS, André de Seguin. *Op. Cit.*, 1985, p. 41. Tradução: “Agricultura e pecuária. Em 1955, entre as 17 publicações periódicas citadas pelo *Anuário Brasileiro de Imprensa* [...] A soma de suas tiragens indica que no período de um ano foram publicados um total de 2.245.000 de exemplares. Em 1965 o *Anuário Estatístico do Brasil* indica a existência de 32 publicações com um total anual de 3.053.000 exemplares.”

Nesse sentido, levando em consideração o número de 386.100 exemplares correspondentes aos 28 periódicos, que representava a média mensal da totalidade deles, em 1963, a imprensa agrônômica produzia a quantia de 12 vezes 386.100, o que corresponde a 4.633.200 exemplares. Já no ano seguinte, os 30 periódicos produziram a quantia de 7.068.840 exemplares anualmente.

Em relação aos anos de 1965 e 1966, o *Anuário* apresentava a tiragem total anual de 3.063.754 (32 periódicos) e 4.352.790 (35 periódicos), respectivamente. Isso indica que houve um declínio, de certo modo, em relação ao número de exemplares publicados, mas uma maior quantidade de diferentes títulos em circulação. Ainda assim, as agrônômicas¹³² mantiveram média mais alta em relação às publicações das ciências da saúde e muito próxima da área de Tecnologia e Indústrias, se forem levados em consideração os exemplos dados por André de Seguin des Hons, tal como é possível notar a seguir:

Quadro 2

Comparativo entre periódicos de diferentes segmentos jornalísticos nos anos de 1965 e 1966

Segmento	Número de periódicos (1965)	Número de periódicos (1966)	Tiragem total (1965)	Tiragem total (1966)	Média de tiragem de exemplares por título (1965)	Média de tiragem de exemplares por título (1966)
Agricultura, Silvicultura, Pecuária, Caça e Pesca	32	35	3.063.754	4.352.790	95.742	124.365
Ciências médicas, higiene pública	28	25	1.885.922	1.891.589	67.354	75.663
Tecnologia, Indústrias, Artes e Ofícios	40	35	4.436.152	4.595.150	110.903	131.290

Fonte: *Anuário Estatístico Brasileiro* (1967).

Nota-se que enquanto houve uma queda do número de periódicos daqueles relacionados à saúde e à tecnologia/indústrias, os agrônômicos, por sua vez, tiveram um incremento na quantidade de títulos e um enorme acréscimo de exemplares lançados, enquanto os outros segmentos citados cresceram muito pouco em termos de tiragem.

É importante ressaltar que nos dois anos acima citados, a revista *Brasil-Oeste* já se encontrava em declínio, o que não anula o fato de que o mercado era extremamente favorável à publicação de revistas agrônômicas. Nesse sentido, outro dado importante apresentado por

¹³² É importante, contudo, fazer uma ressalva a esse respeito, tendo em vista que esse segmento, tal como aparece nos dados, inclui publicações de caça e pesca, que não representa necessariamente os periódicos agrônômicos, mas entra no âmbito da produção animal.

Seguin des Hons foi a compilação das informações do *Anuário Estatístico do Brasil* de 1980 (que correspondia aos dados de 1978). Naquele momento, havia algo em torno de 74 periódicos agrônômicos que totalizavam a publicação de 11.810.000 exemplares/ano, isto é, muito mais do que os periódicos de Tecnologia e Indústria (5.307.000 exemplares/ano) e pouco acima daqueles relacionados à saúde (10.714.000 exemplares/ano),¹³³ indicando, outra vez, a força daquele segmento editorial.

Ao que me parece, a imprensa brasileira especializada em assuntos agropecuários seguia uma tendência internacional de crescimento.¹³⁴ Em estudo feito pelo historiador francês André-Jean Tudesq¹³⁵ acerca do periodismo agrícola francês, o autor comenta, por exemplo, que as “*relations entre les moyens d'information et le monde agricole entre 1945 et 1980 se sont déroulées dans un contexte en mutations souvent brutales. Les media ont été à la fois les générateurs et les traducteurs de l'ouverture du monde agricole sur l'extérieur*”.¹³⁶

Tudesq indica, ainda, que no período citado houve considerável avanço de leitores do mundo rural, tanto em relação à imprensa geral, quanto no que diz respeito à especializada em agricultura. Assim, dizia ele que a “*presse écrite est, pendant toute la période envisagée, le moyen d'information qui s'adresse le plus aux agriculteurs*”,¹³⁷ uma vez que a mesma tornava-se uma ferramenta efetiva de trabalho. Mais uma vez, nas suas palavras,

La presse agricole est devenue un instrument de travail pour les agriculteurs qui y trouvent à la fois des renseignements sur la mécanisation ou les techniques

¹³³ DES HONS, André de Seguin. *Op. Cit.*, 1985, p. 41.

¹³⁴ Outra ressalva importante merece ser feita: dois anos são muito pouco para que se possa inferir, com segurança, uma tendência. De um ano para o outro, pode haver flutuações puramente conjunturais. Nesse sentido, estou ciente das limitações de minha análise, decorrentes da escassez dos dados que eu dispunha.

¹³⁵ Ainda que eu esteja abordando tópicos sobre a imprensa agrônômica, penso ser importante frisar, baseado nas informações de Annie Lenoble-Bart, que o historiador André-Jean Tudesq (1927-2009) é considerado ainda hoje como um dos fundadores dos estudos da imprensa (e da mídia de modo geral) africana. Segundo a autora, “*Tudesq based his research on media content in a socio-political framework [...] Although his influence was particular felt in French-speaking countries [...] also positioned his research in an African continental perspective.*” (Tudesq direcionou seus estudos sobre a mídia sob uma perspectiva sociopolítica [...] Ainda que sua influência tenha sido mais particularmente sentida em países [africanos] de língua francesa [...] igualmente direcionou sua pesquisa para uma perspectiva continental da África”. LENOBLE-BART, Annie. André-Jean. Tudesq: a pioneer of the study of the media in French-speaking Africa. *Ecquid Novi: African Journalism Studies*. Vol. 33, Issue 3, pp 93-97, 2012, p. 93

¹³⁶ TUDESQ, André-Jean. Média et monde agricole depuis 1945. *Économie rurale*. n°184-186, 1988. Un siècle d'histoire française agricole. pp. 205-214, p. 205. Tradução: “as relações entre os meios de comunicação e o mundo agrícola entre 1945 e 1980 desenvolveram-se em um contexto de mudanças, muitas vezes brutais. Os meios de comunicação foram, ao mesmo tempo, geradores e tradutores da abertura do mundo agrícola ao exterior”.

¹³⁷ *Idem*, p. 206. Tradução: “a imprensa escrita foi, no período em apreço, o meio de informação que teve maior inserção entre os agricultores”

*agricoles, sur l'information économique agricole (les marchés, les cours...) sur leurs associations et la politique agricole.*¹³⁸

Como já mostrei, tanto a imprensa agrícola mexicana quanto a estadunidense tiveram especial participação no desenvolvimento da agropecuária daqueles países e o mesmo parece ter ocorrido na França. No Brasil, tal situação foi bastante semelhante no que diz respeito aos caminhos percorridos pelo periodismo e o desenvolvimento agrícola. Nos anos 1950, o impacto parece ter sido maior em decorrência das inovações tecnológicas no campo e o início da implementação de máquinas agrícolas motorizadas. A *Brasil-Oeste* surgia exatamente no momento em que houve uma “guinada” favorável aquele tipo de empreendimento, muito bem percebido por Fausto Vieira de Campos a partir de sua ambientação em Mato Grosso. A seguir, mostro um panorama da imprensa mato-grossense da época.

1.5. Mato Grosso e o mercado jornalístico

A julgar, portanto, por todas as informações anteriormente mencionadas, é possível conjecturar que Fausto Vieira de Campos tenha percebido que havia um mercado a explorar, especialmente em virtude de sua trajetória que, por ter estado desde o início da década de 1950 escrevendo sobre a região, acumulou capital social¹³⁹ junto às elites e grupos dirigentes mato-grossenses, conhecendo – minimamente – seus anseios, especialmente após a publicação de *Retrato de Mato Grosso* em 1955. Além disso, como venho mostrando no presente capítulo, diversos outros aspectos favoreceram aquele empreendimento editorial (momento de desenvolvimento econômico no Brasil, discurso em favor da colonização da porção oeste do país, mudanças na imprensa e uma incrível evolução do mercado da editoração de assuntos agropecuários), que serão melhor tratados no decorrer deste trabalho.

Quando fiz o levantamento dos periódicos agrônômicos publicados no Brasil, pude notar que a maior parte deles se concentrava em São Paulo e no Rio de Janeiro (seja como Distrito Federal ou como capital do Estado da Guanabara). A julgar pelas informações contidas no Quadro 1, os dois estados publicavam vinte e dois dos vinte e sete periódicos lá elencados. Mato Grosso, no entanto, sequer figurava entre os que produziam periódicos

¹³⁸ *Idem*, p. 207. Tradução: “A imprensa agrícola tornou-se uma ferramenta de trabalho para os agricultores, que nela encontravam, ao mesmo tempo, ensinamentos sobre a mecanização ou as técnicas agrícolas, sobre a informação econômica agrícola (mercados, preços ...), sobre suas associações e a política agrícola”.

¹³⁹ O termo “capital social” aqui utilizado está embasado na concepção de Pierre Bourdieu, que será melhor abordada no decorrer do trabalho.

daquele segmento. Já em relação à produção total de periódicos, isto é, de qualquer tipo e segmento editorial, mostrarei a seguir tudo que foi produzido nacionalmente entre os anos finais de 1940 e 1950, conforme os *Anuários Estatísticos Brasileiros*, de tal forma que possamos situar Mato Grosso em meio ao conjunto da produção jornalística daquele período.

Quadro 3

Impressos periódicos no Brasil entre 1948-1959, segundo os estados da federação

Ano:	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955 ¹	1956 ²	1957 ³	1958 ⁴	1959 ⁴
São Paulo	654	678	734	761	954	892	892	533	564	436	559	642
Minas Gerais	342	352	443	379	458	381	381	186	152	212	211	214
Distrito Federal	485	440	508	511	453	432	432	245	208	179	-	-
R. G. do Sul	201	212	209	234	243	247	247	129	102	134	137	114
Rio de Janeiro	150	150	160	189	148	168	168	94	83	106	113	112
Bahia	112	119	129	130	122	120	120	70	59	85	80	80
Paraná	62	68	81	95	115	111	111	63	63	90	76	86
Santa Catarina	93	83	96	104	100	92	92	59	56	56	60	53
Pernambuco	89	92	94	94	82	79	79	41	42	56	48	40
Ceará	58	74	80	70	83	76	76	35	29	30	25	25
Guanabara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	214	226
Mato Grosso	37	35	46	44	41	47	47	18	18	24	25	25
Goiás	31	39	39	35	50	45	45	28	26	35	34	32
Espírito Santo	29	29	37	40	52	45	45	18	16	22	29	25
Amazonas	23	19	39	33	32	29	29	10	9	13	12	13
Maranhão	20	26	26	21	26	31	31	15	9	13	13	13
Piauí	16	18	28	26	33	36	36	11	6	17	15	15
Pará	18	20	25	18	21	27	27	16	14	24	20	16
R.G. do Norte	18	29	31	22	22	23	23	11	8	9	8	11
Alagoas	16	19	22	25	26	24	24	9	5	10	8	9
Sergipe	13	18	17	16	22	24	24	11	9	14	14	13
Paraíba	13	12	9	11	14	14	14	8	8	9	11	13
Acre	3	4	4	4	7	8	8	4	3	5	4	4
Amapá	2	1	2	4	4	5	5	-	-	3	2	3
Rio Branco	2	2	2	2	3	3	3	1	-	3	2	1
Rondônia	-	-	-	-	-	-	2	3	3	4	3	3
Guaporé	2	1	1	3	2	2	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Anuários Estatísticos do Brasil*: Edições de 1950 (corresponde ao ano de 1948), 1951 (1949), 1952 (1950), 1953 (1951), 1954 (1953), 1955 (1954), 1956 (1954), 1957 (1955), 1958 (1956), 1959 (1957), 1960 (1958), 1961 (1959).

1 - Até o anuário de 1957 (correspondente, no quadro, ao ano de 1955), os periódicos eram divididos sob os seguintes tipos: “jornais”, “revistas”, “boletins e folhetos”, almanaques e anuários” e “outros sem declaração”.

2 - A partir da edição de 1958 (correspondente, no quadro, ao ano de 1956), extinguíram-se as denominações “boletins”, “folhetos”, “almanaques” e “anuários” das listas dos *Anuários Estatísticos do Brasil*. Isso pode explicar, em parte, a notável diminuição dos números pertinentes ao total de periódicos publicados.

3 - No *Anuário* de 1959 (correspondente, no quadro, ao ano de 1957), somente as denominações “jornais” e “outros periódicos” foram listadas.

4 - Nos *Anuários* de 1960 e 1961 (correspondentes, no quadro, aos anos de 1958 e 1959), os tipos de periódicos listados foram os “jornais”, as “gazetas”, as “revistas” e, a imprecisa denominação “outros periódicos”.

Os números dos *Anuários* podem apresentar imprecisões de todo tipo e não há dúvidas disso, no entanto, tendo em vista que esta é a possibilidade mais plausível para termos pelo menos uma ideia geral da produção periódica histórica do Brasil daquele momento, no quadro acima exposto, percebe-se que no recorte histórico correspondente, Mato Grosso figurava em todos os anos em posição intermediária no âmbito da produção jornalística brasileira. É visível que havia um grupo de unidades federativas com superior volume de publicações em circulação naqueles respectivos anos e outro, com números consideravelmente menores. Pertenciam ao primeiro deles, São Paulo, Distrito Federal,¹⁴⁰ Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e Ceará. Já o segundo grupo, que apresentava uma quantidade relativamente inferior, correspondia aos estados e territórios restantes.

Mato Grosso figurou constantemente entre os primeiros colocados no *ranking* correspondente ao segundo grupo,¹⁴¹ indicando que a situação “relativa” não era tão “desastrosa” assim, especialmente se for levada em consideração a baixíssima densidade demográfica do estado.

Quando se tratava da publicação de tipo revista, o número de periódicos em Mato Grosso era, sem dúvidas, muitíssimo inferior e o Estado estava entre aqueles que menos publicavam revistas, chegando inclusive, em alguns anos, sequer ter um magazine relacionado pelo *Anuário*.

No quadro 4 mostro com maior detalhamento a produção periódica especificamente de Mato Grosso, a partir das classificações feitas pelas edições do *Anuário Estatístico Brasileiro*.

Quadro 4
Impressos periódicos em Mato Grosso entre 1948-1959

Ano:	Jornais	Revistas	Boletins e folhetos	Outros sem declaração	Gazetas
1948	28	6	2	1	
1949	25	8	2	-	

¹⁴⁰ A partir do *Anuário* de 1960, deixou-se de publicar números relativos ao Distrito Federal (transferido para Brasília em 1960), constando somente o estado da Guanabara.

¹⁴¹ Desse modo, o Estado de Mato Grosso se situava entre aqueles que menos produziam, ou seja, estava em um “segundo escalão”. Nesse sentido, parafraseando Paulo Roberto Cimó Queiroz (que abordava outro tema, que nada tem a ver com o que está sendo debatido aqui), a produção jornalística mato-grossense foi bastante modesta e só adquire certa significação no confronto com a modéstia encontrada igualmente em outros estados de menor produção.

1950	34	8	2	2	
1951	37	5	1	1	
1952	-	-	-	-	
1953	3	3	5	30*	
1954	7	3	6	-	31
1955	6	-	-	-	12
1956	7	-	-	-	11
1957	7	-	-	17	-
1958	8	-	-	-	16
1959	7	-	-	1	17

*Como a diferença é exorbitante em relação aos outros anos, presumo que entre os periódicos “sem declaração” possivelmente estava também uma boa porção de jornais, ainda que não seja possível saber muito bem quais eram os critérios utilizados para fazer tais distinções.

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil: Edições de 1950 (corresponde ao ano de 1948), 1951 (1949), 1952 (1950), 1953 (1951), 1954 (1953), 1955 (1954), 1956 (1954), 1957 (1955), 1958 (1956), 1959 (1957), 1960 (1958), 1961 (1959).

A maior hemeroteca dos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul encontra-se no NDIHR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, pertencente à UFMT e localizado em Cuiabá), e levando em consideração o acervo que lá está depositado no que diz respeito às publicações revisteiras, o número desses periódicos coletados realmente não é muito elevado. Segundo o *Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso 1847-1985* (publicação do NDIHR), as revistas correspondentes ao período acima mencionado eram apenas vinte publicações que, em sua maioria, eram religiosas ou literárias.

Pelo que me consta, até a década de 1950 eram raros os periódicos em Mato Grosso dedicados a debater questões agrícolas e historicamente não me parece que tenham sido muito numerosos. Ao que tudo indica, o primeiro impresso desse segmento temático foi a *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura*,¹⁴² de 1907, que, além disso, foi uma das primeiras revistas propriamente ditas de Mato Grosso.¹⁴³ Segundo Rubens de Mendonça, outras duas publicações dedicaram-se, pelo menos em parte, a discutir questões relacionadas à agropecuária. A primeira delas foi a *Revista Rural*, de 1930, publicada pela Sociedade Rural Cuiabana.¹⁴⁴ Em Corumbá, ainda nas palavras do autor, foi lançado em 1947 o *Boletim da*

¹⁴² A *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura* encontra-se depositada no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Ainda no decorrer deste trabalho analisarei mais detidamente esse periódico no intuito de fazer uma comparação entre os seus objetivos editoriais e os da revista *Brasil-Oeste*.

¹⁴³ Conforme informações de Rubens de Mendonça, em seu estudo sobre a história da imprensa de Mato Grosso (o precursor no estudo sobre este tema), a primeira revista que circulou em Mato Grosso foi a “Revista Mato Grosso”, fundada em 1904 pelo Padre Helvécio Gomes de Oliveira e que se dedicava à publicação de textos relacionados às ciências, letras, artes e variedades. Pelas informações do mesmo autor, a “Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura” teria sido a terceira a ser publicada no estado, na cidade de Cuiabá. (MENDONÇA, Rubens. A história do jornalismo em Mato Grosso. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo-SP, Vol. CXXI, 1951, p. 83).

¹⁴⁴ Lamentavelmente não tive acesso a nenhuma edição desta revista.

Nhecolândia, vinculado ao “Centro de Criadores da Nhecolândia”, fundado em 1928.¹⁴⁵ No entanto, a historiadora Lúcia Salsa Corrêa informa que o referido Boletim foi lançado em 25/08/1934. Nas suas palavras,

Em Corumbá, no dia 25 de agosto de 1934, o Centro dos Criadores da Nhecolândia lançou o primeiro número de seu boletim mensal [...].

De acordo com seus editores, o boletim espelhava a vitalidade do grupo de fazendeiros do Pantanal [e] expressava os interesses e os problemas comuns desses pecuaristas, relacionados diretamente à qualidade de seus rebanhos, questões sanitárias, gargalos da criação e da comercialização de seus produtos, incluindo as dificuldades de transporte, iniciativas de melhoria de instalações das fazendas e, sobretudo, questões políticas, entre outros.¹⁴⁶

Na verdade, segundo Gilson Lima Domingos, que utilizou o *Boletim* como fonte histórica para entender “a construção da memória identitária do Pantanal mato-grossense, em especial da Nhecolândia”,¹⁴⁷ essa publicação foi iniciada em 1934, interrompida por um tempo, e retomada em 1947.

Centro editou em 1934 o Boletim da Nhecolândia, periódico oficial dos criadores da região, que se transformou em um dos veículos da memória, nobilitando a ação de seus *desbravadores*. Os seus artigos evidenciavam como os fazendeiros gostavam de ser vistos: cultos, progressistas e até com veios artísticos. E, realmente, os assuntos abordados por aquele jornal eram variados: veterinária, agronomia, zootecnia, saúde, poesias e acontecimentos sociais. Porém, o mais relevante, era conter em suas páginas a lembrança dos chamados pioneiros que efetuaram ocupação (re-ocupação) da Nhecolândia, exaltando-os. Ainda nos anos 30 a publicação desse periódico foi interrompida e depois reiniciada em 1947, com a intenção de reviver o passado dos pioneiros.¹⁴⁸

Apesar de provavelmente ter se enganado no que diz respeito à data de fundação daquela publicação, Rubens de Mendonça fez uma importante contribuição ao citar uma missiva enviada a Gabriel Vandoni de Barros (diretor e orientador do boletim), em janeiro de 1949, cujo remetente era Roberval Cardoso, então Técnico de Educação Rural do Ministério da Agricultura. Nesse sentido, acredito ser pertinente compartilhar ao menos um fragmento daquela carta, levando em consideração a raridade e preciosidade de tal informação, contida em uma obra que igualmente é de difícil acesso (no caso, o livro de Mendonça).

¹⁴⁵ MENDONÇA, Rubens, *Op. Cit.*, 1951, p. 87-90.

¹⁴⁶ CORRÊA, Lúcia Salsa. A força da Nhecolândia parte I. <http://www.ihgms.com.br/>, acesso em 10/01/2014.

¹⁴⁷ DOMINGOS, Gilson Lima. *Pantanal da Nhecolândia: história, memória e a construção da identidade*. Dissertação (Mestrado em História), UFMS, 2005, p. 16.

¹⁴⁸ DOMINGOS, Gilson Lima, 2005, p. 28.

O Boletim pela sua atraente distribuição, principalmente pela matéria contida, está fadado a ser periódico líder de nossas associações rurais. Numa perfeita compreensão do que seja educação do homem rural, através da imprensa, o Boletim da Nhecolândia, com feliz orientação, focaliza não só assuntos de técnica e economia pecuarista, mas revive a história e o folclore regional, mantendo assim a tradição e, conseqüentemente, a alma da pátria, que não está no lufa-lufa das metrópoles, mas no bucolismo do meio rural.¹⁴⁹

Nota-se o entusiasmo pela existência daquela publicação, que não debatia somente as questões mais técnicas mas acreditava representar a “alma da pátria”, que se encontrava no interior do país e não no litoral ou nas metrópoles. Isso lembra a análise feita por Nísia Trindade, por exemplo, quando ressalta as contradições das representações feitas sobre o sertão brasileiro, que ora era entendido como um lugar atrasado, mas ora era percebido como o lugar onde residia a verdadeira brasilidade.¹⁵⁰

Essas três publicações (a *Revista da Sociedade Matogrossense de Agricultura*, o *Boletim da Nhecolândia* e a *Revista Rural*) são as únicas de que tenho notícia quando o assunto é a segmentação agrônômica produzida pelo jornalismo mato-grossense na primeira metade do século XX e que parecem fugir à “lógica” da produção revisteira de Mato Grosso, que, conforme mencionei anteriormente, era fortemente dominada por assuntos literários e religiosos.

Apesar dessa lacuna temática na imprensa de Mato Grosso, creio que alguns dados apresentados em um artigo publicado em 1958 no *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão*, intitulado *O presente e o futuro do mercado de revistas do Brasil*, de autoria de Antonio Faria, no qual fazia algumas considerações bastante propícias para a discussão em torno do segmento revisteiro do país, pois abordavam-se algumas perspectivas de mercado para as mais variadas regiões, incluindo a mato-grossense, que era vista como um mercado em ascensão. Vejamos a seguir.

O texto aponta alguns tópicos que atuariam como determinantes para a evolução do mercado revisteiro brasileiro, tais como a renda *per capita*; índice de alfabetização; estágio de desenvolvimento tecnológico e cultural; o conteúdo das revistas; a evolução do gosto do público e os fluxos emigratórios para os centros urbanos. Para não me alongar em todos eles, penso que o primeiro, isto é, o correspondente à renda, resumiria bem as ideias do autor. Para ele, este seria “o elemento mais decisivo na procura de revistas”, pois, além do fator de “magnitude aquisitiva”, teria efeitos em outros tantos, tais como a “alfabetização, instrução

¹⁴⁹ *Apud* MENDONÇA, Rubens. *Op. Cit.*, 1951, p. 90.

¹⁵⁰ Tema que foi igualmente debatido no trabalho da historiadora Lylia Galetti, especificamente falando sobre Mato Grosso e que, no decorrer do presente trabalho, será lembrado.

geral e especializada, cultura e refinamento espiritual ou intelectual, que dão lugar a novos hábitos, tendentes a valorizar o lado contemplativo e espiritual da vida”.¹⁵¹

Nota-se uma visão bastante elitizada por parte do autor, que indicava, já no tópico seguinte, que quanto maior fosse o desenvolvimento tecnológico, maiores seriam as possibilidades de venda. Além disso, Antonio Faria demonstrava sua enorme preocupação no que dizia respeito ao conteúdo das revistas. Na sua perspectiva, as mais especializadas tenderiam a ter menor espaço, pois, quanto menores fossem o grau de instrução e avanço cultural e tecnológico, maiores seriam as chances de haver apenas uma procura por “revistas infanto-juvenis de quadrinhos ou de texto facilmente assimilável”. Desse modo, não bastaria a alfabetização (que na época correspondia a apenas 50% da população) para a leitura de uma revista especializada, o que explicaria a alta procura por “revistas em quadrinhos e outras [...] com que muitos jovens moldam sua mentalidade, não raro doentia, superficial e marginária [sic]”.¹⁵²

Ademais, conforme mencionei, o autor fez um percurso por outros tópicos até elaborar uma classificação do mercado brasileiro, pautando-se no “critério [...] de acordo com a renda”. Nesse sentido, ele separava o país em quatro grupos, A, B, C, e D. No primeiro deles, estariam apenas o Distrito Federal e a capital paulista, pois sua “renda per capita [representava] aproximadamente o dobro da média nacional e acentuada industrialização”. No mercado “B”, figurariam o Estado de São Paulo, exclusive sua capital, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois sua “renda per capita [correspondia a] 20/35% superior à média nacional, pouca indústria e próspera economia agro-pecuária”. Já o mercado “C” seria aquele no qual estaria Mato Grosso, além de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás. As características predominantes seriam a “renda per capita 10 a 30% inferior à média nacional, pouca indústria e baixa produtividade agro-pecuária”.¹⁵³ No mercado “D” encontravam-se todas as outras Unidades Federativas da nação.

O autor fazia um exercício de previsão, indicando informações bastante pertinentes para a análise em apreço. Dizia ele:

Como a renda per capita é o cociente da divisão do valor anual da produção de bens e serviços de uma comunidade pelo número de seus habitantes, é óbvio que a renda

¹⁵¹ FARIA, Antonio, O presente e o futuro dos mercados de revistas do Brasil, *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão*, Empresa Jornalística PN S.A., 1958, p. 62.

¹⁵² *Idem*, p. 60.

¹⁵³ FARIA, Antonio, O presente e o futuro dos mercados de revistas do Brasil, *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão*, Empresa Jornalística PN S.A., 1958, p. 68.

destes variará conforme fôr o volume físico da produção processada e dos serviços que produzirem. Deste modo, os estados que hoje, de acôrdo com a renda, se enquadram nos mercados C e D, poderão daqui há [sic] algum tempo ingressar nos mercados A e B. Podemos citar como exemplo os estados de Goiás e Mato Grosso, onde penetram atualmente, com relativa intensidade, os elementos de um progresso econômico que se fará sentir em breve.¹⁵⁴

Naquele cenário, conforme indicava, havia certo otimismo no que dizia respeito aos estados de Mato Grosso e Goiás, ambos, maiores “objetos” de cobertura por parte da revista *Brasil-Oeste*. Na prática, no entanto, o Estado mato-grossense estava entre aqueles em que o mercado de revistas teria menos lucrado. Pautando-me, ainda, nos dados mostrados por Antonio Faria, de todas as unidades da federação, Mato Grosso só tinha maior venda, em números absolutos (Cr\$ 6.604.000), que os estados localizados no grupo “D”, conforme classificação feita pelo autor. Por outro lado, se for considerada a venda *per capita* de revistas, Mato Grosso estava bem situado, com o valor de Cr\$ 10,97, ficando atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo (capital e interior), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estando, inclusive, acima da média de seu grupo, o “mercado C”, que investiu em revistas o valor de Cr\$ 7,87 *per capita*.¹⁵⁵

No entanto, é preciso dizer que, inegavelmente, a produção de revistas no estado era bastante incipiente e um projeto como a revista *Brasil-Oeste* certamente se encaixaria bem naquele cenário. Nesse sentido, Fausto Vieira de Campos, aproveitando-se de seu variado leque de relações pessoais com agentes de bastante influência em Mato Grosso, do embrionário, porém promissor mercado revisteiro, e, por que não, do seu encantamento por aquela região e o potencial que ali se encerrava, considerou enveredar-se para o empreendimento “projeto *Brasil-Oeste*”, como tenho chamado, que veio somar ao seu trabalho anterior – que irei analisar mais detalhadamente – que foi o livro *Retrato de Mato Grosso*. No capítulo a seguir, pretendo trazer informações a respeito deste jornalista, que tanto refletiu e se dedicou aos interesses de Mato Grosso.

¹⁵⁴ FARIA, Antonio, O presente e o futuro dos mercados de revistas do Brasil, *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão*, Empresa Jornalística PN S.A., 1958, p. 68.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 72.

CAPÍTULO 2

FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS E SUA TRAJETÓRIA EM MATO GROSSO: ESBOÇOS DE UM PROJETO

2.1. Introdução

Neste capítulo tratarei de fazer uma apresentação ligada à atuação inicial do jornalista Fausto Vieira de Campos em Mato Grosso, tendo em vista que ele foi peça central naquilo que chamo de “projeto Brasil-Oeste” e que traduz a minha tese segundo a qual a publicação da revista *Brasil-Oeste* foi uma tentativa de tornar Mato Grosso “melhor compreendido e mais conhecido”, para que o mesmo alçasse os voos do progresso e do desenvolvimentismo, tão em voga no país de meados do século XX. Para tanto, Campos articulou-se em meio a alguns dos grupos mato-grossenses mais influentes, aproveitou-se da visível lacuna da imprensa na região e, sob o discurso da objetividade e neutralidade jornalística, defendeu interesses de diversos setores daquele estado, construindo uma imagem ambígua de si mesmo: ora como um “bandeirante da imprensa” que tinha as mais “nobres intenções”; ora como um representante de um grupo político específico.

De todo modo, havia uma linha discursiva central em todo aquele processo, que se assentava na seguinte concepção: o efetivo desenvolvimento mato-grossense só seria atingido se fossem dirimidas as representações e/ou visões negativas que, ainda nos anos 1950, “impregnavam” a imagem daquele estado associando-o à barbárie, ao atraso, à selvageria, etc. Para que tal objetivo fosse alcançado, era absolutamente necessário um *meio* que “reconstruísse” a imagem de Mato Grosso, retratando-o em uma nova tela, que se inseria no interior do desenvolvimentismo. É justamente aí que surge a ideia do “projeto Brasil-Oeste”. Portanto, apresentar alguns dos passos jornalísticos iniciais de Fausto Vieira de Campos faz-se absolutamente necessário para que possamos compreender mais profundamente o assunto em tela.

Conforme mostrei no capítulo anterior, a revista *Brasil-Oeste* foi criada em meio a um momento muito favorável no que diz respeito ao desenvolvimento da imprensa brasileira, sobretudo aquela de segmento editorial agrônomo. No entanto, apresentarei a seguir que o projeto editorial de Campos extrapolava a questão meramente mercadológica, uma vez que havia, por parte do jornalista, uma ligação muito íntima com esta região, que se desenvolvia tanto no plano da política, mas também afetivamente.

Nesse sentido, a partir de textos escritos por Fausto Vieira de Campos em outras publicações além da revista *Brasil-Oeste*, pretendo apresentar o modo como ele foi construindo seu projeto, ora trazendo consigo aquele forte discurso da “objetividade” dos fatos e da “neutralidade” do jornalismo, ora tomando visíveis posições políticas tanto em relação às querelas do âmbito estadual, quanto em esfera maior. Logo, procurarei mostrar algumas das articulações e relações construídas por ele no período que antecedeu a divulgação da revista para que seja possível, ao menos, compreender algumas de suas posições e se havia em seu projeto um nível de independência jornalística em relação ao mundo político mato-grossense.

A “saga” jornalística empreendida por Campos pelos lados do oeste brasileiro iniciou-se em uma época em que “pensar” projetos nacionais de desenvolvimento estava na ordem do dia, bem como a máxima ocupação e exploração das riquezas existentes no país nos seus mais diversos espaços. É importante dizer que nesse período, compreendido entre os anos 1950 e 1960, havia efetivamente um espírito otimista no que diz respeito ao desenvolvimento econômico nacional.

Como informam dois autores, “entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma *nação moderna*”¹. É exatamente esta a sensação que se tem ao ler os textos de Campos nas páginas da *Brasil-Oeste*, em *Retrato de Mato Grosso* ou em outras publicações nas quais escrevia, pois buscava-se a todo custo inserir Mato Grosso dentro daquele cenário de modernização. Portanto, se na década de 1950 “alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos”², para Fausto Vieira de Campos aquele era o momento em que o estado mato-grossense despertaria sob um novo retrato, delineado segundo os traços considerados ideais para que se alcançasse o desenvolvimento e o progresso econômico e material.

¹ CARDOSO DE MELLO, José M.; NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, 1998, p. 559. Os grifos são meus.

² *Id.*, *Ibid.*

2.2. Fausto Vieira de Campos

Fausto Vieira de Campos foi um professor-jornalista³ que iniciou seu contato com Mato Grosso no início dos anos 1950. Em 1952, teve de visitar a cidade de Cáceres em virtude de suas atividades pertinentes ao seu cargo de Inspetor Federal de Ensino Secundário⁴, incumbido de orientar a instalação de um curso ginásial em um colégio de freiras chamado Ginásio N. S. Imaculada Conceição. Pelo que me consta, foi o resultado dessa passagem que desencadeou em Campos seu interesse pela região, especialmente após uma viagem datada do ano de 1953, quando o jornalista foi para o Território do Guaporé⁵. Nessa ocasião, segundo seus relatos, ele pôde constatar o “*abandono* em que viviam as populações radicadas no Oeste Brasileiro”.⁶

Pouco tempo depois, em 1953, Fausto Vieira de Campos conheceu o advogado Demóstenes Martins (Secretário da Agricultura do governo estadual de Fernando Corrêa da

³ A síntese de sua trajetória pode ser conferida a seguir: Fausto Vieira de Campos nasceu em 14 de setembro de 1911, em Rio Preto, MG. Filho do Engenheiro Francisco Vieira de Campos e de Eulália Sá Pereira de Campos. Era neto do cônsul-geral do Brasil na Argentina, Domingos de Sá Pereira, e sobrinho do maestro Pedro de Sá Pereira. Casado com Iris Moraes Godoy de Campos, teve dois filhos: Fausto Moraes Godoy de Campos e Thereza de Campos Anspach. Fez seus estudos no Colégio Anglo-Latino; Externato Marques da Cruz e Ginásio do Estado de São Paulo. Estudou Direito, mas não concluiu a Faculdade. Como Professor, lecionou Português e Geografia. Como jornalista, exerceu as funções de Redator no *Diário da Noite*, *Correio Paulistano*, *Fôlha da Manhã*, *Diário de São Paulo*, *A Nota do Dia*, *Correio da Tarde*, *O Dia* e *A Razão*. Como Professor, lecionou nos Colégios “Sirio-Brasileiro” e “Caetano de Campos”. Participou da fundação do semanário católico *O Legionário*, assim como na fundação da “Sociedade Brasileira de Criologia”; da “Sociedade Brasileira de Estudos Políticos” e da “Ação Integralista Brasileira”. Foi ainda assessor do governo do Estado de Mato Grosso (1953), no setor de imprensa, e também Inspetor Federal do Ensino Secundário, desde 1934. O jornalista estava registrado na Delegacia Regional do Trabalho, em São Paulo (SP), como redator, sob o n° de registro 287. Faleceu em 20 de fevereiro de 1976. Essas informações podem ser encontradas em SALGUEIRO, Eduardo de Melo, *Op. Cit.*, 2011.

⁴ O cargo de Inspetor Federal de Ensino foi criado com a reforma da educação do ensino secundário e superior promovida por Francisco Campos em 1931. Conforme informa Romanelli, citado por João Cardoso Palma Filho, naquela ocasião “estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental com a duração de cinco anos e outro complementar, com dois anos de duração e a exigência de habilitação nesses ciclos para o ingresso no ensino superior. Ainda, criou a inspeção federal e equiparou todos os estabelecimentos de ensino secundários oficiais ao Colégio Pedro II, dando a mesma oportunidade aos colégios secundários particulares, desde que se sujeitassem à inspeção federal recém-criada. Para isso, criou a carreira de inspetor de ensino; estabeleceu normas para o exercício da atividade docente e seu registro junto ao Ministério da Educação”. ROMANELLI, 1999, p. 135, *apud*, PALMA FILHO, João C. O ensino da escrita: análise de três livros didáticos da década de 1940. *Work. pap. linguíst.*, 13(2): 01-36, Florianópolis, jul.set,2012, p. 4.

⁵ O Território do Guaporé foi criado pelo Decreto-Lei n° 5.812/43, de 13/9/1943, correspondendo à porção noroeste do Estado de Mato Grosso e pequena parte do sul do Amazonas.

⁶ CAMPOS, Fausto Vieira. *Retrato de Mato Grosso*, São Paulo (SP), 1955, p. 5. Grifo meu.

Costa,⁷ no período de 1951-1956). O estabelecimento dessa amizade foi de fulcral importância para a ampliação de contatos e subsídios para sua pesquisa, além de ter lhe dado a oportunidade de trabalhar naquela gestão de Mato Grosso, quando passou a ser assessor de imprensa do governador. Em 1954, deixou este cargo e retornou a São Paulo, quando passou a redigir aquela que seria a obra que lhe proporcionaria notório prestígio pelos lados do oeste do país, qual seja, o já mencionado *Retrato de Mato Grosso* (1955). Portanto, foi a partir dos eventos expostos anteriormente que surgiu a ideia de fazer um trabalho monográfico que tratasse de discutir Mato Grosso, fazendo uma espécie de “raio X” daquele estado, tendo em vista a baixa produção bibliográfica da época em torno das questões relacionadas a seus aspectos econômicos.

Sua atividade como Inspetor Federal de Ensino Secundário, pelo que tudo indica, foi exercida concomitantemente à de jornalista. No tempo em que atuou como assessor de imprensa de Fernando Corrêa da Costa, é possível que tenha se licenciado do seu cargo de Inspetor. No entanto, esta ainda é uma lacuna na trajetória de Campos, uma vez que não obtive maiores informações a esse respeito. O único dado preciso que pude verificar foi a data de sua aposentadoria nas atividades de ensino. Este fato ocorreu em 1969 (conforme resolução do Ministério da Educação e Cultura, que concedia – a partir do Processo nº 266.070).⁸

Apresento, a seguir, um quadro em que é possível acompanhar alguns dos principais eventos relacionados à sua trajetória profissional nas décadas de 1950 e 1960 e que serão melhor apresentados no decorrer do texto:

Quadro 5

A trajetória de Fausto Vieira de Campos nos anos 1950-1960

Principais aspectos de sua trajetória	Lugar	Ano
Esteve em Mato Grosso na condição de Inspetor Federal de Ensino Secundário	Cáceres	1952

⁷ Fernando Corrêa da Costa nasceu em Cuiabá no dia 29 de agosto de 1903, filho de Pedro Celestino Correia da Costa e de Corina Novis Correia da Costa. Seu pai foi governador de Mato Grosso de 1908 a 1911 e de 1922 a 1926 e senador por esse estado de 1918 a 1922 e de 1927 a 1930. Seu sobrinho, José Fragelli, foi deputado federal por Mato Grosso de 1955 a 1959 e governador do estado de 1971 a 1976. Em fevereiro de 1950, candidatou-se ao governo do estado, lançado por uma coligação da UDN com o Partido Republicano (PR), que recebeu o apoio da ala dissidente do Partido Social Democrático (PSD). Vitorioso no pleito, derrotou o candidato pessedista Filinto Müller e tomou posse em janeiro de 1951, tendo como vice-governador João Leite de Barros. Deixando o governo em janeiro de 1956, foi substituído por João Ponce de Arruda. Em outubro de 1958, elegeu-se senador por seu estado na legenda da UDN, iniciando o mandato em fevereiro de 1959. Em outubro de 1960, foi novamente eleito governador do estado, sempre na legenda udenista. Deixou o Senado em janeiro de 1961, quando foi empossado no governo, tendo como vice-governador José Garcia Neto.

⁸ Diário Oficial da União. Quarta feira, 29 de outubro de 1969, p. 9307.

Conhece o Secretário de Agricultura do governador Fernando Corrêa da Costa, Demóstenes Martins	Cáceres/Cuiabá	1953
Viagem para o Território do Guaporé	Mato Grosso/Guaporé	1953
Atuou como correspondente do Jornal <i>Folha da Manhã</i> em Mato Grosso	Mato Grosso	1953 a 1955
Assessor de imprensa do governador Fernando Corrêa da Costa (UDN)	Cuiabá	1953
Sai do cargo de assessor de imprensa e retorna para São Paulo	São Paulo	1954
Publicou o livro <i>Retrato de Mato Grosso</i> sob os auspícios do governo de Mato Grosso, sem editora	São Paulo	1955
Publicou o primeiro exemplar da revista <i>Brasil-Oeste</i>	São Paulo	1956
Publicou a segunda edição de <i>Retrato de Mato Grosso</i> pela Brasil-Oeste Editôra Ltda.	São Paulo	1960
Fim da publicação da revista <i>Brasil-Oeste</i>	São Paulo	1967
Publicou a terceira edição de <i>Retrato de Mato Grosso</i> pela Brasil-Oeste Editôra Ltda.	São Paulo	1969
Aposentou-se do cargo de Inspetor Federal de Ensino Secundário	São Paulo	1969

No tempo em que ambicionou redesenhar o traçado de Mato Grosso rumo à projeção nacional, Fausto Vieira de Campos deixava claro que o principal objetivo de seu empreendimento era o de “tornar Mato Grosso melhor conhecido”. Para tanto, nas palavras de Campos, seu livro *Retrato de Mato Grosso* permitiria ao leitor

uma apreciação justa das possibilidades [naquela ocasião] atuais e das [então] perspectivas futuras de Mato Grosso, desprezando o excesso de otimismo e condenando o *derrotismo* que *comumente* gera[va] as críticas mais injustas e descabidas com relação a Mato Grosso.⁹

Em outro fragmento, o autor resume as suas principais motivações a esse respeito enfatizando que o embrião daquela obra havia surgido na viagem ao Guaporé, quando finalmente pôde notar o “*abandono* em que viviam as populações radicadas no Oeste Brasileiro”. Naquele instante, diz o autor, “fortaleceu em nós um sentimento mais profundo de *nacionalidade*”. Para fazer jus àquele sentimento, Campos enfatizou que não ficaria de braços cruzados, apenas testemunhando aquele “*espetáculo da miséria* e de sofrimento”. Para tanto, resolveu encetar “*uma cruzada através da imprensa*”, com o objetivo máximo de “avivar o conhecimento da região do Oeste e de indicar aos homens que buscam

⁹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, São Paulo, 1955, p. 7. Os grifos são meus.

oportunidades para o trabalho [...] as enormes possibilidades que lhes apresentam no Estado de Mato Grosso e no Território de Guaporé”.¹⁰

Nota-se o esforço no discurso de Campos em fazer o possível para mostrar que aquele empreendimento era algo que extrapolava seu aspecto jornalístico, pretendendo evidenciar que havia ali um profundo sentimento de patriotismo. Iniciara-se, portanto, uma “cruzada” por ele capitaneada contra a “miséria”, o “esquecimento” e os estigmas que insistiam em continuar a “manchar” a “tela” mato-grossense.

Para que compreendamos melhor estes últimos aspectos (que serão debatidos mais detidamente no próximo capítulo), basta que façamos a leitura das primeiras linhas do texto de “orelha” da segunda edição de *Retrato de Mato Grosso*. Contra a ideia segundo a qual em terras mato-grossenses haveria um cenário que remetia – conforme palavras do autor – à “jungle”, ao “índio, à onça e ao caçador temerário”, todas elas, cores desbotadas de uma aquarela que não poderia pintar o retrato ideal daquele espaço (especialmente no que dizia respeito àquilo que realmente deveria ser central, isto é, sua inserção nos mercados produtivos), Fausto sentenciava a respeito de mal fadada fama: “faz-se mal sem limites ao Estado de Mato Grosso”.¹¹

Esse texto, escrito já em sua completa maturidade (1960) enquanto profissional do jornalismo (que se iniciara quando era apenas um adolescente, no ano de 1927), indica um Fausto Vieira de Campos bastante altivo e um tanto quanto inquieto no que se referia às imagens pintadas sobre uma região que, curiosamente, não era seu local de residência e tampouco sua terra natal, mas que, por inúmeras razões (econômicas, políticas e ideológicas), havia chamado tanto sua atenção. Contudo, ainda assim parecia “disposto” a defender alguns ideais que, independentemente de quaisquer outros interesses, eram sólidos, chegando, às vezes, a utilizar até mesmo duras palavras naquela que era sua “luta”.

Faço um pequeno parêntese e recuo para o ano de 1940, quando Fausto escreveu um artigo no qual já demonstrava ser um jornalista com uma escrita ácida. Trata-se de um texto escrito para o jornal carioca *A Batalha*, no qual fazia duras críticas às editoras de livros do país por publicarem obras “tão mal traduzidas”. Seu estilo de escrita nesse tempo era bem agressivo. Isso se vê em trechos nos quais acusava os editores brasileiros que, segundo o autor, eram “movidos pela usura” e que o “resultado da ganância” poderia ser percebido “na

¹⁰ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, São Paulo, 1955, p. 7.

¹¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, São Paulo: Brasil-Oeste Editôra, 1960. Orelha de capa. Os grifos são meus.

montanha de traduções ilegíveis, que, quando não deturpam a obra [...], se caracterizam por manchas imperdoáveis e desrespeito à gramática elementar”.¹²

Esse jovem e irritado Fausto Vieira de Campos teve uma longa carreira como jornalista até o momento em que lançou suas atenções para Mato Grosso nos anos 1950, quando, como correspondente da *Folha da Manhã*, escreveu várias reportagens que visavam, basicamente, levar informações sobre as terras mato-grossenses para o restante do país, especialmente São Paulo.

Acho pouco provável que eu tenha conseguido rastrear e coletar todas as reportagens feitas pelo jornalista para a *Folha*. Todavia, em relação ao que tenho em mãos, seus textos de modo geral eram mais informativos que opinativos (ainda que tenha havido variações de estilo na sua escrita), bastante extensos, mas que chamavam especial atenção para os problemas vividos pelo Mato Grosso, tal como será sua maior característica na sua atuação como jornalista de ali em diante. No período que compreende os anos de 1953 e 1954, tive a oportunidade de coletar quarenta e nove reportagens escritas por Campos para o jornal paulista, nas quais abordava especialmente as terras mato-grossenses como um todo, além do Território do Guaporé.¹³

Como mostrei no capítulo anterior, a produção periódica de Mato Grosso situava-se em posição intermediária em relação ao mercado da imprensa nacional, isto é, não era desastrosa, mas tampouco era vertiginosa. Em relação ao mercado revisteiro, sem dúvidas, bastante embrionária. Em suma, não havia uma revista ou mesmo um jornal que dedicasse maiores esforços para abordar os assuntos pertinentes àquela região, com alcance suficiente para fazê-los ecoar para espaços geográficos do país.

Desse modo, as reportagens escritas por Fausto Vieira de Campos para a *Folha da Manhã* foram substanciais para que o autor se tornasse conhecido em Mato Grosso e, por consequência, essenciais para que conseguisse informações suficientes para a confecção de *Retrato de Mato Grosso*. O fato de estar escrevendo para um jornal de grande circulação certamente agradou os grupos dirigentes mato-grossenses, especialmente porque suas reportagens tinham duas características principais: informar a respeito das potencialidades daquele espaço e sua produção econômica, além de apresentar os “anseios” mato-grossenses

¹² Jornal *A Batalha*, domingo, 15 de setembro de 1940, Rio de Janeiro (RJ), p. 2.

¹³ É importante ressaltar que, segundo minhas buscas, o artigo mais antigo escrito por ele para os jornais da “Folha” foi publicado em 1948, na “Folha da Noite”. Sob o título “Problemas no Ensino Secundário”, Fausto Vieira de Campos fazia um diagnóstico dos diversos impasses envolvendo a educação secundária do país e a difícil adequação das escolas em meio a tantas reformas que estavam sendo implantadas desde 1930.

(suas dificuldades, por exemplo). Portanto, os temas abordados pelo jornalista em seus textos feitos para o periódico paulista variavam em termos de conteúdo, mas mantinham essas duas características maiores. Discutirei nas linhas que se seguem algumas de suas contribuições.

2.3. Contribuições para a *Folha da Manhã*

Um primeiro aspecto a considerar a respeito da participação de Fausto Vieira de Campos na *Folha da Manhã* diz respeito ao papel exercido pelo matutino paulistano no impulso que deu em sua carreira e que influenciou diretamente na sua “campanha” em “favor do desenvolvimento” mato-grossense. Nas suas contribuições para a *Folha*, a maior parte de seus textos foram publicados nas seções de “Assuntos Gerais” e “Assuntos Especializados”. Em algumas ocasiões, chegou-se a publicar mais de um texto de sua autoria numa só edição do jornal. Houve um caso, por exemplo, em que foram publicados cinco textos nos quais foram abordados temas diversos concernentes ao Mato Grosso, indicando o respaldo que tinha o jornalista por parte da redação daquele jornal.

Pelo que me consta, o primeiro texto escrito por Campos para a *Folha da Manhã* sobre Mato Grosso foi publicado na edição do dia 19 de março de 1953. Era uma extensa reportagem sobre a pequenina cidade de Nossa Senhora do Livramento, mas que tinha como foco central mostrar a ação do frei Francisco Maria Hèrail¹⁴ naquela localidade.

No mês seguinte, em 29 de abril de 1953, a sua segunda reportagem escrita para a *Folha* gerou certa repercussão, pois o jornalista já apresentava sutilmente as opiniões que mais tarde seriam constantes em sua carreira, isto é, a cobrança por melhorias para Mato Grosso. Naquela ocasião, Campos escreveu uma reportagem intitulada “Desenvolve B. F. notável obra de recuperação dos menores abandonados”, que tecia elogios ao Batalhão de Fronteira de Cáceres (situado próximo à Bolívia) em relação às suas ações sociais por meio da U.S.A (União Social de Assistência)¹⁵, que ali desenvolvia trabalhos humanitários junto às comunidades mais carentes.

¹⁴ O Frei Hèrail mais tarde apareceria, inclusive, como colaborador da revista *Brasil-Oeste* e, ao que tudo indica, manteve uma relação de amizade com Campos, iniciada em Cáceres quando o frade lá exercia seu sacerdócio

¹⁵ “USA – União Social de Assistência, constituída em 24 de maio de 1.947, na cidade de Cáceres – MT, por iniciativa de militares do 2º Batalhão de Fronteira, INSTITUIÇÃO MILITAR DO EXERCITO, é uma entidade civil de caráter privado sem fins lucrativos, cujos objetivos filantrópicos referem-se especialmente a assistência e amparo às crianças, adolescentes e jovens em situação de risco permanente por tempo indeterminado. Sendo que a USA seria a única entidade filantrópica no Estado de Mato Grosso cadastrada que dispunha dos documentos legais para atender as exigências, e efetivação de convênios. No mesmo ano firmou-se convênio com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para atender menores adolescentes residentes em Cuiabá e no Estado de Mato Grosso e posteriormente foram estendidos esses benefícios a menores dos estados do Acre e Rondônia.

A abordagem feita por Campos residia em elogios aos “militares destacados no sertão [que se distinguiam] pelo alto sentimento de solidariedade com as populações sofredoras”, uma vez que além das “lides do quartel, eles se empenham em obras educacionais e de assistência social, confiantes de que [...] prestam à pátria relevante serviço”.¹⁶ O jornalista apresentava as dificuldades que haviam naquele espaço e a estrutura precária que enfrentavam os militares, que lhes trazia diversas dificuldades, tais como “falta de transportes e comunicações [...] que reclamavam soluções mais urgentes e mais enérgicas”.¹⁷ Quando se chega ao final do texto, é emblemático o pedido feito pelo então capitão Hellio Vilanova Torres, direcionado a Campos, para que fossem divulgados os problemas ali existentes e que pudesse – por meio de sua ação via imprensa –, fazer um apelo para os chamados “homens de boa vontade”. Cito o fragmento em questão a seguir.

APELO AO BRASIL

Finda a visita, o capitão [...] Torres pediu-nos tornássemos público um apelo aos homens de boa vontade, aos laboratórios de produtos farmacêuticos e às grandes editoras do país, para que todos concorram com o seu quinhão para o maior desenvolvimento da U.S.A., a fim de que a entidade possa ampliar o seu programa de atividades e estender os benefícios que está prestando aos menores necessitados no município de Cáceres, também a todos os milhares de patricios que padecem miséria e doença na enorme faixa de fronteira entre Brasil e a Bolívia.¹⁸

Essa história, contudo, não acabou naquela reportagem. Fausto Vieira de Campos resolveu agir de outro modo, entrando em contato direto com o Ministro da Guerra, com intuito de solicitar “Melhoramentos para Mato Grosso” (que inclusive dava título à reportagem do dia 20 de maio de 1953). Na carta endereçada ao general Espírito Santo Cardoso, o jornalista fazia uma porção de sugestões para que fossem “efetivadas providências em caráter urgente tendo em vista”

a) melhoria dos meios de transportes e comunicações com o Estado de Mato Grosso; b) estudo e execução do prolongamento da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré até Cuiabá e Cáceres; c) negociações com a Estrada de Ferro Araraquara para que ultime os estudos e inicie as obras do prolongamento da ferrovia até Cuiabá, incluindo no traçado um ramal para Cáceres; d) [tome] providências junto ao

Posteriormente vieram outras empresas governamentais e de iniciativa privada a firmarem convênios com a USA”. <http://usa.org.br/>. Acesso em 27/05/2014.

¹⁶ Jornal *Folha da Manhã*, quarta-feira, 24 de abril de 1953, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 28 de maio de 2014. Os grifos são meus.

¹⁷ Jornal *Folha da Manhã*, quarta-feira, 24 de abril de 1953, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 28 de maio de 2014.

¹⁸ Jornal *Folha da Manhã*, quarta-feira, 24 de abril de 1953, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 28 de maio de 2014. As palavras em caixa-alta são do original.

IPASE¹⁹ e aos Institutos de Aposentadorias e Pensões para que efetivem medidas no sentido de financiar a construção de casas para seus associados naquele município; e) entendimento com o Ministério da Educação e Saúde para que examine a possibilidade de instalação no município de Cáceres de um posto avançado, na faixa da divisa com a Bolívia, destinado a combater as endemias que assolam a região e a prestar assistência à população pobre; f) maior auxílio financeiro à União Social de Assistência, para que possa ampliar o campo de suas atividades em favor da infância, da adolescência, dos enfermos e dos necessitados.²⁰

A propósito de sua representação junto ao Ministério da Guerra, Fausto Vieira de Campos obteve resposta, divulgada – inclusive – na mesma edição da *Folha* em que foi publicada sua carta indicando ciência do caso. Algum tempo depois, em 13 de setembro de 1953, outra carta foi remetida pelos ministérios da “Guerra” e da “Educação e Saúde” respondendo a Campos. Em resumo, dizia o Oficial de Relações Públicas do Gabinete do Ministro da Guerra:

[...] volta sua carta, agora, com farta documentação de grande tarefa que tem sido desenvolvida [...] nos terrenos fronteiriços com a Bolívia, pelos órgãos federais, apesar de que os problemas de saúde pública dos Estados são de alçada deles próprios, por força da Constituição. No próprio 2º Batalhão de Fronteira há uma unidade distribuidora de antimaláricos. Como vê, sua crítica construtiva serviu de base a apreciações cuidadosas dos setores nela referidos [Ministério da Guerra e Ministério da Educação e Saúde]. Queira aceitar o testemunho de meu apreço e consideração, Tenente-Coronel Iracílio Pessoa.²¹

O que merece ser ressaltado nesse processo não reside necessariamente no conteúdo da “carta”, mas na atuação empreendida por Fausto Vieira de Campos naquela ocasião e que, ao longo dos anos, foi se tornando (re)conhecida e possibilitando ao jornalista capitalizar suas ações de modo que conseguisse estruturar seu capital social²² junto aos grupos dirigentes mato-grossenses, que culminaria, por exemplo, com a construção de uma extensa rede de contatos que construiu durante os anos em que se dedicou ao Mato Grosso. É importante

¹⁹ Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, criado pelo Decreto-Lei nº 288, de 23 de Fevereiro de 1938.

²⁰ Jornal *Folha da Manhã*, quarta-feira, 20 de maio de 1953, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 30/05/2014.

²¹ Jornal *Folha de Manhã*, quarta-feira, 20 de maio de 1953, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 30/05/2014

²² Capital social aqui é entendido conforme conceituação feita por Pierre Bourdieu, para quem “capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis”. BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. 5ª. edição. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003, p. 65.

lembrar, conforme defende Pierre Bourdieu, que “o volume do capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado”²³.

Portanto, defendo a ideia de que foi em decorrência das reportagens escritas para a *Folha da Manhã* que Fausto Vieira de Campos foi articulando-se em meio às elites políticas mato-grossenses, acumulando capital social e ampliando consideravelmente o número de colaboradores. Campos teve a aguda percepção do déficit jornalístico na região de Mato Grosso, tendo sido, nesse sentido, bastante afortunado em seu empreendimento justamente por conseguir agregar, desde as primeiras edições da revista *Brasil-Oeste*, uma porção de pessoas que estavam em posições importantes, engajados naquela movimentação em favor do desenvolvimentismo econômico para Mato Grosso, tais como figuras de muita influência na região, como o já mencionado Demóstenes Martins ou mesmo Fernando Corrêa da Costa.

Um relato de um ex-colaborador vem corroborar algumas das hipóteses que venho lançando, tal como podemos conferir a seguir. Conforme informações prestadas a mim por Edson N. Paim,²⁴ que trabalhou por muito tempo para a revista *Brasil-Oeste* e cujas informações, em linhas gerais, inclinam-se a serem bastante favoráveis a Fausto Vieira de Campos, pois é por ele visto como um grande idealista, encantado por uma região que apresentava inúmeras potencialidades como era o caso de Mato Grosso. Para além desse aspecto idealista, o lado empreendedor de Campos também mereceu referência, uma vez que sua percepção de que havia uma considerável lacuna na imprensa mato-grossense igualmente foi ressaltada. Em suma, o idealizador do livro *Retrato de Mato Grosso* foi descrito por seu antigo colaborador como um jornalista dedicado a uma causa, isto é, a divulgação do oeste brasileiro, e teria sido por esta razão que conseguiu cativar importantes pessoas em Mato Grosso.²⁵

É válido dizer que tudo isso só foi possível em virtude das mencionadas relações que pôde fazer com alguns grupos dirigentes mato-grossenses e isso se deu em virtude de reportagens como a que discutirei a seguir que foi escrita para a *Folha da Manhã* em 22 de

²³ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 2003, p. 67.

²⁴ Edson Nogueira Paim foi correspondente e representante da *Brasil-Oeste* no período em que o Distrito Federal ficava situado no Rio de Janeiro. Esteve à frente das seções *Parlamentos e Parlamentares* e *Notas Políticas*, nas quais sua principal função era trazer à revista informações sobre aquilo que acontecia politicamente no âmbito do Parlamento Nacional, principalmente, no que diz respeito às ações políticas tomadas pelos deputados e senadores mato-grossenses. Figurou na revista entre as edições 24 e 114.

²⁵ É importante ressaltar que, lamentavelmente, Paim não me autorizou a utilizar a íntegra de suas declarações.

maio de 1953, quando Fausto Vieira de Campos reclamava da paralisação das obras da Catedral de Cáceres,²⁶ que há uma década estava em ruínas. O que é digno de nota reside em um relato feito pelo jornalista a respeito do desabamento daquela Catedral, ocorrido cinco anos antes, especialmente pelas pessoas por ele citadas naquela ocasião. Ao fazê-lo, com uma narrativa bastante rica em detalhes, Campos mencionou três nomes que foram importantes na sua trajetória até o lançamento do livro *Retrato de Mato Grosso* e da revista *Brasil-Oeste*. Dizia ele:

ESTRONDO E ESTUPOR

Mais ou menos às 23 horas um estrondo abala o lugarejo [Cáceres]. Minutos depois ouvem-se mais dois, de menor intensidade. Os moradores da praça Barão do Rio Branco despertam sobressaltados, escancaram as portas das casas, devassam com a luz dos lampiões a semi-escuridão e se indagam assustados. Não havia explicação nos primeiros instantes. Entre as pessoas que se aprestaram para a verificação, se encontravam *alguns dos maiores cacerenses* – o dr. Luis Ambrósio, o farm. *Dormevil Faria*, o desembargador *Gabriel Pinto de Arruda*, o dr. Oscarino Ramos, o cel. Dulce – e no meio deles todos se destacava a figura venerável de um monje. Era frei *Francisco Maria Hèrail*, da Ordem Regular Terceira de São Francisco. Ouvira o fragor na calada da noite e se apressara em deixar o convento, rumando na direção dos focos de luz que se formaram na praça.

Não demorou a averiguação do estranho acontecimento. O estupor fora grande quando se anunciou o desmoronamento da catedral.²⁷

Fausto Vieira de Campos mencionava “alguns dos maiores cacerenses” que estiveram presentes no local logo após aquele incidente envolvendo a Catedral da cidade de Cáceres, sendo que dois deles foram colaboradores da revista *Brasil-Oeste* (como foi o caso do desembargador Gabriel Pinto de Arruda e do Frei Francisco Maria Hèrail). Além deles, também houve menção ao então farmacêutico Dormevil Faria, que, anos mais tarde, tornou-se deputado estadual e, segundo o próprio Campos, foi muito importante em sua trajetória pelo Mato Grosso,²⁸ mesmo não tendo sido um colaborador efetivo da revista.

²⁶ “Paralisadas há mais de um lustro as obras da Catedral de Cáceres”. Reportagem de Fausto Vieira de Campos. *Folha de Manhã*, sexta-feira, 22 de maio de 1953, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 30 de maio de 2014.

²⁷ “Paralisadas há mais de um lustro as obras da Catedral de Cáceres”. Reportagem de Fausto Vieira de Campos. *Jornal Folha de Manhã*, sexta-feira, 22 de maio de 1953, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 30 de maio de 2014. Os grifos são meus. Palavras em caixa alta do original.

²⁸ A amizade construída por Fausto Vieira de Campos e Dormevil Faria durou muito tempo, tendo este último sido homenageado na ocasião de sua morte em texto escrito por Campos para a revista *Brasil-Oeste*: “Nosso primeiro contato com Dormevil Faria, em 1952, tivera o condão de aproximar-nos do Oeste. Dele resultou a *campanha* em que *nos vimos* empenhados, com a finalidade de ‘*descobrir*’ Mato Grosso e torná-lo *mais conhecido e melhor compreendido*. Nesse lustro, já decorrido, valemo-nos, inúmeras vezes, dos valiosos subsídios de Dormevil Faria para ilustrar a nossa modesta contribuição em favor de Mato Grosso, primeiro através das colunas amigas da ‘Folha da Manhã’, de São Paulo; depois com a divulgação de nosso livro ‘Retrato de Mato Grosso’, e há mais de dois anos, com a edição de nossa revista BRASIL-OESTE”. Revista

Em relação ao desembargador Gabriel Pinto de Arruda, sua participação na *Brasil-Oeste* foi breve, limitando-se apenas às primeiras edições do ano inaugural (1956). No entanto, ele era um cacerense de nascimento e, por ter construído uma carreira de prestígio naquela localidade e também na capital Cuiabá, muito provavelmente favoreceu Fausto Vieira de Campos no constructo de sua rede de relações que prosperou a partir de sua passagem por Cáceres.

Gabriel Pinto de Arruda acumulou tanto prestígio que exerceu várias funções de significativa influência em Mato Grosso, inclusive atuando em altos cargos. Em 1945, por exemplo, foi nomeado (pelo interventor federal Júlio Müller) Desembargador do Tribunal. No mesmo ano, igualmente sob indicação, foi prefeito da cidade de Cáceres. É, ainda, Patrono do Instituto Histórico Geográfico de Cáceres.²⁹

Já no caso do Frei Francisco Maria Hèrail, tudo leva a crer que ele também manteve sólidas relações com Fausto Vieira de Campos. O Frei era da Ordem Terceira Regular de São Francisco, que havia iniciado seu processo de evangelização, ou, como ele dizia, “a exercer o seu verdadeiro papel apostólico” em Mato Grosso desde o início do século XX (1904). Em um artigo escrito sob sua pena para a “Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil”, datada do ano de 1956, ressaltava a importância da ação de sua Ordem na cidade de Cuiabá e seus arredores. Enaltecendo suas próprias ações, mencionava, por exemplo, que inicialmente “mesmo em Cuiabá, a prática religiosa era quasi nula” e, após destacar as atuações daquele grupo religioso, concluía seu texto da seguinte maneira: “E, assim, pelos esforços dos Missionários da Ordem Terceira Regular de São Francisco, mantidos durante 50 anos a fio, o *fundo do sertão* recebeu amparo religioso, talvez melhor de que muitos outros lugares de mais fácil acesso”.³⁰

É digno de nota outro fragmento do artigo escrito por Frei Hèrail, quando traçava um histórico das missões religiosas da “Ordem Terceira”. Para ele, Mato Grosso – com baixa densidade demográfica, concentrada apenas na região de Cuiabá – padeceria de alguns problemas, tal como pode ser notado a seguir:

Brasil-Oeste, ano III, n° 22, fevereiro de 1958, São Paulo (SP), p. 15. Os grifos são meus. Palavras em caixa-alta do original.

²⁹ Essas informações foram retiradas do site: <http://www.jornaloeste.com.br/?pg=artigo&ida=2019>

³⁰ HÈRAIL, Frei Francisco Maria. Cinquenta anos de presença no Brasil: 1904-1954. *Revista da Conferência dos religiosos do Brasil*, 1° de fevereiro de 1956, ano II, n° 8, p. 74-76. Os grifos são meus.

Ao começar o século XX, o Estado de Mato Grosso, com uma extensão de aproximadamente três vezes e meia a França, formava uma única diocese, a de Cuiabá, que ia desde o Paraguai, ao Sul, ao Amazonas e o Pará, ao Norte. O Sul ainda muito pouco desenvolvido, era também pouco povoado [...] A população estava mais densa no centro, ao redor da Capital, Cuiabá. Ela era profundamente religiosa, porém com uma ignorância quase total por falta de sacerdotes.³¹

Ele fazia referência ao limiar do século XX, mas ainda assim é notável o discurso do “desbravamento” civilizatório em relação àquele “fundo do sertão”, mesmo que a observação feita pelo autor abordasse especificamente a questão da educação religiosa e sua “ignorância quase total” naquelas terras ‘longínquas’. É igualmente interessante o fato de Mato Grosso ser associado não apenas ao “sertão”, mas, ao “fundo do sertão” (dando a ideia de algo mais isolado ainda). É necessário compreender as intenções do Frei que, pelo que se nota, pretendia mostrar o caráter desbravador da empresa organizada pela Ordem Terceira Regular de São Francisco naquela região e não tinha como intenção menosprezar as terras mato-grossenses.

Portanto, creio ser bastante significativo o fragmento acima exposto, pois como mencionei anteriormente, o Frei Francisco Maria Hèrail foi um dos primeiros e mais importantes contatos de Fausto Vieira de Campos naquele lugar e era visto como um “desbravador” do mundo religioso em Mato Grosso. Isso explica, em partes, sua atuação como futuro colaborador da própria revista *Brasil-Oeste*, indicando uma consonância de ideias e o forte apreço que ambos inegavelmente tinham em relação àquele Estado.

Aos poucos, por conseguinte, Fausto Vieira de Campos conquistava seu espaço com ações que o posicionavam como um agente de contestação e cobranças em favor do desenvolvimento de Mato Grosso. Para que fique claro, cito um caso concreto. Em 10 de janeiro de 1954, a *Folha* informava que houve naquele ano melhoramentos no serviço postal telegráfico para a cidade de Cáceres. Noticiava-se, além disso, a origem de tal benefício:

Esse importante melhoramento, conforme já o frisou a FOLHA DA MANHÃ, deve-se à ação conjunta que desenvolveram para a sua concretização o sr. Aurival Pereira de Oliveira, diretor-regional dos Correios e Telégrafos em Mato Grosso; e o jornalista Fausto Vieira de Campos, *que pugnou* nas suas colunas da Folha da Manhã, pela rápida solução desse magno e velhíssimo problema das comunicações entre o nosso Estado e o resto do país.³²

³¹ HÈRAIL, Frei Francisco Maria. Cinquenta anos de presença no Brasil: 1904-1954. *Revista da Conferência dos religiosos do Brasil*, 1º de fevereiro de 1956, ano II, nº 8, p. 73.

³² *Notícias do Interior*, Jornal *Folha da Manhã*, sexta-feira, 10 de janeiro de 1954, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 1º de julho de 2014. As palavras em caixa alta são do original. Os grifos são meus.

Tudo indica que suas ações, desde o princípio, chamaram a atenção das elites de Mato Grosso, pois em outra edição do mesmo periódico (duas semanas após a recém citada reportagem), Fausto Vieira de Campos esteve presente em uma reunião da importante Associação Rural de Cuiabá, e o relato a seguir é bastante pertinente.

Em sessão realizada no dia 22 do corrente, na sede da Associação Rural de Cuiabá, na Av. Generoso Ponce, procedeu-se a posse de sua nova diretoria para o biênio de 1954-55. Está ela assim constituída: presidente – coronel Daniel de Queirós; vice-presidente – sr. Alencastro Maria Alves [...] Antes de encerrar-se a sessão, o presidente da entidade apresentou aos demais membros da diretoria o correspondente especial da FOLHA DA MANHÃ, sr. Fausto Vieira de Campos, *que foi saudado* pelo sr. Alencastro Maria Alves. Agradecendo, o jornalista Fausto Vieira de Campos expôs, sucintamente, o programa que as FOLHAS estão desenvolvendo no Estado de Mato Grosso.³³

Dois aspectos podem ser percebidos a partir das reportagens dos dias 10 e 28 de janeiro de 1954. O primeiro se assenta na nítida tentativa de mostrar que as ações empreendidas por Fausto Vieira de Campos estavam dando resultados em Mato Grosso e, em decorrência, este aumentava seu capital social e prestígio junto aos grupos dirigentes da região, bem como o da própria *Folha*. Ao mesmo tempo, o segundo aspecto diz respeito à efetiva participação do periódico paulista nesse processo de “germinação” do “projeto Brasil-Oeste”, uma vez que respaldava as ações de Campos. Aquilo que o jornalista enaltece, isto é, o programa que as “Folhas” estavam desenvolvendo, foi central em toda a sua trajetória, pois o aval dado a ele pelos editores do periódico paulistano para trabalhar como correspondente especial em Mato Grosso que o possibilitou alcançar, frente às elites mato-grossenses, o status de “Bandeirante da imprensa”.

Foram várias reportagens feitas para a *Folha* entre os anos de 1953-1954, que tinham como principal objetivo mostrar fundamentalmente questões econômicas a respeito da realidade mato-grossense. Ao final do período em apreço, é importante dizer que assuntos políticos também se fizeram presentes, também em relação à realidade de Mato Grosso.

No quadro a seguir, listo todos os títulos das reportagens que pude encontrar de autoria de Fausto Vieira de Campos, juntamente com suas respectivas datas.

³³ “Nova Diretoria da Associação Rural de Cuiabá”, Jornal “Folha” de Manhã, sexta-feira, 28 de janeiro de 1954, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 01 de julho de 2014. As palavras em caixa alta são do original.

Quadro 6

Reportagens de Fausto V. de Campos sobre Mato Grosso para a *Folha da Manhã* (1953-1954)

Título da reportagem	Data
Renovam-se as esperanças de melhores dias em Nossa Senhora do Livramento	19/03/1953
Desenvolve o 2º. B. F. notável obra de recuperação de menores abandonados	29/04/1953
Paralisadas há mais de um lustro as obras da Catedral de Cáceres	22/05/1953
Moderna capital está sendo edificada no meio da floresta. Processa-se ativamente a colonização do Território do Guaporé – A progressista Porto Velho – Fixação do homem no oeste brasileiro – Abastecimento de carne pela Bolívia	08/09/1953
Processa-se em bases planejadas o fomento agropecuário no Guaporé	26/09/1953
Remodelação geral dos serviços de navegação no Território do Guaporé	11/10/1953
Gafanhotos em Mato Grosso	11/10/1953
Ainda não produzimos borracha suficiente para suprir as necessidades da indústria nacional	03/11/1953
Há mais de cem anos já se plantavam cafeeiros no Território do Guaporé	19/11/1953
Grandes iniciativas de japoneses no domínio da produção amazônica	20/11/1953
Mantêm-se instáveis as cotações dos gêneros alimentícios em Mato Grosso	30/01/1954
Cogita-se de instituir o regime da semana inglesa em Cuiabá	06/02/1954
Na dependência do Ministério da Aeronáutica o início das obras do aeroporto de Cuiabá	10/02/1954
Não oferecem perigo os índios bororos existentes na região de Rondonópolis. Mansos, completamente inofensivos e em franca decadência – Esclarecimentos obtidos pela reportagem da FOLHA DA MANHÃ em vários setores responsáveis	19/02/1954
Recomendada ao governo a assistência técnico-comercial aos cafeicultores	24/02/1954
Estimada em 76.000 sacas a produção cafeeira da atual safra de 1953/54	14/03/1954
Medição e demarcação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados	25/03/1954
Rosário-Oeste está-se transformando no maior celeiro do norte de Mato Grosso	28/03/1954
Em franco desenvolvimento a construção da rodovia entre Poconé e Cáceres, no Estado de Mato Grosso	31/03/1954
Reclama-se a imediata instalação da estação experimental de Ipecacuanha. Estão sendo invadidas por colonizadores as terras doadas à União no município de Cáceres – Criação de Patrulha Motomecanizada	14/04/1954
Coube ao DNER importante papel no atual desenvolvimento de Mato Grosso. A construção de modernas rodovias favoreceu a colonização do Estado e intensificou o fomento de suas riquezas	16/04/1954
Superam as estimativas as safras cerealíferas no sul de Mato Grosso	18/04/1954
Continua a alta progressiva dos preços dos gêneros alimentícios	21/04/1954
Sugerida uma campanha educativa contra a prática das queimadas	04/05/1954
Oficialmente inaugurada anteontem em Mato Grosso a 16ª Exposição Agropecuária e Feira de Amostras	25/05/1954
Levantamento econômico e humanístico na região periférica da cidade de Cuiabá	17/06/1954
Melhoria dos vencimentos dos funcionários públicos	18/06/1954
51,3% da receita orçamentária estão sendo aplicadas em obras públicas em Mato Grosso	01/07/1954
“Completamente restabelecidas as finanças públicas de Cuiabá”. Apresentou superávit de Cr\$ 1.435.738,30 – Reiniciados os serviços de pavimentação da cidade – Declarações do prefeito Manuel José de Arruda	01/07/1954
Oteve êxito em Mato Grosso a campanha do cinturão verde	01/07/1954
Inicia-se o emprego de colonos japoneses na lavoura do Guaporé	01/07/1954
Campo Grande, a capital do sul de Mato Grosso. Importante centro agrícola prestes a ingressar também no ciclo industrial – informações gerais	01/07/1954
A convenção da UDN de Mato Grosso indicou os candidatos do partido às próximas eleições	14/07/1954
Escolhe a convenção regional do PSP os candidatos do partido às próximas eleições. Fora de cogitações uma coligação com a UDN – Atividades dos demais partidos no Estado	21/07/1954
Estimada em 87.127 sacas a produção de café em Mato Grosso na safra de 1954/1955	24/07/1954

Aumentou em 1953 a produção do Mate do Estado de Mato Grosso	28/07/1954
Baixadas novas tabelas de preços para a carne e o café em Cuiabá e Várzea Grande	31/07/1954
Iniciados estudos sobre a navegabilidade da rede fluvial do Estado de Mato Grosso	08/08/1954
Bastante adiantadas as obras da variante da serra de São Vicente. O novo traçado possibilitará tráfego mais rápido e mais seguro no trecho comum das rodovias BR-16 e 31, que ligam Cuiabá a Campo Grande e a São Paulo	10/08/1954
Dispensado a Mato Grosso tratamento desigual no Plano da Valorização Econômica da Amazônia. Fala à reportagem o representante do Estado naquela autarquia – Prolongamento da E. F. Araraquara até Cuiabá	15/08/1954
Apresentam-se vantajosas as perspectivas de comércio entre a Alemanha e Mato Grosso	19/08/1954
Lançamento da primeira catedral de Campo Grande	25/08/1954
Não está tendo aplicação o fundo de fomento à produção na Amazônia	26/08/1954
Descontentes os seringalistas com as normas para o pagamento do sobrepreço da borracha	27/08/1954
Constitui imponente obra de arte a ponte General Cândido Rondon	24/09/1954
Formação de um campo experimental de fruticultura na Chapada dos Guimarães	24/09/1954
Processa-se num ambiente de calma a campanha política de Mato Grosso	24/09/1954
Construídos pela CER-MT em 1953 mais de 470 km de novas estradas de rodagem	24/09/1954
Em plena execução o programa do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	07/11/1954

Do quadro acima, foram 49 textos publicados em menos de dois anos atuando como correspondente em Mato Grosso, isso sem contar, por exemplo, algumas das notas já citadas neste capítulo referentes à publicação da carta endereçada ao Ministério da Guerra. Também excluí dessa soma aquela informação correspondente à atuação do jornalista no que diz respeito aos melhoramentos da circulação das correspondências e telégrafos nas terras mato-grossenses e, igualmente, as saudações que lhe foram feitas pela Associação Rural de Cuiabá, ficando listados. Portanto, no quadro estão apenas os escritos que foram apresentados como reportagens.³⁴

Seguindo os títulos das reportagens, eles nos dão alguns indicativos de quais temas estavam sendo tratados no corpo do texto. Já tive oportunidade de mencionar que, em sua maioria, os assuntos ali abordados giravam em torno das questões econômicas, estruturais (sobretudo meios de transportes e comunicações) e políticas de Mato Grosso e do Território do Guaporé.

Ainda que eu não pretenda analisar detalhadamente todas as reportagens, busco mostrar, em linhas gerais, que elas nos indicam o direcionamento temático que guiou, posteriormente, a obra *Retrato de Mato Grosso* e a *Brasil-Oeste*. Outro aspecto que tem ligação com a atuação inicial do jornalista em Mato Grosso, diz respeito ao estilo de sua narrativa, pois desde o começo houve uma constante preocupação de Fausto Vieira de Campos em apresentar dados estatísticos na maioria de seus artigos, quando relacionados à

³⁴ É importante ressaltar que não mencionei algumas outras reportagens escritas por Fausto Vieira de Campos, mas que não faziam referência ao Estado de Mato Grosso

economia, por exemplo. Isso se fez fortemente presente em todas as publicações posteriores em sua busca por compreender os avanços econômicos da região e também suas deficiências, concentrando seus textos em quatro segmentos da produção mato-grossense: a borracha, o café, a produção cerealífera e a pecuária.

Como mencionei, os números estatísticos foram coletados por ele nesse período que antecedeu a publicação do livro *Retrato de Mato Grosso*, na medida em que Fausto Vieira de Campos foi se ambientando e articulando relações em Mato Grosso. Por consequência disso, a impressão que se tem é que sua obra, de certo modo, passou a gerar também expectativas entre os grupos dirigentes mato-grossenses. São poucos os dados que me permitem fazer tal afirmação, no entanto, parto do princípio de que, por mais que o historiador possua apenas “migalhas” de informações, os indícios nos servem para que sejamos capazes de apontar “um aspecto da realidade”, como defende Carlo Ginzburg. Nesse sentido, na impossibilidade de possuir um vasto *corpus* documental, o pesquisador da ciência histórica, ao manusear os fragmentos da realidade passada (mesmo que partindo da miséria de informações de suas fontes e seu nível de opacidade e deformidade), pode almejar um olhar para além dos “muros que obstruem [sua] visão”, pois “a análise da distorção [e, por que não, das lacunas] específica[s] de qualquer fonte implica já um elemento construtivo”³⁵ do fazer histórico.

Portanto, além do inicial prestígio que foi acumulando em decorrência de suas reportagens para a *Folha da Manhã* entre 1953 e 1954, no ano seguinte, isto é, em 1955, quando redigia seu livro *Retrato de Mato Grosso*, o autor igualmente teve o apoio de um importante periódico da imprensa “nativa” mato-grossense na divulgação de seus trabalhos, como veremos no próximo tópico.

2.4 O Correio do Estado e o Retrato de Mato Grosso

O jornal *Correio do Estado*, de Campo Grande (atual capital de Mato Grosso do Sul), colaborou para a divulgação das atividades de Fausto Vieira de Campos. Esse periódico, pelo que me consta, ainda não foi utilizado pelos historiadores como objeto de estudo em nenhuma pesquisa de grande fôlego, apesar de sua importância para a história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. De modo geral, o que existe, até o momento, são apenas algumas

³⁵ GINZBURG, Carlo. *Relações de força – história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 44.

pesquisas que o utilizaram essencialmente como uma fonte de informações,³⁶ o que dificulta, de certo modo, a minha própria abordagem. Dentre os trabalhos que fazem uso do *Correio do Estado* como fonte, eles têm citado como referência um texto da pesquisadora Isabela Schwengber³⁷, que foi o único que buscou esboçar um breve histórico do jornal em uma publicação pioneira sobre o tema. Segundo a autora,

Desde sua fundação, em 07 de fevereiro de 1954, a linha editorial do “*Correio do Estado*” prioriza a política. Inclusive sua origem está relacionada a ela: o jornal foi lançado por um grupo do então sul de Mato Grosso, ligado à UDN, com o objetivo de disseminar as ideias do partido (até 1977 a área que hoje é Mato Grosso do Sul pertencia a Mato Grosso). Seus mentores foram Fernando Corrêa da Costa (na época governador), José Manuel Fontanillas Fragelli (o primeiro diretor-presidente do periódico [...] ex-senador, ex-deputado e ex-governador) e José Inácio da Costa Moraes (principal acionista do referido veículo de comunicação). O periódico nasceu com mais de duas mil edições diárias vespertinas, tabloide, com oito páginas, no ano em que Campo Grande contava com 50 mil habitantes. Também participavam do jornal outros políticos, empresários e profissionais liberais ligados à UDN, entre eles Vespasiano Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-senador), Laucídio Coelho (ex-senador), Laudelino Barcelos e Wilson Barbosa Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-governador).³⁸

De fato, conforme informou o ex-governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, em entrevista dada na oportunidade da comemoração dos 50 anos do jornal *Correio do Estado*, “a intenção era fazer proselitismo político e contrapor ao jornal *O Matogrossense*, dirigido pelo PSD”.³⁹ Portanto, o jornal campo-grandense surgiu efetivamente como um veículo jornalístico de ação udenista, que defendia seus interesses político-partidários em oposição ao PSD (Partido Social Democrata) em um momento em que, conforme mencionei no capítulo anterior, as discussões em torno da renovação no

³⁶ Encontrei os seguintes trabalhos que fizeram um diálogo com o jornal *Correio do Estado* enquanto fonte de informações: BASSETTO, Silvia. *Jornalismo impresso na era da internet*. Como funciona a redação do jornal *Correio do Estado*, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 105f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UNESP, Bauru, 2008; CHAGAS, Wagner C. Ensaio acerca do discurso do jornal *Correio do Estado* sobre a gestão Pedro Pedrossian e as eleições de 1982 ao governo de Mato Grosso do Sul. *Comunicação e Mercado/UNIGRAN*, v. 1, p. 116-129, 2012; FERNANDES, Mario L.; ANDRADE, Danusa. *O Correio do Estado e a divisão do Estado de Mato Grosso*. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, Ouro Preto-MG, 2013; FRANCISCO, Kárita C. *O estudo do economês nos jornais "O Estado" e Correio do Estado de Mato Grosso do Sul*. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de Brasília, 2006; SCHWENGBER, Isabela F. *Quando o MST é notícia*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008; SCHWENGBER, Isabela F. Representações do MST no jornal *Correio do Estado*. In: XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

³⁷ SCHWENGBER, Isabela F. Aspectos históricos do jornal *Correio do Estado*. In: *VI Congresso Nacional de História da Mídia*, 2008, Niterói.

³⁸ SCHWENGBER, Isabela F. Aspectos históricos do jornal *Correio do Estado*. In: *VI Congresso Nacional de História da Mídia*, 2008, Niterói. VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, p. 1. Grifos da autora.

³⁹ *Jornal Correio do Estado*, Edição Especial 50 anos de fatos, sábado, 7 de fevereiro de 2004, Campo Grande (MS).

jornalismo e da objetividade já remontavam a algumas décadas. Isso significa dizer que naquele momento, nenhum dos dois jornais tinham interesse em modificar sua linha editorial.

Schwengber indica que após a compra do jornal da UDN, em 1957, por parte de João Barbosa Rodrigues (que até então era apenas um de seus redatores), o *Correio do Estado* teria supostamente se distanciado das paixões partidárias ou deixado de defender os interesses udenistas. Além disso, a autora defende a concepção de que após sua venda, ocorrera uma maior profissionalização do periódico, que acompanhava as mudanças tecnológicas da época, mesmo tendo mantido seu caráter “conservador de direita”.⁴⁰

Creio ser importante assinalar dois aspectos a este respeito, ainda que sucintamente, tendo em vista que futuras pesquisas poderão analisá-los com maior profundidade. O primeiro deles está ligado à ideia de “modernização”, pois mesmo nos anos em que o jornal servia inteiramente aos interesses da UDN, já havia um discurso de modernização por parte de seus editores (excluindo, evidentemente, a ideia de neutralidade), tal como se vê no editorial do dia 27 de julho de 1956, quando houve uma total reformulação no *layout* do periódico, o que foi muito comemorado na época, conforme fragmento que cito a seguir:

Desde que editou em Campo Grande o seu primeiro jornal, no começo do século [...] esta é a primeira vez que um jornal campo-grandense sai da tradicional bitola de 5 ou 6 colunas, e vem praticamente igualar, no seu formato, aos grandes jornais do país, editados nos grandes centros [...] Fizemos, em pouco tempo, dêste jornal o vespertino de maior circulação em Mato Grosso: agora, ei-lo o maior em seu formato! Mais algum tempo e CORREIO DO ESTADO será o diário mais moderno e mais completo no interior do Brasil. Pouco nos falta para isso.⁴¹

Outro aspecto que não é possível deixar passar despercebido: um dos homens mais fortes da União Democrática Nacional da porção sul de Mato Grosso daquela época, Rachid Saldanha Derzi, permaneceu pelo menos até o final de 1965 como redator-chefe do *Correio do Estado*, sendo que boa parte das reportagens eram favoráveis ao governador Fernando Corrêa da Costa e seus correligionários, em oposição aos políticos ligados à agremiação pessedista. Isso significa dizer que o periódico campo-grandense continuou a se posicionar politicamente, permanecendo como um forte representante udenista.

Feito este breve parêntese, no dia 19 de fevereiro de 1955, um quadro que ocupava quase 1/3 de uma página no interior do jornal apresentava a seguinte informação: “COLABORAÇÃO DO JORNALISTA FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS PARA O CORREIO DO

⁴⁰ SCHWENGBER, Isabela F. *Op. Cit.*, 2008, p. 3.

⁴¹ Jornal *Correio do Estado*, sexta-feira, 27 de julho de 1956, Campo Grande (MT).

ESTADO”. A princípio, esta chamada me fez pensar que se tratava de uma contribuição específica para aquela edição do vespertino udenista, no entanto, a concepção de colaboração indicada no anúncio extrapolava a apenas àquela edição do jornal campo-grandense, conforme podemos conferir a seguir:

A partir de março, o jornalista Fausto Vieira de Campos, antigo correspondente especial da FOLHA DA MANHÃ, de São Paulo, no Estado de Mato Grosso, escreverá, todas as semanas, uma correspondência epistolar para o CORREIO DO ESTADO.

Conhecedor dos problemas de Mato Grosso e amigo de sua gente, o jornalista Fausto Vieira de Campos vem escrevendo, há mais de dois anos, reportagens para a FOLHA DA MANHÃ, de São Paulo, de cujo quadro redatorial faz parte, sobre os temas *mais palpitantes de interesse* para Mato Grosso. Atualmente, está escrevendo uma monografia sobre o Estado de Mato Grosso, na qual abordará as questões geoeconômicas, a colonização, o sistema de transportes, o ciclo do ouro, e as *principais realizações do governo*, encarando todos esses problemas com a sua peculiar isenção de ânimo e a *maior imparcialidade*.⁴²

Nota-se que nas menções feitas sobre o jornalista, foram várias as palavras de lisonjeio que o referenciavam como um “conhecedor dos problemas” mato-grossenses e “amigo de sua gente”, isto é, que seu apego à região estava além das questões profissionais. Portanto, este é um primeiro aspecto a ser considerado. Em síntese, significa dizer que havia interesse por parte do jornal em ajudá-lo naquela “empreitada”, pois mesmo não sendo mato-grossense, era muito bem-vindo pois trazia consigo um “ideal” que tinha por objetivo alavancar o desenvolvimento econômico daquele estado, por meio dos temas “mais palpitantes de interesse para Mato Grosso”.

Uma consideração feita no texto merece ser assinalada. Trata-se do destaque dado à “monografia” que estava sendo confeccionada por Fausto Vieira de Campos, isto é, o futuro *Retrato de Mato Grosso*. Nesse trabalho, conforme vimos, o jornalista abordaria questões diversas a respeito de Mato Grosso e “as principais realizações do governo” da época, ou seja, da gestão Fernando Corrêa da Costa. É válido dizer que isso já vinha sendo feito por meio de suas reportagens para a *Folha da Manhã*, especialmente no ano de 1954, quando suas reportagens já demonstravam seu apreço pela administração udenista, ainda que veladamente.

No entanto, por mais que o *Correio do Estado* fosse um periódico udenista em 1955, não deixaram de destacar a “maior imparcialidade” daquela “monografia” que seria publicada por Campos. Provavelmente, havia uma tentativa de neutralizar a imagem do autor, para que seu nome não fosse diretamente associado a algum partido político, pois é plausível deduzir

⁴² Jornal *Correio do Estado*, sábado, 19 de fevereiro de 1955, 2ª página, Campo Grande (MT). Os grifos são meus.

que havia interesse de sua parte em ser conhecido como um jornalista que estava ali por “uma causa” que extrapolava as paixões partidárias que imperavam na imprensa escrita campo-grandense. Seu trabalho deveria ser visto exclusivamente como uma ação *para e por* Mato Grosso, de tal sorte que lhe pudesse garantir, ao menos no discurso, autonomia de suas atividades e credibilidade frente aos seus potenciais leitores.

Nesse aspecto, inclusive, sua postura defensiva fez-se presente também no prefácio da primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*. A título de exemplo, quando destacou todo “o esforço do *atual* Governo de Mato Grosso no sentido de apressar o progresso do Estado”, logo em seguida os advertia: “Não nos moveu nenhum sentimento de partidarismo, neste particular, mas, tão somente, a evidência de um fato, que não pode ser ofuscado”.⁴³

Ainda no jornal campo-grandense, nos parágrafos seguintes daquele texto, o *Correio do Estado* apelava aos seus leitores, retransmitindo um pedido feito por Campos, para que fossem enviadas colaborações para o seu trabalho, especialmente no que dizia respeito a eventuais informações sobre questões estatísticas de Mato Grosso, que lhe seriam muito úteis. Vejamos:

Como esse trabalho ainda está em fase de elaboração, o jornalista Fausto Vieira de Campos pede, por nosso intermédio, que as entidades econômicas e comerciais do Estado lhe enviem informações complementares, com dados estatísticos referentes aos últimos cinco anos (quinquênio 1950-54) a fim de serem registradas na sua monografia.

Essas informações, a título de complementação de dados, deverão ser remetidas, por via aérea, até o dia 20 do corrente mês, para o aludido jornalista, na rua Mourato Coelho, 495, bairro de Pinheiros, São Paulo, Estado de São Paulo.⁴⁴

Por mais que aparentemente represente pouco, parece-me que sua articulação com o grupo que estava à frente do *Correio do Estado* já é um notável indício de que estava bem ambientado em relação a alguns segmentos da sociedade mato-grossense, sobretudo porque suas atividades na *Folha da Manhã* foram feitas em Cáceres e Cuiabá e o jornal acima mencionado era campo-grandense, ou dito de outro modo: foi lá na porção central de Mato Grosso que iniciou suas atividades e não no sul do estado, como era o caso de Campo Grande. Isso significa dizer que, em pouco tempo, ampliou consideravelmente seus contatos e provavelmente o fato de estar – à época – redigindo um livro sobre a região, o favoreceu nesse sentido. Além disso, é óbvio que não é possível ignorar que, tendo atuado como

⁴³ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 5. Os grifos são meus.

⁴⁴ Jornal *Correio do Estado*, sábado, 19 de fevereiro de 1955, 2ª página, Campo Grande (MT).

assessor de comunicação do governador Fernando Corrêa da Costa, isso também foi um componente facilitador no alargamento de suas relações com os mato-grossenses.⁴⁵

Em síntese, o que insisto ser importante nesse processo todo foi o acúmulo de prestígio que Fausto Vieira de Campos foi conquistando em Mato Grosso, tanto na porção centro-norte (atual Mato Grosso), quanto na porção sul (atual Mato Grosso do Sul). Todo aquele período que antecedeu a criação da revista foi muito importante para o seu projeto editorial que mais tarde culminaria com a publicação da mesma, bem como das edições de *Retrato de Mato Grosso*.

Alguns dias depois daquela publicação, em 24 de fevereiro de 1955, Fausto Vieira de Campos novamente comunicava-se com a sociedade mato-grossense por intermédio do *Correio do Estado*, solicitando informações mais específicas sobre a região do Pantanal. O texto foi escrito pelo próprio jornalista e saiu na terceira página (que fica ao lado direito do leitor do jornal, sendo inegavelmente um espaço privilegiado dentro de um periódico⁴⁶), ocupando algo em torno de 1/5 da folha.

Retrato de Mato Grosso

Fausto Vieira de Campos

Dentro de três meses espero lançar um livrinho, a que intitulei *Retrato de Mato Grosso*, no qual faço um esboço da atividade geoeconômica do Estado e breve histórico do ciclo do ouro. Não se trata de obra original, mas de coordenação e condensação de assuntos que dizem respeito a Mato Grosso, coligidos na pesquisa em bibliotecas e em publicações do govêrno e do IBGE.

Todavia, sem falsa modéstia, terá razão de ser êsse livrinho. Servirá para tornar Mato Grosso *melhor conhecido* fora de suas fronteiras e poderá ser bastante útil às pessoas que intentam promover colonização e montar indústrias ou fazendas no Estado.

[...]

Complemento o livrinho com observações pessoais, feitas no decorrer de permanência de mais de onze meses em Cuiabá, onde travei boas relações de amizade e fiz ponto de referência para viagens que empreendi às regiões norte, oeste e leste de Mato Grosso, e também a Campo Grande, onde demorei tempo suficiente para pôr-me em contato com a sua gente e com as suas realizações.

Ainda há tempo para fazer reparos e ampliar capítulos no livrinho, principalmente com relação à pecuária, ao pantanal, à Nhecolândia, e às culturas do trigo e da poaia.

⁴⁵ É importante lembrar, a propósito, que o governador Fernando Corrêa da Costa, embora nascido em Cuiabá, fez toda a sua carreira política em Campo Grande, onde se instalou como médico e chegou ao cargo de prefeito antes de ser eleito para o governo de Mato Grosso.

⁴⁶ O lado direito do impresso periódico, inclusive, segundo Luzmara Ferreira, é até mesmo um espaço privilegiado na hora do jornal ou revista vender sua publicidade. Segundo a autora, “a página da direita é privilegiada por seu aspecto físico, dada a maior mobilidade das páginas à esquerda do suporte, a direita, é a página na qual o leitor detém mais o olhar, por ser aquela que primeiro desvela-se ao olhar leitor, ao virar de páginas, além de apresentar-se sem as ondulações características da página esquerda, que graças ao modo como as folhas são coladas impede que as mesmas se apresentem planas. Por se tratar de um lugar privilegiado da revista, a página da direita tornou-se um produto comercialmente mais caro”. FERREIRA, Luzmara C. *Prática de leitura: os limites instaurados pela materialidade do suporte de textos revista*. 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras. UNESP – Araraquara, p. 113

Em assim sendo, por intermédio do CORREIO DO ESTADO faço pedido geral a todos os estudiosos e homens de empresa, para que me enviem, com a possível urgência, documentação que possa favorecer-me a ampliar os capítulos acima mencionados.⁴⁷

O fragmento acima pode ser visto como uma propaganda antecipada de sua obra que misturava modéstia (que pode ser notada nas várias vezes em que se refere à sua obra como um “livrinho”, ou quando menciona que não se tratava de uma publicação original), ao mesmo tempo em que acentuava seus esforços naquele empreendimento, evidenciando o quanto *Retrato de Mato Grosso* seria útil para o desenvolvimento do estado, sobretudo porque seria capaz de atrair investidores para aquela região.

É importante ressaltar que a partir do texto acima citado, é possível inferir sobre o público que ele pretendia atingir com seu livro, pois menciona que tal obra seria útil para futuros colonizadores, industriais e agropecuaristas. Esses três grupos de investidores, que estão conectados às atividades de colonização, indústria e agropecuária, eram seu público-alvo. O que fica evidente, claro, é sua preocupação central com a produção daquela obra, isto é, tornar Mato Grosso “melhor conhecido fora de suas fronteiras”, no sentido de atrair capitais para aquela região.

Os temas elencados pelo autor na citação anterior foram abordados em todas as três edições de *Retrato de Mato Grosso*. Se as colaborações solicitadas por Campos foram suficientes para auxiliá-lo no processo de composição do livro, não é possível afirmar, mas é inegável que havia uma preocupação efetiva de sua parte em apresentar estatísticas mais próximas da realidade daquela época, buscando fazer de sua obra uma referência técnica. Alguns meses depois, no dia 27 de maio de 1955, ainda no *Correio do Estado*, foi publicado outro texto propagandeando o então vindouro livro, que já estava muito próximo de ser lançado. Tratava-se de uma descrição geral dos temas que seriam abordados, o início das encomendas dos exemplares, e o destaque dado ao caráter “altruísta” do autor (que teria doado todos os direitos autorais ao estado de Mato Grosso), tal como se vê a seguir:

Brevemente estará em circulação a obra *Retrato de Mato Grosso*, de autoria do jornalista Fausto Vieira de Campos. Apresenta um documentário completo sobre as atividades geoeconômicas do Estado, abundante estatística sobre a produção agropecuária, sobre a cafeicultura e sobre as indústrias extrativas (borracha, ipeca, erva mate, babaçu, etc.), exposição sucinta das particularidades das diversas regiões matogrossenses (Planaltos de Amambai e Maracaju, Serra da Bodoquena, Complexo do Pantanal, Nhecolândia, a Campanha e a Amazônia matogrossense) e suas particularidades climáticas e geológicas, e informações diversas sobre a colonização

⁴⁷ Jornal *Correio do Estado*, quinta-feira, 24 de fevereiro de 1955, 3ª página, Campo Grande (MT). Os grifos são meus. As palavras em caixa-alta são do original.

de terras, a situação financeira do Estado no decênio de 1949/53, os sistemas de transportes (rodovias, ferrovias, aquavias e linhas aéreas) e sobre as diversas lavouras de milho que se desenvolvem nas mencionadas regiões. Inclui também monografia sobre o ciclo do ouro (século XVIII e XIX) e ilustrações fotográficas. Os direitos autorais da 1ª. Edição foram doados ao Governo do Estado de Mato Grosso, visto não haver finalidades de lucro na publicação da obra.⁴⁸

É preciso dizer que, quando se abre a primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, encontra-se logo após no prefácio um informativo dentro de um quadro no qual está escrito: “Os direitos autorais desta 1ª. Edição de RETRATO DE MATO GROSSO foram doados pelo Autor ao Estado de Mato Grosso, como sua contribuição pessoal para o aceleração do progresso do grande Estado Central”.⁴⁹

Nota-se que este é mais um elemento que reforça a ideia segundo a qual havia um esforço por parte de Campos em apresentar uma imagem de si mesmo como aquele que efetivamente estava trabalhando por uma causa, em prol de um projeto, isto é, o aceleração do desenvolvimento econômico mato-grossense. Durante todos os anos em que se dedicou a escrever sobre/para o Mato Grosso, esse foi o traço principal da representação que pretendia emitir sobre o “projeto Brasil-Oeste”, quer dizer, tratava-se de uma ação em favor do interesse público.

No entanto, nem todos pensavam assim e é importante ressaltar que o autor recebeu uma porção de críticas em virtude de sua “generosa” e “altruísta” contribuição feita em favor de Mato Grosso, na doação dos direitos autorais de sua primeira edição. Isso se deu porque Fausto Vieira de Campos recebeu forte apoio do governo mato-grossense, sobretudo no financiamento e na distribuição do seu livro. Isso me remete ao texto de capa da segunda edição de *Retrato de Mato Grosso* (1960), quando Campos defendia-se de algumas acusações que lhe foram feitas, provavelmente em razão de seu reconhecido apoio (ainda que não admitido pelo jornalista) em favor de Fernando Corrêa da Costa.

Para que fique melhor entendido, no período que antecedeu o lançamento da obra, diversos anúncios propagandeando-a foram veiculados na *Folha da Manhã*. Mencionava-se, por exemplo, que *Retrato de Mato Grosso* seria editado “sob os auspícios do Governo do Estado de Mato Grosso”. Para além disso, é possível deduzir que o poder público estadual foi um dos maiores distribuidores do livro (por meio de compra, para posterior doação), levando-

⁴⁸ Jornal *Correio do Estado*, quinta-feira, 27 de maio de 1955, 2ª página, Campo Grande (MT). Palavras em negrito são do original.

⁴⁹ CAMPOS, Fausto Vieira. *Retrato de Mato Grosso*, 1955.

se em conta que ele era distribuído nas bibliotecas estaduais e instituições de modo geral, incluindo estabelecimentos de ensino público.⁵⁰

A resposta às críticas que recebeu veio sutilmente no texto de “orelha” da capa da edição de 1960. Inicialmente, o autor ressaltava a boa aceitação do público em relação à primeira edição, lançada cinco anos antes, quando repercutia a “receptividade bastante simpática”. Contudo, Campos fez questão de mencionar que a “única *nota destoante* e que muito nos chocara, lêmo-la numa revista carioca, onde um repórter [...] insinuou, sem menção de nome, que um jornalista financiado pelo Govêrno de Mato Grosso lançara um livro no qual fazia a apologia do governador udenista...”. Para concluir, o jornalista foi implacável em sua tentativa de fazer daquelas críticas que foram direcionadas a ele, uma ofensa à coletividade mato-grossense: “êsse episódio demarca a extensão *da má vontade contra* Mato Grosso”.⁵¹

No fragmento anterior, portanto, Fausto Vieira de Campos buscou fazer das críticas que recebeu um ataque contra Mato Grosso, pois segundo o autor, havia uma perseguição àquela região do Brasil. O discurso do “Mato Grosso perseguido”, maltratado, esquecido, etc., fez-se fortemente presente nas páginas de vários textos do autor e era, de certo modo, uma maneira de desqualificar as insinuações que faziam a seu respeito, além de continuar tentando mostrar que sua preocupação central era fazer um jornalismo que beneficiasse aquela região, e não a si próprio.

A título de exemplo, remeto-me ao primeiro artigo da autoria de Fausto escrito para o *Correio do Estado* e publicado na primeira página do dia 10 de março de 1954 (após o anúncio de que Campos era o novo “reforço” na redação do vespertino), no qual algumas considerações feitas pelo jornalista avalizam a tese de “perseguição ao Mato Grosso” versada há pouco. Tratava-se de uma discussão sobre a criação do Parque Indígena do Xingu. Além disso, esse artigo inaugural escrito pelo jornalista para o periódico campo-grandense evidenciava algo que estava além das questões envolvendo o Xingu, como veremos a seguir.

Logo nas primeiras palavras, Fausto Vieira de Campos já mostrava que seu texto seria polêmico, quando afirmava que “os mentores do projeto pró-criação do Parque Indígena do Xingu prometem dar novo impulso a um movimento de opinião pública no sentido de acelerar a concretização desse empreendimento”. Logo a seguir, continuava o jornalista com

⁵⁰ O anúncio a que me refiro dizia: “**O livro RETRATO DE MATO GROSSO, de autoria do jornalista FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS, que está sendo editado sob os auspícios do Governo do Estado de Mato Grosso, será lançado em JULHO próximo e vendido diretamente pelo autor**”. Jornal “Folha da Manhã”, sábado, 4 de junho de 1955, Assuntos Gerais, Página 5, São Paulo (SP). Os grifos são meus, palavras em negrito do original.

⁵¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960. Os grifos são meus.

duras palavras de repulsa àquele projeto, que inibiria o progresso mato-grossense. Em suas palavras, tratava-se “de um autêntico *golpe contra* Mato Grosso”, ou então, que “*os inimigos* de Mato Grosso desfraldaram novamente a bandeira do Parque Indígena do Xingu [...] ela representa uma interferência indébita e *odiosa* nas questões de alçada privativa do govêrno do Estado.”⁵²

Nota-se o uso de palavras e sentenças de impacto, tais como “golpe contra Mato Grosso”, “inimigos de Mato Grosso” e “interferência indébita e odiosa”. Fausto Vieira de Campos rebelava-se contra tudo que pudesse obstruir possíveis investimentos particulares de colonização, um dos carros-chefes para o desenvolvimento do estado, logo, o Parque do Xingu não deveria sair do papel. Em suas palavras,

Querem, sem mais discussões, que o govêrno de Mato Grosso reserve uma área de um milhão de hectares, ao longo daquele rio, para que ali se fixem e vivam como bem entenderem os “donos da terra”, que, neste caso, seriam os indígenas. Ora, esse argumento é capcioso. Se as terras do Xingu pertencem aos índios, não há gleba, em todo o Brasil, que não seja também de sua “propriedade”, pois que foram os primitivos habitantes do país.

É claro que não interessa, nem pode interessar ao govêrno de Mato Grosso, a reserva de 1/125 de seu território para a formação de uma colônia de índios.⁵³

Segundo diversos pesquisadores, tal concepção estava em consonância com os ideias das elites de Mato Grosso. Aldina Fernandes, por exemplo, informa que o Parque Indígena do Xingu, proposto originalmente em 1952, só teve sua reserva legalizada em 1961 e que para os grupos dirigentes mato-grossenses, “os índios não necessitavam de muitas terras para sobreviver”. Além disso, diz a autora que tal concepção “fundamentava-se na *negação do índio* [...] para favorecer o desenvolvimento econômico, ou seja, *o progresso e a civilização*, que só se concretizariam com a colonização privada e a seleção de colonos”.⁵⁴ Fernandes faz uma boa síntese de alguns dos objetivos da época, que tinha na colonização de terras uma das principais ações do governo de Mato Grosso. Portanto, a autora assegura que a

colonização foi colocada como a solução das carências sociais e demográficas do Estado, dando um aspecto de recomeço e reintegração ao progresso nacional através de capitais privados [e] a melhor forma de controlar o setor rural era realizar uma colonização dirigida pelo Estado e implementada por capitais privados.⁵⁵

⁵² Jornal *Correio do Estado*, quinta-feira, 10 de março de 1955, 1ª página, Campo Grande (MT). Os grifos são meus.

⁵³ *Id.*, *ibid.*

⁵⁴ FERNANDES, Aldina C. *Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – Gleba Rio Ferro (1950-1960) – Mestrado (Dissertação em História)*, UFMT, 2004, p. 14. Os grifos são da autora.

⁵⁵ FERNANDES, Aldina, 2004, p. 17.

Nesse sentido, não é de se surpreender que o texto de Campos evidenciasse sua aversão à criação do Parque Indígena do Xingu, tendo, inclusive, continuado a discutir tal temática em outras ocasiões também na revista *Brasil-Oeste*. Porém, suas críticas à criação do “Parque” misturavam-se à defesa que fazia do governo Fernando Corrêa da Costa e, analisando mais detidamente, parece-me nítido que sua preocupação central era, naquele (con)texto, efetivamente defender o projeto de colonização do governador muito mais do que criticar o projeto do Xingu, como mostrarei a seguir.

Fausto Vieira de Campos acreditava que a proposta da criação do Parque Indígena do Xingu tinha como principal objetivo obstruir o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, e especialmente a colonização empreendida pelo governo do estado que seria, na sua concepção, muito prejudicada com a demarcação das terras em favor dos povos indígenas. Portanto, asseverava: “causa espécie a política de colonização que o governador Fernando Corrêa da Costa está levando a termo, tendo em vista povoar regiões inexploradas e promover o fomento de riquezas do Estado”.⁵⁶

Na medida em que o artigo se desenvolve, a sensação que se tem, quando se lê, é que realmente havia pessoas empenhadas em “destruir” o progresso de Mato Grosso, tão forte é o poder de convencimento por parte de Campos. Esses “inimigos” recebiam tratamento bastante ofensivo, quando dizia, por exemplo, que naqueles tempos não faltavam “os *detratores*, nem os *chantagistas*, toda vez que o poder público se determina a uma empresa de envergadura, que exige sobretudo coragem para enfrentar as dificuldades que se apresentam e tino para compreender o alcance do que se está fazendo.”⁵⁷

Em seguida, Campos resolve dar nome àqueles a quem direcionava seus ataques, na defesa de Mato Grosso e em nome de Fernando Corrêa da Costa. Tratavam-se de dois veículos da imprensa carioca, que denunciavam os escândalos de terras no extremo-oeste brasileiro (incluindo, nas suas acusações, também uma empresa colonizadora, que igualmente foi defendida por Fausto). Vejamos como o jornalista construiu discursivamente seu apoio aos empreendimentos colonizadores do governo mato-grossense, atacando os jornais que, em sua opinião, eram desprovidos de “idoneidade moral”:

O “Correio da Manhã” e “A Tribuna”, ambos do Rio de Janeiro, assestaram suas baterias contra o governador Fernando Corrêa da Costa. Nessa ocasião, estourou o

⁵⁶ Jornal *Correio do Estado*, quinta-feira, 10 de março de 1955, 1ª página.

⁵⁷ *Id.*, *Ibid.* Os grifos são meus.

crime da rua Toneleros, e até nessa ocorrência político-policia! vislumbraram os algozes de Mato Grosso oportunidade para insinuações malévolas, tentando envolver, por meios astuciosos, mas francamente desonestos, não sómente a pessoa do governador, mas também do capitalista japonês Matsubara, que tão relevantes serviços está prestando a Mato Grosso.⁵⁸

Os dois jornais citados por Fausto Vieira de Campos denunciavam os problemas envolvendo a venda de terras em Mato Grosso atingindo, em cheio, o governo Fernando Corrêa da Costa e, inicialmente, a colonizadora Rio Ferro (de propriedade do “capitalista japonês Matsubara”, conforme ressaltava Campos). Ocorre que os jornais *A Tribuna* e o *Correio da Manhã* denunciavam exatamente as terras que estavam sendo loteadas na área que seria correspondente à criação do Parque Indígena do Xingu.

Conforme informa Fernandes, foi justamente a partir de 1952 – data da proposta da criação do Parque – que o governador Fernando Corrêa da Costa teria iniciado seu “gigantesco plano de colonização” e “através do qual demarcou e vendeu cerca de 75% das terras que pertenceriam ao Parque Nacional do Xingu”. Ainda nas suas palavras, “houve uma grande venda de áreas de terras devolutas, principalmente para empresas oriundas do Estado de São Paulo, representadas como molas propulsoras do progresso mato-grossense.”⁵⁹

Fausto Vieira de Campos, entre outros argumentos, ressaltava que

[...] as terras em causa [...] já estão sendo ou já foram objeto de contratos para colonização, o que obriga o govêrno a respeitar esses contratos e a exigir que êles se cumpram, *pois que*, dessa forma, se forçará a expansão do progresso de Mato Grosso, por meio da criação de novas povoações, de novas fazendas, de novos sítios, onde se fomentarão novas riquezas para a economia do Estado.⁶⁰

O jornal *Correio da Manhã*, criticado por Fausto Vieira de Campos, foi um dos que mais se empenharam nas denúncias relacionadas à venda ilegal de terras em Mato Grosso, sobretudo na área correspondente à futura criação do Parque Indígena do Xingu, tal como o próprio jornalista nos faz entender em seu texto. No dia 30 de outubro de 1954, o diário carioca publicava uma matéria intitulada “Mato Grosso à venda” que, como é possível deduzir, era uma explícita crítica às políticas de colonização da época. Inicialmente, o texto contextualizava a criação do Parque Indígena do Xingu:

⁵⁸ Jornal *Correio do Estado*, quinta-feira, 10 de março de 1955, 1ª página.

⁵⁹ FERNANDES, Aldina C. *Op. Cit.*, 2004, p. 14.

⁶⁰ Jornal *Correio do Estado*, quinta-feira, 10 de março de 1955, 1ª página.

Vai para dois anos que o então presidente da República [...] enviou um projeto de lei [...] dispondo da criação do Parque Indígena do Xingu. Estabelecia-se que as terras integrantes do mesmo ficariam reservadas às tribos nativas que as habitassem ou viessem a habitar, e somente poderiam ser divididas ou loteadas para o efeito de sua ocupação e exploração pelas diferentes tribos, ou por seus componentes.⁶¹

Logo a seguir, o autor da reportagem tecia algumas considerações sobre os governos mato-grossenses – e não especificamente o governo de Fernando Corrêa da Costa –, tal como sugere o fragmento exposto abaixo:

Em Mato Grosso, os governos são useiros e vezeiros em contemplar aventureiros com enormes extensões de terras. Uma das mais poderosas donas de latifúndios no Estado, chegou mesmo a realizar empréstimos de vulto a algumas das administrações passadas, tornando-se dessa maneira sua credora exigente. No caso do Parque, o que há é uma conseqüência de abusos e escândalos anteriores. As glebas estão sendo distribuídas a latifundiários que as loteiam e vendem, apodrecendo de ricos [...] Sem embargo, de mão leve e ligeira, contratou com a Empresa Colonizadora Rio Ferro Ltda, a entrega a esta de 200 mil hectares de terras situadas em ambas as margens do Rio Ferro, recebendo da contratante, apenas cem mil cruzeiros a título de fiança. Não é um; são vários contratos do gênero [...] A Empresa é do japonês Matsubara. Em cada lote [...] Matsubara despenderá 2.175 cruzeiros. Em compensação, pelos lotes vendidos, ele já embolsou Cr\$ 5.484.581,50. Até o fim do prazo contratual receberá mais de Cr\$ 9.414.643,50. E o preço de cada lote varia de Cr\$ 62.000,00 a Cr\$ 75.000,00. Para tão próspero negócio, com uma simples fiança de Cr\$... 100.000,00 abocanhou 200 mil hectares!⁶²

Nota-se que as críticas se estendem à “generosa” relação histórica entre os governos mato-grossenses e as empresas de iniciativa privada. Pelo que se deduz, quando o autor do texto menciona uma “poderosa” empresa que realizou empréstimos de vulto às administrações mato-grossenses de décadas anteriores à de 1950, provavelmente fazia referência à Companhia Mate Laranjeira, portentoso grupo⁶³ empresarial de erva-mate que dominou os territórios do antigo sul de Mato Grosso com pródigas concessões de terras que chegaram a uma área de 5 milhões de hectares nas décadas iniciais do século XX.

⁶¹ Jornal *Correio da Manhã*, sábado, 30 de outubro de 1954, 1º. caderno, p. 6. O acervo do periódico carioca pode ser encontrado em: www.hemerotecadigital.bn.br.

⁶² Jornal *Correio da Manhã*, sábado, 30 de outubro de 1954, 1º. caderno, p. 6.

⁶³ Sobre a Companhia Mate Laranjeira: ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira*. Londrina: UEL, 1997; BIANCHINI, Odaléa C. Diniz. *A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000. 264 p.; QUEIROZ, Paulo R. Cimó. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. In: Primeiro encontro de pós-doutores do PPGH/UFF, 2010, Niterói. Anais do I e do II encontro de pós-doutores do PPGH/UFF. Org. por Carolina Dantas e Martha Abreu.. Niterói: PPGH História/UFF, 2010. p. 1-19; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Territórios e Fronteiras* (Online), v. 8, p. 204-228, 2015.

Abro um parêntese para apresentar, ainda que brevemente, o nível de gravidade em que esteve envolto o plano de colonização do governo de Mato Grosso da época. O caso foi tão gritante que as vendas de grandes áreas de terra em Mato Grosso resultaram na abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) em 1955 e, posteriormente, uma Ação Cível Ordinária (ACO 79), no ano de 1959, na qual a gestão do então governador Fernando Corrêa da Costa foi colocada na condição de ré, bem como diversas empresas, tais como: Empresa Colonizadora Rio Ferro Ltda., Sociedade de Agricultura Colonização Araraquara Mato Grosso, Cia. Comercial de Terras do Sul do Brasil, Cia. Agrícola e Colonizadora Madi S/A, Cia. Colonizadora Mato Grosso Paraná Ltda., Cia. Colonizadora Cuiabá Ltda., Casa Bancária Financeira Imobiliária S/A, Imobiliária Ipiranga de Borali & Held, Cia. Agro Extrativa Mariópolis Ltda., Colonizadora e Imobiliária Real S/A, Colonizadora Camararé Ltda., Cia. Pan Americana de Administração, Empresa Colonizadora Industrial Agrícola Pastoril Ltda., Cia. de Terras Aripuanã S/A, Industrial Colonizadora Continental S/A, Colonizadora São Paulo, Goiás Mato Grosso Ltda., Scrivanti Siqueira & Cia., Consórcio Industrial Bandeirante do Incentivo à Borracha S/A, Sociedade Melhoramentos Irmãos Brunini Ltda., Construções e Comércio Camargo Correa S/A.

Para que fique claro, no mencionado processo, Mato Grosso foi acusado de alienar terras cujos lotes extrapolavam o máximo permitido pela Constituição Federal de 1946, isto é, 10.000 hectares, sem autorização prévia do Senado. Naquela ocasião foi um escândalo que ocupou espaço em vários órgãos de imprensa. Mais de cinquenta anos depois, em 2012, o caso foi julgado pelo STF e o voto do relator (que foi acompanhado pela maioria) foi o seguinte:

A questão posta nos autos cinge-se, portanto, a saber se, em relação aos contratos celebrados entre o Estado do Mato Grosso e as empresas colonizadoras, ora ré, se tipificou, ou não, insulto à regra constitucional. E é positiva a resposta. As provas documentais bastam para firmar a convicção de que, no caso, se vulnerou o disposto no § 2º do art. 156 da Constituição de 1946, pois os documentos juntados nos autos não deixam dúvida de que vinte empresas obtiveram, até 1º de dezembro de 1954, *concessões de terras da ordem de 200.000 hectares cada uma, sem prévia autorização do Senado Federal*.⁶⁴

Contudo, apesar de consideradas ilegais as concessões de terras naquela ocasião, elas não foram anuladas sob argumento que haveria “desastrosas repercussões”,

⁶⁴ Relatório da Ação Cível Ordinária n. 079. Voto do Relator Ministro Cezar Peluso, p. 02. Os grifos são do original.

[...] de ordem pessoal e socioeconômica, a anulação das concessões agora acarretaria: **(a)** os contratos em questão foram celebrados há 59 anos, há mais de meio século; **(b)** a ulterior cadeia dominial perde-se no tempo, abrangendo extensa área que corresponde, aproximadamente, a duas vezes à do Estado de Sergipe (2 x 2.200.000 hectares ou 22.000 km² = 4.000.000 hectares ou 40.000 km²), onde foram edificadas cidades, acessões e benfeitorias de toda ordem; e **(c)** as concessões de domínio foram feitas por ente federado, o Estado de Mato Grosso, antes ainda da sua divisão, o que, é de se presumir, despertou nos adquirentes fundada convicção da legalidade dos negócios”.⁶⁵

Portanto, em virtude da excepcionalidade do caso, os contratos de terras não foram anulados, mesmo que tenha sido apontada flagrante irregularidade na época por parte de Mato Grosso junto às empresas envolvidas.

Feito este parêntese, é importante ressaltar que Fausto Vieira de Campos, por sua vez, agiu como um defensor dos interesses do governo de Mato Grosso, daquele plano de colonização e contra aqueles que ele julgava serem detratores e contrários à ocupação e ao desenvolvimento econômico mato-grossense.

Ainda em relação à questão envolvendo as críticas feitas pelo *Correio da Manhã*, elas foram fortemente direcionadas à Colonizadora Rio Ferro (que aparece nos autos do processo tanto da CPI montada em 1955, quanto na ACO 079 do STF), de propriedade do japonês Matsubara, que, segundo a reportagem do periódico carioca, lucrou enormemente em Mato Grosso naquela época. Fausto Vieira de Campos, em sua ferrenha defesa em favor do governo Fernando Corrêa da Costa e da empresa de colonização em tela, mencionava que aqueles “detratores” meios de comunicação só faziam aquelas denúncias porque visavam obter “recursos” via publicidade, tanto do poder público, como daquela fatia do segmento privado (colonizadoras), tal como se vê abaixo:

Desmoralizados na campanha contra a política agrária do govêrno de Mato Grosso, porquanto se evidenciou que tinham em vista obtenção de verbas de publicidade para os seus jornais, verbas essas que foram sumariamente recusadas pelo govêrno, porque não dispõe de dinheiro para esses luxos, e pelas companhias de colonização, porque não podem dispor de quantias muito grandes para a necessária propaganda das glebas à venda, – os inimigos de Mato Grosso desfraldaram novamente a bandeira do Parque Indígena do Xingu.⁶⁶

O que precisa ser objeto de reflexão se assenta na difícil suposição de que uma empresa de tamanho vulto como a “Rio Ferro” não dispusesse de caixa para campanhas publicitárias. Segundo Aldina C. Fernandes, a empresa do japonês Matsubara foi uma das

⁶⁵ Relatório da Ação Cível Ordinária n. 079. Voto do Relator Ministro Cezar Peluso, p. 07

⁶⁶ Jornal *Correio do Estado*, quinta-feira, 10 de março de 1955, 1ª página.

maiores responsáveis por “vender a ideia” de um Mato Grosso cheio de oportunidades, pois as inúmeras propagandas veiculadas na imprensa por esta colonizadora “construíram uma imagem idílica das terras mato-grossenses através dos discursos e imagens do novo ‘El Dorado’.”⁶⁷

Fernandes indica, ainda, que Matsubara acumulou muito prestígio em razão de sua ostensiva propaganda (no que diz respeito à colonização) e, por capitalizar socialmente suas relações com o presidente Getúlio Vargas.⁶⁸ Portanto, como ressaltai anteriormente, não creio que seja possível aceitar o argumento de Fausto Vieira de Campos no que diz respeito à falta de capital para publicidade por parte das companhias colonizadoras, uma vez que esse segmento empresarial auferia enormes lucros na época.

Para exemplificar, nos primeiros cinco anos de circulação da *Brasil-Oeste*, as empresas colonizadoras estiveram entre as maiores anunciantes. Uma parcela razoável dos anúncios publicitários veiculados pela revista vinha do setor de colonização e vendas de terras. Nesse período, a propaganda desse segmento representou o equivalente a 12,7% dos anúncios publicados na revista e, se considerar simplesmente os quatro primeiros anos, o número aumenta para 16%.

Nota-se, nesse sentido, que, pressionado pelas conjunturas de seu tempo, a escrita e o exercício do jornalismo por parte de Fausto Vieira de Campos ficavam tensionados entre a “objetividade” e “neutralidade” jornalísticas perseguidas por alguns setores da época, mas, ao mesmo tempo, seu próprio discurso caminhava na direção e estava associado à “marcha” para o progresso estabelecida pelas políticas públicas do governo mato-grossense daquele período. A meu ver, tal tensão o colocava numa difícil posição e acabava por abalar sua pretensa posição “apartidária”, sobretudo porque estava escrevendo um texto muito polêmico que defendia nitidamente os interesses de um periódico declaradamente partidário como era o caso do *Correio do Estado*, mas especialmente porque efetivamente prestou serviços em um cargo de confiança para o governador Fernando Corrêa da Costa.

Contudo, é curioso que apesar daquele impactante texto de “estreia” de Fausto Vieira de Campos, aquela parece ter sido sua única participação enquanto colaborador do jornal *Correio do Estado*, pois, em minhas buscas, não encontrei nenhum outro artigo de sua autoria

⁶⁷ FERNANDES, Aldina, C., *Op. Cit.*, 2004, p. 62.

⁶⁸ É importante dizer que o jornal *Correio da Manhã* era muito importante naquela época e um aspecto que precisa ser assinalado se assenta na conhecida oposição do diário carioca ao governo Getúlio Vargas; ademais, a associação do nome de Matsubara ao crime na rua Toneleros certamente influenciou o destaque dado pelo jornal aos negócios da colonizadora Rio Ferro em Mato Grosso.

e, se em princípio isso causa certa surpresa, creio que o fato de Campos ter voltado para São Paulo em 1954, para se dedicar à finalização do livro *Retrato de Mato Grosso*, possa tê-lo impedido de voltar a colaborar com o periódico.

Anteriormente, pude mostrar que o autor se defendia das acusações de que estava associado à UDN. O fato é que não foi fácil para ele se desvencilhar dessa associação, especialmente após sua participação (mesmo que breve) no periódico campo-grandense *Correio do Estado* e, sobretudo, no período em que atuou como assessor de imprensa de Fernando Corrêa da Costa. Sem sombras de dúvidas houve forte apoio do governo estadual para que fosse publicado *Retrato de Mato Grosso* em sua primeira edição. Contudo, é importante ressaltar que, como havia um plano de colonização e ocupação dos espaços “vazios” naquele enorme estado (que tinha um dos menores índices de ocupação demográfica do país naquele período), uma publicação como aquela poderia servir aos interesses e objetivos do governo mato-grossense no sentido de atrair capitais.

Por mais que defendesse sua total autonomia no âmbito da sua atuação como jornalista, não houve qualquer tentativa de disfarçar seu apreço pelo governo udenista na primeira edição da obra. É válido enfatizar que Fausto Vieira de Campos agradeceu diretamente ao governador Fernando Corrêa da Costa e outros componentes da sua cúpula no prefácio da primeira edição, tais como Demóstenes Martins e Italívio Coelho, dois dos mais influentes quadros da União Democrática Nacional (UDN). Além deles, até mesmo os secretários de gabinete do governador, Antonieta Nassar e Clóvis Pompêu de Barros, foram lembrados. Outro aspecto relevante reside no fato de que a maioria dos deputados que mereceram seus agradecimentos eram filiados à União Democrática Nacional, a saber: Ytrio Correia da Costa, Júlio de Castro Pinto, de Três Lagoas; Dormevil Faria, de Cáceres, Manuel José de Arruda, ex-Prefeito de Cuiabá; Rubem de Castro Pinto, de Bela Vista. A única exceção era Mário Spinelli, do PSP (Partido Social Progressista), que, por sua vez, era um dos partidos coligados à UDN.⁶⁹

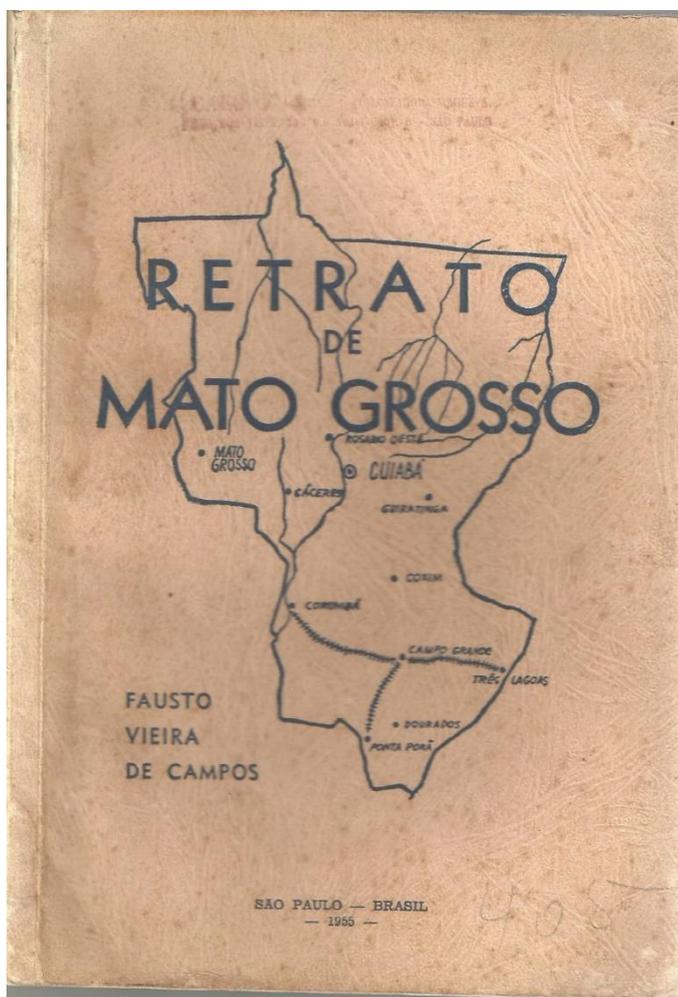
Nesse sentido, não há qualquer dúvida de que, pelo menos inicialmente, sua relação com os udenistas foi muito forte e sua atuação inclinou-se totalmente favorável a defender todo o plano de governo de Fernando Corrêa da Costa. Por esta razão, o jornalista teve que conviver por todo o restante de sua carreira com as acusações de que seu trabalho estava meramente a serviço da UDN, ainda que com o passar dos anos as coisas foram se

⁶⁹ Vários outros nomes foram lembrados pelo autor. Nesse caso, citei apenas aqueles que tinham ligação mais direta com a política partidária.

modificando tendo, inclusive, vários colaboradores de outras agremiações partidárias participando das edições da revista *Brasil-Oeste*.

No que diz respeito à materialidade da primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, mesmo com o suporte financeiro do governo estadual, pode-se dizer que foi uma produção rudimentar, ainda que apresentasse algumas fotografias no seu interior e representações de mapas das porções norte e sul do estado. Suas dimensões eram de 15,5cm x 23cm, contendo, em sua totalidade, 144 páginas divididas em treze capítulos.

Figura 2. Capa da primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, 1955



Como pode ser conferido na figura acima, sua capa apresentava um mapa de Mato Grosso centralizado, sendo sobreposto pelo título do livro. Nesse mapa, alguns dos principais municípios da época receberam destaque, tais como Rosário do Oeste, Cáceres, Guiratinga, o histórico município de Mato Grosso e a capital mato-grossense, Cuiabá – todos eles situados na porção centro-norte. Pela porção sul, Coxim, Corumbá, Campo Grande, Três Lagoas,

Dourados e Ponta Porã foram situados. Ao lado do mapa, o nome do autor é centralizado na parte inferior, juntamente com o local e o ano em que foi produzido.

Nas outras edições existem algumas diferenças substanciais em relação à primeira, tanto no que diz respeito aos agradecimentos iniciais, à materialidade, mas também no que tange ao conteúdo. Em 1960, por exemplo, os agradecimentos do autor foram muito mais tímidos em comparação à edição anterior. Inicialmente, o jornalista agradecia a “cooperação” das “firmas industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro” para, em seguida, mencionar os nomes de “Demóstenes Martins (Campo Grande), Tenente-Coronel Lécio Gomes de Souza (Corumbá), Dr. Casimiro Brodziak Filho (São Paulo), Eugênio Meyer (Cuiabá), Dr. Edson Nogueira Paim (Rio de Janeiro), Fausto Moraes Godoy de Campos (São Paulo), Sra. Íria Moraes Godoy Vieira de Campos (São Paulo) e Sra. Horminda Pinaluga de Moura (Cuiabá)”.⁷⁰

Nota-se que, em relação à UDN, o único partidário desta agremiação citado foi Demóstenes Martins e houve também um relembramento de Casimiro Brodziak Filho (que era muito próximo ao governador Corrêa da Costa), sendo um indicativo de que ambos (Demóstenes e Casimiro) ainda eram ligados aos Campos. Gomes de Souza foi um colaborador da *Brasil-Oeste* e escrevia textos histórico-geográficos, tendo lançado, inclusive, livros sobre Mato Grosso (especialmente a respeito da região do Pantanal). O mesmo pode-se dizer de Paim, que foi personagem importante no desenvolvimento da história da revista e teve participação crucial naquele enredo. É importante ressaltar que este último era do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Em relação a Meyer, igualmente participou como correspondente do mensário em Cuiabá e atuava no mundo dos negócios de terras. As demais pessoas citadas foram o filho e a esposa do autor, além de Pinaluga de Moura, que exercia atividades no IBGE e possivelmente o ajudou com dados estatísticos.

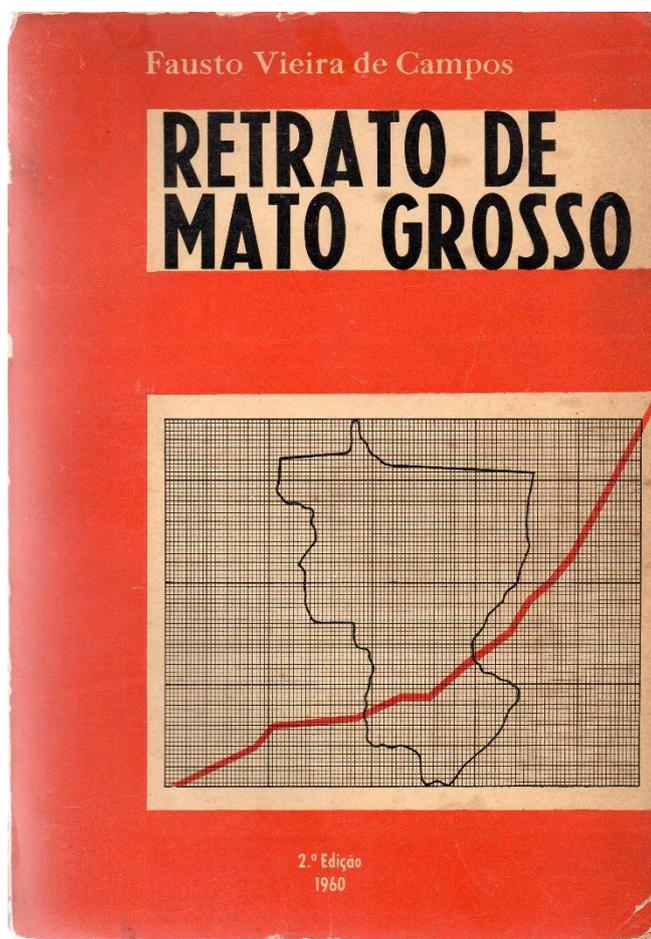
Não há menção ao então novo governador, João Ponce de Arruda,⁷¹ ou agradecimento de qualquer natureza ao governo de Mato Grosso. É certo que havia uma razão para isso, pois existia uma clara oposição por parte do diretor da *Brasil-Oeste* e autor de *Retrato de Mato Grosso* à gestão de 1956-1961. Além disso, o próprio ex-governador Fernando Corrêa da Costa sequer foi lembrado. É válido dizer, entretanto, que no corpo do texto – especialmente no capítulo sobre a colonização de terras em Mato Grosso –, a posição

⁷⁰ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960, p. 6.

⁷¹ João Ponce de Arruda nasceu em Cuiabá no dia 27 de julho de 1904. Foi um político do PSD (Partido Social Democrata), atuou como deputado federal em dois mandatos e foi governador de Mato Grosso entre os anos de 1956-1961.

de Campos não havia mudado, ou seja, suas críticas ao Parque Indígena do Xingu e ao PSD, somados aos elogios que fez ao governo udenista, permaneciam, uma vez que ele realmente acreditava que o modelo de colonização feito entre 1951-1955 era o ideal.⁷²

Figura 3. Segunda edição de *Retrato de Mato Grosso*, Brasil-Oeste Editôra, 1960



Sobre a composição da obra, a segunda edição tinha, por exemplo, uma apresentação material bastante superior à primeira, a começar pela capa (fig. 3), que foi colorida e tinha um papel de melhor qualidade. O desenho foi sutilmente modificado, pois o mapa de Mato

⁷² A título de exemplo, no ano de 1959 o governador João Ponce de Arruda, que sucedeu Fernando Corrêa da Costa, citou em suas “Mensagens Governamentais” que o governo anterior havia deixado inúmeras irregularidades no que dizia respeito à colonização de terras em Mato Grosso, Campos veio em defesa do modelo anterior, tal como podemos ver na passagem a seguir: “As declarações do Governador Ponce de Arruda expressam, de maneira iniludível, recuo do Govêrno de Mato Grosso, que abandona formalmente o plano de colonização desenvolvido na administração do Governador Fernando Corrêa da Costa, para forçar a venda das terras comprometidas por contratos. Se os interesses do Estado coincide com os interesses do povo, é de ver-se que os contratos de colonização somente beneficiavam ao Estado de Mato Grosso, pois visavam a promover o progresso em áreas despovoadas e improdutivas e evitavam que elas fôsem vendidas, pura e simplesmente, aos que não assumiam outras obrigações, além de fazer medir e demarcar as terras. As emprêsas que estão operando nesse domínio fazem-no com o próprio esforço e com os próprios riscos.” CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960, p. 194.

Grosso foi colocado dentro de um quadro que ocupava parte da capa, com uma linha indicadora semelhante àquelas que encontramos em gráficos, ainda que também possa ser uma alusão à posição do autor referente à divisão de Mato Grosso, pois o mesmo inseriu este polêmico debate em um dos capítulos do livro, tendo se posicionado visivelmente a favor da separação da porção norte e da porção sul daquela então enorme unidade federativa. As dimensões do livro permaneceram praticamente as mesmas (16cm x 23cm) da versão anterior. Porém, o número de páginas era consideravelmente maior, totalizando 286, divididas em 14 capítulos, pois novos temas foram inseridos e, em suma, a obra foi revisada e ampliada.

Outro aspecto que é de suma importância diz respeito à publicação ter sido editada pela “Brasil-Oeste Editôra Ltda.,” criada especialmente para o projeto editorial de Campos. Portanto, como vimos antes, na capa encontrava-se o nome do autor, o título do livro, o mapa de Mato Grosso com uma linha cortando-o um pouco abaixo do meio e, mais abaixo, a edição e o ano em que foi lançada a obra.

Outro dado que indica uma diferença em relação à primeira edição diz respeito ao modo como ela foi financiada. A primeira, conforme mostrei, contou com forte apoio do governo de Mato Grosso. Já na segunda e, mesmo na terceira, foram veiculados – tal como numa revista ou jornal – vários anunciantes que colaboraram com aquelas publicações. Esse curioso aspecto de *Retrato de Mato Grosso* mostra mais uma vez sua peculiaridade, tendo em vista que numa publicação em formato de livro não é habitual encontrarmos anúncios publicitários. Estes, por sinal, estavam em total consonância com o que ali era apresentado em termos de conteúdo e buscavam um tipo específico de leitor, levando-se em conta – claro – que “a publicidade sempre se relacionou estreitamente com o meio no qual circula”.⁷³ Logo, as empresas que ali anunciavam viam naquela obra uma boa possibilidade para alcançarem o leitor almejado por Campos.

Os anúncios contidos na segunda edição foram publicados após o término de todo o conteúdo textual do livro, isto é, em suas últimas páginas. As propagandas surgem após o seguinte texto de agradecimentos: “Agradecemos a cooperação que nos prestaram firmas (industriais e comerciais) de São Paulo e Mato Grosso, para o êxito desta 2ª Edição de Retrato de Mato Grosso.”⁷⁴

⁷³ FERREIRA, Luzmara Curcino. O leitor de revistas: práticas de leitura contemporâneas inscritas em textos da mídia impressa. In: Seminário brasileiro livro e história editorial, Niterói, 2009.

⁷⁴ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960.

A ligação entre a publicidade e o conteúdo textual da obra fica nítida em cada um dos anúncios ali veiculados. Para que fique mais claro, logo abaixo apresento uma tabela das empresas anunciantes para, mais adiante, mostrar a afinidade das mesmas em relação ao conteúdo discursivo apresentado em *Retrato de Mato Grosso*.

Quadro 7

Quadro de empresas anunciantes na segunda edição (1960) do livro “Retrato de Mato Grosso”

Empresa anunciante	Área de atuação
Frima-Frigorífico Matogrossense S.A.	Frigorífico
Cecil M. P. Cross	Empresa colonizadora
Squibb-Mathieson/E.R. Squibb & Sons S.A.	Saúde animal
Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda.	Empresa colonizadora
Monteiro, Wigderowitz & Monteiro Ltda.	Construção Civil
Cia. Mate Laranjeira S.A.	Agropecuária
Companhia Cimento Portland Corumbá	Fábrica de cimento
Firestone	Pneus automotivos

Como vimos, ao todo foram oito anunciantes que patrocinaram a segunda edição de *Retrato de Mato Grosso*. As suas áreas de atuação econômica estavam relacionadas a quatro atividades principais: agropecuária, colonização, construção civil e indústria automotiva. Todas elas já anunciavam regularmente na revista *Brasil-Oeste*. O discurso contido em boa parte das propagandas fazia eco ao que era apresentado no livro e à essência de sua proposta, tal como quando o “Frima – Frigorífico Matogrossense” destacava sua presença naquele “projeto”: “*Estamos presentes... dando nossa parcela de cooperação a esta magnífica obra de divulgação da geoeconomia e da agropecuária mato-grossense*”⁷⁵. Outra empresa destacou o fato de estar contribuindo para “maior difusão desta obra [*Retrato de Mato Grosso*], onde são expostos pormenorizadamente todos os domínios da geoeconomia e da agropecuária mato-grossense”. A Cia. Mate Laranjeira S.A., por exemplo, ressaltava sentir-se “*honrada em figurar nesta obra que tanto tem contribuído para o progresso dêsse grande Estado da Nação*”⁷⁶.

No prefácio da última edição da obra, do ano de 1969, os agradecimentos foram ainda mais acanhados e, em termos de conteúdo, houve uma notável revisão do texto, além de uma inédita participação externa de colaboradores, dando uma nova cara ao livro. Segundo

⁷⁵ *Id., Ibid.* Os grifos são meus.

⁷⁶ *Id., Ibid.*

informações constantes no prefácio, Fausto Vieira de Campos estava com problemas de saúde naquele tempo e seu filho, Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos, foi quem lidou com a editoração e reedição de *Retrato de Mato Grosso*. Nesse sentido, houve colaboração direta de outras pessoas, citadas a seguir tal como foram apresentadas na obra: Estácio Corrêa da Trindade ficou com a “coordenação escritural”, enquanto as “informações do Governo de Mato Grosso” ficaram sob responsabilidade de Pedro Valle. Além disso, há uma menção à “Assistência Assessoral da CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí” (não ficando nítido o que essa colaboração significava)⁷⁷.

Há, ainda, nos agradecimentos, a menção dos governadores de Mato Grosso (Pedro Pedrossian, ARENA) e São Paulo (Roberto de Abreu Sodré, ARENA, um dos fundadores da UDN), Luís Mendes Prates, Júlio Cerqueira César, Italívio Coelho, Helmut L. Schoenberg, Dep. Wilson Martins, Dep. Luis Gonzaga Del Nero, Enrico Nardi, Raul Passarelli, Hans Anspach e o Gilberto de Andrade Faria.

É interessante observar que nessa lista havia pessoas muito influentes, tanto do mundo político, quanto empresarial. Luis Mendes Prates (que é sobrinho-neto de Francisco Mendes Gonçalves, poderoso português que foi sócio de Tomáz Laranjeira nos empreendimentos envolvendo a Companhia Mate Laranjeira), era na época diretor-presidente da empresa Murtinho Mendes Gonçalves S/A.⁷⁸ Júlio Cerqueira César, pelo que se deduz, fazia parte do quadro do governo de São Paulo na condição de engenheiro.⁷⁹ Italívio Coelho estava ligado ao Banco Financeiro de Mato Grosso. Schoenberg era o presidente da “Lady Modas S. A. Indústria e Comércio”, empresa na qual Fausto M. G. V. de Campos era um dos maiores acionistas.⁸⁰ Os deputados Wilson Barbosa Martins e Luis Gonzaga Del Nero eram originários da UDN, mas, em razão da extinção do pluripartidarismo, o primeiro ficou no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), enquanto o segundo seguiu o governador Fernando Corrêa da Costa e foi para a ARENA. Enrico Nardi, por sua vez, era diretor da Ambrosiana Cia. Gráfica e Editorial,⁸¹ que muito provavelmente foi responsável pela

⁷⁷Sobre a CIBPU, ver GARDIN, Cleonice, *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

⁷⁸ Ata da reunião da diretoria da empresa Murtinho Mendes Gonçalves S/A Indústria e Comércio publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXVIII, nº 145, sábado, 3 de agosto de 1968.

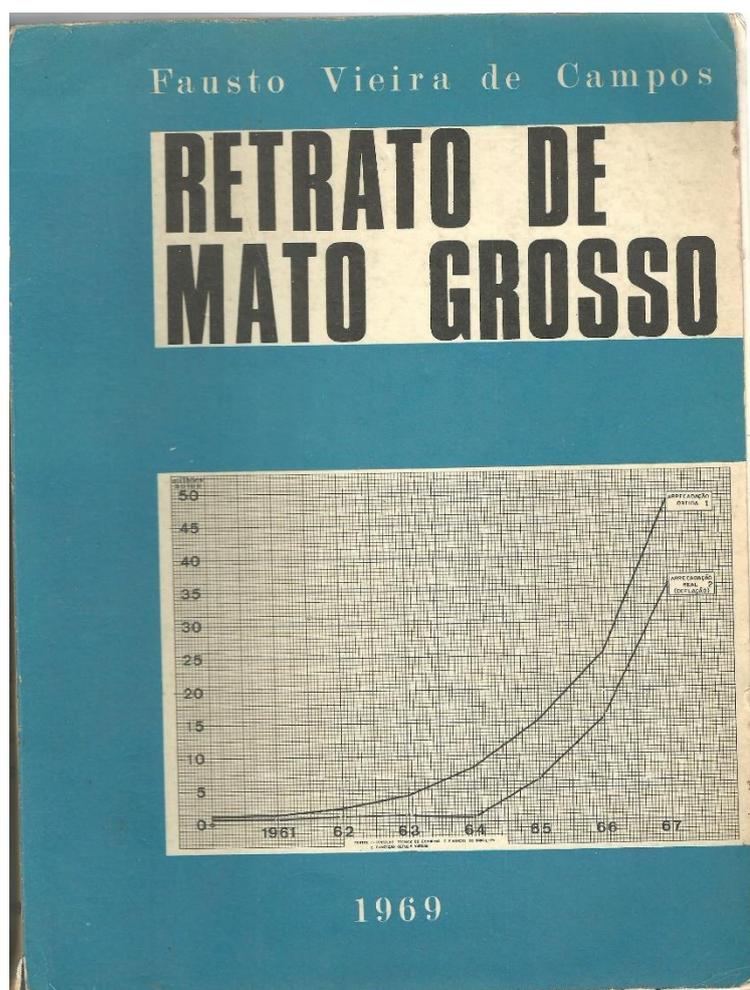
⁷⁹ “FUMEST retoma obras de interesse turístico que estavam paralisadas”. Reportagem publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXIX, nº 94, quarta-feira, 9 de abril de 1969, p. 66.

⁸⁰ Ata da assembleia geral extraordinária realizada em 26 de dezembro de 1964, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXV, nº 67, sábado, 10 de abril de 1965, p. 109

⁸¹ Ata da assembleia geral extraordinária realizada em 30 de maio de 1970, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXX, nº 190, sexta-feira, 9 de outubro de 1970.

impressão do livro. Raul Passarelli era um dos diretores do Banco Brasileiro de Descontos S/A,⁸² enquanto Hans Anspach era o genro de Fausto Vieira de Campos. Por fim, outra poderosa figura, Gilberto de Andrade Faria, Deputado e fundador do Banco Lavoura de Minas Gerais.⁸³

Figura 4. Terceira edição de *Retrato de Mato Grosso*, Brasil-Oeste Editôra, 1969



No que tange à sua materialidade, é possível dizer que houve alterações razoáveis na forma, mas também no conteúdo. O livro diminuiu em número de páginas em relação à segunda edição, totalizando a quantidade de 222, mas aumentou consideravelmente seu tamanho físico, medindo 28x21cm, aproximando-o às medidas de uma revista, por exemplo. Sua capa igualmente mostrou-se diferente das outras, pois pela primeira vez não foi apresentado um mapa de Mato Grosso. Ao invés disso, foi exposto um quadro (que também

⁸² Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXIX, nº 12, sexta-feira, 17 de janeiro de 1969.

⁸³ Diário do Senado Federal, quarta-feira, 15 de outubro de 2008.

se fez presente no interior do livro e que continha informações a respeito da arrecadação financeira do estado, tal como é mostrado na figura 4).

Além disso, nas primeiras páginas após o prefácio da obra, há a publicação de dois ofícios enviados pelos governadores de Mato Grosso e São Paulo, nos quais agradeciam o convite feito pela “Brasil-Oeste Editôra Ltda” para o lançamento da terceira edição da obra. Pedro Pedrossian, por exemplo, governador mato-grossense pela ARENA, ressaltava que

O Retrato de Mato Grosso é obra cuja importância para o nosso Estado está definida no fato de vir servindo aos vários governos estaduais como fonte de consulta para o planejamento da ação administrativa.

Certo do êxito que a 3ª. Edição de uma obra já consagrada virá obter, felicito antecipadamente ao autor, fazendo votos pela continuidade de sua brilhante carreira de intelectual e escritor.⁸⁴

Já o ofício enviado pelo governador paulista Abreu Sodré foi mais sucinto e protocolar, não deixando de indicar, claro, os elogios ao estado mato-grossense.

*Recebi seu livro, *Retrato de Mato Grosso*, com interessantes observações sobre a economia do *grande Estado* do Oeste brasileiro.*

Agradeço a atenção e espero que, tão útil obra, venha difundir por todo o Brasil a grandeza de Mato Grosso.⁸⁵

Nessa edição do livro, em relação a documentos dessa natureza, apenas esses dois foram publicados, mas outras elogiosas referências foram feitas na época e enviadas para seu autor, tais como o telegrama emitido em 1971 pelo então ditador Emílio Garrastazu Médici e também pela famosa “Encyclopedia Britannica do Brazil”.⁸⁶ Tais informações não devem ser menosprezadas, uma vez que eram efetivamente utilizadas pelo seu autor e, por consequência, pela “Brasil-Oeste Editôra” em sua tentativa de transformar aquela obra em algo que “transcendia” a “concepção” de obra jornalística, tal como já havia ocorrido com a revista em diversas ocasiões (quando se buscava apresentá-la como um periódico que se situava além de sua proposta editorial agrônômica).

Deste modo, tenho a sensação de que Fausto Vieira de Campos efetivamente sentia-se como um tipo de “porta-voz” do estado mato-grossense, desde o início. Isso me faz lembrar daquilo que Pierre Bourdieu entende como “voz autorizada”. Diz o sociólogo francês:

⁸⁴ Ofício enviado pelo Governador de Mato Grosso em 08 de novembro de 1968 e publicado em *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 12.

⁸⁵ Ofício enviado pelo Governador de São Paulo em 18 de janeiro de 1969 e publicado em *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 13.

⁸⁶ Documentação do acervo da família Campos.

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.⁸⁷

Portanto, as notas de elogios – ainda que sucintas – feitas a *Retrato de Mato Grosso* pelos governadores Pedro Pedrossian e Abreu Sodré, dentre outros, indicariam ao leitor o “capital” adquirido pelo seu autor. Em outras palavras, usava-se esses discursos oficiais para evidenciar o papel de “procurador” exercido por Campos e intermédio de seu projeto editorial, sobretudo no que diz respeito à luta pelo “progresso” e desenvolvimento econômico mato-grossense, que remontava aos 1950.

A impressão que o conteúdo nos dá indica que as pessoas que foram lembradas no prefácio da segunda edição eram mais próximas de Fausto e houve de certo modo um afastamento da paixão política. Já em relação à terceira edição, houve uma intensificação do distanciamento das querelas pertinentes ao mundo político, inclusive no corpo do texto. A título de exemplo, quando o autor retoma as questões de colonização de terras, não fez críticas ao antigo PSD, e tampouco tece elogios ao empreendimento colonizador do governo Fernando Corrêa da Costa. Do mesmo modo, não mencionou o Parque Indígena do Xingu (que já havia sido demarcado em 1961).

Um exemplo sobre tal questão pode ser retirado, mais uma vez, da lista de pessoas que foram objeto de agradecimentos na terceira edição de *Retrato de Mato Grosso*. Trata-se da presença de Pedro Valle. Esse jornalista é conhecido em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sobretudo em razão de um livro de sua autoria intitulado “A criação de novos estados: verdade e mito”, no qual analisa a configuração territorial do Brasil, e, mais especificamente, do livro “A divisão de Mato Grosso” (um dos primeiros trabalhos a debater sobre a questão). Além disso, publicou “O manifesto dos médicos e a divisão de Mato-Grosso”, uma monografia editada em 1999, na qual busca compreender o que foi aquele movimento do ano de 1963, citando inúmeras vezes Fausto Vieira de Campos. Valle também teve participação na criação da “Revista Matto-Grosso”, produzida na segunda gestão de Fernando Corrêa da Costa (1961-1966) e que teve circulação muito restrita em meio aos gabinetes de municípios do estado, tendo sido impressa pelo “Serviço de Relações Públicas” de Mato Grosso e chefiada por Valle, isto é, tratava-se de uma publicação oficial.

⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 89

Pedro Valle, na obra “O manifesto dos médicos e a divisão de Mato-Grosso” (1999), fez duras críticas a Fausto Vieira de Campos; no entanto, anos antes, se não bastasse a sua colaboração na última edição de *Retrato de Mato Grosso*, o jornalista havia representado Campos em ocasião na qual este foi finalmente condecorado com o título de “cidadão matogrossense”, em 1971, que era fruto de um projeto de lei (n. 386/61) apresentado à Assembleia Legislativa de Mato Grosso e que estranhamente demorou dez anos para ser aprovado. Tal proposta, de autoria do deputado Edison Brito Garcia, subscrita por Lourival Fontes e Alberto Monteiro (todos da UDN), dizia o seguinte em sua justificativa:

FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS é um dos grandes estudiosos de nosso Estado. Ama-o como se fora o seu próprio. Trabalha por ele, com desinteresse, um serviço altamente patriótico de divulgação de suas coisas e de sua gente. Propaga-se as suas possibilidades econômicas. Retratou-o com carinho verdadeiramente filial, através do seu *Retrato de Mato Grosso*, já em 2ª edição. Justifica-se, portanto, que esta Assembléia preste a esse ilustre cidadão a sua homenagem, concedendo-lhe, de direito, o que ele já tem de fato: o título de “cidadão matogrossense”.
Sala das Sessões, em setembro de 1961⁸⁸

Contudo, somente em 1971 é que a homenagem foi consumada. Em carta enviada por Pedro Valle a Fausto M. G. V. de Campos, havia a seguinte informação:

Cuiabá, 28 de maio de 1971.
Venho comunicar-lhe que, com muita honra para mim, em singela solenidade, ontem à tarde, no Gabinete do Deputado Nelson Ramos, Presidente da Assembléia Legislativa, recebi o Título de Cidadão Mato-Grossense conferido ao seu velho pai, por unanimidade de votos, por iniciativa do então deputado Edison Brito Garcia. Além da presença do líder da maioria, deputado Nunes Rocha, outros deputados e pessoas gradadas, lá estavam também o Deputado Lins que, traduzindo o pensamento da Casa, teceu elogiosas referências à obra e à vida do seu pai, entregando-me o pergaminho. Na oportunidade, falei retribuindo e agradecendo, ressaltando que, entre outros, aquele Título era um dos mais justos conferidos pelo Poder Legislativo de Mato Grosso. Seguem o pergaminho e jornais que publicaram a notícia, devendo ainda acrescentar que a TV Centro América deu destaque ao assunto, antes, durante e depois da solenidade.⁸⁹

É importante dizer que os deputados Nelson Ramos e Nunes Rocha (além de Edison Brito Garcia) tinham história política construída pela UDN e estavam na ARENA, tal como Antônio Lins. Contudo, houve unanimidade em relação àquela proposta, assim como ocorreu quando a revista *Brasil-Oeste* recebeu homenagens na Câmara Municipal de Campo Grande,

⁸⁸ Ata nº 91, de 20 de setembro de 1961, fls. 4. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

⁸⁹ Carta de Pedro Valle a Fausto M. G. V. de Campos. Acervo da família Campos.

em 1960, congratulada pelos líderes dos quatro partidos de expressão da época (PSP, PSD, PTB e UDN).

Em relação a esta última homenagem, faço um pequeno parêntese, pois é importante para visualizar a reverência que era feita a Campos naquele lugar. Não citarei as declarações na íntegra, mas acho pertinente que algumas delas sejam apontadas, como, por exemplo, aquela em que o líder udenista naquela casa, Munier Bacha, ressaltava a força daquele “programa altamente benéfico para o desenvolvimento sócio-econômico de Mato Grosso, sem outra preocupação, senão a de bem servir ao povo e ao Estado”. Já o vereador do Partido Trabalhista Brasileiro, Felisberto d’Ávila, dizia que a revista conseguiu acolher, “em suas colunas, os pronunciamentos dos maiores mato-grossenses”, enquanto que, da parte da coligação PSP-PSD, discursou o vereador Cícero de Castro Faria destacando que Campos estava “empenhado, há quase dois lustros, numa campanha patriótica em favor de Mato Grosso” e que a *Brasil-Oeste* contribuía para “um melhor conhecimento das possibilidades econômicas de Mato Grosso, em todo o País e no mundo.”⁹⁰

Dito isto, ainda em relação aos anúncios contidos no interior da terceira edição de *Retrato de Mato Grosso*, boa parte deles já foi mencionada há pouco, mas para que fique melhor ilustrado, apresento a seguir uma tabela com todos os anunciantes. Ao total foram dez:

Quadro 8

Quadro de anunciantes na terceira edição (1969) do livro “Retrato de Mato Grosso”

Anunciante	Área de atuação
Cia T. Janér Poços Artesianos	Perfuração de poços artesianos
Cimento Itaú de Corumbá S.A.	Fábrica de cimento
Banco Português do Brasil S.A.	Finanças
Banco do Estado de Mato Grosso S.A.	Finanças
Pfizer Agropecuário	Produtos agropecuários
General Motors GM	Indústria automobilística
Banco Financeiro de Mato Grosso S.A.	Finanças
Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A.	Finanças
Banco Brasileiro de Descontos S.A.	Finanças
Estado de Mato Grosso	---

Primeiramente, há uma diferença entre a edição de 1960 e a de 1969 no que diz respeito à distribuição da publicidade no interior da obra, pois, nesta última, as propagandas não ficaram todas agrupadas logo após a parte textual do livro, mas em meio ao conteúdo (tal

⁹⁰ Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 49, junho de 1960, São Paulo (SP), p. 63.

como numa revista). Outro aspecto que merece atenção se assenta no perfil dos anunciantes, que, na derradeira edição, eram predominantemente do setor financeiro, diferentemente da versão de 1960, na qual tal segmento não obteve tamanho destaque. A este respeito, é importante citar um relato feito por Fausto M. G. V. de Campos:

Devido à sua reconhecida importância, a 3ª edição de **Retrato de Mato Grosso**, publicada em 1969, foi parcialmente adquirida por 5 bancos [...] e distribuída às principais bibliotecas do país e do exterior, assim como às Embaixadas, Consulados e Escritórios Comerciais do Brasil, com resultados surpreendentes, inclusive acelerando o *rush* para o Estado de Mato Grosso.⁹¹

Este depoimento é bastante interessante porque indica, de certo modo, que a última edição de *Retrato de Mato Grosso* foi adquirida por instituições financeiras, que colaboraram efetivamente para sua publicação e distribuição. Na segunda página do livro há especial menção aos cinco bancos, com destaque para o “Banco Financeiro de Mato Grosso S/A”:

Agradecemos a cooperação decisiva do BANCO FINANCIAL DE MATO GROSSO S/A, assim como as atenções com que fomos distinguidos, pelo[s] BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS S/A, BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A, BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A e BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL S/A.⁹²

Outro aspecto a ser ressaltado a partir do relato de Fausto M. G. V. de Campos diz respeito ao “*rush*” para Mato Grosso, que, segundo o que podemos ler nas entrelinhas do seu depoimento, teria sido indiretamente influenciado pela publicação de *Retrato de Mato Grosso*. Nesse sentido, é válido mencionar que entre os anos de 1940 e 1950 houve um crescente demográfico em terras mato-grossenses que, segundo informações retiradas dos “Estudos de desenvolvimento regional da Capes”, alcançava taxas de 2,2% ao ano. É importante ressaltar, no entanto, que nesse período Mato Grosso ainda sofria com sua baixa densidade demográfica, tendo aumentado sua população em apenas 21%, ficando bem abaixo da média nacional e das unidades federativas correspondentes à Bacia Paraná-Uruguaí.⁹³

Um aumento significativo só ocorreu no entre os anos de 1950 e 1960, conforme podemos conferir em informações retiradas de um estudo elaborado pela CIBPU:

⁹¹ Informações retiradas de um texto escrito por Fausto M. G. de Campos e que faz parte do acervo particular da família Campos.

⁹² CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: Brasil-Oeste Editôra, 1969. Palavras em caixa alta no original.

⁹³ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958.

No decênio 1940/50, experimentou um incremento demográfico pouco significativo (21%) [...] Sòmente tomou impulso na última década [na ocasião, 1950/60], quando se destaca dos demais Estados da Bacia, com uma taxa geométrica de crescimento anual de 5,8%, que é quase o dôbro da nacional (3,1%), ultrapassada sòmente pelo Estado do Paraná. Êste fluxo humano intensificou-se principalmente a partir da extensão dos trilhos da NOB até Ponta Porã e Corumbá, que interligou essas áreas ao Estado de São Paulo. Outro fator que influenciou foi [sic] as vendas de terras devolutas do Estado naquela região.⁹⁴

Nota-se que um dos fatores mencionados como cruciais no incremento da população de Mato Grosso tem relação com as políticas de incentivo à colonização por meio das vendas de terras devolutas – causadora de uma série de polêmicas – que teve forte apoio de Fausto Vieira de Campos (tanto por intermédio de *Retrato de Mato Grosso*, quanto da *Brasil-Oeste*), sobretudo no período correspondente ao primeiro governo de Fernando Corrêa da Costa (1951-1956).

Não quero afirmar, evidentemente, que o empreendimento editorial de Campos foi o responsável pelo aumento populacional de ocupação não-indígena em Mato Grosso, contudo, é forçoso admitir que seu projeto estava em consonância com aquilo que se propunha para o desenvolvimento mato-grossense e, de certo modo, contribuiu efetivamente para fomentar ao menos a ideia de “colonização” em terras mato-grossenses.⁹⁵

Ainda no que diz respeito aos anúncios veiculados na terceira edição, tal como ocorrera na anterior, os discursos das propagandas também estavam em consonância com sua obra e assim foi o caso do “Cimento Itaú de Corumbá”, sob o *slogan* “As estruturas do progresso são construídas com a nossa matéria prima”; ou então o “Banco Português do Brasil”, que elogiava solenemente o trabalho de Fausto Vieira de Campos e afirmava: “Estamos presentes nesta obra que tanto tem contribuído para o progresso de Mato Grosso. Nosso objetivo é o mesmo.”⁹⁶

⁹⁴ MORTADA, Nelson. *Plano de industrialização regional*. Alguns aspectos da economia do Estado de Mato Grosso e seleção de polos de desenvolvimento. Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, Departamento de Planejamento Econômico e Social, 1964, p. 31.

⁹⁵ Convém lembrar, inclusive, que as informações contidas nos estudos efetuados pela CIBPU indicam que mesmo o referido “incremento populacional” merece ser relativizado, pois se por um lado houve aumento na casa de 74,4% no decênio 1950/60, em termos de densidade demográfica, Mato Grosso continuava em números relativos com uma das mais baixas do país, pois segundo a publicação, para alcançar o patamar nacional em 1960 (8,4 habitantes/km²), precisaria atingir uma população de mais de 10 milhões de habitantes, o que levaria várias dezenas de anos. MORTADA, Nelson. *Plano de industrialização regional*. Alguns aspectos da economia do Estado de Mato Grosso e seleção de polos de desenvolvimento, 1964, p. 31. Analisarei mais detidamente esta questão no quarto capítulo.

⁹⁶ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969.

Além das anunciantes do segmento privado, como vimos no quadro anterior, havia um do governo mato-grossense, que tinha como principal objetivo atrair o empresariado para que investisse capital naquela região. Enfatizavam-se as excelentes condições para que fossem feitos investimentos em terras mato-grossenses, encaminhando o leitor para os escritórios do “Departamento de Relações Públicas do Govêrno do Estado de Mato Grosso” em Cuiabá, São Paulo e Rio de Janeiro, sob o seguinte chamado: “Mato Grosso oferece excelentes condições para o seu investimento. Seja também um dos privilegiados, aproveitando as oportunidades do *Estado do progresso*.”

A palavra “progresso” apareceu em todos os anúncios citados. O que fica nítido é que, apesar de ter havido algumas diferenças entre as três edições de *Retrato de Mato Grosso*, a tônica permaneceu a mesma, isto é, havia toda uma construção discursiva (imagética e textual) que pretendia mostrar que os propósitos da obra extrapolavam seu aspecto meramente informativo, uma vez que, segundo seu idealizador e aqueles que o rodeavam, tratava-se de um “projeto de desenvolvimento”.

Portanto, insisto que *Retrato de Mato Grosso* não pode ser encarado como apenas uma obra técnica, mas, tal como a *Brasil-Oeste*, era – também –, um convite feito para potenciais investidores e um construtor de uma novo visucal para Mato Grosso, com uma roupagem que trazia os tecidos do progresso e desenvolvimento. Nesse sentido, acredito que a publicidade contida nas duas últimas edições da obra, por exemplo, estava ligada a essa proposta maior, ou seja, tanto o livro quanto a revista necessariamente precisam ser situados dentro de um grande projeto de desenvolvimento capitalista para Mato Grosso e as empresas patrocinadoras tinham ciência disso. Quero dizer, anúncios em livros não eram muito comuns, mas neste caso justificavam-se plenamente, pois essa era uma publicação que tinha objetivos que extrapolavam questões meramente editoriais.

Como vimos, a imagem que Fausto foi construindo ao longo do tempo em Mato Grosso o credenciou a um *status* que talvez nem mesmo ele imaginaria que fosse possível, isto é, à condição de “bandeirante” do jornalismo, que atuava de forma “independente” de filiação partidária e por uma causa nobre: seu amor por Mato Grosso.

Ainda que nos seus primeiros anos em Mato Grosso tenha havido forte alinhamento junto às políticas públicas do governo udenista de Fernando Corrêa da Costa, o que ocorreu no decorrer das duas décadas em que atuou na região foi que, depois de certo tempo, seu empreendimento editorial conseguiu adquirir *status* e prestígio junto aos leitores e grupos dirigentes de várias agremiações, justamente por levar um discurso que militava pelo

desenvolvimento daquele estado que, afinal de contas, agradava a todos. Além disso, levando-se em conta que as terras mato-grossenses eram “naturalmente” associadas aos negócios agropecuários, o fato de aquela publicação ser, em “essência”, uma revista agronômica, foi muito importante porque seu público era de leitores (investidores) em potencial e Campos soube aproveitar enormemente aquela situação.

CAPÍTULO 3

ESTIGMAS E PROPOSIÇÕES: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES SOBRE MATO GROSSO

3.1. Introdução

Nos capítulos anteriores, apresentei as características do jornalismo da época, que buscava uma maior profissionalização e modernização. Da mesma maneira, situei o mercado do periodismo agrônômico no Brasil. Também pude mostrar o quanto a imprensa mato-grossense era deficitária em relação a outros espaços do país, essencialmente no que diz respeito à produção revisteira e o modo como o projeto *Brasil-Oeste* veio contribuir naquele espaço.

No início dos anos 1950, Fausto Vieira de Campos já era um experiente jornalista quando foi para Mato Grosso e construiu uma fecunda rede de relações sociais, como mostrei no segundo capítulo. De alguma maneira, é possível dizer que o jornalista foi contemplado pelo momento histórico em que vivia aquela região no que diz respeito à situação da imprensa local, trazendo consigo todo um discurso de jornalismo moderno, imparcial e que trabalhava em “prol do desenvolvimento” (mato-grossense). Além disso, é evidente que ele teve astúcia suficiente para se alinhar às poderosas figuras da região, capitalizando seu projeto editorial muito rapidamente junto a segmentos das elites locais.

Dito isto, penso que o essencial a ser evidenciado a partir de agora se assenta na ideia, concebida na época, de mostrar ou projetar um Mato Grosso “melhor” que aquele que então estava disposto, isto é, tingir as cores do desenvolvimento em seu mapa, que necessitava dar um passo à frente, rumo ao progresso socioeconômico. O fato é que havia um discurso central nas páginas da *Brasil-Oeste* e do *Retrato de Mato Grosso*, que girava em torno da seguinte questão: era preciso tirar Mato Grosso da periferia do Brasil e elencá-lo à condição

que merecia, isto é, ao protagonismo econômico ao lado de São Paulo e outros estados do país.

Portanto, neste capítulo pretendo mostrar algumas das inquietações que envolveram a história de Mato Grosso, no que diz respeito ao incômodo que resultava das representações feitas a seu respeito e algumas proposições para que esse quadro fosse alterado. Para isso, faço uso da bibliografia especializada, além de alguns textos (utilizados como fontes) que debateram tal questão. Encontraremos nessas publicações uma busca incessante por borrar a antiga “pintura” que se fazia da região, a fim de trabalhar em um novo retrato, com o objetivo de atrair investimentos efetivos de capitais e, ao mesmo tempo, recuperar ou buscar em suas “origens” aspectos que pudessem somar às cores daquela tela. Num segundo momento, mostrarei algumas semelhanças discursivas entre a *Brasil-Oeste* e outras publicações mato-grossenses em relação a tais inquietações.

3.2. Mato Grosso: representações que estigmatizam

Inicialmente, irei recorrer a uma obra publicada em 1939, escrita pelo viajante Flavio Rezende Rubim, intitulada “Reservas de Brasilidade”, para que eu possa mostrar algumas representações e imagens compreendidas por ele a respeito das terras mato-grossenses. Nesse relato de viagem, o autor procurou descrever suas percepções sobre duas das regiões consideradas mais distantes do centro do país¹, naquele caso, os estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso.

Mais uma vez, o título da obra me remete aos estudos de Roger Chartier a respeito de suas pesquisas a respeito da produção livresca e história da leitura, no que tange aos protocolos de leitura. *Reservas de Brasilidade* expõe isso muito nitidamente, pois não apenas imprime ou sintetiza aquilo que o autor propõe explorar em suas páginas, mas traduz uma série de representações a respeito daqueles espaços do “interior” do Brasil. Nas palavras do historiador francês,

¹ Como ressalta Pierre Bourdieu, em boa parte das vezes a ideia de “centro” diz respeito a inúmeras variáveis que extrapolam a posição geográfica. Nesse caso, o litoral seria a parte central do país, e demais regiões seriam a periferia. Em suas palavras, tornando-se aquilo que ele chama de “espaços estigmatizados”, marcados essencialmente “pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao ‘centro’, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra”. BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 126.

[...] podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido.²

As “reservas de brasilidade” correspondem às visões gerais (mas profundamente enraizadas) de Rubim naquilo que diz respeito às regiões anteriormente citadas, que pretende, a partir do título, indicar um caminho ao leitor, que antes mesmo de se enveredar pela leitura de suas páginas, já tem uma “representação” daquela realidade traduzida. Em seu preâmbulo, há um discurso bastante comum entre aqueles intelectuais que buscavam apagar, de certo modo, as imagens e os retratos mal pincelados sobre Mato Grosso. Isso pode ser percebido a partir do seguinte fragmento:

Fazer um livro de viagens já é coisa corriqueira [...] cada observador focaliza aquilo que o seu sensorio mais absorveu. *Sobre o Amazonas*, então, a biblioteca já é numerosa: há bons e maos trabalhos. O que admira, entretanto, é a phantasia desmedida, *sempre para peor*, de alguns e a coragem de idéas apriorísticas. Para muitos o Amazonas é um inferno e Matto-Grosso o *paraizo do crime*; para nós são parcellas da grande patria, *dignas de estudo* e carinho, por *guardarem zelosamente muita reserva de brasilidade*.³

Nota-se que o autor se posiciona contrário àqueles que só enxergavam o que havia de “pior” na região amazônica, considerada, para muitos, um “inferno”. No que diz respeito ao Mato Grosso, as representações que se faziam daquele espaço estavam, pelos indícios apresentados no texto de Rubim, ligadas especialmente à violência, sendo aquele lugar visto como o “paraíso do crime”. Mais do que isso, dizia ele:

Quem, das bandas de S. Paulo, pretender abordar pela primeira vez Matto-Grosso, recebe de chofre, na conversa dos desanimados, uma ducha de agua fria. Para esses o *grande Estado central* é o Far-West brasileiro, onde a *força é lei* e o homem um *egresso, fugido das prisões e dos castigos*. Para um tal Estado de coisas concorre a ignorância dos que vivem no litoral, sem se aperceberem dos inauditos esforços empregados pelo *homem do interior* para *integrar-se* ao ritmo da civilização nacional.⁴

Sobre esse aspecto, da barbárie (ligada à violência), os estudos de Galetti e Zorzato mostraram como esse estigma vivido pela sociedade mato-grossense incomodava as elites

² CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____ (Org.) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 95.

³ RUBIM, Flavio Rezende. *Reservas de Brasilidade*. São Paulo: Ed. Ilustrada, 1939, p. 14. Os grifos são meus.

⁴ *Idem*, p. 119. Os grifos são meus.

daquela região. Ainda em relação ao texto de Rubim, o autor tocava em algo que me parece bastante significativo: os “esforços empregados pelo homem do interior”, isto é, sua luta para “integrar-se” à civilização. Quer dizer, apesar de indicar que ali havia a “verdadeira brasilidade”, ele não deixava de ter como referência maior a “civilização” encontrada em outras regiões como parâmetro de civilidade.

Essa parece ter sido a maior preocupação dos grupos dirigentes mato-grossenses a partir da segunda metade do século XIX, isto é, integrar-se à “civilização” situada no horizonte que apontava para o Sudeste do país. Para entendermos melhor essa questão, busco nas análises de Galetti um ponto de apoio, uma vez que a autora fez importante contribuição no que concerne às questões relacionadas às representações de Mato Grosso criadas a partir de informações de escritores, viajantes e pesquisadores que eram de fora da região (estrangeiros e brasileiros de outras regiões), mas também as imagens construídas pelos próprios mato-grossenses sobre seu lugar e a tentativa de (re)construir sua identidade. Nesse sentido, acho necessário fazer um brevíssimo resumo das ideias centrais analisadas pela autora, isto é, sintetizar basicamente as visões de estrangeiros, brasileiros não-mato-grossenses, e mato-grossenses.

Galetti indica que estrangeiros, brasileiros (de outras regiões) e mesmo os mato-grossenses enxergavam, no final do século XIX e início do século XX, Mato Grosso sob concepções ocidentais de progresso e civilização. De modo muito resumido, isso significa dizer que na visão dos estrangeiros, por exemplo, a região em apreço era entendida como um lugar “próximo da barbárie”; ainda que “abundante em recursos naturais, seu imenso território encontrava-se quase *vazio*, dominado por indígenas e por uma população mestiça, indolente e sem espírito empreendedor, razão pela qual seu progresso só seria possível com a introdução de imigrantes e capitais europeus”.⁵

Em relação aos brasileiros não mato-grossenses, Galetti ressalta que havia uma ambiguidade de valores, pois ao mesmo tempo em que desvalorizavam Mato Grosso “em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam do mundo e do Brasil civilizado”, estimavam o “*sertão* e a *fronteira* da pátria, noções fundamentais para a própria ideia de nacionalidade brasileira no período em foco”. O sertão, porque era percebido como o *locus* da verdadeira identidade cultural nacional, e a fronteira por demarcar o espaço em relação ao estrangeiro.⁶

⁵ GALETTI, Lylia S. G. *Op. Cit.*, 2012 p. 33. Os grifos são da autora.

⁶ *Id.*, *Ibid.*

No caso das representações emitidas pelos próprios mato-grossenses, esses manifestavam “o mal-estar [...] em face de uma identidade cultural estigmatizada pela barbárie”⁷ e tentavam reconstruir essa identidade, investindo em uma construção histórica que invertesse os valores que lhes eram atribuídos.

Analisando o discurso que “situava” Mato Grosso no “fim do mundo”, ou nos “confins da civilização”, baseando-se em relatos de um viajante italiano chamado Bartolomé Bossi, Galetti indaga: “em relação a quê Mato Grosso estava distante?” A resposta encontrada pela autora pode ser conferida a seguir:

Situar-se muito longe significava, então, algo mais que contabilizar léguas e dias e “perto” dizia respeito a uma representação espacial que designava a proximidade com a cidade, seus signos de civilização e, sobretudo, com o maior mito do ideário liberal: o mercado. Para os padrões dessa época, vapor, telégrafo e trens, “perto” era qualquer lugar que permitisse o fluxo ininterrupto e num tempo relativamente curto, de mercadorias, pessoas e informações.⁸

A “barbárie” e o “estar longe” daquilo que era considerado como desenvolvido, isto é, distante da comunicação ligeira, acumulação de bens e crescimento econômico, eram as características gerais nas quais inseria-se Mato Grosso (e o extremo oeste/norte como um todo). Portanto, segundo Galetti, o viajante (sujeito que trazia consigo o olhar da porção “civilizada” do ocidente, no caso aqui citado), tratava-se de um estrangeiro que, ao passar por aquelas “regiões *obscuras e desertas*”, “a bordo de um navio a vapor, indefectível sinal dos tempos modernos, tornava ainda mais aguda a percepção das distâncias que as separavam do seu mundo *civilizado*”. Portanto, “*longe* é noção que encerra múltiplos significados, demarcando distâncias em um mapa que é, antes de tudo, cultural”.⁹

É bastante ilustrativa a discussão em relação à ideia de “sertão” por parte da autora. Sem me preocupar em fazer todo o percurso etimológico da palavra, já detalhadamente abordado por Galetti, penso que o essencial para a discussão sobre Mato Grosso e sua associação ao “sertão” reside na ideia de “sítio oposto e distante de quem está falando”, isto é, a representação de algo visto como deserto, tal como elaborado por Le Goff e citado pela autora. Havia, evidentemente, uma mescla de sentimentos, pois se aquela região carregava a

⁷ GALETTI, Lylia S. G. *Op. Cit.*, 2012, p. 34.

⁸ *Idem*, p. 101.

⁹ *Idem*, p. 102. Os grifos são meus.

pecha de ser “vazia de sociabilidade”, igualmente era vista como “espaço de liberdade”.¹⁰

Segundo Janaína Amado,

[...] “sertão” foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados –, acrescentando-lhe outros [...]. Para o colonizador, “sertão” constituiu o espaço do outro [...] Que outro, porém, senão o próprio eu invertido, deformado, estilhaçado?¹¹

No entanto, seu significado poderia variar a depender de seu interlocutor, além das particularidades do contexto histórico. Na intenção de mostrar a ambiguidade do conceito e fazendo referência aos bandeirantes, Amado nos mostra que para estes, “o *sertão* eram os atuais Minas, Mato Grosso e Goiás, interiores perigosos, mas dourados, fontes de mortandade e riquezas”. Desse modo, “sertão” “pôde ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos”.¹²

Denise Maldí, ao analisar as representações europeias sobre a territorialidade e a fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX (na região amazônica do Guaporé), traz uma informação muito importante para a questão em tela ao informar que, em meio à polissemia da concepção de “sertão”, uma em especial merece ser assinalada, qual seja, aquela que o relacionava à *ideia* de “mato”. Nesse sentido, diz a autora que havia uma perspectiva de

um mundo selvático e selvagem imposto pela tradição, e dotando a floresta de uma “dimensão eremítica” [...] do homem “inclassificável”, vivendo num espaço em que a característica principal era a inexistência de fronteiras demarcadas, [portanto, os portugueses] foram incapazes de formular qualquer identificação territorial nativa diante do espaço misterioso que ficou sendo chamado “sertão” ou, *mais remotamente*, “mato”.¹³

Essa concepção de sertão “mais remotamente” relacionada ao “mato” torna-se bastante propícia para esta discussão quando levamos em consideração o próprio nome de Mato Grosso. Tal denominação, segundo um texto escrito em 1780 por José Gonçalves Fonseca (mas publicado somente em 1886), surgiu a partir de uma incursão, relatada por ele e citada a seguir. Vejamos:

¹⁰ GALETTI, Lylia S. G. *Op. Cit.*, 2012, p. 49.

¹¹ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*, v. 8, n. 15. Rio de Janeiro, 1995, p. 148-149.

¹² *Idem*, p. 149. Os grifos são meus.

¹³ MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, v.40, n. 2, São Paulo, 1997, p. 191. Os grifos são meus.

No anno de 1736 sahindo uma tropa de gente da villa do Cuyabá a explorar as campanhas dos gentios, chamados paracizes (parecis), cuja nação já a este tempo se achava extincta, e habitava as dilatadas planicis ao norte da grande Chapada: e achando a referida tropa todo aquelle continente destituído de tudo, o que pode se fazer interesse às suas diligencias, se determinaram atravessar a cordilheira das Geraes de oriente para poente: e como estas montanhas são escalvadas, logo que baixaram á planície da parte oposta aos campos dos Paracizes (que só têm algumas ilhas de arbustos agrestes), toparam com *matos virgens de arvoredos muito elevado e corpulento*, que entrando a penetral-o, *o foram appellidando Mato-Grosso*: e este é o nome, que ainda hoje conserva todo aquelle districto.¹⁴

É bastante significativo que a região onde fica Mato Grosso era encarada como um dos “(de)sertões” da América Portuguesa e, curiosamente, o próprio nome do estado acaba por indicar importante aspecto da concepção que se tinha daquele lugar. Esse fato por si só já carrega consigo um caráter de “curiosidades” sobre a história mato-grossense; no entanto, o fato é que essa denominação gerou uma série de controvérsias históricas, tendo sido debatido, inclusive, no interior da própria revista *Brasil-Oeste*, tal como mostrarei a seguir.

Para ser mais preciso, remeto-me ao ano de 1963, na ocasião da publicação de um dos artigos mais emblemáticos escritos para a revista *Brasil-Oeste* no que tange à questão envolvendo a busca por uma identidade para aquela região que fugisse de seus assombros. Sob a pena de um conhecido publicitário chamado Roberto Dualibi, o texto já começava, pelo seu título, de forma impactante. O autor teve a perspicaz ideia de refutar as duas palavras correspondentes ao nome do estado, tanto o substantivo, quanto o adjetivo e assim o nomeou: “Nem *Mato*, Nem *Grosso*”.¹⁵

Na época, discutia-se uma eventual mudança de nome para o Mato Grosso.¹⁶ Inicialmente, Dualibi estava convencido de que com a criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), que estava em gestação, aquele estado teria tudo para transformar-se “num grande entreposto para que a indústria e comércio do litoral atingissem o centro da América do Sul e o Pacífico”, mas não somente um entreposto, pois Mato Grosso poderia desenvolver-se e atuar como um dos protagonistas da ALALC. Nesse sentido, o que

¹⁴ FONSECA, José Gonçalves. Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de umas e outras minas. *Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, tomo XXIX. Rio de Janeiro: B.L. Garnier – Livreiro-editor, 1866. p. 353-354

¹⁵ *Revista Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 86, outubro de 1963, São Paulo (SP), p. 28. Os grifos são meus.

¹⁶ Mesmo em tempos mais recentes, especialmente no atual Mato Grosso do Sul, a mudança do nome do estado é ventilada pela sua classe política. Provavelmente a última grande movimentação ocorreu na gestão do governador Zeca do PT (1999-2006), que propôs a mudança para *estado do Pantanal*. Até recentemente (2011) foi novamente cogitada na Assembleia Legislativa de MS a proposta de um plebiscito para a escolha de uma nova nomenclatura.

parece ser importante para a presente discussão reside essencialmente naquilo que diz respeito à necessária “promoção publicitária” em favor das potencialidades mato-grossenses, e que foi apresentada naquele texto.

O autor redigiu seu artigo na mesma toada do discurso que foi recorrente na história da *Brasil-Oeste*. Passados sete anos desde sua publicação inaugural, Dualibi ecoava a ideia central daquela revista, que se assentava na concepção de que era necessário iniciar “uma vasta campanha de divulgação, utilizando os *mais modernos métodos de propaganda* cujo objetivo fôsse tornar conscientes não sòmente aquêles homens de iniciativa, mas também o Govêrno da República”¹⁷. Tendo essa concepção como a coluna estruturante de suas ideias, outra questão bastante pertinente para a discussão em curso reside em uma conversa relatada por Dualibi com o também publicitário Ivan Meira (que, na ocasião da publicação da revista, já havia falecido), que nos mostra algumas de suas preocupações. Segundo o autor, Meira havia lhe dito que “a região [Mato Grosso] poderia vir a ser uma das *mais ricas do mundo*, mas esclareceu”:

Em têrmos de propaganda, a *primeira* coisa a fazer seria mudar o nome do Estado. ‘Mato Grosso’ *lembra* coisa *selvagem*, *matagal cerrado* e *escuro*. E concluiu: “Como se não bastasse ser **mato**, ainda é **grosso**”.¹⁸

A visão de Ivan Meira era a de um publicitário, mas especialmente de um brasileiro não-mato-grossense e isso foi explorado por Dualibi (que era nascido em Campo Grande, portanto, um [sul-]mato-grossense). Este aspecto foi explorado por ele, que colocou em pauta duas questões importantes, sendo a primeira delas o fato de que ele mesmo era um “filho” de Mato Grosso e a segunda se assentava na provável visão que o “restante” dos brasileiros tinha sobre aquele estado ainda nos anos 1960, corporificada pela pessoa de Meira. Questionando-se e argumentando sobre a fala de seu amigo, dizia o autor:

Porque sou mato-grossense [...] a primeira reação que tive foi a mesma que estarão tendo, nêsse instante, os leitores nascidos *no grande Estado*. Causa-nos um certo mal-estar saber que o nome de Mato Grosso deve ser mudado. Confesso mesmo que jamais me ocorrera a possibilidade de mudar o nome de minha terra.

E completa:

¹⁷ *Revista Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 86, outubro de 1963, São Paulo (SP), p. 28. Os grifos são meus.

¹⁸ *Id., Ibid.* Os grifos em itálico são meus, palavras em negrito do original.

Mas Ivan Meira não era mato-grossense, e o seu ponto-de-vista, talvez mais objetivo, poderia ser interpretado como uma amostra daquilo que pensam de nós os paulistas, cariocas, gaúchos, fluminenses – todos os outros brasileiros, enfim.¹⁹

Um primeiro aspecto a considerar nesse caso é a atenção especial que o autor dava a algumas regiões consideradas referências dentro do território brasileiro, tais como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e a Guanabara. Ainda que sutilmente, para Dualibi, a visão das pessoas daqueles lugares era importante e evidenciava a preocupação do autor no que diz respeito ao modo como aquelas desenvolvidas regiões e seus habitantes pensavam sobre o Mato Grosso. Quero dizer, Ivan Meira não era “apenas” um publicitário, mas um paulista e sua opinião deveria ser ouvida com atenção justamente por ser do Sudeste.

De todo modo, a partir dos dois fragmentos apresentados anteriormente, é possível dizer que aquele tipo de sentimento expressado por Roberto Dualibi remetia ao “mal-estar” que os mato-grossenses sentiam desde os finais do século XIX. Nesse sentido, a impressão que fica é a de que a intelectualidade e as classes dirigentes de Mato Grosso tiveram que manter uma relação de “amor” e “ódio” com o seu próprio lugar, consigo mesmas e com os observadores de fora (brasileiros ou estrangeiros).

Como foi possível notar, o autor do texto expressava uma mistura de sentimentos quando relatava sua conversa com Meira, que encarnava a figura do *outlander*. É um misto de recusa e resignação. Como já tive a oportunidade de mencionar, nos estudos de Lylia Galetti, a autora nos mostra que os brasileiros de outras localidades enxergavam com desprezo e afeição as terras mato-grossenses, enquanto os “nativos”²⁰ da região buscavam se desfazer de algumas imagens, invertendo-as em busca de uma pintura que a retratasse mais favoravelmente. Talvez, em meio a toda essa mistura de rabiscos que expressavam bons e maus sentimentos na tela histórica mato-grossense, muitos dos próprios residentes daquele espaço contribuía para o fortalecimento daquela imagem, tal como assinalava Rezende Rubim, décadas antes, conforme apresentarei a seguir.

Rubim, dando continuidade às suas considerações sobre as injustiças cometidas contra o “gigante” estado do oeste, dizia que, além da “ignorância dos que vivem no litoral”, em outros momentos, “a má impressão vem de ouvir o próprio nativo, relatando façanhas rocambolescas e de factos contados por adventícios á procura de noticiário sensacional”.²¹ É

¹⁹ *Revista Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 86, outubro de 1963, São Paulo (SP), p. 28-29. Os grifos são meus.

²⁰ Neste caso, não se trata de nativos enquanto grupos indígenas da região, mas os não-índios que moravam em Mato Grosso e se estabeleceram por lá.

²¹ RUBIM, Rezende, *Op. Cit.*, 1939, p.119.

possível que o autor fizesse referência a algumas histórias pitorescas relacionadas a Mato Grosso, ou, como frisava Fausto Vieira de Campos, à criação de “lendas”, que aguçavam “a sanha de aventureiros”.²² Portanto, imagino que isso tenha alguma relação com questões ligadas à violência, ao banditismo, às ferrenhas brigas políticas, etc., isto é, aspectos do mundo social mato-grossense que “contribuiriam” para criar uma imagem negativa sobre aquela região. Nas palavras do escritor viajante: “Não tem sido poucas as vezes que o governo federal alli interveio, a pretexto de restabelecer a ordem, concorrendo como sempre, cada vez mais, *para a desorganização política local*”.²³

Tal fragmento me remete, inclusive, a uma carta escrita por Maria da Glória Pereira Leite, Baronesa de Villa Maria, que reclamava do atraso vivido pela região e o creditava, inclusive, ao “terrível quadro político, econômico e social vigente na província de Mato Grosso”, uma vez que retratava “a [má] qualidade moral da maior parte dos mato-grossenses que ali exerciam funções públicas”.²⁴

É claro que o texto de Rubim, de 1939, está distante temporalmente da missiva enviada pela Baronesa, datada de 1890. No entanto, há no texto do autor uma clara referência aos diversos problemas políticos que ocorreram na história de Mato Grosso, sobretudo no que diz respeito às chamadas “revoluções” que ali se desenrolaram (especialmente no período da Primeira República) e que consistiam, basicamente, em disputas armadas entre segmentos políticos contrários em busca de hegemonia. Galetti destaca, inclusive, tal aspecto. Segundo a autora,

[...] a questão da política desempenha um papel importante entre os vários aspectos que contribuíam para a péssima imagem da região. Os violentos conflitos entre os coronéis, que se sucediam desde o início do período republicano, alcançando seu ápice em 1906, com o assassinato do presidente do Estado, contribuíram para igualar na condição de bárbaros, junto aos *bugres* e *indolentes mestiços* da região, os próprios integrantes das camadas dominantes, abalando a autoimagem que eles vinham construindo de si mesmos, ancorada na certeza de representar o baluarte da civilização nos remotos sertões do Brasil.²⁵

A historiadora cita um texto de um periódico cuiabano, datado de 1914, no qual é mencionado que Mato Grosso só era notícia nas áreas desenvolvidas do país quando se tratava de anunciar as revoltas que estouravam na região. No artigo analisado por Galetti, havia um

²² CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960. Orelha de capa.

²³ RUBIM, Rezende. *Op. Cit.*, 1939, p. 119. Os grifos são meus.

²⁴ GALETTI, Lylia S. G. *Op. Cit.*, 2012, p. 287.

²⁵ *Idem*, p. 296. Os grifos são da autora.

alerta que chamava atenção para que as elites mato-grossenses assumissem que tais representações eram frutos das suas próprias ações, que ali se desenvolviam. Em poucas palavras, a “culpa” era toda deles.²⁶

Houve, nesse sentido, uma tentativa de se desfazer de tais imagens, conforme ressalta Zorzato:

Ao invés de “selvagens”, reforçam a origem paulista quando não da “melhor estirpe européia”; e, ao invés de “sanguinários”, constroem as imagens de “revolucionários”, “patriotas” e “destemidos”. No lugar de “preguiçosos”, colocam-se como gente adaptada à rudeza do meio, amante do progresso, disposta ao sacrifício em nome do “amor à terra natal”.²⁷

Voltando, mais uma vez, ao texto de Rubim, é bom lembrar que ele foi escrito no período da chamada “Era Vargas/Ditadura Vargas”. Nesse sentido, conforme destaca Zorzato (que, é bom lembrar, analisou em seu trabalho a chamada historiografia memorialista mato-grossense daquele período), “No momento em que o governo Vargas incorpora, ao menos no discurso, outras regiões como ‘*reserva de brasilidade*’, a historiografia já trabalha alguns elementos através dos quais os mato-grossenses são apresentados como brasileiros especiais, [...] como ‘*defensores das nossas fronteiras*’, ‘*patriotas*’, ‘*ordeiros*’ e ‘*civilizadores do sertão*’”.²⁸ Inspirado por aquele contexto de intenso nacionalismo, Rubim Rezende ressaltava que ali era o lugar onde residiam as “reservas de brasilidade”, o que mais tarde seria explorado de uma outra maneira por Fausto Vieira de Campos e sua revista *Brasil-Oeste*.

Levando em consideração tudo isso que foi mencionado, recorro, mais uma vez, ao artigo de Roberto Dualibi, que continuava a apresentar a ideia de que talvez até houvesse plausibilidade em modificar o nome de Mato Grosso àquela altura (1963). O que é mais importante na citação a seguir, no entanto, reside no reforço do juízo segundo o qual os mato-grossenses deveriam se orgulhar de seu papel e suas contribuições no desenvolvimento da nação. Além disso, é válido dizer que também havia um outro aspecto nos fragmentos que serão citados a seguir, que resume a típica confusão de sentimentos (positivos e negativos) da construção identitária da região. Vejamos, inicialmente, o primeiro deles, isto é, *o positivo*:

²⁶ GALETTI, Lylia S. G. *Op. Cit.*, 2012, p. 296.

²⁷ ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 1998, p. 13. Os grifos são do autor.

²⁸ *Idem*, p. 4. Os grifos são do autor.

É natural que resistamos à idéia de deixarmos de ser mato-grossenses. Há, é claro, aquele orgulho de quem não se envergonha da terra onde nasceu [...] afinal, poucos podem se dar ao luxo de ser mato-grossenses [...].
[...] o substantivo e o adjetivo – mato e grosso – e as conotações que possuem, atribuem a nós, mato-grossenses em outras terras, um certo *ar de mistério*, de naturais de uma terra onde *as pessoas são*, no mínimo, *corajosas e cheias de aventuras*. É preciso reconhecer que isso não desagrada totalmente.²⁹

Todo o fragmento citado anteriormente carrega uma forte carga de simbolismo no que tange à identidade mato-grossense, que confirma aquilo que diz Zorzato a respeito da busca de algo de positivo dentro de uma porção de representações consideradas negativas sobre aquele estado. Quando Dualibi cita que poucos poderiam sentir o orgulho de serem mato-grossenses e conclui que os “naturais” daquela terra carregavam consigo um “ar de mistério”, a coragem e o espírito aventureiro, ele repetia de certo modo um discurso que historicamente se fez presente nessa conflituosa relação entre as concepções de “atraso”, “selvagem”, “barbárie”, “Mato Grosso”, “sertão” *versus* “desenvolvido”, “civilizado”, “centro/litoral”. Buscava-se cravar a ideia que, apesar de todas as adversidades, aquele povo e aquela região traziam naturalmente consigo a bravura, aspecto que inevitavelmente os ajudaria a transformar a ordem das coisas daquele lugar.

No entanto, a “volta à realidade” parece ter tomado conta do “espírito” do autor ao redigir os parágrafos seguintes ao fragmento anterior, resignando-se a aceitar uma eventual mudança de nome do estado, pelas razões expressas a seguir.

Mas, sendo mais objetivos e mais adultos – será conveniente para o Estado que o nome permaneça? Será que, realmente, as outras pessoas imaginam os mato-grossenses como uma espécie de heróis pelo próprio nascimento?
Não creio.
Por uma questão de *simples associação de palavras*, acho que o restante dos brasileiros visualiza o Estado de Mato Grosso como um amontoado de taperas, e os mato-grossenses como os pobres produtos de uma terra desolada.³⁰

Vimos, portanto, que ao mesmo tempo em que era um “luxo [...] ser mato-grossense”, e o amor à sua terra produzia e promovia pessoas “no mínimo, corajosas”, todas essas qualidades entravam em conflito com a “associação” das palavras “mato” e “grosso” ao atraso que tanto constrangia Dualibi. Sua visão de mato-grossense era também a de um publicitário, portanto, fazia-se necessário repensar “objetivamente” a respeito do que

²⁹ *Revista Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 86, outubro de 1963, São Paulo (SP), p. 29. Os grifos são meus.

³⁰ *Idem*, Os grifos são meus.

efetivamente os mato-grossenses necessitavam para mudar a imagem constrangedora que estava impingida em sua gente e sua terra.

Para concluir seu raciocínio, o publicitário buscou uma reportagem que trazia uma série de representações emitidas por uma revista sobre Mato Grosso. O fragmento citado pelo autor é bastante longo, nesse sentido, mostrarei algumas das palavras centrais usadas no texto da “Quatro Rodas”,³¹ do mês de junho de 1962.

Os jornalistas dessa revista levantavam algumas questões sobre uma viagem que fariam ao Mato Grosso. Com um grau de sensacionalismo, perguntavam: “Chegaremos lá? E depois? E as onças? [...] as distâncias eram imensas [...] o que aumentava ainda mais o mistério que envolvia Mato Grosso [...] Falava-se de tiros, de homens violentos e mortes; das florestas e do pantanal”. Apesar de todas essas questões que povoavam o imaginário das pessoas responsáveis por aquela narrativa, o texto finalizava da seguinte maneira: “...a equipe de ‘Quatro Rodas’ aceitou o *desafio* [...] e podemos informar que se acha bastante longe a época das violências e do medo”, pois “os mato-grossenses de hoje lutam bravamente para afastar de saída *essa lenda de brutalidade*; algumas de suas cidades, por sua vez, começam a se estender empurradas pelo progresso numa ânsia de desenvolvimento”.³²

Ainda que finalizasse tecendo elogios às terras mato-grossenses, aquela reportagem incomodou enormemente Roberto Dualibi, pois ele não admitia que ainda na década de 1960 aquelas representações sobre Mato Grosso continuassem a existir e, sentenciava: “Assim, sabemos que o nome ‘Mato Grosso’ está associado com onças, índios, mistérios, aventuras extravagantes e até mesmo perigosas – porém *jamais* com *trabalho sério, progresso, indústrias, comércio*”. Conclui o parágrafo levantando a seguinte questão: “Devemos continuar sendo confundidos com *guias de safari*?”³³

Desse modo, Dualibi dizia o quanto era importante pensar em um “nome forte” para um estado (qualquer que fosse ele) e como o poder público poderia usar isso em seu favor quando fosse propagandeá-lo. Como exemplo, citava uma porção de estados norte-americanos que exerciam tal prática publicitária, como por exemplo, os casos da Califórnia e da Flórida

³¹ A revista “Quatro Rodas” teve sua edição inaugural em agosto de 1960 e, dentre os motivos pelos quais ela foi criada, um deles era o de apresentar “belíssimos recantos do nosso país [que] estão esperando para serem descobertos ou valorizados turisticamente por aqueles que possuem carro e um louvável espírito de aventura. Apenas aguardam, para reunir a família, saltar para o volante e partir, que alguém lhe diga como aqueles recantos podem ser alcançados confortavelmente”. Revista “Quatro Rodas”, *Carta do Editor*, São Paulo-SP, 1960, p. 5.

³² Reportagem da revista *Quatro Rodas*, citada por Roberto Dualibi. *Revista Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 86, outubro de 1963, São Paulo (SP), p. 29. Os grifos são meus.

³³ *Idem*, 1963, p. 30. Os grifos são meus.

que eram (e ainda hoje são) conhecidos como “*Golden State*” e “*Sunshine State*” respectivamente. A respeito deste último, dizia o autor:

Nos Estados Unidos, praticamente todos os Estados anunciam em jornais, revistas, emissoras de televisão, visando atrair capitais e indústrias. E cada um dos Estados adota um “slogan”, que, de certa forma, busca substituir o próprio nome. Assim, a Flórida é o “Sunshine State”, e o objetivo dêste “slogan” é atrair mais turistas (e, portanto, mais dinheiro) para as suas cidades e praias.³⁴

Dualibi continuava mencionando outros casos, como Ohio, “*Center of Industrial America*”, Nova York, “*The Empire State*”, ou Kentucky, que se anunciava como “*Kentucky – Where Big Things Are Happening*” e, por fim, Kansas, com o convite “*Take a Look at Kansas*”. Além disso, fazia menção às táticas de publicidade desses estados, pois informava que “êsses ‘slogans’ são incluídos em papéis oficiais, em chapas de automóveis – e sempre, sempre acompanham os nomes dos Estados”. Concluía dizendo o seguinte: “se considerarmos que aquilo que qualquer Estado tem a oferecer, em benefício de todos, é o trabalho de seus habitantes, os produtos que a população fabrica ou vende – não se compreende que se fique com pudores medievais em se buscar nomes, temas ou ‘slogans’ que sejam promocionais”³⁵.

A partir dessa linha de raciocínio, Dualibi mostra alguns casos brasileiros:

Com exceção de algumas cidades nascidas de uma colonização planejada, os nomes surgem de maneiras acidentais. Há uma tendência de se associar o nome do Estado com características geográficas (como Alagoas), ou com pessoas (como Rondonópolis), com características climáticas (Buenos Aires), com obras locais (Pôrto Alegre) e assim por diante.³⁶

O autor, no entanto, fazia um alerta, pois considerava de “mau gosto” e de uma “tendência perigosa” a ideia de “buscar associar nomes de Estados, cidades ou regiões com *palavras indígenas*”. Dizia ele: “*Em nosso caso, então, injustificável.*”³⁷ Nota-se que num momento em que o desenvolvimentismo e o progresso capitalistas eram o que mais almejavam os grupos políticos e elites dirigentes de Mato Grosso, qualquer associação com elementos conectados ao “estigma do atraso” mato-grossense – dentre eles, as comunidades indígenas – era algo indesejável. Um exemplo citado por Dualibi dizia respeito ao nome do estado que se situaria na porção sul de Mato Grosso, caso houvesse uma divisão territorial:

³⁴ *Revista Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 86, outubro de 1963, São Paulo (SP), p. 30.

³⁵ *Id.*, *Ibid.*

³⁶ *Id.*, *Ibid.*

³⁷ *Idem*, p. 31. Os grifos são meus.

Seria horrível [...] que Mato Grosso do Sul viesse a adotar o nome de Maracaju, como pretendiam no início. Entre ser maracajuense [...] prefiro continuar mato-grossense.”³⁸

Como naquele momento havia uma discussão relacionada à divisão de Mato Grosso, Dualibi, sendo natural de Campo Grande, defendia a ideia de que, em razão daquele estado estar situado no “centro da América do Sul”, uma nova unidade federativa poderia “inspirar um bom e sugestivo nome [...] também o fato de ser parte sul da região”. Prossegue, então, deixando mais explícitos quais eram seus critérios de escolha. Dizia: “Aliás, ainda *por uma questão de conotações*, certamente as palavras ‘do Sul’ são melhores do que ‘do Norte’. E, neste caso, Mato Grosso do Sul levaria vantagem”³⁹, caso houvesse efetivamente uma divisão territorial. Portanto, nota-se que qualquer associação ao “norte” igualmente era indesejada, uma vez que o norte atrasado era a oposição ao sul desenvolvido. Portanto, havia um sentimento de repulsa àquela parte do país, encarada como o verdadeiro “sertão”, na concepção negativa do termo.

A partir do que foi exposto acima, algumas questões interessantes podem ser percebidas, como a negação de qualquer referência aos nomes indígenas e à porção norte de Mato Grosso (e do país, como um todo). O mais curioso é que, ao mesmo tempo em que o autor passou o tempo todo desqualificando as palavras “mato” e “grosso” como símbolos do atraso, propôs, então, que se fosse adicionada a palavra “mágica” *Sul* como complemento, os problemas estariam sanados. Em sua concepção, isso seria bastante vantajoso para a região, pois prevaleceria a associação às mais modernas do país, que estavam no Sul/Sudeste. É como se somente a adição da palavra “sul” fosse capaz de retirar toda a carga de atraso contida em “Mato Grosso”. Como conclusão, o publicitário dizia: “já imaginaram, nos séculos 21 e 22, alguém vivendo num Estado chamado Mato Grosso?”⁴⁰

A abordagem que fiz até o momento serviu para mostrar alguns dos incômodos que historicamente atingiam os grupos dirigentes de Mato Grosso, a partir do exemplo do artigo escrito por Dualibi, que carrega fortemente tais sensações e, a meu ver, simboliza muito daquele que foi o principal objetivo da revista *Brasil-Oeste*, das pessoas ali reunidas e do jornalista Fausto Vieira de Campos (e seu projeto editorial como um todo). Como foi possível notar, buscava-se fazer um diagnóstico daquela “atualidade” com o objetivo de pensar e

³⁸ *Revista Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 86, outubro de 1963, São Paulo (SP), p. 31.

³⁹ *Id.*, *Ibid.* Os grifos são meus.

⁴⁰ *Id.*, *Ibid.*

propor novas perspectivas para o futuro mato-grossense, mesmo em um aspecto de caráter tão simbólico como era o caso do nome daquele estado.

Havia toda uma carga de sentimentalismo no texto de Dualibi ao dizer, por exemplo, que “nenhuma reforma é feita para a geração atual, mas para as gerações que virão”. O orgulho em ser mato-grossense é absolutamente notável na escrita do publicitário e um dos caminhos desejáveis para o desenvolvimento da região seria uma boa apresentação de sua terra natal, ou melhor, a criação de *representações* que atraíssem futuros investidores. No entanto, ele sabia que não era somente a mudança de nome que alteraria a ordem das coisas:

[...] sabemos que há problemas mais urgentes a resolver, e não será a mudança de nome que os resolverá. E sabemos que tampouco adiantará um nome sugestivo se permanecerem as condições de miséria, de isolamento e de abandono que nos marcam. Temos plena consciência de que, nesse caso, tudo o que um nome pode fazer é **ajudar** a *mudar a imagem* que os outros fazem de nós, e talvez até mesmo **contribuir** para criar novos estímulos nos habitantes. Mas apenas isso. Milagres, não.⁴¹

Isso significa dizer, no final das contas, que era necessário iniciar um trabalho racional pensando nesse desenvolvimento. Como já mencionei em outros momentos, um desses aspectos era construir uma nova imagem (simbolizada pelo artigo de Roberto Dualibi). Portanto, bastava “colocar a mão na massa”, propagandear as potencialidades da região, pois dentre as contraditórias visões que se tinha a respeito do “sertão”, pessoas como Fausto Vieira de Campos viam “o sertão como a possibilidade do desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional”,⁴² dirimidas – evidentemente – as imagens negativas que eram associadas à região.

3.3. A Série *Realidade Brasileira* e as preocupações daquele tempo

Toda essa preocupação em torno do atraso, das imagens e representações negativas, juntamente com a busca incessante pelo desenvolvimento econômico/civilizatório, foi a tônica na campanha empreendida pelo “projeto *Brasil-Oeste*”. Buscava-se usar elementos naturais, históricos, geográficos, dentre outras características regionais, no intuito de mudar a ordem das coisas e surfar na onda do desenvolvimentismo daquela época.

⁴¹ *Revista Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 86, outubro de 1963, São Paulo (SP), p. 31.

⁴² LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999, p. 61.

Como vimos no primeiro capítulo, as edições da *Brasil-Oeste* cessaram em 1967. *Retrato de Mato Grosso*, por sua vez, foi editado uma terceira vez ainda em 1969. No meio dessas duas datas e eventos, uma interessantíssima publicação foi produzida pela *Folha de São Paulo* em uma série de reportagens especiais que traziam várias semelhanças com o então extinto projeto de Campos que merecem ser aqui analisadas, de modo que consigamos visualizar que, além das páginas da *Brasil-Oeste*, havia a premente e constante preocupação no que tangia aos rumos da nação e, especialmente, de Mato Grosso.

Ao folhear aquelas reportagens, observando, inclusive, a seção de cartas do jornal, deparei-me com uma missiva publicada no dia 28 de abril de 1968. Tratava-se de um depoimento bastante profundo e, de certo modo, emocionado por parte do leitor que a havia enviado. Quando li seu nome, fiquei surpreso pois seu remetente era Fausto Vieira de Campos (que já se encontrara afastado de Mato Grosso). Naquela carta, nota-se que Campos ainda demonstrava grande afeição pelo oeste brasileiro. Ele a remeteu ao seu amigo Hélio do Amaral Pompeu, assessor da diretoria da *Folha de S. Paulo* da época e irmão do jornalista Paulo do Amaral Pompeu (que havia sido colaborador da revista *Brasil-Oeste*). Fausto tecia uma série de elogios à ação da *Folha*, como mostrarei a seguir:

Nesta oportunidade, rogo-lhe transmitir a diretoria da FOLHA minhas sinceras congratulações pela edição do suplemento referente ao Centro-Oeste. Trata-se de importante contribuição para um melhor conhecimento do *vasto território* pátrio que *tem permanecido marginalizado* [...] Verifica-se que a equipe da FOLHA realizou um trabalho de inestimável grandeza e de salutar patriotismo. Oxalá que os *homens de negócios*, impressionados com as imensas possibilidades econômicas que se descortinam de imediato naquela *fabulosa* província (Mato Grosso), e que o jornal destacou com méritos, se ponham em ação e ali apliquem não apenas capitais, mas também *a inteligência e a operosidade próprias dos paulistas* [...].⁴³

Um aspecto importante constante no fragmento acima exposto, sobretudo nas palavras grifadas em itálico, reside na repetição de um discurso que esteve presente durante toda a história da *Brasil-Oeste*. Por exemplo, a ideia que o “vasto território” ainda permanecia “marginalizado” e o empreendimento da *Folha de São Paulo* – dizia Campos –, dava continuidade àquele que ele mesmo havia iniciado na aurora da década de 1950, isto é, um “trabalho de inestimável grandeza e de salutar patriotismo”. A grandeza aqui referia-se, claro, à tentativa de trazer as ondas do desenvolvimento econômico para os lados do oeste do país (e que vinha sendo uma ambição desde a famosa “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas). O

⁴³ Jornal *Folha de São Paulo*, domingo, 28 de abril de 1968. Carta de Fausto Vieira de Campos, São Paulo (SP). Os grifos são meus, palavras em caixa alta do original.

objetivo era bastante claro: atrair os “homens de negócios”, sobretudo se os “desbravadores” do desenvolvimento mato-grossense fossem os paulistas, que eram conhecidos, como asseverava Fausto, pela sua “inteligência e operosidade”.

Para nos situarmos em relação àquelas publicações da *Folha de São Paulo*, é preciso fazer algumas considerações sobre a proposta editorial que havia ali. Tratava-se de uma série de suplementos publicados pelo jornal, os quais buscaram trazer discussões relacionadas às várias regiões do país, sob o título *Série Realidade Brasileira*. A primeira delas versou sobre a potencialidade de Brasília e da região central do Brasil. Nesse sentido, “Brasília: Capital da Integração Nacional” saiu no dia 21 de abril de 1968 juntamente com o suplemento dedicado ao Centro-Oeste, com o sugestivo título “Centro-Oeste: vazio em ocupação”. Além desse fascículo da *Série*, outros foram lançados, tais como os vários dedicados à região amazônica, a começar por aquele que também trazia impactante título, muito semelhante ao anterior, “A ocupação do vazio: Amazônia”.⁴⁴

A *Série Realidade Brasileira* continuou a ser publicada até o mês de agosto do mesmo ano, incluindo vários suplementos sobre o Nordeste, Sudeste e Sul do país, com reportagens que indicavam as potencialidades econômicas também dessas regiões. Ao total, foram publicados dezenove suplementos.⁴⁵ Tanto o Centro-Oeste quanto a Amazônia ainda eram percebidos como espaços “vazios” que deveriam ser ocupados. É importante lembrar que parte do Mato Grosso estava inserida na chamada Amazônia Legal, que foi criada em 06.01.1953 pela lei nº 1.806 (a mesma Lei que dispunha sobre a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA).⁴⁶

⁴⁴ Os outros três suplementos lançados que dedicaram especial atenção à Amazônia foram: “Amazônia: a filosofia dos grandes lagos”, nº 2. Folha de S. Paulo. SP, 5 de maio 1968. (*Série Realidade Brasileira*); “Amazônia: os caminhos da ocupação”, nº 3. Folha de S. Paulo. SP, 12 de maio 1968. (*Série Realidade Brasileira*); “Amazônia: dinheiro e desenvolvimento”, nº 4. Folha de S. Paulo. SP, 19 de maio 1968. (*Série Realidade Brasileira*).

⁴⁵ Os suplementos correspondentes às últimas edições citadas foram: Nordeste: A hora das opções. nº 1. Folha de S. Paulo. SP, 26 maio 1968. (*Série Realidade Brasileira*); Nordeste: S. Francisco, Pão e Vinho. nº 2. Folha de S. Paulo. SP, 26 maio 1968 (*Série Realidade Brasileira*); Nordeste: A forma de fazer a reforma. nº 3. Folha de S. Paulo. SP, 9 jun.1968. (*Série Realidade Brasileira*); Nordeste: o pleno emprego do homem. nº 4. Folha de S. Paulo. SP, 16 jun.1968. (*Série Realidade Brasileira*); Nordeste: Os recursos da região. nº 5. Folha de S. Paulo. SP, 23 jun.1968. (*Série Realidade Brasileira*); Nordeste: a nova fronteira do Brasil. Folha de S. Paulo. SP, 21 ago.1966. (*Série Realidade Brasileira*); Sudeste: a técnica e o poder. 1º Cad. Folha de S. Paulo, SP, 21 jul.1968. (*Série Realidade Brasileira*); Sudeste: Guanabara, coração do Rio. 2º Cad. Folha de S. Paulo. SP, 28.jul 1968. (*Série Realidade Brasileira*); Sudeste: O Estado do Espírito Santo, Minas entre o ferro e o boi. 3º Cad. Folha de S. Paulo, SP, 04 ago.1968. (*Série Realidade Brasileira*); Sudeste: A disparada de São Paulo. 4º Cad. Folha de S. Paulo. SP, 11 ago.1968. (*Série Realidade Brasileira*); Grande Sul: a força da terra. 1º Cad. Folha de S. Paulo. SP, 18 ago.1968. (*Série Realidade Brasileira*); Grande Sul: o futuro da tradição. 2º Cad. Folha de S. Paulo. SP, 25 ago.1968. (*Série Realidade Brasileira*).

⁴⁶ Os principais objetivos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia podem ser encontrados no art. 1º, e a demarcação territorial de sua área de atuação no Art. 2º, tal como segue: “Art. 1º O Plano de Valorização

Creio ser pertinente citar um fragmento de um texto elaborado pelo então Ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto que foi enviado para o suplemento nº 2 da *Série Realidade Brasileira*. Tal mensagem ressaltava que era o momento de “acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro”. Para tanto, havia chegado a hora de encarar o “grande desafio [de fazer] a incorporação efetiva da Amazônia ao espaço econômico nacional”. Em seguida, ainda na mesma fala, emergia o ideal de desenvolvimento associado a São Paulo, que guardava semelhanças ao pensamento de Fausto Vieira de Campos, citado há alguns momentos atrás. Magalhães Pinto ressaltava a importância dos paulistas naquele momento:

[São Paulo] que no início de nossa história contribuiu decisivamente para fixar os contornos de nossas fronteiras, está chamado agora a dar – com as máquinas de sua indústria, com a experiência de seus técnicos e com as pesquisas de seus cientistas – o grande impulso à Amazônia brasileira e ligá-la definitivamente ao sul e ao leste do país.⁴⁷

A julgar pelo discurso de Magalhães Pinto, uma das preocupações mais urgentes da época era a chamada integração da região oeste/norte do Brasil com os setores mais desenvolvidos economicamente, situados no Sul e Sudeste. Conforme já pude mencionar, desde a chamada “Era Vargas” desenvolvia-se no país a tentativa de fazer esse elo de ligação entre aquelas regiões, passando por Juscelino Kubitschek e suas metas de desenvolvimento nacional, culminando com o Regime Militar, que teve como *slogan* mais conhecido “integrar para não entregar”. Não estou dizendo que todos esses projetos eram idênticos, mas que seus objetivos se assemelhavam no que diz respeito à integração, colonização/ocupação e desenvolvimento econômico de áreas menos populosas da chamada sociedade nacional, como eram os casos das regiões Centro-Oeste e Norte.

Em discurso proferido à meia-noite de 31 de dezembro de 1937, no Palácio Guanabara, no momento em que “inaugurava” a “Marcha para o Oeste”, o Presidente Getúlio Vargas anunciava os objetivos daquele projeto. Lembrava, em sua fala, a tendência do

Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País. Art. 2º A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.” Lei nº 1.806 de 06.01.1953.

⁴⁷ *Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira*, “Amazônia: a filosofia dos grandes lagos”, nº 2, de 5 de maio de 1968, p. 49.

crescimento das atividades econômicas, que em períodos coloniais teriam ficado apenas restritas ao litoral, ou, como dizia a famosa máxima de Frei Vicente do Salvador, do “andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”. Vargas lembrava que, historicamente, a “civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral”, e que era urgente “galgar a montanha, transpôr os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes”, retomando “a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente [...] os marcos territoriais”. Desse modo, chegava o momento de “suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação”.⁴⁸ E então o presidente chamava a “Marcha para o Oeste”. Nas suas palavras:

*O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas venturosas. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas. Das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.*⁴⁹

Há, nesse caso, uma referência à áurea época do ouro que fora explorado na porção oeste do país no período colonial e que era lembrado pelo Presidente Vargas, na intenção de fazer surgir um sentimento de que ali ainda havia muitas riquezas a serem descobertas. Para a busca e produção de riquezas, conforme foi possível notar, havia a necessidade de consolidação da nação. Essa marcha tinha uma forte carga de simbolismo, cuja intenção – no final das contas – era criar o mencionado “sentido da brasilidade”. O historiador Alcir Lenharo, por exemplo, chamava atenção para os objetivos que se projetavam no projeto varguista que extrapolavam as questões puramente ligadas ao desenvolvimento econômico. Dizia o autor:

*A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente.*⁵⁰

⁴⁸ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, Vol. V, p. 124.

⁴⁹ *Id.*, *Ibid.* Os grifos são meus.

⁵⁰ LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Os Anos 30. Campinas, Ed.Unicamp, 1986, p. 18. Os grifos são meus.

A ideia era promover a “união” de todos os brasileiros, “ocupar/colonizar”, “nacionalizar” e “tornar produtivos” os “espaços vazios” da nação. A orientação política da “Marcha para o Oeste” (uma extensão, claro, da direção do próprio “Estado Novo”) “visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela”.⁵¹

Parece-me imperativo fazer outra citação de Lenharo que resume a ideia central da “Marcha”, pois, segundo o autor, a “criação *da brasilidade* repousava, pois, numa nova proposta que combinava colonização e industrialização” e tal “obra” foi cunhada por Vargas como “imperialismo brasileiro”. Em síntese, esse “imperialismo brasileiro consistia na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país, que fazia a conquista de si mesmo e promovia a sua integração ao Estado”.⁵²

Essa política pública do “Estado Novo” teve como um de seus carros-chefes as chamadas Colônias Agrícolas Nacionais que, nas palavras de Lenharo, eram as “meninas dos olhos” daquela ação do governo Vargas e estavam rigorosamente localizadas em áreas que apresentavam déficit demográfico e de produção. Assim, “Dourados, em Mato Grosso, e a Colônia de Goiás, ambas via estrada-de-ferro, teriam *o mercado paulista* em mira. As do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Paraná, seriam destinadas principalmente ao abastecimento das respectivas capitais”.⁵³

Nota-se que aqui, mais uma vez, a pretensa associação de Mato Grosso com o estado de São Paulo se fez presente, uma vez que alcançar o mercado paulista era o objetivo principal dos mato-grossenses. Era como se o extremo oeste do país, que aqui é representado pelas terras mato-grossenses, fosse uma extensão paulista e a conexão entre ambas as regiões seria capital para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, retirando-o de sua “exclusão” e “isolamento”.

A ideia de região “vazia”, que remetia a tempos mais recuados, chegava até a “Era Vargas” e foi reproduzida pelo *Suplemento Especial da Folha de São Paulo* que, por sua vez, seguia a mesma linha editorial da própria *Brasil-Oeste*, que em inúmeras ocasiões publicou

⁵¹ LENHARO, Alcir. 1986, *Op. Cit.*, p. 14.

⁵² *Idem*, p. 23. Os grifos são meus.

⁵³ *Idem.*, p. 47. Os grifos são meus.

chamadas do tipo: “Marcha para o oeste: o novo roteiro para os colonizadores é o Estado de Mato Grosso”.⁵⁴

É possível notar que, mesmo após a passagem do tempo, o ideário da “Marcha” permanecia, especialmente no discurso e nas ações que, em meados do século XX, buscavam incorporar o oeste ao desenvolvimento econômico, então pujante no país. Essa “consciência” remonta à própria fala do presidente Vargas do ano de 1937, quando na ocasião ressaltava que não seria, “certamente, *obra de uma única geração*, mas é a que tem de ser feita, e ao seu início queremos, por isso, consagrar o melhor de nossos esforços”,⁵⁵ mostrando que se tratava efetivamente de um projeto de nação que precisava ser construído continuamente.

Portanto, se na capa do primeiro suplemento da *Folha* dedicado à Amazônia apresentava-se uma imagem de três pegadas humanas (fig. 6) que iam em direção à ocupação da região, naquela correspondente ao Centro-Oeste a apresentação foi igualmente emblemática, pois a figura ali disposta exibia um trator derrubando a floresta, numa nítida ideia de civilização em processo de desbravamento da natureza (fig. 5).

Figura 5

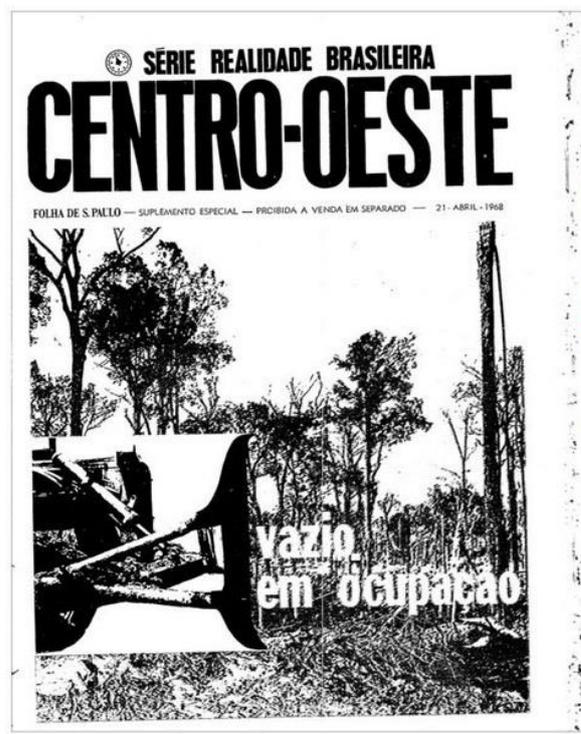


Figura 6



Fig. 5. *Série Realidade Brasileira*, “Centro-Oeste” de 21 de abril de 1968 (à esq.) e a Fig. 6. *Série Realidade Brasileira*, “Amazônia”, de 28 de abril de 1968 (à dir.)

⁵⁴ Revista *Brasil-Oeste*, várias edições.

⁵⁵ VARGAS, Getúlio, *Op. Cit.*, 1938, p. 124. Os grifos são meus.

No interior do *Suplemento Especial* correspondente à publicação sobre o Centro-Oeste, havia uma legenda que buscava explicar o significado da imagem da capa exposta na fig. 5. Nela, havia a seguinte descrição: “O elemento que compõe o quadro – um trator rompendo a floresta densa e deixando, atrás de si, estradas de penetração – simboliza o processo de ocupação dos grandes *espaços vazios* do Norte brasileiro, que já começou, *irreversivelmente*, pelo Centro-Oeste” (fig. 7).⁵⁶

Figura 7. *Suplemento Especial* da *Folha de São Paulo*, abril de 1968



A NOSSA CAPA — Criação do Setor de Arte da Coordenação dos Suplementos Especiais da Folha de S. Paulo. O elemento que compõe o quadro — um trator rompendo a floresta densa e deixando, atrás de si, estradas de penetração — simboliza o processo de ocupação dos grandes espaços vazios do Norte brasileiro, que já começou, irreversivelmente, pelo Centro-Oeste.

⁵⁶ *Suplemento Especial* da *Folha de São Paulo*, *Série Realidade Brasileira*, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”, de 21 de abril de 1968. Os grifos são meus.

Nota-se que a concepção de “espaços vazios” é central naquela narrativa, não só textualmente, mas também pela representação imagética ali disposta, quando se fazia referência ao norte mato-grossense (e, claro, à Amazônia de modo geral).

Na mesma página, os profissionais do periódico paulistano indicavam uma extensa bibliografia básica para aqueles que tivessem interesse em conhecer melhor o Centro-Oeste brasileiro, incluindo – como era de se esperar – o livro de Fausto Vieira de Campos, *Retrato de Mato Grosso*, que seria relançado no ano seguinte provavelmente em virtude da sua importância num contexto muito favorável ao discurso de ocupação do extremo oeste e norte brasileiros.

A distribuição dos temas elencados no sumário da *Série Realidade* da *Folha* merece ser citada, pois nos indica que muitos dos anseios que se fizeram presentes na campanha e trajetória da *Brasil-Oeste* permaneciam como problemas ainda a serem solucionados pelas ações públicas e particulares para aquela região. As reportagens do *Suplemento Especial* referente ao Centro-Oeste eram as seguintes: “O avanço”; “Emprêsa Parecis S.A. – portas abertas para investimentos de alta rentabilidade”; “Do ouro ao boi uma história de conquista”; “Ano que se inicia tem nova estratégia econômica”; “SUDECO sem incentivos”; “Centro-Oeste aberto aos nordestinos”; “Mato Grosso, muita terra pouca gente”; “Tão grande quanto rico”; “Pecuária, escalada para o progresso”; “A rodovia e o desenvolvimento de Mato Grosso”; “Tamanho é problema?: “Divisão do estado: solução que muitos defendem”; “Conflito entre passado e futuro”; “CIBPU: um dos caminhos para a integração”; “Um Estado em derrapagem”; “Mato Grosso: novo pólo de atração”; “Muitos doentes em pouca gente”; “Cuiabá: uma cidade progressista espera os brasileiros nas festas do seu 250.o aniversário”; “Várzea Grande: vinte anos de vida própria”; “Um Estado com três capitais”; “Goiás, um salto na história”; “Um espigão de riqueza”; “Agropecuária, força e ameaça de Goiás”; “Marcha para o Norte tem número de prosperidade”; “Caminhos da conquista da Amazônia”; “O Estado de Goiás no caminho do desenvolvimento planejado”; “Mato Grosso: o maior potencial turístico do Brasil”; “O paralelo da riqueza”.

Algumas constatações podem ser feitas a partir do que foi exposto acima (ainda que eu admita que serão superficiais, levando em consideração que a coleção *Série Realidade Brasileira* merece ser analisada mais profundamente, pois é fonte riquíssima para analisar os “projetos de nação” dos anos 1960). Um primeiro aspecto que julgo ser relevante reside no fato de que a maior parte das reportagens tratou de discutir especialmente Mato Grosso em

vez de Goiás e, além disso, a maioria delas discutia temas que historicamente foram preocupações dos grupos dirigentes mato-grossenses, isto é, não eram “novidades”.

Havia naquelas reportagens algumas ideias que fazem parte da história das representações sobre Mato Grosso, por exemplo, o bandeirantismo como um dos elementos centrais para a construção da identidade mato-grossense, tal como se vê no artigo escrito pelo então Senador Vicente Bezerra Neto (MDB/MT), que lembrava da ação dos “guerreiros das expedições paulistas” na ocupação inicial do espaço correspondente àquele estado. Em outro texto, sem assinatura e intitulado “Mato Grosso, muita terra pouca gente”, enfatizava-se, como é possível deduzir, sua baixa densidade demográfica. No entanto, a observação feita pelo autor se assentava em evidenciar algumas contradições que se fizeram presentes no processo de ocupação da região. Por exemplo, a porção sul do estado⁵⁷ correspondia a 30% do território geográfico total e, apesar disso, acolhia 70% dos habitantes que lá residiam. Assim, dizia o autor que

A esta desproporção populacional correspondem padrões de desenvolvimento econômicos também distintos: o sul, sob a influência *benéfica* de São Paulo e Minas Gerais, tem uma economia dinâmica e, sob alguns aspectos, em franco processo de consolidação, com a industrialização rompendo a hegemonia agropecuária; o norte, *ao contrário*, incorporado ao *vazio* amazônico, constitui-se um desafio ao *pioneirismo*.⁵⁸

Mais uma vez, nota-se a distinção que se fazia entre a porção norte e sul de Mato Grosso, que nos remete ao texto de Roberto Dualibi, analisado no início deste capítulo, quando defendia a ideia de inserir no nome de um possível novo estado a palavra “sul” justamente pela associação com os desenvolvidos estados de São Paulo e Minas Gerais. No fragmento acima, percebe-se que o norte, pelo contrário, estava “incorporado ao vazio amazônico” e constituía-se no maior desafio a ser encarado, uma vez que a região sul já mantinha um diálogo econômico com o Sudeste, indicando um estágio mais avançado daquela porção geográfica.

Não posso deixar de citar que, apesar do que foi exposto acima, o autor do texto enfatizava positivamente as políticas públicas da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)⁵⁹, que foram implantadas para a região amazônica e já eram

⁵⁷ Nesse caso, a porção sul do Estado de Mato Grosso da época corresponde ao atual Mato Grosso do Sul.

⁵⁸ *Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira*, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso, muita terra para pouca gente”, de 21 de abril de 1968, p. 19. Os grifos são meus.

⁵⁹ A SUDAM foi criada pela lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, em substituição da SPVEA, como uma “autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento

um sinal de que aquela realidade “transforma[va]-se rapidamente”, inclusive no que dizia respeito a um tema caro à história mato-grossense, isto é, o debate em torno da divisão territorial do estado. Nesse sentido, o norte, antes da SUDAM, “olhava com despeito o Sul e se defendia das campanhas separatistas dos sulistas. Hoje [1968], animado por uma autêntica *psicose desenvolvimentista*, começa a aceitar a tese de que a divisão do Mato Grosso em dois Estados será uma solução desejável em termos administrativos”.⁶⁰

A posição geográfica do sul de Mato Grosso teria sido um elemento facilitador no seu desenvolvimento econômico se comparado à porção norte e esse foi um dos elementos que fizeram parte da discussão sobre o chamado divisionismo. A associação com os paulistas, como foi possível notar, desde a citada missiva que Fausto Vieira de Campos enviou para a redação da *Folha*, é uma demonstração de um elemento que foi central nos discursos sobre o desenvolvimento de Mato Grosso, inclusive na *Brasil-Oeste*.

Acho justo voltar ao texto “Mato Grosso, muita terra pouca gente”, há pouco citado, e citar um fragmento que pretendia resumir algumas das questões seriam abordadas naquela publicação. Segundo o autor, enfatizar-se-iam transversalmente em todas reportagens o “tamanho, [a] história, [as] riquezas, [os] problemas e [as] polêmicas de Mato Grosso”.⁶¹ Como mencionei anteriormente, muitos dos temas apresentados pelo periódico paulista foram profundamente debatidos nas páginas da *Brasil-Oeste*, como foi o caso, por exemplo, das querelas envolvendo a divisão do estado e a busca por capitais vindos do Sudeste para a região, especialmente sua porção sul, ou, de modo mais explícito, a ideia de São Paulo como centro impulsionador do progresso [sul-]mato-grossense.

Um dos últimos artigos daquele suplemento especial trazia em seu título “Mato Grosso: novo pólo de atração” e foi assinado por Danton Castilho Cabral, na época, Presidente do Banco do Estado de Mato Grosso S. A. As linhas iniciais desse texto pareciam até uma extensa “paráfrase” do conjunto da obra de Fausto Vieira de Campos e, igualmente, lembravam as palavras iniciais das anotações do viajante Flavio Rezende Rubim, citadas nas primeiras páginas deste capítulo. Vejamos do que se trata.

e, em seguida, passou a ser vinculada ao Ministério do Interior”. Foi criada com a “finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional”. Informações em: <http://www.sudam.gov.br/>. Acesso: 9/5/2014.

⁶⁰ *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*, “Série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso, muita terra para pouca gente”, de 21 de abril de 1968, p. 19.

⁶¹ *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*, *Série Realidade Brasileira*, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso, muita terra para pouca gente”, de 21 de abril de 1968, p. 19.

Cabral iniciava sua abordagem com as seguintes palavras: “Até a alguns anos [...] Mato Grosso se constituía [...] numa região *ignota*, onde predominavam as imagens da selva, do índio, dos animais ferozes e dos aventureiros, cuja única lei era a do gatilho, e onde a própria vida era perigosa e imprevisível”. A seguir, do mesmo modo que Rubim, ele tratava de desmistificar essas representações, indicando que “essa imagem era falsa ou, quando muito, exagerada”, mas ponderava que “a distância e o desconhecimento condicionavam a imaginação de quem olhasse o mapa cartográfico”.⁶²

A meu ver, é possível dizer que a ideia central de Danton Castilho Cabral pode ser notada no fragmento a seguir, quando ele mencionava que “falso ou exagerado, entretanto, esse ‘retrato de Mato Grosso’, a verdade é que o *grande Estado* permaneceu *dormindo e fechado* ao ritmo do progresso da civilização atual, até [há] algumas décadas”.⁶³ Nesse sentido, sinto que tal concepção assemelhava-se aos discursos que remontam às primeiras tentativas de fundação de uma identidade mato-grossense nas duas primeiras décadas do século XX, mas também eram compatíveis às próprias ideias de Fausto Vieira de Campos e do seu projeto editorial como um todo, isto é: ainda na década de 1960 havia esse incômodo no interior mato-grossense e uma obsessiva tentativa para alterar a ordem das coisas surgia de diversas maneiras e propostas.

É central para a discussão em pauta mencionar um fragmento em que Cabral também chamava o “espírito bandeirante” para auxiliar os mato-grossenses naquela empreitada. Dizia ele:

Os paulistas, *principalmente*, atendendo ao apelo [...] *dos bandeirantes* depois de terem derrubado as matas de seu próprio Estado, estão desbravando as riquezas de Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Diamantino, Barra do Bugres, Cáceres e Aripuanã [...]

E o resultado só pode ser *um sucesso* do empreendimento. Dentro de poucos anos, ainda em nossos dias, Mato Grosso se constituirá no *celeiro da Nação* e se transformará numa das regiões mais ricas e prósperas *do mundo*, conquistando lugar de destaque que lhe está reservado na Federação brasileira.⁶⁴

A abordagem de Cabral fala de um “retrato” de Mato Grosso que, no contexto em que tal ideia foi exposta, dizia respeito àquilo que era considerado ruim ou negativo em

⁶² *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*, série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso: novo pólo de atração”, de 21 de abril de 1968, p. 26. Os grifos são meus.

⁶³ *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*, série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso: novo pólo de atração”, de 21 de abril de 1968, p. 26. Os grifos são meus.

⁶⁴ *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*, série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso: novo pólo de atração”, de 21 de abril de 1968, p. 26. Os grifos são meus.

relação à imagem daquele estado. Nota-se, mais uma vez, o relembramento das incursões paulistas à porção oeste do país como um empreendimento que colocaria Mato Grosso num lugar de destaque no contexto nacional e internacional. É válido ressaltar que a ideia de “celeiro” era fundamental naquela abordagem, pois indicava um tipo de “vocação natural” da região para a produção agrícola, sobretudo naquele período (quando já se iniciava a chamada “modernização conservadora”, que, de modo bastante simplificado, tinha “por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que [fosse] tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária”⁶⁵).

O que merece ser destacado é a constante louvação do passado paulista/bandeirante e a tentativa de formar, a partir de tal relembramento, um elemento que impulsionasse e atraísse capitais daquela região para o Mato Grosso. O próprio Danton Castilho Cabral era um paulista com vasta carreira política,⁶⁶ mas que agia “por” e “para” Mato Grosso, tendo sido, inclusive, nomeado pelo então governador mato-grossense Pedro Pedrossian (PSD/ARENA),⁶⁷ para ser o Chefe de Representação de Mato Grosso em São Paulo⁶⁸ e, depois, para o cargo de Presidente do Banco de Mato Grosso S. A. Portanto, em todos os textos analisados a partir da *Série Realidade Brasileira*, buscavam-se alternativas de desenvolvimento para as terras mato-grossenses e o “elemento” paulista naquela incursão se fez bastante presente no discurso daquele *Suplemento Especial da Folha da Manhã*.

Essa questão do bandeirantismo me remete a um projeto-de-lei apresentado em 1965, pelo deputado estadual Luiz Gonzaga del Nero,⁶⁹ que consistia na criação de um concurso chamado “Pr mio Fausto Vieira de Campos – Um Bandeirante do ideal”, que seria conferido anualmente ao autor de melhor reportagem elaborada sobre temas que interessavam ao estado de Mato Grosso. A premiação era bastante considerável para a época, pois correspondia ao valor de Cr\$ 1.000.000,00. Qualquer pessoa poderia concorrer ao pleito, que seria feito

⁶⁵ GUIMARÃES, Alberto P. Complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977, p. 3.

⁶⁶ Dentre outros cargos, Danton Castilho Cabral foi prefeito de São Roque-SP e chefiou o gabinete da secretaria do trabalho no governo de Jânio Quadros.

⁶⁷ Pedro Pedrossian foi eleito governador pela primeira vez em 1965, pelo PSD, e, após o Ato Institucional n  2, que criou o bipartidarismo, migrou para a ARENA, permanecendo até 1971 no cargo.

⁶⁸ Consta no Diário Oficial do Estado de São Paulo, data de 17/5/1966, um requerimento feito na Câmara Municipal da capital paulista, no qual é feito um pedido de homenagens a Danton Castilho Cabral justamente por ter sido nomeado por Pedro Pedrossian para o cargo já mencionado. Requerimento n  P 182-66, assinado por Nazir Miguel, Agenor M naco e Geraldino dos Santos, DOUSP, 17/5/1966.

⁶⁹ Del Nero construiu sua carreira política pela UDN de Campo Grande, isto é, a porção sul do antigo Estado de Mato Grosso.

anualmente, e lançado justamente no dia da imprensa (10/09).⁷⁰ Essa proposição foi aprovada e indica, sem dúvidas, o enorme prestígio que Campos havia adquirido entre os políticos mato-grossenses.

A divulgação de Mato Grosso, clamada por Del Nero em seu projeto-de-lei, já vinha sendo feita por Fausto Vieira de Campos desde seus tempos de *Folha da Manhã*, no início da década de 1950 e teve seu reconhecimento oficializado com a aprovação do mencionado concurso na Assembleia Legislativa de Mato Grosso a partir da Lei nº 2.545, de 26 de novembro de 1965, publicada no DOEMT em 10 de dezembro do mesmo ano.

Mais uma vez, a figura do bandeirante é retomada. Fausto, um mineiro radicado em São Paulo, parecia ser um modelo exemplar daquilo que os mato-grossenses esperavam por parte dos empreendedores paulistas que trariam consigo a flâmula do desenvolvimento. A ação de Campos foi por intermédio da imprensa, o que já é digno de nota, especialmente pela estabilidade e alcance que teve seu projeto editorial, que o credenciava a receber tal distinção.

É importante reiterar que desde o início do século XX houve uma busca por uma construção identitária para o Brasil e a figura do bandeirante esteve presente, extrapolando o discurso regionalista de São Paulo e de sua historiografia, desembocando no ideal de “civilização” e “progresso” em um estado como Mato Grosso, por exemplo. Conforme informa Silvia Raimundo, naquele momento “o estudo do movimento das bandeiras também foi utilizado para destacar a singularidade do habitante de São Paulo e seu papel na conquista e, posteriormente, na ocupação do território”. Por consequência, diz a autora, o “ideário proposto nas primeiras décadas do século XX foi decisivo, pois à medida que criou uma série de marcos simbólicos, produziu ‘sentimentos’, que, acolhidos pela população, se incorporaram à consciência regional/nacional” e o “espírito bandeirante se espalharia por todo o país cumprindo o papel de guardião do território e das tradições nacionais.”⁷¹

Outro aspecto que merece ser mencionado reside na ideia do bandeirante e seu espírito “desbravador”, que estava fortemente ligado à questão da ocupação do território nacional (que foi elemento bastante presente na construção discursiva da ideia de nação, como mostrei anteriormente ao abordar as ações de Vargas, por exemplo). Assim, a concepção de São Paulo enquanto o “berço da nação”,⁷² lugar de onde se irradiavam os ideais de desenvolvimento e progresso, estava plenamente construída em meados do século XX.

⁷⁰ Revista *Brasil-Oeste*, ano X, nº 106, julho de 1965, São Paulo (SP), p. 21.

⁷¹ RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional, *Terra Brasilis [Online]*, 6, 2004, p. 3.

⁷² *Idem*, p. 3.

A historiadora Tania Regina de Luca, ao procurar nas páginas da *Revista do Brasil* elementos discursivos que pretendiam construir uma ideia de nação, apresenta algumas informações a respeito do bandeirantismo e do ideal de progresso. No capítulo dedicado à análise do uso da História e da Geografia, a autora informa que, por mais que existissem vozes divergentes naquele projeto a respeito da “realidade nacional”, um aspecto era comum: “nos discursos sobre a nação brasileira o espaço [ocupou] posição destacada. A vastidão do território [era] um épico sempre em cartaz”⁷³. Neste aspecto, noto similaridades com a construção do “épico mato-grossense” também tendo seu roteiro pautado na sua dimensão territorial. Ainda em relação à construção nacional por meio da História, Luca nos informa que “esperava-se por um conjunto coerente de tradições a serem partilhadas” e, assim, “os historiadores debruçaram-se sobre o passado, privilegiando certos indivíduos e episódios”, surgindo então “a figura do bandeirante, *dilatador incansável das Fronteiras*”.⁷⁴

Na edição inaugural da *Brasil-Oeste*, por exemplo, foi publicado um texto especialmente para aquela edição e que expressava simbolicamente a importância que São Paulo tinha enquanto referência do desenvolvimento para os intelectuais mato-grossenses. Rosário Congro, seu autor, era nascido em Três Lagoas (MT) e foi um importante intelectual e político daquele estado. Seu texto foi publicado sob o categórico título “Continuação de São Paulo”.

Um aspecto do texto merece destaque. O primeiro parágrafo, por exemplo, discute muito rapidamente o natural potencial mato-grossense (que voltarei a abordar mais adiante), quando o autor ressaltava que Mato Grosso iria se tornar o “celeiro da nação” (nota-se, mais uma vez, o uso do termo “celeiro” quando há referência ao espaço mato-grossense), ainda que fosse necessário “duplicar, triplicar, quadruplicar o mapa demográfico”, uma vez que a terra já era “imensa e dadivosa”.

Resolvida a questão demográfica, o autor chegava à seguinte conclusão:

Quando Mato Grosso contar dois milhões de habitantes, quanto estará êle produzindo!
E a seguir?
Com tal impulso de progresso, poderemos dizer: – Mato Grosso é, de fato, a continuação de São Paulo.
Ricos em potencial de matérias primas [...] elas, inesgotáveis, alimentarão as fábricas que os paulistas erguerão, entre nós, em tempo não remoto.

⁷³ LUCA, Tania Regina de. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. Ed. Unesp, 1998, p. 86.

⁷⁴ *Idem*, p. 87. Os grifos são meus.

Depois de elencar outros vários fatores que dariam impulso ao desenvolvimento econômico mato-grossense, Rosário Congro fecha seu texto com a seguinte constatação: “Depreende-se daí que não é simples figura de retórica, afirmar que Mato Grosso está sendo a continuação de São Paulo”.⁷⁵ Ora, esse texto é mais um belo exemplo do quanto a referência histórica aos bandeirantes e paulistas no âmbito geral faziam parte desse ideário do progresso inserido nas páginas da revista *Brasil-Oeste*.

Portanto, essa ligação entre Mato Grosso e bandeirantismo era, em boa parte, resultado de uma construção que remontava a algumas décadas e que desde a busca pela construção identitária de Mato Grosso no início do século XX vinha sendo edificada, estruturando-se no discurso político, mas também em publicações jornalísticas, tais como a *Folha* ou a revista *Brasil-Oeste*, que são os dois exemplos utilizados em tela. Fausto Vieira de Campos era, naquele momento, ele mesmo visto como um “bandeirante da imprensa”, tal era a importância daquele empreendimento editorial na visão dos políticos/grupos dirigentes mato-grossenses.

Penso ser importante mencionar a seguir a justificativa do projeto de lei que propunha o “Prêmio Fausto Vieira de Campos – um Bandeirante do Ideal”, que nos mostra alguns dos elementos que repetiam o discurso há pouco citado sobre a “imensidão” geográfica do país, mas agora abordando especificamente Mato Grosso, além da própria dignificação da figura de Fausto.

Considerando: que Mato Grosso, com seus 1.260.000 quilômetros quadrados de terras, cuja profundidade do ‘humus’ é impressionante e quase inacreditável, constitui um *continente* de fertilidade e esperança;
que seu rebanho de 12 milhões de bovinos, facilmente transformável em 30 ou 40 milhões de cabeças, poderia trazer para o Brasil divisas [...] superando o próprio café;
que riquezas de todo o jaez esperam apenas a ação do homem [...];
que este *verdadeiro Éden* já foi descoberto por quase todos os povos que aqui têm os seus representantes, faltando apenas que o Brasil, da civilização do caranguejo e do asfalto, não continue teimosamente a ignorar *esta portentosa* terra capaz de resolver todos os problemas sócio-econômicos da Pátria;
que, com densidade populacional muito aquém [...] Mato Grosso exige um imediato surto de povoamento;
que novos contingentes de colonos para aqui vindos estariam aptos a repetir as entusiasmadoras experiências de Dourados e, mais recentemente, a da Colônia do Rio Branco;
[...] que o braço e o capital adventícios, formando novas fontes de riqueza, carrearão benefícios incalculáveis para o erário estadual;
que o brasileiro, de um modo geral, tem uma imagem distorcida do viver mato-grossense [...] que para sanar tal lacuna, seria de todo interesse que o poder público incentivasse a divulgação do que é Mato Grosso, mostrando aos nossos patrícios o

⁷⁵ Revista *Brasil-Oeste*, ano X, nº 106, julho de 1965, São Paulo (SP).

verdadeiro sentido de brasilidade que existe na integração do Oeste no desenvolvimento nacional;
[...] que não poderá haver melhor divulgação do que reportagens ilustradas em jornais e revistas⁷⁶

Nessa justificativa, é possível dizer que há um resumo de um discurso que estava em consonância com aqueles encontrados nas páginas da própria *Brasil-Oeste* e, além disso, fazia parte daquilo que os grupos dirigentes de Mato Grosso pensavam *sobre* e *para* a região. O uso e o abuso de palavras que pretendiam valorizar aquele estado se fez presente, como por exemplo, no fragmento em que o deputado ressaltava que ali haveria um “continente de fertilidade e esperança”, uma vez que era o “verdadeiro Éden”, “portentosa terra” e onde residiria o “verdadeiro sentido de brasilidade”.

Essa concepção da grandeza de Mato Grosso era comum em vários discursos, como já pude mostrar por meio das análises de Galetti e é justamente na obra dessa autora que há uma discussão em relação à associação daquele estado com o “Éden” ou “Paraíso”, que já se fazia presente em textos que remontavam ao final dos oitocentos. Esse tema aparece quando a historiadora analisa um fragmento de relatório de um presidente da província de Mato Grosso que, em essência, apresentava – como é de se esperar – uma visão ambígua sobre aquela região e expressava as incertezas do período em relação às terras mato-grossenses. Era a ideia da “região mato-grossense como espaço-limite entre *civilização* e *barbárie*, área a ser *povoada* e *colonizada*”. O presidente da província reclamava da dificuldade em colonizar aquele espaço em razão da exagerada violência. Nas suas palavras:

A colonização, pois, será o maravilhoso condão que um dia transformará esta terra esquecida do mundo civilizado num dos mais opulentos torrões do globo. Mas, como atrair as correntes de emigração, quando a distancia, a falta de segurança para os colonos, entre tantas hordas de Índios bravios, apresentam-se como barreiras invencíveis para trazel-os até aqui? [...] Supprima-se a distancia, catechize-se o selvagem menos bravoio, e afugente-se o mais indomável, se tanto fôr preciso, e a colonização espontânea, única profícua, virá com seus braços e capitaes transformar esta terra ainda de desterro num *Éden do Brazil*.⁷⁷

Se no final do século XIX havia a necessidade de transformar aquela “terra de desterro” em Éden, nos anos 1960, Mato Grosso já era o próprio “Paraíso”, faltando apenas a boa vontade dos grupos políticos no sentido de propagandeá-lo para outras regiões, isto é,

⁷⁶ Revista *Brasil-Oeste*, ano X, nº 106, julho de 1965, São Paulo (SP), p. 21. Os grifos são meus.

⁷⁷ Para fazer a citação, fiz uso do documento original, isto é, o Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, João José Pedrosa, à Assembleia Legislativa Provincial, Cuiabá, 01 de novembro de 1878, p. 35. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/429/000035.html>, acesso em 23/5/2014, mas a citação também pode ser encontrada, como mencionei no corpo do texto, em GALETTI, Lyliá, *Op. Cit.*, 2012, p. 203-204.

divulgá-lo aos “patricios”, conforme termo usado por Del Nero, para integrar o oeste brasileiro ao desenvolvimento e progresso do país que estava instalado no Sul e Sudeste.

Logo, a presença de Fausto Vieira de Campos como figura central naquele projeto de lei mostra toda a importância dada a ele nos anos 1960. Sobre essa questão, o deputado Del Nero ressaltava que Campos era

de reconhecido gabarito profissional, armado do melhor espírito de patriotismo e de um entusiasmo contagiante pelo que tem de puro e produtivo, vem há anos escrevendo primorosos artigos, um livro completo (*Retrato de Mato Grosso*), e patrocinando uma magnífica revista (BRASIL-OESTE), tudo visando a tornar realidade a “arrancada redentora”. PROPONHO a criação, com o nome dêsse amigo de nosso Estado, Mato-grossense Honorário pela vontade desta Casa, de um prêmio anual para o melhor trabalho de divulgação, de cunho jornalístico, versando assunto de interesse do Estado de Mato Grosso, no setor de desenvolvimento.⁷⁸

Portanto, Fausto era pintado como o protagonista de uma bela tela, isto é, um “bandeirante”, desbravador de fronteiras, que buscava trazer os ideais civilizatórios para Mato Grosso. Assim, construiu-se a ideia de que seu projeto editorial foi o “pioneiro” na divulgação do estado, desde os anos em que atuou como representante da *Folha da Manhã* na região de Cuiabá, até a produção de sua obra *Retrato de Mato Grosso* e, por fim, por meio da revista *Brasil-Oeste*.

É importante dizer que o destaque dado à pessoa de Fausto Vieira de Campos e sua associação ao “bandeirantismo” se deram especialmente porque seu projeto editorial, de certa maneira, pretendia-se “bandeirante”, consciente ou inconscientemente. Ao chamar alguns fragmentos das reportagens feitas pela *Folha*, busquei mostrar o quanto empreendimentos de “natureza” semelhante àquela feita pela “Brasil-Oeste Editôra” fizeram-se presentes no período em tela. A coincidência (ou não) de haver uma publicação de uma missiva remetida por Campos foi algo bastante significativo, sobretudo no aspecto simbólico, pois ficou evidente no conteúdo da carta um aspecto saudosista e uma sensação de obra inacabada por parte da empresa *Brasil-Oeste*. A partir de agora, mostrarei que em outras publicações, desta vez mato-grossenses, encontravam-se preocupações semelhantes às que venho mencionando.

3.4. Outras revistas, mesmas preocupações

As preocupações com o centro-norte do país de meados do século XX eram uma continuação das diversas propostas de colonização, desenvolvimento e progresso para essas

⁷⁸ Revista *Brasil-Oeste*, ano X, nº 106, julho de 1965, São Paulo (SP), p. 21. Palavras em caixa-alta do original.

regiões, que remontavam a décadas anteriores. No caso mato-grossense, conforme foi demonstrado, as tentativas de fugir do estigma do atraso e de conquistar “um lugar ao sol”, na órbita do desenvolvimento, já eram consideradas demandas históricas.

Como pude mostrar no primeiro capítulo deste trabalho, dentre as diversas preocupações das chamadas revistas agrônômicas (mesmo aquelas de outros países), um dos aspectos mais comuns se assentava na preocupação com o desenvolvimento de seu país como um todo. Os projetos editoriais eram bastante ambiciosos nesse sentido, uma vez que buscavam propor incremento técnico que impulsionasse a produção agrícola e sua influência na economia.

No caso do Brasil, um país “agrícola por vocação”, acentuava-se tal questão. Já em relação à situação mato-grossense, eram relativamente escassas as produções de tal gênero, no entanto, houve uma publicação chamada *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura* (fig. 08), de 1907. Além de preocupações típicas dos produtores do início do século XX, acentuava-se a fortíssima questão do abandono em que supostamente se encontrava Mato Grosso, tal como veremos décadas mais tarde nas páginas da *Brasil-Oeste*.

Tive a oportunidade de encontrar apenas o primeiro exemplar da *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura*, além do livro de Atas dessa sociedade, que teve como membros em sua primeira diretoria pessoas bastante conhecidas em Mato Grosso, como por exemplo, Pedro Celestino Corrêa da Costa,⁷⁹ Virgílio Alves Corrêa⁸⁰ e Antonio Cesario e Figueiredo,⁸¹ todos apresentados como “Coronéis”, além do Dr. João da Costa Marques⁸² e o “Bacharel” João Pedro Gardès.⁸³

⁷⁹ Pedro Celestino Correia da Costa nasceu no município de Chapada dos Guimarães (MT), no dia 5 de julho 1860. Foi Presidente do Estado de Mato Grosso por duas vezes (1908-1911 e 1922-1924), e Senador (1918-1922 e 1927-1930). Informações retiradas do site <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2>, acesso em 08 de fevereiro de 2016.

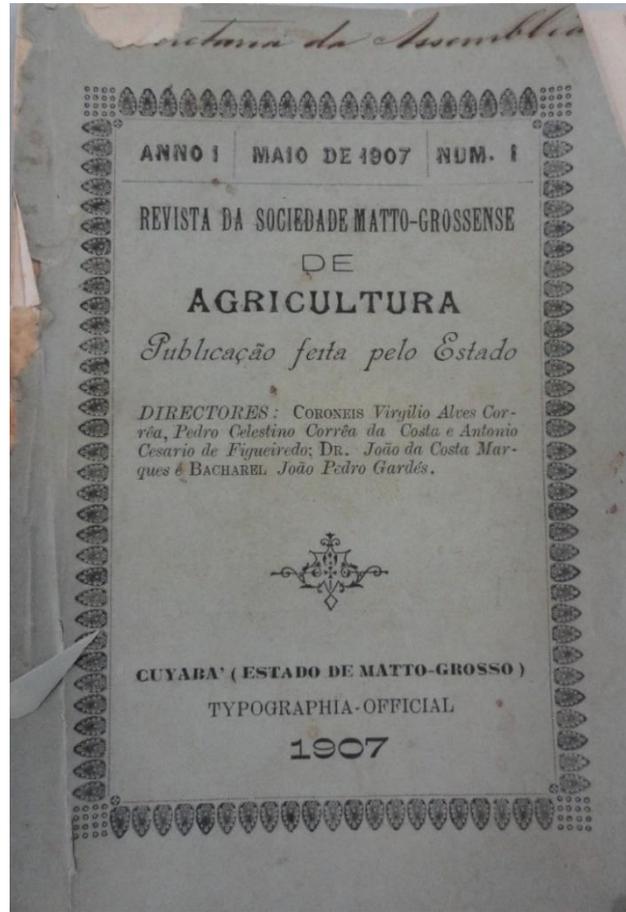
⁸⁰ Virgílio Alves Corrêa foi um influente fazendeiro mato-grossense do século XIX e início do XX. Era pai dos escritores Virgílio Corrêa Filho e Virgílio Corrêa Neto.

⁸¹ Nascido em Cuiabá, em 16 de abril de 1846, foi um fazendeiro e político. Vice-Governador, governou o Estado de Mato Grosso entre os anos de 1898-1899 em virtude da Renúncia de Antônio Corrêa. Foi também Coronel da Guarda Nacional. Informações retiradas do *Dicionário Biográfico Mato-grossense*, de autoria de Rubens de Mendonça, 2ª. ed., 1971, p. 68.

⁸² João da Costa Marques nasceu em 4 de junho de 1865, no município de Poconé-MT. Foi Deputado Federal em várias legislaturas e Governador do Estado, de 1911 a 1915. Informações retiradas do *Dicionário Biográfico Mato-grossense*, de autoria de Rubens de Mendonça, 2ª. ed., 1971, p. 94.

⁸³ João Pedro Gardès nasceu em Lausanne, na França, em 31 de agosto de 1844. Foi agrimensor e Professor Catedrático de Grego do Liceu Cuiabano e Deputado à Constituinte Estadual de 1891. Informações retiradas do *Dicionário Biográfico Mato-grossense*, de autoria de Rubens de Mendonça, 2ª. ed., 1971, p. 72.

Figura 8. Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura, número 1.



Essa revista cuiabana surgiu logo após um período conturbadíssimo em Mato Grosso, que decorreu do assassinato do Presidente do Estado Totó Paes⁸⁴ pelos seus adversários políticos, formados pelos clãs dos Ponce, Murtinho e os Corrêa da Costa naquilo que é comumente chamado de “Revolução de 1906” pela historiografia mato-grossense. De modo muito resumido, pode-se dizer que, após “intensas lutas dos grupos armados trazidos por Ponce⁸⁵ de Corumbá e por Pedro Celestino do interior [de Mato Grosso], ocorre o sitiamento e deposição do Presidente Totó Paes. Este, foragido e à espera do socorro federal [...], acaba por ser morto pelas forças revolucionárias”.⁸⁶ Portanto, um aspecto que deve ser

⁸⁴ Antonio Paes de Barros (Totó Paes), nasceu em Cuiabá em 15 de dezembro de 1851. Foi Presidente do Estado e morreu no exercício de seu mandato. Informações retiradas do *Dicionário Biográfico Mato-grossense*, de autoria de Rubens de Mendonça, 2ª. ed., 1971, p. 28.

⁸⁵ Generoso Pais Leme de Sousa Ponce, nasceu em Cuiabá em 10 de julho de 1852. Foi Deputado provincial por várias vezes. Foi Vice-Presidente do Estado, Senador Federal e Presidente do Estado. Informações retiradas do *Dicionário Biográfico Mato-grossense*, de autoria de Rubens de Mendonça, 2ª. ed., 1971, p. 132.

⁸⁶ NOVIS NEVES, Maria Manuela Renha de. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*, 1988, p. 99.

levado em consideração nas análises que farei a seguir se assenta no fato de que a diretoria formada naquela revista era aliada ao grupo político que derrubou Totó Paes. Logo, é visível que seus diretores não pouparam críticas ao que (não) havia sido feito em Mato Grosso até aquele momento, em virtude de uma suposta morosidade e má vontade do poder público de então. Com a nova configuração política (pós “revolução de 1906), nota-se que o discurso contido em suas páginas era o da “mudança”, do “trabalho”, etc., isto é, tudo aquilo que traria sucesso para o estado.

Diferentemente da revista *Brasil-Oeste* que, em sua primeira edição, apenas mencionou alguns de seus objetivos em um pequeno texto que correspondia a menos de 1/3 de página e que expus no primeiro capítulo, a *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura* publicou um editorial bastante profundo no sentido de expor abertamente quais eram suas preocupações e objetivos centrais daquele impresso. É evidente que eram publicações distintas, não apenas em virtude de estarem situadas em contextos temporalmente diferentes, mas também em razão da proposta final de cada uma delas. A *Brasil-Oeste* era mais aberta e com larga escala de produção, pois encontrava-se ali um magazine que perseguia os moldes exigidos pelo mercado editorial de meados do século XX, enquanto o periódico publicado em Cuiabá pela *Sociedade Matto-Grossense*, na aurora daquela centúria, foi pensada de certo modo com o objetivo de ser muito mais restrita aos interesses dos sócios que ali estavam aglutinados (que incluía, claro, também questões políticas), ainda que fosse distribuída por meio de assinaturas para os não-sócios (e mesmo assim, muito restrita ao público cuiabano).

Conforme venho tentando mostrar, o “projeto Brasil-Oeste” trazia consigo uma mescla de interesses econômicos, políticos, editoriais e, claro, a legítima preocupação com o desenvolvimento mato-grossense. De todo modo, o fato é que eram dois tipos de publicações diferentes – *Brasil-Oeste* e *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura* –, sem deixar de trazerem algumas semelhanças muito interessantes para a análise em tela. A título de exemplo, no editorial inaugural do periódico cuiabano nota-se que ele estava inserido dentro da grande transformação que se buscava para o campo (mundo agrário) brasileiro, conforme indicam as análises de Ana Luiza Martins e outros mostradas no primeiro capítulo, pois dizia o texto:

A iniciativa desta revista corresponde á propaganda que em todo paiz se levanta, para dar *novo impulso á lavoura e á indústria pastoril*.

Matto-Grosso não podia ficar indiferente a esse movimento de progresso; e a recente criação, de nossa promissora sociedade de agricultura, é uma prova do que afirmamos.⁸⁷

Nota-se que já no início do século XX a produção agropecuária brasileira vislumbrava transformações no âmbito da técnica agrícola. Nesse sentido, os produtores não pretendiam deixar passar a oportunidade de entrarem nos rumos do desenvolvimento e do progresso pelos quais passava a chamada “civilização nacional”.

As semelhanças existentes entre as publicações da *Brasil-Oeste* e da revista cuiabana no que tange ao conteúdo propriamente dito se deram especialmente em relação a questões como: o descaso que havia por parte da União para com aquela região, a necessidade de propagandear-la e atrair capitais para despertá-la do “sono profundo” em que se encontrava, o “natural” potencial e a vocação para a agropecuária, são os exemplos principais.

Ainda na apresentação dos objetivos do periódico mato-grossense, alguns fragmentos podem ilustrar o que estou tentando exprimir, sobretudo no aspecto relacionado ao potencial natural de Mato Grosso:

[Sobre a grandeza do estado] Pela sua situação geographica, abrangendo as duas grandes bacias do Prata e do Amazonas e o planalto que divide nossas aguas, com *vastissimo territorio*, adaptado ás mais variadas culturas, *desde que fosse servido* por um systema racional de boas vias de communicação, Mato-Grosso offerceria, pelas *suas grandes riquezas naturaes*, pela diversidade de seu clima, o maior campo de exploração que pode apresentar o nosso planalto á vida intensa de expansões economicas, tão notáveis hoje entre as velhas nações da Europa.⁸⁸

Décadas mais tarde, em uma publicação datada de 28 de março de 1954, escrita para a *Folha da Manhã* sob o título “Rosario-Oeste está-se transformando no maior celeiro do norte de Mato Grosso”, Fausto buscava mostrar aquele município, o qual, segundo sua percepção, guardava enorme potencial de crescimento econômico no âmbito da extração da borracha, dentre outras coisas. Em um subtítulo daquela reportagem, o autor chamava aquele lugar como o “Celeiro do norte mato-grossense”, um “município estratégico”. É interessante observar que Campos, do mesmo modo que a publicação cuiabana, enfatizava a posição geográfica daquela localidade como um aspecto central. Dizia ele que “a razão de ser da importância de Rosario-Oeste reside no fato de pertencer, ao mesmo tempo, das duas grandes

⁸⁷ *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura*, “A nossa apresentação”, ano 01, número 01, maio de 1907, p. 03. Os grifos são meus.

⁸⁸ *Id.*, *Ibid.* Os grifos são meus.

bacias do Prata e do Amazonas [...].”⁸⁹ Ainda que o jornalista abordasse especificamente um município, a “essência” do discurso é a mesma.

É válido dizer que até mesmo nas próprias propagandas de vendas de terra anunciadas no interior da revista *Brasil-Oeste* enfatizavam-se os aspectos há pouco mencionados sobre Mato Grosso, tal como é possível observar em duas delas, por exemplo, que tiveram como anunciantes as colonizadoras de terras “Departamento Imobiliário Brasileiro” e “Imobiliária Presidente”. Em relação à primeira, chamava-se por investidores para que continuassem a “Marcha para o Oeste” e as riquezas a serem exploradas naquela região: “O novo roteiro dos colonizadores é o Estado de Mato Grosso [...] Todo o território mato-grossense ESTÁ ISENTO de fenômenos meteorológicos nocivos, particularmente a geada e o granizo”. Na segunda, enfatizava-se também as maravilhas daquele lugar, “TERRAS EM MATO GROSSO: as melhores do Brasil [...] MATO GROSSO, dentro de pouco tempo, *será o Estado mais rico do Brasil*, em virtude da ótima qualidade de suas terras”.⁹⁰

Outro exemplo encontra-se na terceira edição da *Brasil-Oeste*, quando foi publicado um fragmento de um estudo elaborado pelo “Instituto Agrônomo de Campinas” sobre os perfis de solo de diversas regiões do país. Esbanjava-se otimismo e enfatizavam-se, mais uma vez, as qualidades daquele estado, na incessante “luta” para chegar ao convencimento de que Mato Grosso era o melhor lugar para investir nesse segmento econômico. Dizia o texto que as “primeiras análises de solos mato-grossenses, que temos em nossas vistas, revelam que além do cálcio, de *riqueza absolutamente fora do comum nos solos brasileiros*, mostram a existência também de outras bases [...] *acima da riqueza máxima dos nossos solos*”.⁹¹

De igual maneira, ainda na primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, Fausto Vieira de Campos realçava vivamente o objetivo maior daquela obra e “profetizava” o belo futuro para Mato Grosso. Ao mencionar, em 1955, as impressões que teve do “*far West*” brasileiro, ressaltava sobremaneira aquilo que havia de “maior” e “mais profundo” naquela região. Dizia o autor que

Mato Grosso está fadado a ocupar *lugar de destaque* na comunidade brasileira. A *uberdade* de suas terras, as condições *climáticas favoráveis*, a segurança e a garantia de que gozam todos quantos mourejam nêsse Estado – constituem fatores positivos, que devem ser apreciados.⁹²

⁸⁹ Jornal *Folha da Manhã*, 28 de março de 1954, São Paulo (SP).

⁹⁰ Revista *Brasil-Oeste*, várias edições. Os grifos são meus.

⁹¹ Revista *Brasil-Oeste*. Solos Mato-Grossenses, n. 03, março de 1958, p. 22. Os grifos são meus.

⁹² CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 5. Os grifos são meus.

Nesse sentido e ainda na apresentação da revista cuiabana, há outro aspecto que merece ser analisado. Tratava-se de algo que muito incomodava os mato-grossenses, que era a ideia de que ali imperava a “preguiça” ou, melhor, a “falta de iniciativa”, da qual – pelo que se apresentava – buscava-se intermitentemente desvencilhar-se em favor da criatividade e do potencial econômico (especialmente agrícola) que havia em Mato Grosso. Na citação a seguir, podemos conferir uma espécie de autocrítica em texto escrito para a apresentação daquela publicação:

[...] um somno profundo, uma noite interminável pesavam sobre si; nenhum esforço parecia capaz de despertá-lo [Mato Grosso], levantando-o desse abatimento para a nova era de ressurgimento agrícola que de Norte a Sul se observa no país. Em boa hora, repercutiu entre nós o eco dessa propaganda que já conseguiu realizar este milagre: romper a apatia ingênita à nossa raça e vencer a indiferença morbida que, em geral, temos pelas grandes idéias, congregando homens dispostos a trabalhar pelo desenvolvimento de nosso progresso industrial agrícola, em um núcleo forte que representa os mais vitais interesses do Estado, constituindo ao mesmo tempo o órgão de nossa lavoura perante os governos do Estado e da União. Para propugnar por esses interesses, é que vem hoje à luz esta publicação, e que ela preencha cabal e brilhantemente – os fins a que se propõe – são os nossos votos.⁹³

É digno de nota que, décadas antes do surgimento da revista *Brasil-Oeste*, uma publicação também trouxesse um discurso que pretendia instaurar a mudança, buscando o desenvolvimento econômico a fim de acompanhar os ritmos do progresso que atingiam outros lugares da nação. O excesso de “drama” em seu discurso era igualmente visível, especialmente em fragmentos como o que citarei a seguir: “O Estado que não procurar acompanhar ao menos o progresso dos outros, lavra a sua sentença, condemnando-se pela incapacidade a ocupar lugar secundário.”⁹⁴

É importante ressaltar, no entanto, que, ao contrário do discurso mais crítico dos mato-grossenses do início do século XX em relação a eles próprios (levando sempre em consideração que havia ali também uma crítica aos adversários políticos), nos números iniciais da *Brasil-Oeste* ou mesmo na primeira edição de *Retrato de Mato Grosso* não encontraremos esta autocrítica, até porque Fausto Vieira de Campos não era mato-grossense e, se escrevesse algo parecido com as citações anteriores da *Revista da Sociedade Mato-Grossense de Agricultura*, possivelmente geraria uma antipatia junto ao público que pretendia

⁹³ *Revista da Sociedade Mato-Grossense de Agricultura*. “A nossa apresentação”, ano 01, número 01, maio de 1907, p. 04.

⁹⁴ *Id.*, *Ibid.*

atingir. Nesse sentido, como venho mostrando no decorrer do trabalho, suas publicações estavam ali para “ajudar”, “contribuir” e “melhorar” as condições da produção industrial e agropecuária em Mato Grosso por meio de uma intensiva propaganda, conforme será visto em vários números da revista.

Dentre os diversos objetivos da *Brasil-Oeste*, é deveras notável a incessante busca por torná-la efetivamente um periódico de “utilidade pública”, em “prol do povo matogrossense”, como podemos observar em discurso proferido em 1962, na Câmara Municipal de Campo Grande, por Fausto Vieira de Campos, quando mencionava seu apoio àquele município em relação a um imbróglio envolvendo a CEMAT (Centrais Elétricas Matogrossense S.A.) e as falhas em seus serviços de transmissão de energia elétrica. Vejamos:

Doa a quem doer, atinja a quem atingir – declarou, textualmente – a BRASIL-OESTE *estar na rua ao lado do povo*, para que tenha paradeiro essa situação calamitosa que se verifica na maior cidade de Mato Grosso, com prejuízos incalculáveis para o Comércio e para a Indústria, com a paralisação de serviços públicos, com desconforto para a população residente e itinerante, com estrangulamento de iniciativas arrojadas que se projetam para estabelecer, na comuna, um grande parque manufatureiro”.⁹⁵

Pretendia-se, portanto, criar uma relação de simpatia e, especialmente, empatia junto às causas mato-grossenses a partir do diagnóstico dos problemas e da proposição de novos temas. Fugir da ideia de “*jungle*” era um dos principais objetivos do projeto editorial de Fausto Vieira de Campos, desde *Retrato de Mato Grosso* até à *Brasil-Oeste*. Buscava-se, portanto, fazer aquele estado conhecido a partir da perspectiva que merecia, isto é, como uma região com largo potencial de crescimento, bem como pensavam os idealizadores da *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura*, 50 anos antes. Deste modo, o contato com a revista cuiabana mostrou-me, por exemplo, que muitos dos anseios históricos de parcelas da sociedade mato-grossense ainda permaneciam presentes na época da *Brasil-Oeste*, o que justificava sua própria existência e é esse o elemento central que, a meu ver, fez daquele projeto editorial um sucesso em terras mato-grossenses.

Para somar aos periódicos que até aqui foram discutidos e comparados ao projeto editorial de Fausto Vieira de Campos, volto-me para outra publicação, do final dos anos 1940 e mostro a incrível semelhança do discurso em relação a tudo que já foi mencionado até o momento a respeito da grandiosidade e potencialidade mato-grossenses.

⁹⁵ Revista *Brasil-Oeste*, ano V, n° 49, São Paulo, junho de 1960, São Paulo (SP), p. 65. Os grifos são meus.

Trata-se da *Revista d'Oeste*, publicada em Campo Grande, que tinha como principal objetivo divulgar questões mais próximas à realidade do entorno campo-grandense (no âmbito das ciências, letras, artes e economia) e que contou, inclusive, com futuros colaboradores da revista *Brasil-Oeste*, tais como Octavio G. Gomes, Rosário Congro e Valério d'Almeida. No caso dessa revista, os indícios levam a crer que ela tinha uma inclinação política favorável ao PSD, tendo em vista que seu diretor principal, Arthur D'Ávila, era filiado a esse partido. Outro aspecto que merece ser mencionado foi a publicação, no número inaugural, de um extenso artigo no qual foram feitos vários elogios a Arnaldo Figueiredo, governador de Mato Grosso, pelo PSD, no período de 1947-1950.

Devo dizer, contudo, que não encontrei nas edições que busquei nenhum item de maior polêmica nessa revista como os que encontrei no magazine cuiabano há pouco mencionado, pois a publicação campo-grandense tinha uma visão bastante positiva daquela conjuntura histórica e um otimismo visível em seus textos, especialmente no que dizia respeito à cidade de Campo Grande. Ainda que não fosse um periódico agrônomo, já na edição inaugural mencionava-se a pulsão da “revolução agrícola” daquele tempo, por meio de um texto escrito pelo economista Oliveira Martins. Abordava-se, também, a necessidade de uma reconfiguração das políticas públicas brasileiras em favor do financiamento da produção agrícola, além de outros tópicos que alavancariam a produção brasileira. Por mais que seu texto fosse escrito pensando em escala nacional, é muito importante a presença daquele tipo de publicação na *Revista d'Oeste*, pois indica, mais uma vez, a ideia de “vocaçãõ agrícola” de Mato Grosso que, segundo seus editores, tinha tudo para prosperar.⁹⁶

Na segunda edição do periódico campo-grandense, por exemplo, lançada em janeiro de 1950, isto é, dois anos após o primeiro número, o editorial ressaltava o papel ao qual a revista estaria designada, e mencionava, dentre outras coisas que se pretendia

[...] fazer desta Revista o órgão líder do Centro-Oeste-Brasileiro – êste pedaço verde do Brasil – *reservatório potencialíssimo de riquezas* “deitada eternamente em berço esplêndido” à espera do progresso.

Fazer conhecida dos demais estados da Federação a vida política-social, comercial, industrial, ética e cultural de Mato Grosso. Acordar talentos, despertar gênios adormecidos; restaurar energias morais [...].

Nesta tarefa encetada, não podemos parar em meio do caminho, nem voltar a traz – avançar sempre... olhar para cima [...].⁹⁷

⁹⁶ *Revista d'Oeste*, ano 1, dezembro de 1948, Campo Grande (MT).

⁹⁷ *Revista d'Oeste*, ano 2, janeiro de 1950, Campo Grande (MT), nº 2. Os grifos são meus.

Como vimos, tanto na *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura*, quanto nos textos de Fausto Vieira de Campos e da *Brasil-Oeste*, bem como da publicação campo-grandense *Revista d'Oeste*, o uso de termos que referenciam o potencial de Mato Grosso no “superlativo” era recorrente, como pude mostrar nos diversos fragmentos destacados das citações das publicações mencionadas, tais como “reservatório potencialíssimo de riquezas”, “vastíssimo território”, “riquezas incalculáveis”, entre outros termos.

Para que fosse possível explorá-lo, tanto a revista cuiabana de 1907 quanto a campo-grandense de 1948 enfatizavam que era preciso sair daquele “sono profundo”, ou do “berço esplêndido”. A paulistana *Brasil-Oeste*, que veio depois e não tecia críticas mais profundas à “sonolência” mato-grossense, mas não deixou de pretender funcionar como um despertador. Contudo, ao contrário das publicações que a precederam, ela deveria despertar as “forças imperiosas” (investidores) que estavam fora de Mato Grosso e fazê-las perceber que havia naquele estado um lugar de imensas riquezas a serem exploradas, e que estavam num padrão “absolutamente fora do comum nos solos brasileiros”.

Em *Retrato de Mato Grosso*, Campos, por exemplo, fez questão de enfatizar as qualidades naturais intrínsecas aos mato-grossenses, bem como de tecer elogios diretos à gestão de Fernando Corrêa da Costa na tentativa de alterar a ordem das coisas em Mato Grosso naquele momento.

[...] a impressão que nos causa Mato Grosso é realmente bastante forte. Sente-se o esforço e a tenacidade de sua gente trabalhadora e ordeira, nota-se e se compreende a visão administrativa do Governo, no sentido de resolver problemas de profundidade tendo em vista o bem-estar da população e o progresso econômico do Estado.⁹⁸

Notam-se, insisto, as semelhanças entre esses periódicos e o que era pretendido por Fausto Vieira de Campos, ainda que a tonalidade dada pelo autor para retratar aquele estado fosse distinta e mais sutil do que aquela feita pelas revistas mato-grossenses. O que me importa aqui é ressaltar a concepção encontrada, de todo modo, em todos os periódicos mencionados, a “paixão” e a fé de que o então “atrasado”, “estigmatizado” e “longínquo” Mato Grosso teria belíssimo lugar reservado para seu futuro.

A questão que se coloca é a seguinte: Por que, com todo aquele potencial, Mato Grosso ainda engatinhava no âmbito do desenvolvimento capitalista? Foram várias as respostas dadas, mas uma delas foi historicamente muito debatida naquele estado: a ideia de

⁹⁸ CAMPOS, Fausto Vieira. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 15.

abandono. A “tática” discursiva de Fausto Vieira de Campos e, de modo geral, dos textos em que havia cobranças mais efetivas por um Mato Grosso melhor, giravam em torno de críticas ao poder público federal, que “deixava” “abandonada” aquela região que tanto necessitava de políticas públicas. De igual maneira, a *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura* também tecia críticas à inaptidão da União em investir naquele espaço.

Na revista cuiabana, por exemplo, fragmentos como os que citarei a seguir traduzem o que pretendo expressar:

Não cessaremos de apelar para os poderes publicos da União e do Estado, afim de conseguirmos, em beneficio da lavoura, auxilios directos e indirectos a que ella tem direito como fonte da riqueza publica.

Jamais calaremos ante ao abandono criminoso em que está, sitiada pela falta de estradas para uma viação racional e de meios que facilitem seo desenvolvimento.

Como compensação dos recursos com que concorre para as finanças do Estado, nem ao menos ella [a lavoura] encontra pontes nos rios, estradas regulares e outros meios de facilitar o seu desenvolvimento.

A lavoura não tem recebido do Estado auxilio algum, o que se justifica em parte, pela intranquilidade em que temos vivido; não se dando a mesma razão em relação a União que nos considera como filhos naturaes.

Todos os anos têm sido votadas diversas verbas no orçamento da Republica para beneficiar a lavoura [...].

Mas todos estes beneficios só podem gosar os Estados mais próximos á Capital Federal, por terem prompta communicação [...].⁹⁹

As críticas ao abandono creditado à União e parcialmente ao marasmo do poder público estadual são notadamente presentes no extenso trecho citado acima. Portanto, no caso da revista cuiabana, há autocrítica inicial, bem como fortes cobranças àquilo que lhes era externo, especialmente ao poder público federal.

Já na *Brasil-Oeste*, o incômodo relacionado ao suposto “abandono” por parte do poder público foi algo bastante recorrente e, por algum tempo, a União tornou-se seu principal alvo. É importante lembrar, por exemplo, que Fausto Vieira de Campos, em texto já analisado no presente trabalho, escrito para o *Correio do Estado* a respeito da questão do “Parque indígena do Xingu”, esbravejava contra todos aqueles que “emperravam” o desenvolvimento mato-grossense, incluindo aí o poder público.

Diversos seriam os exemplos, mas para ficarmos apenas no âmbito da agricultura, em editorial publicado na sexta edição da revista, sob o título “Fomento da triticultura em Mato Grosso”, falava-se de uma ação na qual seriam instaladas diversas famílias italianas a fim de trabalharem com o trigo nos arredores do município de Chapada dos Guimarães. Elogiava-se, por exemplo, a postura estadual (especialmente a gestão de Fernando Corrêa da

⁹⁹ *Revista Matto-Grossense de Agricultura*, “Apello justo”, ano 01, número 01, maio de 1907, p. 05-06.

Costa) em relação àquela mobilização e criticava-se, ainda que sutilmente, o Ministério da Agricultura:

Oxalá que os entendimentos do CIME [Comitê Intergovernamental de Migrações Européias] com o Governo de Mato Grosso resultem em medidas práticas, para cuja consecução deverá o Ministério da Agricultura propiciar a ajuda oficial com a indispensável presteza, reparando, assim, o descaso que cometeu anteriormente face à solicitação de assistência feita pelos franceses.¹⁰⁰

Para que fique melhor entendido, Campos referia-se a um episódio em que, nas suas palavras, “agricultores francêses fizeram pesquisas no [município da Chapada dos Guimarães] e se dispuseram a promover, ali a cultura do trigo em larga escala”¹⁰¹. Segundo o autor, houve um descaso por parte do Ministério da Agricultura que desencorajou aquela ação e, por esta razão, ele tecia críticas àquela esfera do poder público federal.

Ainda que não seja um texto agressivo, percebe-se a visível insatisfação frente à falta de ação da União junto ao estado mato-grossense. Isso me remete a outra edição da *Brasil-Oeste*, ainda do primeiro ano, em editorial intitulado “Mato Grosso e a União”. Nesse texto, as cobranças feitas pelos diretores da revista fazem jus às suas promessas de “trabalhar” pelos anseios mato-grossenses. Foram inseridas as reclamações pertinentes à histórica reivindicação mato-grossense no que dizia respeito às fragilidades nas comunicações e transportes (reclamação, como tenho mostrado, antiga por parte das elites locais). Outro aspecto que é importante assinalar reside na insistência no discurso da “exuberância” e “excepcionalidade natural”, o grande trunfo daquele Estado, que estaria sendo desperdiçado. Vejamos a seguir.

O Governo Federal deve voltar as suas vistas para o Estado de Mato Grosso. Não se concebe que uma região *grandemente* favorecida pela natureza, dispondo de terras *ubérrimas* e condições climáticas *excepcionalmente favoráveis* a todos os eventos agrícolas, permaneça em Estado de subdesenvolvimento devido à falta de meios de transportes e de comunicações rápidas.

O esforço que os governos mato-grossenses vêm fazendo de uns quinze anos para cá, no sentido de estender as rodovias a todos os quadrantes do Estado e de forçar interesses para a construção de ferrovias na zona Norte, pondo-a, assim, em comunicação mais econômica com o Sul [de Mato Grosso] e com o Estado de São Paulo, tem sido verdadeiramente sabotado pela União, que parece nada querer fazer.¹⁰²

¹⁰⁰ Revista *Brasil-Oeste*, Ano I, n. 06, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 2.

¹⁰¹ *Id.*, *Ibid.*

¹⁰² Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n. 04, julho de 1956, São Paulo (SP), p. 01.

Logo em seguida, vários exemplos relacionados ao descaso frente aos anseios e necessidades mato-grossenses foram dados pelo autor. Citarei apenas um pequeno fragmento de cada um deles, ainda que isso já seja o suficiente para que compreendamos o que pretendo exprimir em relação ao assunto em tela:

Veja-se *o descaso* do Ministério da Agricultura com respeito à rede de postos agropecuários distribuídos por todo o território mato-grossense [...].
Veja-se *o descaso* do Ministério da Educação com respeito à rede de escolas secundárias [...].
Veja-se *o lamentável* estado em que se encontram as agências dos Correios e Telégrafos [...].
Veja-se *a mesquinhez* dos gastos que a União faz para manutenção de saúde pública em Mato Grosso [...].
Veja-se, finalmente, *a má vontade* com que tramitam os grandes projetos que possam de qualquer maneira favorecer o desenvolvimento econômico de Mato Grosso [...].¹⁰³

Por fim, o autor demonstra ter uma leitura histórica em relação às reclamações mato-grossenses no âmbito dos transportes e comunicações (encontradas, por exemplo, na *Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura*):

Transportes e comunicações rápidas são reivindicações que Mato Grosso sustenta há mais de cinquenta anos, para poder ensejar a colonização de seu território e a exploração econômica de suas *incalculáveis reservas* [...] Retardar o atendimento dessas justas reivindicações de Mato Grosso [...] constitui, portanto, *uma aberração* – que não se pode compreender num momento tão difícil – assoberbados pela carência de tudo, até mesmo de gêneros alimentícios, que apodrecem nos centros produtores, como Mato Grosso e Goiás, à falta de transportes rápidos e baratos.¹⁰⁴

Nos fragmentos citados no editorial em questão, ficaram nítidas as acusações feitas pela *Brasil-Oeste* frente à União. É interessante notar que o mesmo discurso pôde ser encontrado na revista cuiabana lá no início do século XX. Não quero dizer, evidentemente, que se trata de uma questão “imutável” ou “atemporal”, no entanto, é absolutamente interessante o fato de que historicamente, em Mato Grosso, as acusações feitas contra o “outro” se fizeram constantemente presentes. Seja o indígena estigmatizado, a ideia de “jungle” que os incomodava, ou a União, o atraso era sempre atribuído ao outro.

Na edição de outubro de 1956 foi publicado um fragmento do “Relatório da Comissão de Planejamento da Produção (CPP) do Estado de Mato Grosso – Cuiabá, 1952”, sob o título “Indispensável melhor aproveitamento dos recursos naturais de Mato Grosso”. Se

¹⁰³ *Id., Ibid.*

¹⁰⁴ *Id., Ibid.*

um leitor mais desavisado não se apercebesse das referências feitas à fonte original ao final do texto, certamente pensaria que se tratava de um editorial escrito pela própria redação da revista, tendo em vista a semelhança que havia tanto na forma quanto no conteúdo daquela narrativa em relação às produções de Fausto, conforme mostrarei a seguir.

Mato Grosso é uma *grande extensão do território pátrio* que, pelo *abandono e desconhecimento* em que tem sido mantido, é caluniado, mórmente quanto ao seu clima, criando-se como que um desprestígio, quando se cotejam as suas amplas possibilidades, nas quais os grandes centros do país não acreditam.¹⁰⁵

Logo em seguida, reclamava-se da histórica postura da “nação” em relação ao Mato Grosso e o abandono a que foi destinado. Resgatava-se, inclusive, um patriotismo do povo mato-grossense que, segundo o autor daquele relatório, teve tudo para ter-se unido aos países vizinhos em tempos pretéritos, mas optou por continuar fazendo parte do Brasil.

Estudando-se a situação de Mato Grosso na nossa formação histórica, vê-se que essa unidade nacional, cercada por nações hispano-americanas e inteiramente isolada do convívio brasileiro, sem ligações permanentes com a Côrte e, depois, com a Capital Federal; suportando, *como nenhum outro ponto* do território nacional, o impacto de uma invasão, cujos invasores, em parte, já viviam dentro de suas fronteiras; sòmente *por um milagre de coesão* nacional, de dedicação ao Brasil, deve-se não estar, hoje, o *grande Estado ocidental*, ligado às repúblicas referidas.¹⁰⁶

Conforme vimos em outros casos, Mato Grosso é apresentado como um depósito de riquezas, mas que não recebia a atenção devida. Reclamação que, pelo que se percebe, era constante na história mato-grossense, bem como a ênfase no seu “inestimável potencial”. A respeito de sua geografia, inclusive, utilizou-se até mesmo a importância estratégica mato-grossense no âmbito de sua complicada – e importantíssima – posição geográfica para evidenciar sua importância histórica para o país.

No mencionado relatório da CPP havia, de certa maneira, uma demonstração de que apesar do alegado descaso por parte da União em relação aquele espaço, historicamente os mato-grossenses teriam permanecido ao lado dos interesses brasileiros em uma região que já teve como “hóspede” indesejável a maior guerra na qual o Brasil se envolveu, que foi a chamada “Guerra do Paraguai” ou da “Tríplice Aliança”. Antes disso, argumentavam os autores, teriam sido eles que protegeram a movediça e complicada fronteira, tendo em vista

¹⁰⁵ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n. 06, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 21. O mesmo texto pode ser encontrado na primeira página de sua publicação original, isto é, no “Relatório da Comissão de Planejamento da Produção do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 1952”. Os grifos são meus.

¹⁰⁶ *Id, Ibid.* Os grifos são meus.

que sua “configuração se deu em meio a conflitos que envolveram, numa disputa multissecular, os habitantes originais (indígenas) e os agentes e representantes de impérios e nações concorrentes e rivais (no caso, Portugal e Espanha e os novos países formados nos processos de independência)”.¹⁰⁷

Nesse sentido, exploravam-se as características da “bravura” e “valentia” “enraizadas” nos mato-grossenses, como protetores das fronteiras, enfatizando o “milagre” que teria sido a permanência de Mato Grosso em terras brasileiras. Frisou-se, especialmente, que o referido “milagre” se deu tão somente em virtude da obstinação e amor à Pátria, ainda que dito de outro modo, sob os termos “dedicação ao Brasil”. A este respeito, inclusive, Osvaldo Zorzato, analisa o discurso de algumas das mais conhecidas figuras mato-grossenses que se dedicaram às letras e à construção identitária regional. O autor defende a ideia de que havia um “caráter de epopeia, o heroísmo de seus personagens, o registro dos feitos dos antepassados como obra ‘civilizadora’”,¹⁰⁸ como um dos traços característicos, mas não exclusivos, da narrativa dos homens das letras mato-grossenses.

Galetti, por sua vez, em um dos tópicos de sua tese de doutoramento, intitulado “A redenção pela história”, nos mostra como os mato-grossenses buscaram construir essa ideia de que fizeram um grande serviço à pátria ao proteger as fronteiras nacionais, em tempos pretéritos. A autora nos informa que no ano de 1919, em comemoração do bicentenário de Cuiabá,

Entre os jornais que circularam em Cuiabá neste dia festivo, *O Mato Grosso* deu grande destaque à data, com a publicação em sua primeira página de um artigo especial rememorando os fatos que estavam sendo comemorados [...] Frisava que aos mato-grossenses, como herdeiros das qualidades dos bandeirantes, o Brasil devia a conservação dessas dilatadas fronteiras, pois souberam manter o território conquistado como parte integrante da nação.¹⁰⁹

A concepção de povo trabalhador e bravo, aliada às injustiças cometidas contra Mato Grosso, foram recorrentes também nos textos da *Brasil-Oeste*. É importante enfatizar que, apesar das visíveis inclinações favoráveis à UDN por parte da direção da revista (mesmo que negadas) nos anos iniciais de sua produção, em suas páginas, as acusações de abandono por parte da União não tinham, de modo geral, um alvo político específico. Os textos

¹⁰⁷ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Caminhos e fronteiras”: vias de transporte no extremo oeste do Brasil. In: _____; GOULARTI FILHO, Alcides.. (Org.). Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil. 1ed.Dourados: Ed. UFGD, 2011, v. 1, p. 99-138, p. 101.

¹⁰⁸ ZORZATO, Osvaldo, *Op. Cit.*, 1998, p. 27.

¹⁰⁹ GALETTI, Lylia., *Op. Cit.*, 2012, p. 349-350.

publicados na revista que citei há pouco, de 1956, foram publicados sob a gestão de Juscelino Kubitschek (PSD), mas não me parece que a crítica tenha sido direcionada a ele. Era algo mais profundo, enraizado na cultura mato-grossense, pois é como se a União fosse uma “entidade” que historicamente tivesse virado as costas para o Mato Grosso, desde os tempos do Império. A título de exemplo, mesmo na ditadura militar, alguns textos bastante críticos foram direcionados ao governo federal.

Na edição nº 109 (outubro de 1965), por exemplo, em editorial escrito sob o título “Colonização em Mato Grosso”, a direção da *Brasil-Oeste* chamava o novo governo, “pós-revolução” (nos termos expressos no interior da revista), de novo “padrasto” do estado mato-grossense, com duras críticas feitas em virtude do descaso relacionado à colonização daquela região, que era relegada ao total abandono. Houve, também, generalizada crítica aos políticos de Mato Grosso pela sua aparente inação (algo que não era tão comum quando a revista foi lançada):

O Governo Federal, antes e depois da Revolução de 1º de Abril, tem tido comportamento de padrasto para com os mato-grossenses justamente porque êstes, através de seus governantes e de seus representantes no Congresso Nacional, não aprenderam ainda a exigir o que têm direito.¹¹⁰

Em outra ocasião (nº 116, junho/julho de 1966), igualmente poderemos encontrar o termo “padrasto” utilizado pela revista para vincular, de modo pejorativo, a imagem do governo militar junto ao seu “enteado”, isto é, o estado de Mato Grosso. Tratou-se de um editorial escrito sob o título “Turismo em Mato Grosso” que, como se pode presumir, mencionava o potencial que tal atividade poderia proporcionar ao estado economicamente sem, no entanto, ter apoio algum da União.

Poucos meses antes, na edição nº 106 (julho de 1965), outras críticas haviam sido feitas à União. Uma delas, no interior do texto e sem assinatura do seu autor (presumindo-se que fosse de autoria de algum dos diretores¹¹¹), não tinha relação totalmente direta com o estado de Mato Grosso, mas estava relacionada às questões do campo, isto é, da produção agropecuária, portanto, respingava também nos interesses mato-grossenses. Naquela ocasião, o governo federal criou a chamada “Semana do Fazendeiro”, que recebeu destaque na *Brasil-Oeste*. Vejamos como foi abordado esse acontecimento:

¹¹⁰ Revista *Brasil-Oeste*, ano X, n. 109, outubro de 1965, São Paulo (SP), p. 2.

¹¹¹ É válido dizer que o texto pode ter sido escrito por Fausto Vieira de Campos ou pelo seu filho, Fausto M. G. de Campos.

INSTITUI o Govêrno Federal a Semana do Fazendeiro, que deverá comemorar-se nos estabelecimentos de ensino agrícola, “preferencialmente, fora do período normal das aulas”.

A iniciativa é chocante, partindo de um *Govêrno padraço*, que muitíssimo pouco tem feito para atender às mais singelas reivindicações do lavrador e do pecuarista. Não é com semana de festa, entremeadas de discursos e palavrorios inúteis, que se fará a apologia do rurícola, que é o verdadeiro esteio econômico da nação.¹¹²

Em seguida, o autor relatava uma porção de atividades necessárias para o incremento da produção e da técnica no campo e que deveriam ser feitas pelo governo federal. No entanto, diz ele, com duras palavras:

Nada disso tem feito o Govêrno e não há indício de que pretenda fazê-lo. O que êle tem em vista é uma finalidade demagógica, que deve ser denunciada. Não se iludam os fazendeiros, os sitiantes e os granjeiros, nem tampouco os colonos e agregados!¹¹³

Na mesma edição, mas neste caso por meio do primeiro dos editoriais publicados, houve um texto escrito sob o título “Promessas para Mato Grosso” que trazia informações a respeito da visita do então ministro da agricultura Hugo de Almeida Leme¹¹⁴ ao Mato Grosso.

É importante ressaltar que as palavras iniciais desse editorial a que faço referência são muito respeitadas em relação à pessoa do ministro Leme (tendo em vista que o mesmo ainda figurava como colaborador da revista), no entanto, as críticas foram feitas, tal como as que mostrarei a seguir.

MERECE o Ministro Hugo de Almeida Leme nosso respeito e nossa admiração. É homem probo, honesto, profissional competente, e, como colaborador da BRASIL-OESTE, honrou-nos com notáveis trabalhos, que divulgamos sempre com o merecido destaque.

Todavia, a fala do Ministro, em Campo Grande, está a exigir mais ênfase e mais realismo. Não é de hoje que Mato Grosso apela para o Govêrno Federal, instando para que êle instale no Estado escolas de agronomia e de veterinária e institutos de pesquisa e de experimentação agropastoril.

[...]

Diante da inoperância do Govêrno, máxime com respeito aos problemas vinculados com a prosperidade agropastoril, o Ministro assumiu grande responsabilidade e poderá perder-se se não atuar com firmeza, batendo pé para que se lhe forneçam verbas e material para concretização de tão louvável iniciativa.

¹¹² Revista *Brasil-Oeste*, ano X, n. 106, julho de 1965, São Paulo (SP), p. 18. Maiúsculas do original. Os grifos são meus.

¹¹³ *Id.*, *Ibid.*

¹¹⁴ Hugo de Almeida Leme, por sua vez, foi um colaborador da revista *Brasil-Oeste* e teve seu nome vinculado a 108 edições da revista, tendo publicado, no entanto, apenas oito textos.

Temos confiança no Prof. Hugo de Almeida Leme, mas, acreditamos que S. Excia. não conseguirá, sem tremendo esforço, romper a barreira que se levantou para obstar o desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso.¹¹⁵

Ainda a respeito dos problemas com a “União”, Galetti analisa um artigo de 1910, publicado no jornal *O Comércio* de Cuiabá, no qual evidenciava-se o incômodo dos mato-grossenses da época em relação à falta de comprometimento da União. A autora informa que naquele texto, denunciava-se a “*desilusão* que acometia os mato-grossenses quanto ao futuro do Estado, cansados que estavam de esperar que as ‘vistas da União’ se voltassem para ‘esse extenso e exuberante pedaço do solo brasileiro’”. Além disso, informa ainda que naquela ocasião, creditava-se à União a situação de abandono em que se encontrava Mato Grosso, que “continuava *desconhecido do resto do Brasil*, que fazia juízos errôneos a seu respeito”,¹¹⁶ ao descaso por parte da União.

Julgo ser absolutamente válido citar, por exemplo, o fragmento do artigo analisado por Galetti e que nos mostra o quanto as “coincidências” discursivas em relação à *Brasil-Oeste* se fazem presentes. Dizia o texto do jornal cuiabano:

[...] Cuiabá, Corumbá, Cáceres, etc., são tidas como cidades em cujas ruas existem espessos matagais e onde, em pleno dia, veem-se onças e veados, cobras e animais de toda a espécie, assim como bugres no meio das ruas derrubando transeuntes com suas flechas envenenadas. Vejam só o que pensam de nós.¹¹⁷

A autora traz na sequência uma porção de exemplos que mostram a indignação e o ressentimento contidos nos sentimentos dos intelectuais mato-grossenses. No caso da *Brasil-Oeste*, foram vários os textos presentes na revista que se dedicaram a debitar na conta da “União” (em seus diversos governos) uma parcela de sua culpa frente às lacunas infraestruturais e a dificuldade do estado se desenvolver frente àquele cenário.

Nos anos 1950, a *Brasil-Oeste* e o projeto de Fausto Vieira de Campos como um todo surgiram justamente para combater este tipo de concepção a respeito de Mato Grosso, bem como servir como órgão de propaganda mato-grossense (inicialmente, como mencionei, muito ligado à UDN, mas nos anos 1960, com visível afastamento).

No próximo capítulo buscarei mostrar, finalmente, alguns dos projetos de desenvolvimento que Campos e seus colaboradores encaravam como ideais para que o tão

¹¹⁵ Revista *Brasil-Oeste*, ano X, n. 106, julho de 1965, São Paulo (SP), p. 18.

¹¹⁶ GALETTI, Lyliã. *Op. Cit.*, 2012, p. 294. Os grifos são da autora.

¹¹⁷ Jornal *O Comércio*, Cuiabá, 21 de abril de 1910, Cuiabá (MT), p. 4., *apud*, GALETTI, Lyliã, *Op. Cit.*, 2012, p. 295.

almejado progresso mato-grossense chegasse ao status que aquele “grandioso” estado merecia. De todo modo, a busca por se desfazer de imagens consideradas negativas, aliada à denúncia das injustiças supostamente cometidas contra Mato Grosso, foram dois elementos centrais contidos no interior das páginas da revista paulista aqui analisada. Pude mostrar também, ainda que sem maiores aprofundamentos, que havia uma preocupação histórica em relação a essas questões, especialmente por meio da imprensa mato-grossense, como vimos no caso da primeira revista agrícola ali publicada e outros periódicos analisados. Com a chegada de meados do século XX, por mais que muita coisa tivesse sido alterada, ficou visível que mesmo um grande órgão de imprensa como a *Folha de São Paulo* demonstrava essa preocupação e o *Suplemento Especial* publicado por esse jornal foi, de certa maneira, uma continuidade daquilo que Campos vinha fazendo havia quase duas décadas.

CAPÍTULO 4

FUGINDO DO ESTIGMA: O DESEJO DESENVOLVIMENTISTA E AS PROPOSTAS DE MUDANÇAS EM TORNO DA COLONIZAÇÃO, OCUPAÇÃO E A “VOCAÇÃO AGRÍCOLA”

4.1. Introdução

No início dos anos 1950, Mato Grosso era o segundo maior estado do Brasil, sendo uma das três unidades federativas com área superior a um milhão de hectares,¹ ocupando 14,82% do total da área nacional. Segundo as informações dos estudos de desenvolvimento regional da Capes, sua linha de fronteira era distribuída entre o Paraguai (1.131km) e a Bolívia (1.166km), isto é, a mais extensa do país.²

Historicamente, a imensidão territorial de Mato Grosso foi recorrentemente lembrada em textos de diversas naturezas como uma louvável característica daquela região. No supramencionado estudo da Capes, descrevia-se, por exemplo, a variedade de elementos naturais concernentes à sua composição climática. Relatava que “[o] exame das características geográficas do Estado só pode ser realizado, tendo-se em conta a extrema diversidade dos elementos a estudar, já que [ele] participa da região amazônica, possui campos de planalto como Minas Gerais e São Paulo e comunga do clima temperado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul”. O mais importante, contudo, veio em seguida, quando algumas ressalvas se fizeram presentes, pois ao passo em que muito ainda estava por ser explorado naquele território, havia outro obstáculo que referia-se “ao pleno domínio da sua realidade geográfica e social”. Em que pesava este entrave? A resposta era categórica: “a condição de região quase

¹ Amazonas com 1.595.818 km², Mato Grosso com 1.262.872 km² e Pará com 1.216.726 km² segundo o Anuário Estatístico de 1952.

² *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 18.

despovoada e, em boa parte, nem sequer palmilhada por elementos de civilização”.³ Nesse sentido, ao apresentar aspectos a respeito do potencial econômico que ali existia relacionados à renda, o relatório da Capes afirmava: “Num Estado como Mato Grosso, de densidade demográfica entre as mais baixas da Federação, possuindo vastas regiões inteiramente desligadas da civilização, de fraco intercâmbio com as demais regiões do país, são precárias as conclusões que se podem extrair dos dados da renda.”⁴

Alguns anos antes (1952), no relatório elaborado pela “Comissão de Planejamento e Produção do Estado de Mato Grosso (CPP)”,⁵ já se tocava nesta questão da ocupação do estado como um fio condutor para que o desenvolvimento finalmente atingisse o status pretendido. Em um determinado momento do texto, pertinente ao tópico “Sistematização das energias econômicas mato-grossenses”, dizia-se que “a necessidade, pois, de povoar-se o 1.300.000 km² de Mato Grosso, poderia dispensar quaisquer justificativas”.⁶ Segundo os redatores daquele relatório, o avanço econômico mato-grossense necessitava imprescindivelmente de um visível incremento populacional.

Mas, a verdade é que as indústrias extrativas agrícolas e de transformação, sobretudo quando integradas, e que surgem em regiões próprias, *necessitam para subsistir de uma população numerosa* que deve ser localizada nos centros de produção, ensejando a formação de pequenas cidades, onde se formarão artífices de outras indústrias ou formas de atividades conexas e derivadas: artesanatos, indústrias de construções, de alimentos, transportes, serviços públicos de origem administrativa e econômica e isso com as probabilidades de sucesso, variáveis com o poder de receptividade de seus membros constituintes.⁷

Levando isso em consideração, à medida em que aumentasse a população e a mão de obra fosse qualificada, a oferta de serviços, produtos e consumo teriam maior volume, logo, mais riqueza seria produzida em Mato Grosso. Vejamos outro fragmento do texto que versa a respeito disso:

Tôdas essas atividades regionais, que se desenvolvem conjuntamente, permutando produtos e serviços e que se enriquecem mutuamente, criam receitas inimagináveis que revertem em proveito de seu próprio crescimento, suscitando aumento de

³ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 18.

⁴ *Id.*, *Ibid.*

⁵ A CPP foi criada em 1947 e tinha como principal função “orientar a colonização do Estado” de Mato Grosso. MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla – 1892-992*, 2007, p. 103.

⁶ Relatório da Comissão de Planejamento e Produção do Estado de Mato Grosso (CPP), 1952, p. 115.

⁷ *Idem*, p. 115. Os grifos são meus.

população e constituindo dessarte novas fontes de desenvolvimento da atividade econômica.⁸

A “ocupação” do espaço era peça-chave para que o desenvolvimento econômico fosse alcançado pelo estado mato-grossense, segundo o diagnóstico feito pelos estudiosos da época. Se levarmos em consideração os números da sua população, como já tive a oportunidade de mencionar rapidamente no segundo capítulo, Mato Grosso possuía uma baixíssima densidade demográfica e essa questão foi, como mostrarei mais adiante, uma das grandes preocupações da época para essa região. Para exemplificar, mostro a seguir alguns números correspondentes a essa problemática nos anos de 1940, 1950, 1960:

Quadro 9

População de Mato Grosso e sua densidade nos anos 1940, 1950 e 1960

Censo	Densidade demográfica de Mato Grosso (hab/km ²)	Números absolutos da população	Posição no ranking de estados com maior população no país
1940	0,35	432.265	21
1950	0,42	522.044	20
1960	0,74	910.262	19

Fonte: IBGE

Como foi possível notar, houve incremento demográfico – especialmente entre os anos 1950 e 1960 –, mas a densidade continuava muito baixa se comparada às outras regiões do país, bem como sua população em números absolutos. Naquela época, a população rural era predominante, mas a urbana, que em 1940 equivalia a 29,8%, em 1960 já alcançava o índice de 40%. A esse respeito, Nelson Mortada informava em 1964, que era de grande importância fazer a “distinção entre a população urbana e rural de uma região, pois, a participação de uma sobre a outra permite distinguir as tendências de seu crescimento”. Ainda segundo este pesquisador, “Mato Grosso, dado o caráter agropecuário de sua economia, apresenta maior contingente populacional no meio rural”. Além disso, dizia ele que “sua distribuição difere da Bacia [Paraná-Uruguai] e Brasil”.⁹ Para ilustrar aquilo que dizia, o autor apresentou a seguinte tabela:

⁸ Relatório da Comissão de Planejamento e Produção do Estado de Mato Grosso (CPP), 1952, p. 115.

⁹ MORTADA, Nelson, *Op. Cit.*, 1964, p. 33.

Quadro 10

População urbano-rural – distribuição de crescimento dos estados da Bacia Paraná-Uruguai – 1960

UNIDADES	POPULAÇÃO (1.000 habitantes)		% s/ População Total da Unidade		% de Incremento (1950/1960)	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Minas Gerais	3.940	5.858	40,2	59,8	69,8	8,5
São Paulo	8.150	4.825	62,8	37,2	69,6	11,4
Paraná	1.328	2.950	31,0	69,0	151,4	85,8
Santa Catarina	695	1.452	32,4	67,6	91,7	21,2
R. G. do Sul	2.446	3.003	44,9	55,1	72,0	9,5
Mato Grosso	364	546	40,0	60,0	104,7	58,7
Goiás	599	1.355	30,7	69,3	144,0	39,8
Bacia	17.523	19.989	46,7	53,3	77,7	20,0
Brasil	31.991	38.976	45,1	54,9	70,3	17,5

Fonte: MORTADA, Nelson. *Op. Cit.*, 1964, p. 33

Mortada ressaltava que Mato Grosso apresentava uma participação urbana um pouco melhor do que alguns outros estados que faziam parte da Bacia (Paraná-Uruguai), mas alertava que tal configuração dava-se especialmente em virtude de seus maiores núcleos urbanos (Cuiabá, Campo Grande e Corumbá) elevarem consideravelmente seus números relativos. Segundo o autor, “se retirarmos êsses municípios do total do Estado, teremos 29,8% para o urbano e 70,2% para o rural. Considere-se ainda que estas cidades e as outras (na maioria bem menos populosas), não perdem o caráter agro-pecuário que possuem”. Sua conclusão, portanto, era a seguinte:

Trata-se, pois, de um processo de urbanização que, de um modo geral, não é o resultado de um fluxo rural urbano, mas principalmente como resultado da divisão política dos municípios, onde grande número de núcleos tipicamente rurais, passam à categoria de centro urbano.¹⁰

Como vimos, o texto de Mortada foi publicado em 1964. Anos antes, nas páginas iniciais de *Retrato de Mato Grosso*, Fausto Vieira de Campos (ao fazer algumas considerações gerais a respeito de Mato Grosso), apresentou aspectos relacionados às questões geográficas, naturais, educacionais e algumas estatísticas gerais concernentes às principais atividades econômicas mato-grossenses.

¹⁰ MORTADA, Nelson, *Op. Cit.*, 1964, p. 35.

No que diz respeito à demografia, Campos demonstrava certa preocupação em relação à baixa população mato-grossense. Apontava, por exemplo, que em todo o território nacional, somente no “Estado do Amazonas (514.099 habitantes), o Território do Guaporé (36.935), o Território do Acre (114.755), o Território do Rio Branco (18.116) e o Território do Amapá (37.477)”¹¹ tinham população inferior ao Mato Grosso. Em sua opinião,

Não se pode pretender, evidentemente, que um Estado com uma área enorme, que representa 14,77% da superfície total do país, mas com uma população ínfima [...], onde só existe rêde ferroviária nas zonas centro e sul e onde ainda se formam as estradas de rodagem de primeira classe, – não se pode pretender, diziamos, que se operem milagres numa região dessa natureza, nem alí se façam e se executem planos de larga envergadura, talvez sòmente realizáveis em Estados de fartos recursos econômicos como os de São Paulo e Minas Gerais.¹²

Naquele momento, no entanto, é importante ressaltar que a posição de Fausto Vieira de Campos era muito otimista. Seu otimismo, evidentemente, dava-se especialmente em razão de Fernando Corrêa da Costa estar, à época, na condição de governador de Mato Grosso. Em sua opinião, o estado estava no caminho certo, pois buscava-se “acelerar o progresso em todos os domínios da atividade humana” naquela região.

A partir de 1950, coincidindo com a política agrária do Governador Fernando Corrêa da Costa, a população começou a aumentar de maneira mais acentuada. Vê-se, por exemplo, que de 1946 a 1950 (cinco anos) o aumento foi de 54.000 habitantes, o que exprime uma média de 10.800 por ano; ao passo que de 1951 a 1953 foi de 36.000 habitantes, o que aponta média maior, de 12.000 por ano. A Tendência do povoamento deverá aumentar consideravelmente, à medida que as emprêsas contratantes de áreas de colonização começarem a desenvolver o seu plano de trabalhos.¹³

A preocupação com o desenvolvimento nacional intensificou-se nos anos 1950 e, Mato Grosso, por certo, estava entre os lugares nos quais era absolutamente necessário implementar um projeto que alavancasse seu potencial econômico, uma vez que ocupava um lugar pouco significativo na participação do total produzido pela economia nacional. Fausto Vieira de Campos enfatizava que “sòmente agora [Mato Grosso] começa a explorar os seus inesgotáveis recursos jazentes”.¹⁴

¹¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 11.

¹² *Idem*, p. 15.

¹³ *Idem*, p. 13.

¹⁴ *Idem*, p. 15.

Campos anunciava: “É o começo de nova éra, para quem confia nas possibilidades de Mato Grosso e para quem ama o Brasil!”¹⁵ O princípio da “nova era” em Mato Grosso era justamente aquele em que se iniciariam os investimentos e recursos de toda ordem, necessários para fazê-lo desenvolver-se. Contudo, como vimos anteriormente, apesar do otimismo, Fausto mantinha uma posição que, de certo modo, era bastante realista, pois para ele “tudo” parecia estava por “fazer-se” e ainda não era momento para atingir o status alcançado por São Paulo e Minas Gerais mas, certamente, inspirar-se neles.

O período que corresponde as décadas de 1950 e 1960, foram centrais para Mato Grosso no âmbito de seu incremento demográfico e a discussão a este respeito era tema recorrente nos estudos de época que consultei, tal como vimos muito brevemente nos relatórios da Capes e da CIBPU. A título de exemplo, em minhas buscas encontrei outro trabalho que versava especialmente a respeito do potencial da economia mato-grossense e sua tentativa de atrair investidores para a região. Trata-se de uma obra escrita por Lenine C. Póvoas¹⁶ (publicada em 1977) com o sugestivo título “Mato Grosso, um convite à fortuna”. Os fragmentos a seguir definem, de certo modo, o quanto os anos 1950 e 1960 foram importantes para o aumento da população mato-grossense, segundo Póvoas. Vejamos:

Ao iniciar-se o século XX, quando a via fluvial ainda era, pode-se dizer, a única de penetração no Estado, a população de Mato Grosso atingia a 118.025 almas [...] O recenseamento de 1º de setembro de 1920, levado a efeito depois que havíamos entrado na *era da ferrovia*, que desde 1914 atingira Porto Esperança,¹⁷ demonstrou que essa população havia dobrado, situando-se em 246.612 habitantes. Daí até 1950 foram trinta anos de desenvolvimento contínuo, porém lento, pouco mais acelerado em alguns pontos [...] especialmente na região sul, determinando que a população se elevasse a 522.044 habitantes [...] Podemos, portanto, fixar o ano de 1950 como o marco, no tempo, do advento da *era da rodovia* em nosso Estado. De então para cá, com a abertura das estradas de rodagem, pode-se dizer que ocorreu, em Mato Grosso, a “explosão demográfica”. Em apenas 10 (dez) anos, ou seja, na década de 1950-1960, a população ascendeu a 910.262 habitantes (censo de 1º de setembro de 1960), registrando-se, portanto, um aumento, em números absolutos, de 388.218 almas sobre o censo de 1950, diferença essa que representa quase 75% [...] do total do efetivo humano que o Estado possuía após 231 anos de povoamento. Enquanto o incremento percentual da população, em todo o país, foi da ordem de 36,62% na década de 1950-1960, em Mato Grosso esse índice atingiu a nada menos de 74,36%.¹⁸

¹⁵ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 11.

¹⁶ Lenine de Campos Póvoas foi Deputado Estadual em Mato Grosso por duas legislaturas (1947-1950) e 1951-1954. Ocupou também o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado e foi Vice-Governador (1966-1971). Também foi colaborador da revista *Brasil-Oeste*.

¹⁷ Trata-se da ferrovia Noroeste do Brasil. Sobre o tema, ver: QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos*: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX. Bauru: EDUSC, 2004.

¹⁸ PÓVOAS, Lenine C. *Mato Grosso, um convite à fortuna*. Guavira Editores, 1977, p. 21. Os grifos são do autor.

Nota-se, portanto, que o tema em apreço – ocupação do espaço – era preocupação recorrente entre aqueles que pretendiam compreender, explicar e propor projetos de desenvolvimento para Mato Grosso. Além disso, conforme vimos, todos os números e estudos indicam que foi nos anos 1950 que se iniciou o *boom* demográfico em terras mato-grossenses.

Dito isto, a opção por abordar a problemática concernente à demografia mato-grossense se justifica porque ela foi, historicamente, o eixo central dentro do projeto desenvolvimentista para Mato Grosso, pois ele deveria passar inevitavelmente pela colonização massiva da região, devido a sua baixa densidade demográfica e “enormidade” de riquezas a serem exploradas. Essa preocupação, insisto, era absolutamente importante, especialmente em virtude das leituras que eram feitas na época, por exemplo, por um estudo como aquele realizado pela Capes, quando afirmava-se que o “incremento demográfico verificado no último período intercensitário conservou a tendência histórica *que permitirá* ao Estado alcançar, nos próximos 20 anos, uma posição de maior destaque econômico”.¹⁹ Isso nos dá uma ideia de como essa questão era central naquele contexto.

4.2. A abordagem de Fausto Vieira de Campos

No que diz respeito à abordagem feita na revista *Brasil-Oeste* e nos demais trabalhos de Fausto Vieira de Campos, os assuntos “colonização” e “ocupação” estiveram fortemente presentes em suas páginas.

No capítulo dedicado a abordar a atuação de Fausto Vieira de Campos mostrei, a partir do seu incômodo em relação à demarcação do Parque Indígena do Xingu e sua aversão aos chamados “detratores” de Mato Grosso, que a ocupação do espaço mato-grossense esteve presente em todos os quadrantes de sua produção jornalística dos anos 1950. Se, a princípio, o tema parece repetitivo, a verdade é que tal “objeto” foi efetivamente de grande importância naquele plano de desenvolvimento.

Ao me deparar com todas as publicações da época que pude ter acesso e venho citando neste trabalho, é visível que havia um clamor pela ocupação do espaço mato-grossense que levaria “inevitavelmente” a um forte desenvolvimento econômico. O “vazio humano” reclamado por vários setores, era aquela enorme e melancólica mancha verde de

¹⁹ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 26.

uma “tela” que precisava do “pincel (i)migrante” para dar a ela uma coloração distinta, que elevasse o nível de progresso daquele espaço para a “grandeza” e reconhecimento merecidos.

Para exemplificar, trago uma reportagem e um relato que julgo serem bastante significativos para introduzir o tema e mostrar o quanto esta questão de “vazio vs ocupação” era importante. No fragmento abaixo, por exemplo, notaremos que havia um grande otimismo por parte de Campos em relação à instalação de empresas colonizadoras na região do então município de Mato Grosso (que desde 1978 voltou a ser chamado tal como seu nome original, i.e., Vila Bela da Santíssima Trindade)²⁰. Vejamos:

No município de Mato Grosso (antiga Vila Bela) várias companhias de colonização e agropecuárias estão iniciando atividades e fazendo convergir, por conseguinte, para aquela região, *até então quase abandonada*, as atenções dos *homens de negócios*. Ali existem seringais nativos, aluviões auríferos, a ipeca e numerosas essências florestais. *A natureza favoreceu em benesses* êsse território matogrossense, que é cortado por diversos rios navegáveis, inclusive o Guaporé, que faz comunicação direta com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, na altura de Guarajá-Mirim, do Território do Guaporé.

As perspectivas se abrem para êsse município, situado nas divisas com a República da Bolívia, realmente animadoras. Dentro em breve a rodovia BR-30, já em tráfego de Cáceres a Pôrto Esperidião, atingirá a cidade de Mato Grosso, favorecendo assim as comunicações com Cuiabá e com numerosos distritos e povoações que florescem às margens dos rios Paraguai, Sepotuba e Jauru.²¹

Para corroborar os sentimentos positivos existentes nas palavras de Campos, especialmente naquelas que grifei em itálico, pude encontrar no exemplar que possuo de *Retrato de Mato Grosso* anotações que acredito terem sido feitas por alguém ligado à empresa Cia. Agrícola e Colonizadora Madi S/A (que, por sua vez, esteve entre as colonizadoras de terras envolvidas na Ação Cível 079 apresentada no segundo capítulo), pois há o carimbo daquela empresa na capa do exemplar. Dentre as várias marginálias existentes, duas delas me chamaram atenção especial. A primeira diz respeito ao município da antiga Vila Bela e trazia o seguinte relato:

Estive nessa região em 5 e 6 de dezembro [ilegível] e tive conhecimento, de *gente idônea*, do Sul, do Rio Grande e de Rolândia, Paraná, de verdadeiros milagres do cafeeiro. 1956²²

²⁰ O município mereceu, inclusive, destaque na capa da primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, figurando entre Ponta Porã, Dourados, Campo Grande, Três Lagoas, Coxim, Corumbá, Guiratinga, Cáceres, Cuiabá e Rosário Oeste, como os principais municípios do estado naquela época, segundo as prováveis intenções do autor. Em virtude das mudanças de seu nome, a partir de agora utilizarei o nome de “antiga Vila Bela” quando tratar do município de Mato Grosso dos anos 1950 e 1960, para que o texto flua de melhor maneira e provoque confusões com o Estado de mesmo nome.

²¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 70. Os grifos são meus.

²² Anotações anônimas situadas na página 70 do exemplar que possuo de *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 70.

Essa anotação indica que ali havia uma expectativa muito grande em relação ao desenvolvimento, tendo em vista a ação das colonizadoras, agropecuárias e da “gente idônea do Sul”, que se estabeleciam naquele local. Esse otimismo, contudo, não se concretizou e as perspectivas que se abriam não foram estruturadas como se pensava. O desenvolvimento esperado para aquele município “não aconteceu”, tendo em vista que jamais cresceu economicamente e demograficamente. A decepção a este respeito foi tanta para Campos que, já em 1960, ele retirou o trecho há pouco citado da segunda e terceira edições de *Retrato de Mato Grosso*.

É muito importante dizer que isso não significa que a antiga Vila Bela havia sido esquecida pelo autor e seu projeto editorial. A título de exemplo, aquele município figurou na capa da edição n. 71, de julho de 1962 da revista *Brasil-Oeste* (fig. 09) na qual foram abordados os problemas ali existentes. Expôs-se a situação da seguinte maneira: “continua abandonado o município de mato grosso”²³. No interior daquele exemplar, foram sete páginas que buscaram evidenciar as dificuldades ali existentes. O texto foi apresentado sob o título, “Um trecho da fronteira ocidental de Mato Grosso a vol d’oiseau”, assinado pelo então colaborador Ten. Cel. Lécio Gomes de Souza.

Alguns aspectos merecem ser destacados, como, por exemplo, o fato de o autor também ter assinalado que aquela “outrora formosa [Vila Bela], hoje [encontra-se] esquálida, arruinada, espectro doloroso de um passado de glórias”. Em sua melancólica descrição, informava: “Penetramos na cidade pelas ruas dormentes, silenciosas. O aspecto é de tristeza e desolação, a traduzir as agruras da desgraça que pelos anos a fora abateu sôbre a velha metrópole colonial”. Gomes de Souza concluía aquela dolente exposição, lamentando: “Assim é Vila Bela. Em qualquer parte, aonde se vá respira-se o mesmo ar de penúria e soledade”.²⁴

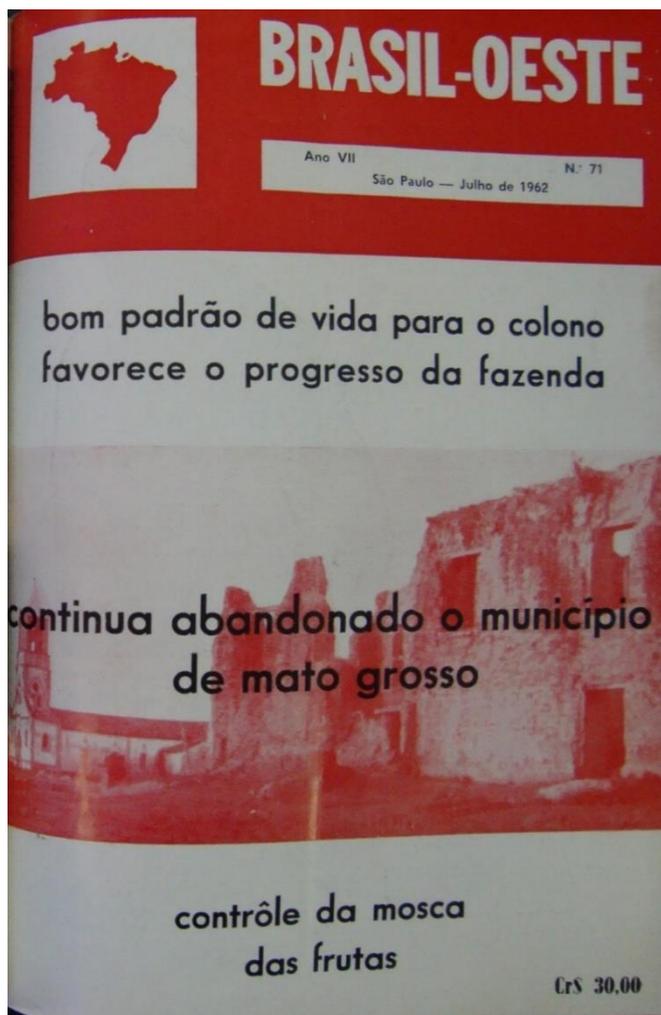
Para que compreendamos melhor a situação, receio ser necessário situar muito rapidamente o estado das coisas na (antiga) Vila Bela de meados do século XX. Segundo Maria Fátima Roberto Machado, historicamente aquela região constituiu uma massiva presença de negros entre sua população, sendo amplamente dominante até a metade do século XX, tendo sido um notável espaço de resistência negra no Brasil. Nas palavras da autora,

²³ Revista *Brasil-Oeste*, ano VII, n° 71, julho de 1962, São Paulo (SP). Todas as palavras citadas foram colocadas em minúsculo na capa daquela edição, incluindo o nome do Estado.

²⁴ *Idem*, p. 30-33.

Em Mato Grosso, as reivindicações em torno das terras de quilombo cresceram em visibilidade nas últimas décadas, em parte favorecidas pela expressão histórica e cultural da população negra da cidade de Vila Bela. Uma cidade construída pelos portugueses em meados do século XVIII, com centenas de moradias, que passou a ter como únicos habitantes uma comunidade de negros e que assim permaneceu até por volta de 1950-1960, quando os novos migrantes, oriundos do sul do Brasil, descendentes principalmente de colonizadores alemães e italianos, ocuparam a região e fundaram um núcleo urbano separado, voltado para a agroindústria de exportação, nas margens do centro de arquitetura colonial.²⁵

Figura 9. Capa da edição n. 71, de julho de 1962 da revista *Brasil-Oeste*



Podemos ver este aspecto, inclusive, sendo apontado no próprio texto de Gomes de Souza, pois o colaborador da *Brasil-Oeste* afirmava que Vila Bela veio a constituir-se, assim, em um quisto racial, de pura população negra, isolado por bem dizer das outras coletividades, pelos deficientes meios de comunicação e nenhuma importância a que ficou reduzido.”²⁶

²⁵ MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. *25ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2006, p. 10.

²⁶ Revista *Brasil-Oeste*, ano VII, n.º 71, julho de 1962, São Paulo (SP), p. 34.

Contudo, houve uma mudança na configuração demográfica da antiga Vila Bela, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970. Em 1950, segundo dados do IBGE, eram apenas 2.848 habitantes, um dos núcleos populacionais mais baixos do estado. Vinte anos depois, este número aumentou para 9.576, mas ainda era predominantemente rural. É importante lembrar, no entanto, que a reportagem de Gomes de Souza, de 1962, indicava que não houve o tão aguardado desenvolvimento, mesmo após a parcial reconfiguração demográfica do município. Pelo que informam autores que estudaram aquela região, os migrantes que ali chegaram ficaram nas margens da cidade e, depois, deslocaram-se para lugares que se desenvolviam mais rapidamente, tais como Pontes e Lacerda, Cáceres, Lambari d'Oeste.²⁷ É válido dizer, mais uma vez e a partir do texto da *Brasil-Oeste*, que o desenvolvimento da BR-30 “de longa data inexplicavelmente [acabou parando] em Pôrto Esperidião”²⁸ não chegando, portanto, à antiga Vila Bela.

Anos antes, como não poderia prever o futuro, Fausto Vieira de Campos acreditava que na antiga Vila Bela anunciava-se o progresso, tendo em vista que aquele lugar estava prestes a entrar nos planos da colonização, uma vez que até então era terra “quase abandonada”, pronta para ser explorada. Os homens de negócios e colonizadores provavelmente eram os mesmos que o leitor de *Retrato de Mato Grosso* definiu como “gente idônea”, vindos do Sul, pois somando essas informações àquelas fornecidas por Maria Fátima Roberto Machado, tratava-se, por certo, dos migrantes sulistas que chegavam os arredores daquela região para trabalhar, com o café e outras atividades relacionadas à agropecuária. O certo é que não se estabeleceram na antiga Vila Bela e por esta razão seu relembro na *Brasil-Oeste* foi exposto sob um discurso de lamentação. Isso não diminuiu, evidentemente, o empenho em lutar por aquela “causa”. A “ocupação do vazio” seguia sendo a meta maior naquele projeto editorial.

Em relação à questão do “vazio”, recorro mais uma vez às palavras que aquele leitor de *Retrato de Mato Grosso* pincelou em seu exemplar, quando Fausto Vieira de Campos abordava a rede ferroviária mato-grossense e fazia uma longa citação do relatório da CPP, de 1952. Enfatizava-se, neste último caso, a região sul do então Mato Grosso e as linhas escritas na anotação número 2 revelavam o seguinte:

²⁷ NEVES, Ronaldo José et. al. Leitura de paisagens urbanas na região sudoeste matogrossense, na perspectiva do ensino de geografia. *Enciclopédia biosfera*, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, N°16; p. 2350.

²⁸ *Revista Brasil-Oeste*, ano VII, n° 71, julho de 1962, São Paulo (SP), p. 30.

Em fins de 1955, de avião, de óculos, calculei uns 300 kilometros sem ter visto sinal de vida, nem humana e nem outra. Uma desolação!²⁹

Como assevera Robert Darnton, “[se] a experiência da grande massa de leitores está além do alcance da pesquisa histórica, os historiadores deveriam ser capazes de captar algo do que a leitura significava para as poucas pessoas que dela deixaram um registro”.³⁰ A pergunta que se faz, portanto, é: o que podemos captar de significativo nas poucas linhas escritas pelo leitor de Campos?

Vê-se na anotação número 2, quando o leitor relatou uma viagem na qual sobrevoou uma parte de Mato Grosso, que ele trazia muito fortemente a concepção de “terra abandonada”. Quando ele dizia não ter visto “sinal de vida, nem humana e nem outra”, portanto, “uma desolação”, estava fazendo coro ao discurso da ocupação por meio de uma intensiva colonização. A ideia era, por conseguinte, fazer uso daquela imensidão de riquezas que havia no “potencialíssimo” Mato Grosso, como costumava dizer Campos. A desolação, como mencionei há algumas páginas atrás, era em ver aquele quadro ainda por pintar, pelas “mãos” dos “capitalistas”, termo recorrentemente utilizado por Fausto Vieira de Campos.

Há mais uma questão a respeito das anotações que gostaria de enfatizar e colocar em tela. Mencionei há pouco que é bem provável que o leitor anônimo que deixou alguns registros de sua leitura tenha sido alguém que fazia parte da Cia. Agrícola e Colonizadora Madi S/A. Acredito, ainda mais, que é razoável supor que fosse um empreendedor que lidava diretamente com a compra de terras em Mato Grosso, tendo em vista que suas anotações indicam que ele conhecia muito bem aquele estado. Pode ter sido, por exemplo, o próprio Diretor-Presidente da empresa, Alberto Amin Madi. É importante ressaltar que no prefácio feito por Fausto Vieira de Campos na segunda edição de *Retrato de Mato Grosso*, Madi é citado como um “amigo” e um dos maiores compradores dos exemplares da primeira edição.³¹ Outro dado que acredito ser bastante relevante se assenta em uma informação retirada do próprio conteúdo do livro de Fausto Vieira de Campos, no qual o autor apresentava um mapa de Mato Grosso evidenciando todos os contratos feitos pelo governo da

²⁹ Anotações anônimas situadas na página 70 do exemplar que possuo de *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 111.

³⁰ DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 228.

³¹ Diz o autor: “A 1ª. Edição, lançada em 1955, esgotou-se em menos de cinco meses. Entretanto, as solicitações de exemplares continuaram a ser-nos feitas, com inusitada freqüência, o que nos obrigou, para atender principalmente a pessoas residentes nos Estados Unidos, a recorrer a amigos que haviam adquirido lotes da obra. Neste particular, agradecemos a atenção que nos dispensaram os Srs. Roberto Brunini, de Cuiabá, e Alberto Madi, de São Paulo.” CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960, p. 05.

época com empresas colonizadoras. Neles, a área correspondente à Companhia Agrícola e Colonizadora Madi S.A. (CAEC S/A), era muito próxima à região aqui em discussão.³²

Independentemente disso, a importância dessas anotações se assenta nas semelhanças das concepções entre aquele leitor e a proposta desenvolvimentista do autor em torno da problemática colonização/ocupação. É evidente que um membro de uma empresa colonizadora buscava por isso, mas a despeito dessa obviedade, a maneira como o discurso foi construído é que merece destaque. O uso das palavras e, em súpula, o modo de ver Mato Grosso como uma terra “quase abandonada”, de “paisagem” (humana) “desoladora” é que me fizeram trazer à luz tais anotações, para somar às abordagens feitas por meio das páginas de *Retrato de Mato Grosso* e da *Brasil-Oeste*.

O fato é que nas duas primeiras edições de *Retrato de Mato Grosso*, Fausto Vieira de Campos dedicou um capítulo especialmente à colonização e a apresentação do mesmo foi exibida com sutis diferenças em seus sumários correspondentes. Vejamos como foi na edição de 1955:

Capítulo IX – Colonização – Venda de terras devolutas pelo Governo – Contratos de colonização e movimentos migratórios – Formação de novas cidades (São José da Serra, Mariópolis, Sertania, Rio Ferro, Etc.) – Cooperação dos japoneses (Grupos Kohama e Matsubara) – Campanha difamatória contra Mato Grosso – Os latifúndios e sua gradativa extinção – A reforma agrária – O Parque Nacional Indígena do Xingu.³³

Já naquela de 1960, o capítulo concernente à colonização ficou disposto como se vê a seguir:

Capítulo IX – Colonização – Venda de terras devolutas pelo Governo – Contratos de colonização e movimentos migratórios – Formação de novas cidades (São José da Serra, Mariópolis, Sertania, Rio Ferro, *Pôrto dos Gaúchos*, *Crosslândia*, *Nova Itália*, Etc.) – Cooperação dos japoneses (Grupos Kohama e Matsubara) – Os latifúndios e sua gradativa extinção – A reforma agrária – O Parque Nacional Indígena do Xingu – *Características dos municípios onde se faz colonização em grande escala*.³⁴

No primeiro tópico (Colonização – Venda de terras devolutas pelo Governo), o autor abordava o plano do governo de Mato Grosso, que consistia em implantar a colonização de terras por meio de contratos feitos com empresas colonizadoras. Tanto na primeira quanto na

³² As informações às quais me refiro encontram-se na primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, na página 95.

³³ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, Sumário, 1955.

³⁴ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, Sumário, 1960. Os grifos são meus.

segunda edições, Campos indicava ser um entusiasta daquela ação. É importante apenas lembrar que os elogios eram feitos à gestão do governador Fernando Corrêa da Costa, de 1951-1955. Após o escândalo naquele esquema de concessão de terras, mencionado no segundo capítulo deste trabalho, houve uma mudança feita pelo governo de João Ponce de Arruda (1956-1961), que cancelou todos aqueles contratos e que sofreu duras críticas de Campos. Daí decorre que algumas sutis mudanças foram feitas na narrativa do autor quando discutia aquela questão na segunda edição de 1960. Vejamos a seguir.

As modificações podem ser conferidas quando, por exemplo, o jornalista escrevia na edição de 1955 que “O Govêrno do Estado de Mato Grosso [...] celebrou contratos para colonização de terras”³⁵. Já em 1960, ele deixava claro que referia-se à gestão anterior: “*No quinquênio de 1951-1955, o Govêrno do Estado de Mato Grosso [...] celebrou contratos para colonização de terras*”³⁶. Outra alteração feita naquele capítulo foi a retirada da imagem do “mapa das colonizadoras” há pouco citado no qual se encontrava cada uma das áreas que correspondia aos seus empreendimentos e, em seu lugar, foram colocadas duas fotografias que especificavam a ação da colonizadora Rio Ferro (Grupo Matsubara).

Na primeira edição, o autor segue mostrando algumas das áreas em que então estavam operando as colonizadoras. Já na segunda edição, Campos apenas informou aos seus leitores que todos aqueles contratos estavam *sub judice*, isto é, envolvidos em uma investigação. Suas palavras foram de discordância em relação à ação do então novo governador, João Ponce de Arruda, mas com um discurso moderado. Posição bastante distinta da primeira edição, quando ele fez toda uma defesa do governo de Fernando Corrêa da Costa no tópico “Campanha difamatória contra Mato Grosso” que, inclusive, foi retirado da segunda edição.

Toda a discussão feita por Fausto na primeira edição de seu livro se assemelhava àquela que apresentei no segundo capítulo, quando escrevera para o *Correio do Estado* em relação ao projeto do Parque Indígena do Xingu. Assim, Campos trazia aquela escrita ofensiva, contra-atacando aqueles que ele julgava que estavam difamando, desqualificando e prejudicando o desenvolvimento mato-grossense. De todo modo, em ambas as edições o autor iniciava um parágrafo com uma frase bastante emblemática. Dizia ele: “O problema crucial de Mato Grosso é o do povoamento”. Porém, o que se vê nos parágrafos seguintes são algumas sutis diferenças entre elas, pois havia uma narrativa completamente agressiva na

³⁵ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 94.

³⁶ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960, p. 192. Os grifos são meus.

edição inaugural, mas que foi suprimida daquela de 1960. Para tanto, é necessário citar pelo menos o primeiro parágrafo integralmente. Vejamos, inicialmente, o que foi exposto na edição de 1955:

O problema crucial de Mato Grosso é o do povoamento. Para resolvê-lo o Governo do Estado está cumprindo uma série de providências, dentre as quais se destaca a colonização intensiva, com o concurso de particulares, sem ônus para os cofres públicos, mas, ao contrário, com rendas apreciáveis para os mesmos. O Governo age de maneira completamente diversa do da União. Esta última, em Mato Grosso, está colonizando vasta gleba de terras em Dourados (trezentos mil hectares) com o dispêndio considerável de verbas e sem os resultados práticos imediatos que se verificam nas áreas contratadas pelo Estado com particulares. Este plano de colonização completa-se, de um lado, pelas obrigações a que se comprometem as empresas, e, de outro, pela realização de um programa estadual de obras públicas, notadamente abertura e conservação de rodovias, criação de escolas rurais e de centros de saúde.³⁷

Na segunda edição, um detalhe inicial me chamou atenção. Pode ter sido um erro na própria impressão da obra, mas, ao contrário da anterior, desta vez a primeira frase foi apresentada em um parágrafo separado, o que pode indicar que havia ali alguma tentativa de Fausto deixar mais explícito o quanto ele achava importante a colonização como componente central para o desenvolvimento mato-grossense.

O problema crucial de Mato Grosso é o do povoamento. Para resolvê-lo, o ex-governador *Fernando Corrêa da Costa pôs em prática* uma série de providências, dentre as quais se destaca a colonização intensiva, com o concurso de particulares, sem ônus para os cofres públicos, mas, ao contrário, com rendas apreciáveis para os mesmos.³⁸

As diferenças começam a surgir a partir daí, pois na segunda edição, Campos suprimiu totalmente aquele considerável fragmento no qual fazia duras críticas ao Governo Federal e sua colonização em Dourados. O autor inseria, por mais surpreendente que pudesse ser, uma ressalva – bastante sutil, é verdade – ao plano colonizador do governo Fernando Corrêa da Costa, pois ele dá seguimento ao seu texto, em um novo parágrafo, com as seguintes palavras:

Os resultados dessa política de terras, *apesar dos tropeços verificados*, não foram totalmente nulos. Outros planos se concretizaram para contornar a “situação de fato” e com eles se preveniu o malôgro de iniciativas bem intencionadas.³⁹

³⁷ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 97.

³⁸ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960, p. 198. Os grifos são meus.

³⁹ *Id. Ibid.*, p. 198.

Logo em seguida, tanto em 1955 quanto 1960, o jornalista relatava algumas ações que julgava importantes em termos de formação de núcleos de povoamento, como os casos de São João da Serra, Crosslandia, Mariópolis, Rio Ferro, Rio Novo, todas, por coincidência, jamais se tornaram cidades desenvolvidas como o autor acreditava. Ao final daquele tópico, em ambas as edições, asseverava: “Cuiabá, nos dias atuais, constitui um centro de atividade intensa, jamais alcançada nos períodos áureos da capital mato-grossense”.⁴⁰

Depois, foram três páginas suprimidas da segunda edição nas quais Campos havia feito na anterior toda uma defesa dos projetos de colonização de Mato Grosso. Suas palavras, sempre muito bem escolhidas, soavam como torpedos disparados contra os “inimigos” dos mato-grossenses. Assim, enquanto na edição de 1960 o texto concluía ali para dar início ao tópico subsequente, na versão anterior, o autor continuava da seguinte forma:

Cuiabá, nos dias atuais, constitui um centro de atividade intensa, jamais alcançada nos períodos áureos da capital mato-grossense. Assim *não compreendem*, porém, *aqueles* que, *movidos por questões políticas* (UDN e PSD não se entendem em Mato Grosso) ou por *interesses inconfessáveis*, promovem tenaz *campanha contra o Govêrno* de Mato Grosso. *Outros, mais astuciosos em suas manobras escusas*, defendem a formação de parques indígenas no Estado e querem, nada mais nada menos, que se reservem para êsse fim áreas enormes, que atingem a mais de 200.000 km², inclusive em zonas onde estão operando colonizadores credenciados pelo govêrno.⁴¹

Nos parágrafos que seguem, o jornalista repetia, em boa parte, fragmentos de seu texto publicado no *Correio do Estado*, inclusive retomando a polêmica envolvendo Matsubara e sua colonizadora. Para concluir o capítulo da primeira edição, ele lamentava enormemente o projeto de construção do Parque Indígena do Xingu, fragmento que também ocupava a segunda (1960), com adições de outros parágrafos nos quais ele atribuía aquele fato às rivalidades políticas envolvendo o PSD e a UDN mato-grossenses, ainda que – repito – com uma escrita menos agressiva do que em 1955.

É preciso considerar que se toda essa polêmica já se apresentava mais suavizada e simplificada na segunda edição, na terceira (1969) ela some completamente com a reestruturação do livro. Nesta última, inclusive, houve uma mudança no *layout* do livro de tal forma, que o capítulo equivalente ao tema “colonização” encontrava-se intitulado “Movimento da população”. O texto era bastante distinto e apenas mencionava muito

⁴⁰ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 98; CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960. p. 199.

⁴¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 98. Os grifos são meus.

rapidamente os contratos de colonização feitos na gestão de Fernando Corrêa da Costa e informava que “a legitimidade daqueles contratos de colonização foi contestada por dirigentes do extinto PSD-MT, originando-se demanda, que culminou com o reconhecimento pelo Congresso Nacional de uma situação sub-judice”.⁴²

Ao contrário da segunda edição, na qual o autor pincelou alguns comentários em tons de críticas, ainda que veladas, ao governo Ponce de Arruda, na terceira, ele abdicou de fazer quaisquer comentários a respeito do tema. Nesse sentido, em 1969, o capítulo pertinente ao tema não seguiu a mesma titulação das edições anteriores e, no seu interior, alguns tópicos foram [re]organizados da seguinte maneira: “1. O povoamento”; “2. Densidade da população”; “3. Colonização”; “4. Marcha para o Oeste”. Como é possível deduzir, mesmo com a reformulação, a problemática do *povoamento* continuou como uma ideia-chave em seu texto. Vê-se isso, por exemplo, quando mencionava que: “Prejudicado pela excessiva distância do litoral e dos grandes centros urbanos, isolado ao norte pela floresta amazônica e pelo vazio populacional [...] Mato Grosso conjuga esforços excepcionais para influenciar e carrear para o seu território as correntes migratórias do país e do estrangeiro”.⁴³ Por mais que, em números absolutos, tenha dado um grande salto demográfico entre os anos 1950 e 1960, a situação não era suficientemente aceitável segundo as projeções feitas pelo autor, tendo em vista a então enormidade de riquezas que estavam por serem exploradas em terras mato-grossenses.

No tópico “Marcha para o Oeste” é que está presente uma síntese daquilo que Fausto Vieira de Campos efetivamente pensava para o desenvolvimento mato-grossense de meados do século XX e que se inspirava totalmente na concepção varguista, já apresentada neste trabalho, de ocupação dos “espaços vazios”. Ele iniciava seu texto da seguinte maneira: “A posse da terra foi sempre preocupação do homem. A história assinala êsse fato e explica o fenômeno que se verifica entre nós, com a progressão da marcha para o oeste.” Nesse sentido, continuava o autor evidenciando as dificuldades históricas mato-grossenses a esse respeito:

Durante muitos anos Mato Grosso permaneceu estacionário, mercê das profundas dificuldades para sua exploração econômica. Se o sul do Estado apresentava condições favoráveis de sucesso, o norte [...] mantinha-se entravado no florescimento, diante da *agressividade da natureza*, da vastidão da floresta e da escassa densidade demográfica.⁴⁴

⁴² CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 56.

⁴³ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 54.

⁴⁴ *Idem.*, p. 64.

Na citação acima exposta, Campos relativizava os problemas demográficos e econômicos mato-grossenses em sua porção sul. O norte, por sua vez, era uma situação ainda muito preocupante para o autor, tendo em vista que as dificuldades de exploração econômica ainda se apresentavam fortemente presentes. Em termos de demografia é verdade que, segundo dados do IBGE, entre os anos 1940 e 1980, a região que correspondia ao sul de Mato Grosso era mais populosa do que a porção norte, tendo essa diferença sido mais expressiva no ano de 1960 e no ano de 1970.

Quadro 11
População do norte e do sul de Mato Grosso

Região	População nos Censos Demográficos do IBGE				
	1940	1950	1960	1970	1980*
Norte de MT	193.625	212.649	330.610	612.887	1.169.812
Sul de MT	238.640	390.395	579.652	1.010.731	1.401.151

* Em 1980, Mato Grosso do Sul já havia sido criado.

Como vimos no quadro acima, a situação demográfica do sul de Mato Grosso era mais favorável que a do norte. É importante lembrar que pelos números expostos, não somente em valores absolutos, mas também a densidade demográfica era mais sólida no sul, uma vez que sua área era sobremaneira menor que aquela da porção norte. De todo modo, é válido dizer que a preocupação com a colonização e ocupação da região norte não era uma novidade nem exclusividade de Fausto Vieira de Campos, pois vinha sendo pensada mais sistematicamente desde Arnaldo Estevão de Figueiredo,⁴⁵ que assumiu como governador em 1947.⁴⁶

Abro um pequeno parêntese para mostrar, então, que foi somente entre o ano de 1970 e 1980 que houve um *boom* demográfico na porção norte de Mato Grosso, que praticamente dobrou seu contingente populacional. Conforme informa Regiane Cristina Custódio, “a partir de 1970 difundiu-se, através de propagandas do Governo Federal, a ideia que a Amazônia era a ‘nova terra de riquezas’”. A autora prossegue mencionando que, na imprensa, aquela região

⁴⁵ Arnaldo Estevão de Figueiredo foi prefeito de Campo Grande, hoje capital do Estado de Mato Grosso do Sul, e elegeu-se Governador do antigo Estado de Mato Grosso em 1947, na legenda da aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

⁴⁶ MORENO, Gislaene, *Op. Cit.*, 2005, p. 103.

era “apontada por alguns jornais da época como a ‘Canaã brasileira’. Essas notícias contribuíram para que se divulgasse a idéia de que a região Centro-Oeste, no caso específico de Mato Grosso, era [...] promissora e de progresso espetacular”. Custódio ressaltava que com aquele modelo de colonização implantado pela União, “a Amazônia mato-grossense passou a receber um intenso fluxo migratório de várias regiões do país.”⁴⁷

O fato é que na Ditadura Militar foram criados e intensificados vários projetos para a ocupação da Amazônia no âmbito da expansão do capitalismo no extremo-oeste e norte do país. Ainda no tópico correspondente à colonização na terceira edição (portanto, após o Golpe) de *Retrato de Mato Grosso*, Fausto Vieira de Campos apresentou vários projetos agropecuários com apoio da SUDAM para atuarem na porção norte mato-grossense. O autor, evidentemente, via com muito bons olhos aquelas políticas públicas, pois já em 1969, dizia ele, “os incentivos fiscais proporcionados pela dedução de 50% do impôsto de renda para inversão na área da SUDAM e, em consequência da SUDECO, têm carreado para Mato Grosso grandes recursos financeiros da iniciativa privada, sobretudo destinados à formação de fazendas agropecuárias e de indústrias básicas”.⁴⁸ Em seu texto, foram listados 35 projetos de investimentos (agropecuários e industriais) que já haviam sido aprovados pela SUDAM, além de outros sete que estavam sob status “para aprovação”.

Dito isto e dando continuidade ao texto de Campos no seu tópico “Marcha para o Oeste” (edição de 1969), foram várias as frases de efeito e fragmentos de uma escrita praticamente poética que encontraremos na sequência, pois os parágrafos posteriores ora adicionavam, ora suprimiam fragmentos encontrados nas edições anteriores. Em todas elas, no entanto, poderemos notar uma gama de representações sobre os mais vários aspectos de Mato Grosso, especialmente aqueles que reverenciavam os novos “desbravadores” daquela “hostil” região.

Campos delineava para Mato Grosso seu destino (como celeiro do Brasil), aquilo que o caracterizava como sendo especial, isto é, todo o potencial natural e o enorme espaço a ser explorado no âmbito do extrativismo e da agropecuária e, somado a estes dois, o perfil do “desbravador ideal” que recuperava novamente a ideia de bandeirantismo.

Na citação a seguir, é interessante notar o modo como o autor apresentava o caráter de exclusividade das terras mato-grossenses para colonização, ocupação e exploração. Em

⁴⁷ CUSTÓDIO, Regiane Cristina. Sorriso: “progresso” e desigualdade social. In: *VI Encontro nacional de pesquisadores do ensino de História*, 2003, LONDRINA. ENPEH. Londrina/PR. v. 1, p. 645.

⁴⁸ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 57.

todas as edições de *Retrato de Mato Grosso* esse fragmento se fez presente (ainda que com algumas sutis diferenças). Neste caso, utilizo a última versão da obra. Vejamos:

Não há terras devolutas no Estado de São Paulo. Poucas glebas talvez existam nessas condições em Goiás e no Paraná. *As últimas disponibilidades, no Centro-Oeste, confinam-se a Mato Grosso.* São extensas áreas praticamente despovoadas, apresentando *formidáveis* condições para atividades agropastoris e da indústria extrativa.⁴⁹

É válido dizer que segundo um estudo da época, “o esgotamento da frente paulista e paranaense [...] forçou a procura crescente das terras mato-grossenses. Além de uma penetração constante e espontânea, alguns capitais particulares e a iniciativa governamental comandariam a ocupação em determinadas áreas”.⁵⁰ Portanto, Campos não proferia palavras ao léu. O mais importante, no entanto, era que com isso ele queria mostrar que Mato Grosso era *o local* ideal para “os homens de negócios”, especialmente para aqueles que pretendiam investir nas atividades primárias. Logo em seguida, o jornalista citava a “Enciclopédia dos Municípios” para ressaltar a grandeza daquele espaço, enfatizando, mais uma vez, a sua região norte. O fragmento é o que segue: “É difícil encontrar-se ‘região mais bela e mais empolgante do que os vales dos rios das Mortes e do Xingú. As florestas de Mato Grosso empolgam tanto pela grandeza que exprimem, quanto pela qualidade das essências que abrigam.”⁵¹

Nos parágrafos que dão seguimento ao texto, Campos trazia algumas questões que acredito serem bastante ricas para mostrar a tentativa, por parte do autor, em inspirar novos investidores a partir de uma leitura do passado no qual desbravadores heroicos fizeram o trabalho “mais difícil”. Veremos a seguir que o jornalista também estava preso a algumas representações sobre Mato Grosso que ele mesmo tentou combater durante sua ação pelo/por esse estado.

Vejamos, logo abaixo, o parágrafo correspondente nas três edições de *Retrato de Mato Grosso*:

⁴⁹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 64. Os grifos são meus.

⁵⁰ FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência.* 1968. 436 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de filosofia, ciências e letras, presidente prudente. *Apud* QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*, p. 59. In: LAMOSO, Lisandra Pereira. (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul.* Dourados: Ed. UFGD, 2008, p. 15-75.

⁵¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 64.

[Edição de 1955] Originou-se da *penetração bandeirante* o surto expansionista de Mato Grosso, primeiro no sentido de aquisição de terras devolutas, depois na da transação dessas terras com terceiros. Êstes começaram, então, a fixar-se no território e a formar os primeiros núcleos de irradiação, as primeiras povoações avançadas, os marcos que assinalam, agora, a extensão da *área civilizada* do Estado.⁵²

[Edição de 1960] O *surto de colonização* em Mato Grosso teve origens na penetração bandeirante. A história estende-se através de mais de duzentos anos, sem que registre, entretanto, evento de maior significação, senão a partir da extensão dos trilhos da NOB [Estrada de Ferro Noroeste do Brasil] até Pôrto Esperança e recentemente até as barrancas do Paraguai, no próspero município de Corumbá.⁵³

[Edição de 1969] O *surto de desbravamento* em Mato Grosso teve origens na penetração bandeirante. A história estende-se através de mais de duzentos anos, sem que registre, entretanto, evento de maior significação, senão a partir da extensão dos trilhos da NOB até Pôrto Esperança e recentemente até as barrancas do Paraguai, no próspero município de Corumbá.⁵⁴

Uma primeira consideração a ser feita se assenta no fato de haver considerável diferença de conteúdo do fragmento da primeira edição em relação às outras duas, no entanto, o elemento “bandeirante” e a concepção de “área civilizada” enquanto sinônimo de área ocupada por não-índios são dois pontos que merecem ser destacados.

Começo pela afirmação do jornalista quando indicava que após a penetração inicial bandeirante, pouca coisa aconteceu em “mais de duzentos anos” no âmbito do desenvolvimento mato-grossense e sua ocupação não-indígena. É significativa a abordagem feita por ele quando apontava a NOB (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) como único “evento de maior significação” em todo aquele período apontado por ele. Não será possível, lamentavelmente, analisar detidamente os meios de transportes no interior do projeto desenvolvimentista abordados pela *Brasil-Oeste* e em *Retrato de Mato Grosso*. Contudo, para o presente momento acho absolutamente válido tecer alguns comentários a respeito da visão que Campos tinha a respeito da suposta ação transformadora que teria sido promovida pela ferrovia na porção sul do antigo Mato Grosso.

Quando se analisa o estudo mais profundo feito até hoje a respeito da E. F. Noroeste do Brasil, isto é, a obra do historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz, Fausto Vieira de Campos não estava sozinho quando superestimava a importância da NOB para o sul de Mato Grosso. Vários outros autores, tanto da historiografia tradicional como de estudiosos mais ligados à

⁵² CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955 P. 17.

⁵³ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960, p. 23.

⁵⁴ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 54.

academia, tenderam a incorporar “uma avaliação extremamente positiva dos efeitos da Noroeste sobre o Estado, e particularmente sua região sul.”⁵⁵

Queiroz nos mostra que mesmo alguém como Virgílio Corrêa Filho, um dos grandes intelectuais e conhecedores da história mato-grossense, acreditava enormemente na chamada “varinha de condão” tocada pela NOB, que teria promovido, como um toque de magia, uma onda de progresso e desenvolvimento mato-grossense. Portanto,

[...] não chega a ser surpreendente que, no imaginário sul-mato-grossense, o advento da ferrovia apareça ainda hoje como um “divisor de águas” na história da região, sendo a NOB costumeiramente apontada, em livros, folhetos e artigos de revistas e jornais, como grande responsável pelo incremento do progresso material no SMT.⁵⁶

São vários os elementos apontados por Queiroz para indicar que é preciso relativizar “os celebrados efeitos da Noroeste com relação ao incremento populacional no sul de Mato Grosso”. Segundo o autor, “com exceção do caso de Campo Grande, as constatações alvissareiras, relativas aos demais centros urbanos da área da Noroeste, vêm frequentemente mescladas a observações que, em muitos casos, as desmentem”. Dentre outros exemplos, lembra – ainda – o caso das “povoações surgidas ao longo da linha-tronco da ferrovia” que, à exceção de Três Lagoas, “se limitaram praticamente a Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Terenos – aliás localidades muito modestas, que ainda hoje possuem muito pequeno peso na rede urbana sul-mato-grossense”.⁵⁷

Para concluir esta questão, acho pertinente citar mais uma vez Queiroz, pois para ele, tudo indica que “durante essas décadas de presença ferroviária, não foram alteradas significativamente as estruturas econômicas do SMT”.⁵⁸ Isso não significa desqualificar a importância da ferrovia para a história mato-grossense, mas é importante relativizar, especialmente porque Fausto Vieira de Campos a citou como o único evento que foi capaz de dinamizar a economia e, certamente, a povoação e o desenvolvimento no sul de Mato Grosso. O autor de *Retrato de Mato Grosso*, portanto, superestimava a presença dos trilhos da NOB. Isso é absolutamente comum, conforme mencionei, se observarmos diversos outros pesquisadores e intelectuais mato-grossenses. Eu trouxe tal discussão porque ela tem ligação com o ideário desenvolvimentista da época e a ideia de “ocupação” de um “espaço vazio”

⁵⁵ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó, *Op. Cit.*, 2004, p. 327.

⁵⁶ *Idem*, p. 328.

⁵⁷ *Idem*, p. 432

⁵⁸ *Id. Ibid.*

enquanto elemento ou fio condutor do desenvolvimento regional e certamente o melhoramento na rede de transportes esteve entre os temas mais importantes.

Feito este parente, voltemos a questão da ocupação propriamente dita. É absolutamente visível, como diversos estudos da historiografia brasileira apontam, que havia presença humana indígena nessas áreas, mas tal presença não correspondia à ideia de “espaço civilizado”, mas o seu oposto, isto é, o “espaço vazio”. Era precisamente disso que tratava a ideia varguista de “vazio” como a ausência de “civilização”, que correspondia à ocupação por meio do aproveitamento dos recursos existentes na região em proveito da produção de bens e produtos. Parafraseando o historiador Claudio Vasconcelos, essas regiões não ocupadas pelo capital contrapunham-se àquelas mais densamente ocupadas, logo, civilizadas, e que motivou o debate que percorreu a década de [19]50 sobre a necessidade de se promover a ocupação efetiva daquelas áreas (tendo, como um dos maiores exemplos, Mato Grosso).⁵⁹ Campos, portanto, ecoava o discurso desenvolvimentista daquele momento e atuava como um agente (in)consciente daquela visão de mundo trazendo à luz, diversas vezes, suas justificações históricas e elementos que pudessem motivar novos investidores a atuarem em Mato Grosso.

Outra consideração a ser feita sobre as três citações que fiz há pouco, correspondente às edições de *Retrato de Mato Grosso*, se assenta na troca de palavras da segunda e terceira delas no que diz respeito à entrada dos “bandeirantes” na região. Naquela de 1960, Campos usou o termo “O surto de colonização [...]” e, em 1969, mudou para “O surto de desbravamento [...]”. Receio que esta modificação ocorreu para que ficasse cada vez mais enfatizada a ideia do passado bandeirante mato-grossense e suas dificuldades para lidar com o “bravio” sertão, portanto, o uso do termo “desbravamento” vai na esteira das concepções de Cassiano Ricardo, um grande divulgador das façanhas bandeirantistas e legitimador da “Marcha para o oeste” varguista. Conforme indica Sandro Dutra e Silva, os argumentos de Ricardo “procuravam reforçar que em nossas raízes culturais, o movimento bandeirante teve papel fundamental por representar a vocação natural de nossas instituições sociais, apresentando a Bandeira como ‘gênese do Estado brasileiro’ pela força dinamizadora presente nos deslocamentos, na ocupação territorial, na fundação de cidades e nas conquistas geográficas do país”.⁶⁰

⁵⁹ VASCONCELOS, Claudio. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. 1986. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis, p. 20-21.

⁶⁰ DUTRA E SILVA, Sandro. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília, p. 26. *Fronteiras: Revista Catarinense de História* [on-line], Florianópolis, n°23, p.21-36, 2014.

Fausto Vieira de Campos, mesmo sem mencionar Cassiano Ricardo, mostrava em seu discurso esse apelo ao “desbravamento/desbravador” enquanto característica típica da figura do bandeirante que, naqueles tempos, deveria ser repetido sob a forma de colonização, povoamento, ocupação e produção. Portanto, os fragmentos seguintes de seu texto são muito significativos para as análises em apreço, a começar quando o jornalista mencionava que, apesar de algum desenvolvimento ter atingido a porção Mato Grosso, muitas áreas do “enorme território do Estado” figuravam nos mapas “com as designações *desconhecido* ou *inexplorado*”.⁶¹

Portanto, após o relembramento do pioneirismo bandeirante, nos parágrafos seguintes o autor enfatizava o heroico trabalho dos novos “pioneiros”, “desbravadores” do Oeste. A referência anterior ao bandeirantismo e sua condição “desbravadora” servia para mostrar que naquele presente, isto é, em meados do século XX, havia uma reconfiguração da mesma história que exigia a reencarnação daquele espírito. Os atributos dados pelo autor ao “novo desbravador” podem ser conferidos a seguir:

A carência dos meios de transportes e de comunicações não afugentou *os pioneiros*, nem os desalentou *na difícil empresa* de estabelecer nas glebas *quase inacessíveis* as famílias que migravam do Nordeste, do Centro e do Sul do país ou que provinham do estrangeiro [...]

Perigos de toda sorte *espreitavam* os caminhantes, tal a *abundância de animais selvagens* e de *répteis venenosos* que intimidavam os *mais audazes*. [...]

A *epopéia de pioneiros, desbravadores* e colonos, está sendo escrita com *sacrifícios inauditos* [...]

A afluência de estrangeiros para o norte de Mato Grosso aumenta de dia para dia, e dêse fato resultam novas iniciativas [...] Desenvolve-se, assim, *nova mentalidade* fortalecida na experiência do alienígena, secundada pelos maiores das gerações hodiernas [...]

A agropecuária sentiu a reação benéfica da ação do estrangeiro e *dos bandeirantes* que começavam a atravessar o [rio] Paraná na direção dos planaltos sulinos, nas campanhas do leste ou dos pantanais do Centro-Oeste.⁶²

São várias considerações que podem ser apreendidas dos trechos acima, porém, é importante adicionar a eles outros três parágrafos, para que possamos analisá-los em seu conjunto.

Êsses fatos indicam que o Estado de Mato Grosso está *fadado* a tornar-se o *celeiro do Brasil*. Não há exagêro nesse preconício. *Todos os esforços do Govêrno* e *dos particulares* se entrosam para que se constituam as condições que propiciem com rapidez a prosperidade e o bem-estar do povo do grande Estado.

⁶¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 65. Os grifos são meus, no original entre aspas.

⁶² *Id.*, *Ibid.* Os grifos são meus.

Terras ubérrimas, fatores meteorológicos favoráveis, bem distribuídas rês de rodovias e aerovias, abundância de água, riqueza florestal, ferrovias e navegação fluvial em fase de renovação, *gente nova e empreendedora* – tudo isso reunido representa um potencial energético e constante para acelerar o ritmo do progresso de Mato Grosso.

Cumprir destacar que o *Govêrno de Mato Grosso* está executando *inteligente política de aproximação* com São Paulo e com Paraná e em moldes de estimular tôdas as iniciativas particulares que possam de qualquer maneira influenciar no desenvolvimento econômico do Estado [...] Dentro dêsse clima de compreensão e de solidariedade mútuas, *os pioneiros* e os colonizadores encontram ambiente propício para a consecução de suas atividades, e vão-se adaptando ao meio de maneira admirável, o que os anima a sustentarem, com coragem e esperança, os tropeços naturais dos primeiros momentos.⁶³

A riqueza dos parágrafos acima é impressionante. São tantos pontos a serem mencionados, como por exemplo a recorrente menção às “terras ubérrimas” ou a vocação agropecuária que transformaria Mato Grosso no “celeiro do Brasil”. É válido mencionar que nas três edições, as alterações foram muito poucas nas páginas em que se encontram esses fragmentos. Isso significa dizer que, apesar da distância de quatorze anos entre a primeira e última edições de *Retrato de Mato Grosso*, Campos julgava importante deixar praticamente intactos os parágrafos acima, ainda que muita coisa tenha acontecido no país naquele intervalo temporal.

No entanto, se alguns trechos foram suprimidos e poucas palavras alteradas, havia algo de novo na última edição, pois se na primeira o autor dizia: “Decorreu da política agrária intensificada no atual Govêrno do Dr. Fernando Corrêa da Costa um surto imprevisível de progresso no Estado de Mato Grosso, marcadamente na zona norte, *que, mercê da precariedade dos meios de comunicações, se mantinha, por assim dizer, estacionária.*”⁶⁴ Em 1960 foi suprimido o trecho em itálico, mas mantido o nome do governador. Já naquela publicada em 1969, a referência a Corrêa da Costa foi suprimida, ficando da seguinte forma: “Decorreu da política agrária um surto imprevisível de progresso no Estado de Mato Grosso, marcadamente na zona norte.”⁶⁵

Outro aspecto digno de nota foi a menção explícita do avanço dos novos “bandeirantes” que investiam na renovada agropecuária. A associação feita pelo autor à histórica figura do “bandeirante” não se deu apenas pela referência àquela palavra, pois implicitamente e em muitos aspectos de seu texto, é possível notar a tentativa de reconstruir aquela épica narrativa em seu próprio tempo, por meio de novos atores que continuavam – em

⁶³ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 66. Os grifos são meus.

⁶⁴ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 18; CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960, p. 24.

⁶⁵ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 66.

sua visão – a empreender o projeto bandeirantista. Acho válido, inclusive, trazer um informe contido em várias edições da *Brasil-Oeste* no qual indicava-se a notória preferência por colonizadores paulistas.

Importante:

1 – 50% dos exemplares de cada edição são distribuídos na capital e no interior de São Paulo, onde se localizam os núcleos habitacionais de maior poder aquisitivo do país e onde se vê maior interesse pelos negócios de colonização e pelas práticas agropecuárias.⁶⁶

Essa distribuição parece ter tido efeitos na leitura da revista, pois, a título de informação, se formos levar em consideração a quantidade de cartas enviadas para a redação da *Brasil-Oeste* por pessoas do Sudeste, os objetivos de Fausto Vieira de Campos estavam sendo alcançados, pois as missivas oriundas dessa região atingiram a marca de 43% do total publicado pela revista ao longo dos anos em que ficou ativa, tendo sido 18%⁶⁷ somente do estado de São Paulo.

A ênfase nos perigos que rondavam aquelas terras por descobrir e toda a adversidade encontrada pelos novos “desbravadores” foi algo bastante ressaltado por Campos, evidenciando, inclusive, que a própria visão que ele pretendia desconstruir de Mato Grosso, isto é, um lugar que não poderia ser percebido como um “covil de onças”, ainda se fazia presente em seu discurso.⁶⁸ O “novo bandeirante” de Campos nos remete a uma consideração feita por John Monteiro quando fazia referência ao modo como essa figura histórica foi representada nos manuais de História, isto é, um “desbravador dos sertões incultos, temível conquistador de povos [e, eu acrescentaria, de paisagens] selvagens”.⁶⁹

Andréia de Cássia Heinst, que discutiu a produção de textos que se dedicaram a construir narrativas a respeito da colonização do município mato-grossense de Mirassol D'Oeste a partir dos anos 1960, fez uma bela síntese do significado do pioneirismo na construção da memória daquele local e que julgo ser perfeitamente aplicável à concepção de Fausto Vieira de Campos a este respeito. Para a autora, “os pioneiros são representados por essa história como os heróis que conseguiram através de sua dedicação e trabalho transformar

⁶⁶ Revista *Brasil-Oeste*, várias edições.

⁶⁷ Essa porcentagem equivale a 70 cartas publicadas, de um total de 164 durante toda a coleção da revista *Brasil-Oeste*.

⁶⁸ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960, orelha de capa.

⁶⁹ MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 105.

uma área de terras inóspitas em lugar próspero, produzindo uma memória de vencedores e uma história de progresso.”⁷⁰

Os pioneiros apresentados por Fausto eram, ao mesmo tempo, tanto as empresas colonizadoras como os próprios colonos que lá se estabeleciam. Ainda ficava visível, é importante assinalar, que a parceria entre Mato Grosso e a iniciativa privada era vista por Campos como a ideal, mesmo que estivéssemos já no final dos anos 1960. Um elemento adicional na concepção do empreendedor e “desbravador ideal” para Fausto seria a presença estrangeira como um fator diferencial para o desenvolvimento mato-grossense. Nesse ponto ele se diferenciava de Cassiano Ricardo, mencionado há pouco e que buscava o oposto, isto é, o afastamento do estrangeirismo no país, pois para Campos, como vimos, a influência estrangeira era muito bem-vinda porque representava, para ele, uma “nova mentalidade”, mais desenvolvida, especialmente no trato com a agricultura.

A “epopeia” narrada pelo autor não poderia prescindir do avanço dos “desbravadores” àquela “hostil” natureza. Essa concepção de desenvolvimentismo *versus* natureza nos remete, mais uma vez, à imagem que apresentei na figura 5 e que correspondia à capa do *Suplemento Especial da Folha de São Paulo* dedicado ao Centro-Oeste, ou seja, a natureza como obstáculo a ser atravessado e vencido. No interior da terceira edição de *Retrato de Mato Grosso* (no tópico referente à colonização), havia outra imagem semelhante na qual um trator também atuava em uma área de derrubada que era apresentada com a seguinte legenda: “Algumas agropecuárias (investimentos, na área da SUDAM) usam os mais modernos equipamentos para desmatamentos. É exemplo aos que realmente investem para produzir e progredir.”⁷¹

Todas as palavras grifadas em itálico dos parágrafos iniciais da citação que fiz e que se encontra referenciada na nota de rodapé número 62 deste capítulo indicavam o quanto o autor pretendia demonstrar as dificuldades existentes para aqueles “empreendedores do progresso”. Para ele, portanto, os “sacrifícios” eram “inauditos”, “tal a abundância de animais selvagens e de répteis venenosos que intimidavam os *mais audazes*”. Logo, toda e qualquer reverência era insuficiente frente ao esforço daqueles que pretendiam transformar aquelas “glebas quase inacessíveis” em lugares de progresso e desenvolvimento. Isso me remete a uma segunda discussão, isto é, a questão do enfrentamento que havia entre a figura do desbravador e a natureza a ser explorada.

⁷⁰ HEINST, Andréia de Cássia. Memória e Pioneirismo: batalhas de narrativas em uma área de ocupação recente em Mato Grosso. *História, Imagem e Narrativas*, v. 05, p. 01-15, 2007, p.2.

⁷¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 57.

Conforme informa o historiador Dutra e Silva, as relações existentes “entre as políticas desenvolvimentistas e percepção da natureza como impedimento ao progresso [...] apresentavam a natureza como inimiga do progresso e que, portanto, a relação estabelecida incentivava o enfrentamento.”⁷² Segundo o autor, em meados do século XX havia um contexto em que o avanço sobre a natureza inexplorada em nome do progresso era perfeitamente aceitável. Analisando a narrativa de Cassiano Ricardo, ele afirma que ela realizava a tarefa no campo cultural de justificar e apropriar os “discursos ideológicos do Estado Nacional para a colonização do Oeste, ao mesmo tempo em que qualificava aqueles que imigravam como dotados de desbravadora brasilidade”.⁷³ Daí, Dutra e Silva cita Ricardo em um fragmento que lembra as palavras há pouco citadas de *Retrato de Mato Grosso* de Fausto Vieira de Campos.

O desbravador era portanto “aquele que enfrentava a natureza”, pois, além de enfrentar com coragem as alegorias fabulosas dos mitos da inibição, lutava com as dificuldades da marcha no cenário natural: “luta com a geografia, com a floresta, com os rios encachoeirados, com os igarapés, com as nascentes ocultas do labirinto amazônico – e ainda com os índios, doenças, feras e monstros na fixação da fronteira” (RICARDO, 1959: 321).

A sua observação era que muito já havia sido feito por obra do bandeirismo, com destaque para a conquista territorial brasileira. Porém, afirmava que esse vasto território carecia, ainda, ser ocupado e a atividade bandeirante era fundamental naquele momento histórico em que as políticas federais para imigração e colonização das fronteiras cumpriam tal destino. A força simbólica da marcha estava no caráter intencional e extensional do discurso, que qualificava a todos os brasileiros que atendiam a seu chamado como verdadeiros bandeirantes.⁷⁴

Levando em consideração o exposto acima, Dutra e Silva defende a tese de que se passou a construir uma nova roupagem para o bandeirantismo. O novo bandeirante, portanto, dava seguimento à vitoriosa empresa iniciada pelos seus precursores e, analisando mais especificamente a Belém-Brasília, o “sentido desenvolvimentista do mito vencedor assumia o domínio ‘do que havia quase esquecido que lhe pertencia’, numa alusão ao renascimento da empreitada bandeirante no século XX”. O autor ressalta que até mesmo a morte de Bernardo Sayão (que dirigia o projeto de construção daquela rodovia, mas que “acabou sendo vitimado por uma árvore em 1959, durante a fase de conclusão da rodovia”⁷⁵) acabou por transformá-lo uma figura mítica naquela ação desenvolvimentista. Nesse sentido, nos “vários relatos

⁷² DUTRA E SILVA, Sandro. *Op. Cit.*, 2014, p. 24.

⁷³ *Idem*, p. 28.

⁷⁴ *Idem*, p. 29.

⁷⁵ DUTRA E SILVA, Sandro. *Op. Cit.*, 2014, p. 23.

fúnebres de Sayão, os oradores buscaram evidenciar o enfrentamento travado contra a natureza e a tragédia que marcou o encerramento dessa empreitada”, mas, ao contrário do que poderíamos supor, “a vingança da natureza, ao invés de desconsiderar ou atribuir uma carga negativa ao empreendimento, [a tornava ainda mais] heroica”.⁷⁶ Creio ser pertinente mencionar que na revista *Brasil-Oeste*, Bernardo Sayão foi lembrado, na ocasião de sua morte, com a publicação de dois poemas em sua homenagem, nas edições 34 e 39, correspondentes aos meses de fevereiro e agosto de 1959, sob os títulos “Sayão, lá no céu, está vendo...” e “O herói de Brasília”. Ambos de autoria da poetisa Donatilla Dantas.

Fausto Vieira de Campos assemelhava-se àqueles “novos bandeirantes”. Ele mesmo, chamado de “o bandeirante da imprensa”, era uma das pessoas como Bernardo Sayão, este último ilustrado pela pesquisadora Emily Fay Story como alguém que, nascido no Rio, “*spent most of his life in Goiás, where he had overseen construction projects in the 1940s during Vargas’s Westward March campaign [...] Sayão was the embodiment of Brazilian confidence and potential, styled as the ‘New Bandeirante’, the fearless conqueror of the forest.*”⁷⁷

A partir do que foi exposto acima, o enfrentamento do desenvolvimentismo vs natureza estava exposto naquele período de uma maneira bastante aceitável para a época. Fausto Vieira de Campos nasceu em uma geração que apontava para o Centro-Oeste/Norte. Sua juventude foi vivida pelas influências de um fortíssimo discurso que apelava ao passado bandeirante, para atuar no presente, almejando um futuro promissor. Mato Grosso estava situado nessa “terra prometida”, no “eldorado” de meados do século XX e sua ocupação, colonização e aproveitamento dos seus recursos, coincidiam com discursos que admitiam ser absolutamente plausíveis os avanços nas florestas, sob argumento de que os novos heróis transformariam aquelas paisagens, tornando-as produtivas e aproveitáveis.

É importante dizer que o discurso de Campos em *Retrato de Mato Grosso* não pode ser visto como aquele que encarava a “natureza” apenas como uma inimiga a ser vencida, mas como um espaço que precisava ser “racionalmente” e “economicamente” explorado, conforme palavras ditas pelo autor em diversas situações. Seu discurso ia muito mais no sentido de evidenciar as dificuldades existentes naquelas terras para destacar o esforço e as ações das empresas colonizadoras, dos colonos e do governo mato-grossense. Nesse sentido,

⁷⁶ DUTRA E SILVA, Sandro. *Op. Cit.*, 2014, p. 34.

⁷⁷ STORY, Emily Fay. *Constructing development: Brasília and the making of modern Brazil*. 2006, 168f. *Thesis (Ph. D. in History) – Vanderbilt University*, p. 64. Tradução: “passou a maior parte de sua vida em Goiás, onde supervisionou projetos nos anos 1940, durante a Marcha para o Oeste Varguista (...) Sayão foi a personificação da confiança e do potencial brasileiros, chamado de “Novo Bandeirante”, o conquistador destemido da floresta”

sua narrativa buscava construir representações que situassem aqueles atores sociais na condição de serem percebidos como “desbravadores”, “pioneiros”, “heróis” que pretendiam explorar aquele território.

Toda a narrativa do autor me faz relembrar de um fragmento recorrentemente citado por pesquisadores da historiografia mato-grossense e que corresponde ao relatório de 1878 do então Presidente da Província de Mato Grosso João José Pedrosa. Ele que sintetizava, quase cem anos antes, o incômodo que perseguia os mato-grossenses e, por extensão, intelectuais como Fausto Vieira de Campos, no que dizia respeito à enorme importância que a colonização de terras e ocupação daquele espaço tinham para o “desenvolvimento” da região. Dizia ele: “Não ha quem ignore que á causa da colonização [...] prende-se todo o futuro engrandecimento desta província [...] A colonização, pois, será o maravilhoso condão que um dia transformará essa terra esquecida do mundo civilizado num dos mais opulentos torrões do globo”.⁷⁸

Este era o tema central e objeto principal de dedicação do “Projeto Brasil-Oeste”. Nas páginas da revista, por exemplo, foram várias as edições e reportagens que trataram de debater o tema colonização. Dada a impossibilidade de analisá-las em sua completude, algumas delas merecem atenção especial e servirão aqui como amostra da totalidade do assunto em tela. Portanto, as que selecionei fazem coro ou refletem aquilo que foi exposto até o momento, concernente à publicação *Retrato de Mato Grosso*.

4.3. As reportagens da *Brasil-Oeste* e o tema colonização

Começo este tópico citando duas cartas enviadas à redação da *Brasil-Oeste*, pois a partir delas será possível perceber o quanto o tema “colonização” estava enraizado no programa editorial da revista. Vejamos.

A primeira delas foi enviada em 1957. Naquela ocasião, não foi revelado o conteúdo da carta, mas somente a resposta dada pela revista à demanda de seu autor, que era um leitor de Pernambuco, chamado Antonio Jácome de Britto. Cito integralmente o retorno dado pela direção da *Brasil-Oeste*:

As terras no Município de Barra do Garças (é um dos municípios de maior área no Estado de Mato Grosso) apresentam as mais diversas características, pois que se

⁷⁸ Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, João José Pedrosa à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01/11/1878, p. 33.

estendem no paralelo 10 ao 16. No ponto mencionado em sua carta (paralelos 14 e 16) predominam os campos, com percentagens de 30 a 50% de matas. As altitudes variam de 400 a 700 metros acima do nível do mar. Há abundantes cursos d'água cortando o terreno e diversas estradas carroçáveis comunicando as povoações ali já formadas. As terras prestam-se, preferencialmente, à formação de fazendas mistas. As condições ecológicas, segundo as informações de que dispomos, são favoráveis às culturas de cereais e de forrageiras e também à de café. Os preços das glebas variam, conforme a sua localização e porcentagem de matas. Aqui em São Paulo há companhias que estão vendendo glebas no referido Município, a partir de Cr\$ 100,00 o hectare.⁷⁹

Anos depois, em 1963, na edição de maio, n° 79, outro leitor enviara uma missiva. Dessa vez seu remetente era Pio M. Veiga, residente em Belém do Pará. Aqui há uma diferença em relação à anterior, pois a *Brasil-Oeste* publicou um fragmento da carta do leitor e deu a uma resposta logo em seguida, ainda que bastante sucinta. Vejamos como foi este diálogo:

PIO M. VEIGA (Belém-PA) – “... para consultar V. S. da possibilidade de entregar à sua conceituada organização, o encargo de vender uma gleba de terra de minha propriedade localizada no município de Diamantino, no norte do Estado de Mato Grosso”.

– **Agradecemos a confiança que nos manifestou. Todavia, como não operamos no setor de terras, encaminhamos a sua missiva à Colonizadora Norte Mato Grosso, que já estabeleceu os contatos com V. S.**⁸⁰

Essas duas cartas podem nos servir para ilustrar o modo como a revista *Brasil-Oeste* era percebida por seus leitores. As reportagens e artigos em torno da colonização de terras eram tão intensos que, pelo que foi exposto especialmente na segunda carta, havia uma dúvida se os dirigentes daquele mensário também comercializavam terras.

Em meu trabalho de mestrado pude mostrar que havia uma relação muito estreita entre a redação da *Brasil-Oeste* e algumas empresas colonizadoras nos seus anos iniciais, como foram os casos da *Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda.* e do *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro*. Para situar o leitor, naquela ocasião evidenciei que o endereço utilizado por elas era o mesmo da revista. Nesse sentido, creio ter havido grande aproximação entre elas e a direção daquele mensário, por mais que houvesse uma negação desse fato, tal como podemos ver na resposta dada à segunda carta, quando os diretores diziam categoricamente que não operavam no ramo de venda de terras. Curiosamente (ou não), a missiva foi encaminhada pela direção à “Norte Mato Grosso”. Do mesmo modo, quando no retorno dado à primeira daquelas correspondências, eles mencionavam que

⁷⁹ Revista *Brasil-Oeste*, ano II, n° 13, maio de 1957, São Paulo (SP), p. 12.

⁸⁰ Revista *Brasil-Oeste*, ano VIII, n° 79, março de 1963, São Paulo (SP), p. 44. Palavras em negrito do original.

existiam “companhias” vendendo glebas a partir de Cr\$ 100,00 o hectare e, nesse caso específico, era justamente o “Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro” que estava entre elas.⁸¹

Não pretendo aqui voltar a fazer esta discussão, pois, a meu ver, já illustrei e indiquei no supramencionado estudo que, apesar do discurso da objetividade jornalística e da suposta independência editorial da redação da *Brasil-Oeste*, tudo indica que a respeito do tema “colonização”, havia uma posição política (pró-Fernando Corrêa da Costa) bastante clara nos primeiros anos da revista e, além disso, uma estreita relação com as colonizadoras.⁸² No entanto, ao contrário do que sugeria o grande historiador Alcir Lenharo, não acredito que a *Brasil-Oeste* era tão somente “um meio de difundir o comércio de terras, mantendo inclusive ligações com grupos estrangeiros”.⁸³ Minha posição, caso ainda não tenha ficado clara, é a seguinte: houve uma inegável relação com Fernando Corrêa da Costa e a UDN mato-grossense, especialmente no que tange à colonização de terras em Mato Grosso. A política do governador udenista agradava enormemente à direção da *Brasil-Oeste*. Em relação às colonizadoras, de fato duas delas – como pude mostrar – dividiram os mesmos endereços postais da redação da revista num dado momento de sua história. Quando tive a oportunidade de perguntar ao sócio-diretor da revista, Fausto Moraes Godoy de Campos, sobre o fato de a editora ter dividido o mesmo endereço com as empresas acima mencionadas, ele me explicou que havia ali apenas uma utilização de um conjunto duplo, num dos quais estava a editora, uma vez que a administração da revista ficava no Conjunto 33-A e a da colonizadora, no Conjunto 33.⁸⁴

É importante não se esquecer, claro, outro aspecto que precisa ser reiterado e se assenta no fato de que havia toda uma concepção, uma visão de mundo, uma ideia de desenvolvimento por meio da colonização e ocupação dos espaços vazios que remontava à já sobremaneira citada “Marcha para o Oeste”. Se isso não fosse o suficiente, é válido lembrar que mesmo no âmbito puramente econômico e empresarial daquele empreendimento editorial, uma considerável parte dos anunciantes era do segmento imobiliário/colonização, logo, essa

⁸¹ Para exemplificar, havia uma propaganda do “Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro”, publicada em várias ocasiões, que anunciava em Barra do Garças, por exemplo, “Vários lotes de terras com títulos definitivos a preços que variam de Cr\$ 60,00 a Cr\$ 100,00 o hectare, conforme a sua localização e a sua percentagem de matas”. Revista *Brasil-Oeste*, diversas edições. Neste caso, o exemplo foi retirado do terceiro número (março de 1956).

⁸² Esta situação foi melhor abordada por mim entre as páginas 149 e 152.

⁸³ LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n° 12, p. 47-64. 1986, p. 57.

⁸⁴ Lamentavelmente não tenho autorização do entrevistado para colocar na íntegra suas respostas.

inclinação favorável àquelas empresas é perfeitamente compreensível, uma vez que o campo jornalístico sofre pressões de naturezas diversas, incluindo, por certo, aquela dos anunciantes. Portanto, a perspectiva que venho tratando desde o início deste trabalho e que foi, de certo modo, desconsiderada por Lenharo, indica, ainda, que havia também uma “visão de mundo” nas páginas daquele impresso que considerava imprescindível a ocupação do espaço e da modernização no campo para que houvesse desenvolvimento e progresso, de modo que isso pudesse afastar os assombrosos estigmas que tanto perseguiram os mato-grossenses.

Logo, todos esses aspectos devem ser considerados. A este respeito, é preciso fazer uma discussão que pode corroborar esta perspectiva e que não desconsidera completamente a visão de Alcir Lenharo. Nos próximos parágrafos mostrarei, por exemplo, que a campanha empreendida por Campos o aproximava de algumas companhias colonizadoras e isso é inegável. Contudo, essa associação era utilizada pelo jornalista para mostrar que suas ações em Mato Grosso eram independentes, mas que não deixavam de ser legitimadas por aqueles que delas se beneficiavam (as colonizadoras, por exemplo). Vejamos.

Na edição número 39 da revista *Brasil-Oeste*, publicada no mês de agosto de 1959, foi destacada a mais uma das várias homenagens recebidas por Fausto Vieira de Campos e, indiretamente, pela revista *Brasil-Oeste*. Tratou-se de uma inusitada situação na qual foi dado o nome do jornalista a uma rua em um então novo lugar, chamado na reportagem de cidade Nova Itália, que ficava entre os municípios de Rondonópolis e Guiratinga, na porção leste de Mato Grosso.

Na reportagem, dizia-se que a Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda. estava por inaugurar uma urbe chamada *Nova Itália* que teria “ruas [...] projetadas conforme as técnicas modernas e com larguras, respectivamente, de 15 e 25 metros.” Os detalhes de localização foram colocados da seguinte maneira: “A duas avenidas e a uma rua, no centro urbano, foram conferidas as denominações, respectivamente, de Presidente Juscelino, Governador Ponce de Arruda e Fausto Vieira de Campos, em homenagem a êsses brasileiros, que muito vêm contribuindo para o progresso de Mato Grosso”.⁸⁵ Continua o texto, tornando público o ofício que na ocasião foi enviado à direção da *Brasil-Oeste*:

Fazendo comunicação ao Diretor de BRASIL-OESTE, da homenagem que lhe foi tributada, com a designação do seu nome a uma das ruas de Nova Itália, a Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda. dirigiu-lhe o seguinte ofício, datado de 27 de julho p. p.

⁸⁵ Revista *Brasil-Oeste*, ano IV, nº 39, agosto de 1959, São Paulo (SP), p. 46.

“Exmo. Sr. Jornalista Fausto Vieira de Campos – DD. Diretor da Revista BRASIL-OESTE

Prezado Senhor,

É com grande satisfação que levamos ao seu conhecimento, que nossa firma houve por bem, em homenagem simples e sincera, dar o seu nome a uma das ruas da cidade NOVA ITÁLIA, que estamos formando ao longo da rodovia Rondonópolis-Guiratinga.

O motivo que nos leva a premiar o nobre cidadão é o reconhecimento de seu incansável trabalho, divulgando constantemente, coisas e acontecimentos sobre o grande Estado de Mato Grosso.

Queira pois, aceitar esta nossa sincera homenagem, na certeza de estarmos dando a nossa contribuição a quem tanto merece, por um trabalho honrado, útil e patriótico, pelo desenvolvimento do nosso interior até há pouco despovoado e agora se integrando na grandeza Nacional, porque pessoas como V. S. o vêm trazendo ao conhecimento público.

Assim, fazemos esta comunicação ao distinto jornalista, oficialmente, na certeza de termos praticado um ato de Justiça.

Atenciosamente,

(a) Colonizadora Norte Mato Grosso Limitada – Décio Franco de Almeida – Sócio-Gerente.⁸⁶

No número seguinte, a revista publicou os ofícios enviados pelo “Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo” e pela “Associação Brasileira de Imprensa” à Colonizadora Norte Mato Grosso, que os havia comunicado daquela homenagem feita a Campos. Cito, abaixo, a íntegra de ambos os textos.

1 – Do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo:

“São Paulo, 5 de Agosto de 1959

Prezado senhor

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo congratula-se com essa Empresa pela designação de uma das ruas da cidade de Nova Itália com o nome do jornalista Fausto Vieira de Campos, um dos nossos antigos associados e veterano homem de imprensa.

Não tenha dúvida, senhor gerente, de que com essa homenagem, a Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda. homenageia toda a imprensa paulistana, pois o senhor Fausto Vieira de Campos é o protótipo do jornalista honesto e consciente de sua profissão.

[...]

BENEDITO RIBEIRO, Presidente”.

2 – Da Associação Brasileira de Imprensa:

“Rio de Janeiro, 4 de Agosto de 1959

Saudações:

Acuso o recebimento do ofício datado de 27 de julho passado, comunicando a homenagem prestada pela Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda. ao jornalista Fausto Vieira de Campos, com a designação de seu nome para uma das ruas da cidade Nova Itália, construída por essa empresa no leste mato-grossense, ao longo da rodovia Rondonópolis-Guiratinga.

Agradecendo a gentileza da comunicação, aproveito o ensejo para cumprimentar a Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda. pela iniciativa da justa homenagem àquele confrade.

⁸⁶ *Id., Ibid.* As palavras em caixa alta estão como na versão original.

Atenciosamente, (a) HERBERT MOSES, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa”.⁸⁷

Percebe-se, levando em consideração as últimas citações, que as relações entre Campos e a Colonizadora em apreço eram efetivamente muito próximas. Por isso, as críticas que a revista recebeu do historiador Alcir Lenharo, por exemplo, ficam fortalecidas, uma vez que tudo indicava esta “simbiose” entre o projeto editorial e os planos de colonização. No entanto, creio que outro aspecto pode ser retirado daí e diz respeito à sua busca por reconhecimento frente aos seus leitores, anunciantes, políticos, etc. Em súplica, todos aqueles a quem ele gostaria de causar boa impressão e “capitalizar” socialmente sua importância, conservando seu status social, bem como igualmente dignificar a imagem daquela colonizadora em sua atividade. Isso me remete à conceituação de Bourdieu no que diz respeito ao “mútuo conhecimento e reconhecimento” de membros de um mesmo grupo, “*which provides each of its members with the backing of the collectivity-owned capital, a 'credential' which entitles them to credit, in the various senses of the word. These relationships may exist only in the practical state, in material and/or symbolic exchanges which help to maintain them*”.⁸⁸ Tudo isso fica ainda mais claro quando ele reproduz os ofícios das associações de jornalistas paulista e brasileira. Há uma semelhança de intenção, inclusive, com os ofícios enviados pelos governadores de São Paulo e Mato Grosso na ocasião da publicação da terceira edição de *Retrato de Mato Grosso*, por mim analisados no segundo capítulo. A reprodução pública de todas essas missivas enviadas a ele funcionavam para colocá-lo em evidência e (super)estimar sua importância naquele contexto.

De todo modo, o que é curioso se assenta no fato de que esta suposta cidade que homenageava a Itália, e que estava sendo empreendida pela Colonizadora Norte Mato Grosso, fracassou. Em minhas buscas não encontrei nenhum município com este nome atualmente em terras mato-grossenses. No trecho correspondente a Rondonópolis e Guiratinga, não há em nenhum dos mapas consultados qualquer cidade sob o nome “Nova Itália”.

⁸⁷ Revista *Brasil-Oeste*, ano IV, nº 40, setembro de 1959, São Paulo (SP), p. 52.

⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: BROWN, Phillip. et. al (org.). *Education: Culture, Economy, and Society*. Oxford University Press, 1997, p. 51. Tradução: “que provê a cada um de seus membros o endosso de um capital de propriedade coletiva, uma ‘credencial’ que lhes dá direito ao crédito nos mais variados sentidos da palavra. Essas relações podem existir apenas no estado prático, em trocas materiais ou simbólicas as quais ajudam a mantê-las.”

Ainda a esse respeito, creio que em virtude do cancelamento dos contratos com as colonizadoras de terras promovido pelo então governador João Ponce de Arruda (que, curiosamente, também recebeu uma homenagem com uma avenida em seu nome), a cidade de Nova Itália nunca alcançou o status de município e o trabalho de colonização empreendido pela Colonizadora Norte Mato Grosso deve ter sido interrompido. Uma outra possibilidade pode ter sido que aquele empreendimento tenha simplesmente fracassado, o que não seria uma novidade nos planos de colonização mato-grossenses da época.

Lamentavelmente, não pude encontrar maiores explicações a respeito dessa situação, mas ela reflete, sem dúvidas e, ainda que minimamente, as mazelas da colonização em Mato Grosso. Conforme informa João Carlos Barrozo, ao mencionar os projetos colonizadores para a Amazônia mato-grossense, muitas dessas ações, em vez de empreenderem efetivamente aquilo que se propunham, concentraram terras, como podemos conferir na citação a seguir:

Entre as empresas que adquiriram estas áreas [o autor faz referência ao plano de colonização empreendido no governo Fernando Corrêa da Costa nos anos 1950], muitas mantiveram estes latifúndios como reserva de valor, fazendo especulação fundiária com as mesmas, até o final da década de 70, quando Mato Grosso passou a receber um intenso fluxo migratório e, em consequência, valorizando significativamente o preço da terra.

Na parte norte do estado, na área amazônica, foram executados apenas dois projetos de colonização nas áreas alienadas para este fim nos anos 50. Em Porto dos Gaúchos, o projeto de colonização da empresa COLOMALI, e o projeto da Gleba Rio Ferro, do grupo Matsubara, no norte do Estado.⁹⁰

Barrozo é um dos vários pesquisadores que apontam para o fracasso do projeto colonizador de meados do século XX e a citação acima indica precisamente isso, ainda que não tenha analisado especificamente a situação daquelas colonizadoras do projeto de Fernando Corrêa da Costa. Tendo isso em vista e somando-se ao fato de que essa discussão não é meu foco de análise central, é importante assinalar que ainda há carência de estudos precisos e mais aprofundados a respeito da atuação das 22 colonizadoras que firmaram contratos com o governo de Mato Grosso nos anos 1950, que certamente poderão ilustrar de maneira mais cristalina toda aquela situação.

De todo modo, foram vários os textos que debateram a respeito da colonização em Mato Grosso nas páginas da revista. O discurso do desbravamento e seus “desbravadores”, dos “capitalistas” e “homens de negócios”, “patriotas” ou “estrangeiros”, enfim, uma

⁹⁰ BARROZO, João Carlos. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: _____. *Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010, p. 14

variedade de personagens que precisavam ser pincelados naquele retrato e que seriam centrais na nova história mato-grossense, foram lembrados pela *Brasil-Oeste* e seus vários colaboradores.

Cito um exemplo do ano de 1965, quando um colaborador da revista escreveu o texto “Venda de terras favoreceu o desenvolvimento de Mato Grosso”. Seu autor era Willy Aureli e é bastante propício inseri-lo nesta discussão, uma vez que Aureli foi um jornalista e escritor que atuava também como um “desbravador” do Centro-Oeste brasileiro. Acredito ser bastante importante para a análise em apreço apresentar brevemente quem foi este escritor e como ele levava consigo princípios e ideias muito próximas às defendidas por Campos.

Willy Aureli não foi um dos colaboradores mais efetivos da *Brasil-Oeste*, pois ao todo seu nome figurou em trinta edições e foram apenas sete textos ali publicados. Sua primeira aparição na lista de pessoas que contribuíram para revista deu-se em junho de 1964. A figura de Aureli é bastante emblemática pois ele exerceu o papel de “bandeirante” moderno que teve como alguns de seus maiores feitos a exploração da região da Serra do Roncador situada na região nordeste mato-grossense. Possuo uma edição de seu livro “O rio da solidão”, publicado em 1957, e lá consta uma descrição biográfica desse autor que foi, inegavelmente, uma figura conveniente para o projeto *Brasil-Oeste*, pois após eu ter tomado ciência de alguns dados a respeito de sua vida, achei incrível o modo como ele se encaixava perfeitamente na linha editorial da revista.

O texto que citarei a seguir foi escrito por Afonso Schmidt e saiu como “Nota explicativa” do livro de Aureli. Willy, diz o autor, “meteu-se em 1937 pelo sertão, sertão de verdade, escrevendo depois obras que lhe grangearam popularidade, como ‘Roncador’, ‘Sertões bravios’, ‘Léguas sem fim’ [...] e ‘Terras sem sombra’. Tornou-se um nome entre os viajantes que procuraram redescobrir o Brasil [...] um nome entre os escritores que souberam transmitir ao público as suas vicissitudes em terras pouco conhecidas, ou mesmo desconhecidas de todo”.⁹¹ Schmidt descreveu todas as aventuras e viagens feitas por Aureli nas páginas seguintes e que o tornaram, sem sombra de dúvidas, um “grande brasileiro”, que “conheceu o Brasil de que os livros não falam; a região que segue ao ponto final dos ilustres roteiros”.⁹² Um parágrafo em especial merece ser citado integralmente:

Oito vêzes, partiu de São Paulo a “Bandeira Piratininga”, rasgando novos horizontes na direção Oeste. Foi um belo serviço prestado àquela vasta região brasileira que,

⁹¹ SCHMIDT, Afonso. Nota explicativa para o livro “Rio da Solidão, 1957, p. 08.

⁹² *Idem*, p. 10.

depois de conhecida, começa a povoar-se rapidamente. Há vinte anos, apenas, era uma sucessão de desertos, mosquitos, as feras, os índios e as endemias. O vicentino sertanista, como os desbravadores do passado, fundou povoados, plantou roças, abriu estradas e caminhos que hoje são percorridos pelos primeiros habitantes.⁹³

Aureli, de fato, organizou a “Bandeira Piratininga” rumo ao oeste do Brasil junto com um grupo de pesquisadores e dessas viagens todas pôde conhecer de perto uma extensa área mato-grossense, tornando-se, inclusive, uma figura muito conhecida naquele estado. Conforme palavras do próprio autor, citadas por Schmidt, ele “buscava ansiosamente em sua juventude emoções fortes pelas terras ainda pouco habitadas”. Essa característica era muito valorizada por Fausto Vieira de Campos. Veremos mais adiante como seu próprio discurso assemelhava-se a esta citação de Willy Aureli.

Ainda na apresentação do livro, há uma rápida biografia que merece ser aqui mencionada:

Willy Aureli nasceu em Santos. Entrou no jornalismo em 1924, iniciando a sua carreira jornalística no “Jornal da Noite” e na “Gazeta do Povo”, daquela cidade. Em 1927, entrou para as “Folhas”, de S. Paulo, onde permaneceu até 1952. Foi diretor do matutino paulista “A Época”. Posteriormente, serviu no jornal “O Tempo”. Como repórter, sobressaiu-se, iniciando, em 1937, a sua *caminhada pelo sertão*, à testa da “Bandeira Piratininga”, *desbravando* zonas totalmente virgens, trazendo à coletividade enorme goma de conhecimentos. Realizou, entre outras coisas, o levantamento oro-hidro-topográfico de tóda a bacia pré-amazônica, enriquecendo dessa forma, a cartografia nacional. Realizou oito penetrações na “*jungle*”.

[...]

É membro da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro; Sociedade Científica de São Paulo; Sociedade Geográfica de São Paulo; do Gabinete Literário de Mato Grosso; Associação de Imprensa de Honduras; Comendador da Ordem Imperatriz D. Leopoldina; Presidente da Associação Paulista de Imprensa; *Comandante da Bandeira Piratininga*; ex-delegado do Serviço de Proteção aos Índios no Estado de São Paulo; Conselheiro do Departamento Estadual de Turismo e membro de diversas instituições culturais.

S. Paulo, 1º de julho de 1957.

Clube do Livro.⁹⁴

Nota-se que nas palavras grifadas, o autor era visto como um bandeirante, aliás, o “Comandante da Bandeira Piratininga” que fez sua “*caminhada pelo sertão*”, “*desbravando*” aquela *jungle*. Todos esses elementos serviriam como pano de fundo para compor o quadro desejado por Campos. Nesse sentido, o artigo publicado na *Brasil-Oeste*, escrito por Willy Aureli, defendia a tese de que a venda de terras havia propulsionado o desenvolvimento mato-grossense.

⁹³ SCHMIDT, Afonso. Nota explicativa para o livro “Rio da Solidão, 1957, p. 09.

⁹⁴ Apresentação do autor Willy Aureli, Editora Clube do Livro, 1957, p. 11-12. Os grifos são meus.

Mato Grosso despertou de súbito, sacudiu para longe o marasmo em que jazia e iniciou uma grande caminhada. Está agora estimulando a fixação do homem em seu vastíssimo território [...]

O extremo desequilíbrio populacional, nessa imensidão, está sendo reduzido. Já se nota grande densidade demográfica na periferia de Cuiabá. O resto é ainda um *vasto deserto*, um *riquíssimo deserto*, que dará ao Brasil, em época não muito distante, o ‘maná’ sempre aguardado...

As três “manchas” *desérticas* do Brasil: Amazonas, norte de Goiás e *centro-norte* de Mato Grosso estão sendo ocupadas lentamente [...] pelas correntes migratórias que buscam, no *fabuloso Oeste*, novos horizontes de expansão.⁹⁵

Como vimos nesses primeiros parágrafos, o autor ressaltava vários dos adjetivos que podem ser encontrados nos mais diversos artigos e narrativas apresentadas por mim no decorrer deste trabalho, pois enfatizava todo o potencial que havia em Mato Grosso. O uso do superlativo “vastíssimo”, a ênfase de que ali havia um “riquíssimo deserto” (nos remetendo à concepção de sertão analisada no terceiro capítulo), no “fabuloso Oeste”, enfim, todas aquelas palavras criteriosamente escolhidas dão a sensação de *deja vú* de um discurso proferido em outros tempos pela intelectualidade mato-grossense das décadas finais do século XIX e início do XX que se repetia, enormemente, nos anos 1950 e 1960. Buscava-se criar, além de tudo, uma aura que distinguisse aquela região do restante do país tanto pelos aspectos positivos, quanto por aquilo que havia de negativo (o atraso, a distância, etc.).

Em outro momento, Aureli continuava a dedicar suas linhas para evidenciar o potencial das aquavias mato-grossenses, pois, a partir de uma política de aproveitamento das mesmas, “farão como por um *passe de mágica*, Mato Grosso surja potente, dada a incalculável safra de cereais e matérias-primas a serem exportadas”.⁹⁶ Após mais algumas considerações a respeito das riquezas naturais e a vocação agropecuária da região, o autor põe em tela o tema central de seu texto, isto é, a questão da colonização. Nas suas palavras,

A venda indiscriminada de vastas glebas de terras em Mato Grosso trarão, indiscutivelmente, espaços de progresso vertiginoso [...] Notam-se hoje caravanas extensas de penetradores que, adquiridas as glebas, afundam no sertão ínvio, indo buscar o **El-Dorado**, onde fazem vinte anos apenas *bramían* onças...

Êsse surto espetacular de expansão, que é fenômeno genuinamente mato-grossense, faz recordar o avanço histórico dos desbravadores do território norte-americano. Outros meridianos, outros paralelos, mas idêntico afoitismo, idênticas esperanças, idênticas energias.

Jamais Mato Grosso sonhou com tanto progresso e em tão breve espaço de tempo. Houve uma alucinação generalizada e, em consequência dela, começaram a povoar-se os rincões mais solitários do Estado. As “companhias de vendas de terras”

⁹⁵ AURELI, Willy. Venda de terras favoreceu o desenvolvimento de Mato Grosso. *Revista Brasil-Oeste*, ano X, n° 104, maio de 1965, p. 35.

⁹⁶ *Id.*, *Ibid.* Os grifos são meus.

proliferaram como cogumelos em chão úmido. Amealharam e continuam amealhando fortunas espetaculares. Adquiriram terras do Governo a troco de tostões e vendem-nas, aos retardatários, a pêsos de ouro. Mas, essa desproporção, longe de prejudicar o Estado, imprime um ritmo maravilhoso de circulação do dinheiro, que beneficia incontáveis atividades humanas.⁹⁷

É surpreendente o modo como era pensado por Willy Aureli o desenvolvimento a qualquer custo. Ele, um aventureiro autoproclamado bandeirante do século XX, ainda carregava – mais fortemente que o próprio Fausto – uma representação de Mato Grosso como uma região permeada de mistérios donde “*bramíam* onças”, de um “sertão ínvio”. Logo, a expansão para o Centro-Oeste brasileiro não poderia prescindir de um espírito de aventura, parecido – segundo o autor – àquele empreendido pelos estadunidenses pelos lados ocidentais das terras norte-americanas.

Aureli, ao mencionar que Mato Grosso jamais “sonhou” com “tanto progresso” em um curto espaço de tempo, referia-se ao que ele acreditava ser uma “alucinação generalizada” rumo ao Centro-Oeste. Em sua visão, não importava se as empresas colonizadoras comprassem por baixíssimos preços as glebas mato-grossenses e as revendessem “a pêsos de ouro”, pois dentro da política da época, conforme informa Maria do Socorro S. Araujo, “tornar os vastos sertões produtivos e manter o controle político sobre os territórios conquistados fazia parte da agenda de investimentos nacionais tanto do Estado Novo como do Regime [...] Militar”⁹⁸. Willy Aureli corroborava essa política, bem como a linha editorial da revista. Ainda nas palavras da autora, “[os] empresários colonizadores, com predominância dos sulistas, se comportavam como ‘bandeirantes modernos’ e por isso incorporavam a ‘missão’ de conquistar territórios inóspitos e fazê-los civilizados.”⁹⁹

É bastante significativo que aquele texto de Willy Aureli tenha sido publicado em uma edição que homenageava outra histórica (e constantemente lembrada) figura que carregava o status de desbravador dos sertões. Tratava-se de uma extensa reportagem de capa que relembra o centenário de Marechal Cândido Rondon. Na legenda abaixo da fotografia que estampava a revista constava a seguinte afirmação: “Rondon – pioneiro da integração nacional”. O Marechal, assim como Getúlio Vargas e os bandeirantes, estava entre aqueles que inspiravam o projeto *Brasil-Oeste*.

⁹⁷ AURELI, Willy. Venda de terras favoreceu o desenvolvimento de Mato Grosso. *Revista Brasil-Oeste*, ano X, n° 104, maio de 1965, p. 35-36. A palavra em negrito é do original. O grifo em itálico é meu.

⁹⁸ ARAÚJO, Maria do Socorro S. *Territórios amazônicos e Araguaia mato-grossense: configurações de modernidade, políticas de ocupação e civilidade para os sertões*. Tese (Doutorado em História). IFCH-Unicamp, Campinas, 2013, p 221.

⁹⁹ *Idem*, p. 223.

Foram vários outros textos publicados na revista a respeito da colonização. Em alguns deles, por exemplo, enfatizava-se a presença de colonos estrangeiros como algo muito bem avaliado pelo corpo editorial do mensário. Noticiavam-se ações feitas por empresas em determinadas regiões do estado – especialmente na porção norte –, enfim, houve uma variedade de publicações, sendo algumas reportagens de capas, editoriais, artigos de opinião e reportagens. Houve, inclusive, textos com as mais diversas reivindicações, como foi o caso de um artigo publicado por Sízínio Leite da Rocha, no qual questionava a extensão das faixas de fronteira do país que, em sua opinião, travava o desenvolvimento nacional.¹⁰⁰ Ele, o maior colaborador de toda a coleção da *Brasil-Oeste* em número de textos¹⁰¹, não compreendia a razão de haver “tantas ‘faixas’, uma vez que nenhum Estado [unidade federativa] se [opunha] à defesa nacional”. Em sua visão, “as ‘Faixas de Fronteiras’ [traziam] sérios embaraços à colonização e ao aproveitamento de imensas regiões do país, ferindo a autonomia dos Estados, diminuindo-lhes a superfície”.¹⁰²

Essa abordagem feita por Sízínio Leite da Rocha nos remete, outra vez, àquela debatida por Fausto Vieira de Campos em relação ao Parque Indígena do Xingu, quando reclamava da imensa área que seria “arrancada” das áreas produtivas mato-grossenses e entregues à União para o acolhimento de diversas nações indígenas, quando deveria ser demarcada nos vários territórios federais, especialmente aqueles localizados na Amazônia ocidental e para lá serem enviados os grupos indígenas de todos os cantos do país.

A perspectiva ideal era aquela que unia a proteção às fronteiras, mas pelo viés da ocupação “efetiva” das regiões “inóspitas”. Remeto-me, mais uma vez, à contribuição de Maria do Socorro Araújo, pois há em seu trabalho a citação de uma fonte que pode contribuir para este debate. Trata-se de uma declaração feita no início da década de 1940, por um coordenador militar da Comissão que evidenciava uma crença de que seria somente por meio da ocupação e exploração agressiva o Brasil se desenvolveria. Nas suas palavras, “[o] país precisa e deve ser ocupado, sem demora, não se lhe deixando nenhum centímetro quadrado fora da ação do dominador. Ocupado por poderoso Exército, aparelhado com os mais eficientes e mortíferos engenhos de guerra em combate contra a improdutividade!”¹⁰³

¹⁰⁰ Na época a faixa de fronteira já correspondia a 150 km de largura ao longo dos limites do território brasileiro com seus países vizinhos.

¹⁰¹ Sízínio Leite da Rocha escreveu mais de 60 artigos para a *Brasil-Oeste*.

¹⁰² *Revista Brasil-Oeste*, ano V, n° 47, abril de 1960, p. 18.

¹⁰³ Luiz Moreira de Paula, 2° Tenente do Exército. Relatório dos trabalhos de conclusão da Carta de Mato Grosso, entre 1941 e 1942, p. 95. Departamento de Imprensa Nacional/CNPI. Cópia do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Cuiabá/MT. *Apud* ARAUJO, Maria do Socorro, *Op. Cit.*, 2013, p. 222.

Levando isso em consideração e remetendo ao que até agora foi exposto, incluindo o texto de Sízínio Leite da Rocha, é possível dizer que tudo aquilo que impedia a colonização de Mato Grosso devia ser rechaçado. O autor, como muitos outros, realmente achava que o estado estava no caminho da sorte e o empenho para que tudo se concretizasse como imaginava devia ser feito com esforço hercúleo, pois, como defendia o Tenente Luiz Pereira de Paula, era preciso empreender uma “guerra contra a improdutividade”, espelhando-se, portanto, em figuras e projetos históricos, como Getúlio Vargas e sua “Marcha para o Oeste”, ou então Marechal Rondon e seu espírito desafiador. Esta é a representação que buscava ser construída para os futuros mato-grossenses.

Aproveito a menção feita a Rondon e recorro, mais uma vez, a uma fala feita por Fausto Vieira de Campos. Desta vez foi na ocasião em que recebeu a “Medalha de mérito cultural Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon” pela “Sociedade Geográfica Brasileira”, publicada na edição nº 44, de 1960. Naquela ocasião, Campos não abordou exclusivamente o tema colonização de terras em Mato Grosso, mas muitas das suas visões a respeito daquele estado se fizeram presentes. Aquele discurso foi apresentado na revista sob o pretensioso título “Encontram solução natural em Mato Grosso os problemas da fome e do desemprego”. Acredito ser pertinente citar o texto em quase toda sua integralidade pois, a meu ver, ele é muito significativo para a análise em tela. Vejamos alguns pontos apresentados pelo jornalista.

A bondade que teve para comigo a Sociedade Geográfica Brasileira [...] eu a interpreto como *reconhecimento da atividade jornalística que venho desenvolvendo em favor do Oeste Brasileiro*.

Desde as bancas escolares, *impregnou-se no meu espírito*, de maneira impressionante, a designação comum nas cartas geográficas do Brasil, indicando regiões do território ocidental pátrio com as qualificações de “INEXPLORADO” e “DESCONHECIDO”.¹⁰⁴

Parte do fragmento acima nos coloca frente àquilo que Pierre Bourdieu chama de “ilusão biográfica”, pois é como se aquele ponto da trajetória da vida profissional de Fausto Vieira de Campos tivesse sido “orientado” desde sua infância, como uma “iluminação” que o teria encaminhado para o “futuro”, isto é, seu empreendimento editorial no oeste brasileiro. Este discurso tem a intenção de “dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva [...] estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de

¹⁰⁴ Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 44, janeiro de 1960, p. 20.

um desenvolvimento necessário”. O que é mais interessante aqui se assenta no fato de se tratar de um relato autobiográfico, que tem um caráter especial, pois há uma “propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência”¹⁰⁵

Logo no segundo parágrafo, é digno de nota o “incômodo” relatado pelo autor por visualizar em “cartas geográficas” as designações “inexplorado” e “desconhecido”, que – como mostrarei a seguir – foram repetidas diversas vezes em seu pronunciamento. Esta situação teria despertado no jornalista um espírito “bandeirante”, a ponto de desenvolver sua atividade jornalística em favor do Centro-Oeste brasileiro. Deste modo, trata-se de uma declaração muito significativa, pois não se trata apenas da visão do indivíduo Fausto Vieira de Campos, mas de todo o projeto editorial por ele capitaneado e designado como *Brasil-Oeste*. Valorizava-se enormemente o fato de a revista e o livro *Retrato de Mato Grosso* atuarem como eficientes e necessários veículos de propaganda de Mato Grosso. Conforme citei várias vezes neste trabalho, o objetivo da revista era tornar o estado mais conhecido e melhor compreendido. A ênfase dada a estes aspectos era destacada sempre que possível.

Na sequência do texto, Campos mencionava que sua principal preocupação era – à época – absolutamente atual, pois uma enorme porção “do Brasil mantinha-se divorciada da comunhão social, como se estivesse destinada a uma reserva do futuro”. O grande problema, segundo o jornalista, residia no fato de que isso acontecia “sem maiores preocupações dos poderes públicos, numa época em que nações imperialistas estendiam as vistas para nações novas e subdesenvolvidas, movidas de cupidez e de insopitável determinação expansionista.” Suas palavras buscavam fundamentação nas duas guerras mundiais, uma vez que, dizia ele, “a evidência dêsse fato, confirmado pelas agressões armadas que convulsionaram o mundo em 1914 e em 1939, *avivou-me* o sentimento nacionalista, de integração, no domínio político da pátria, daqueles territórios ‘INEXPLORADOS’ e ‘DESCONHECIDOS’, como condição preliminar de preparativo da própria defesa da nação.”¹⁰⁶

Nota-se que nos fragmentos acima expostos havia um desabafo e, ao mesmo tempo, uma contemplação de sua atuação, que não se dava somente na perspectiva de um jornalista interessado em temas que naquele momento eram atuais, mas especialmente porque era de

¹⁰⁵ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) Apresentação. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 184-185. Os grifos são do autor.

¹⁰⁶ Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 44, janeiro de 1960, São Paulo (SP), p. 20.

natureza distinta, patriótica, em suma, uma ação em favor da defesa nacional. Fausto teria percebido que, além do potencial existente nos “inexplorados” territórios do Centro-Oeste brasileiro, havia um compromisso para e pelo Brasil.

Para que pudesse colaborar com aquela “causa”, ele dizia, em terceira pessoa, que o “jornalista iria promover o ‘descobrimento’ daquelas regiões ‘INEXPLORADAS’ e ‘DESCONHECIDAS’”! Ele fazia isso “atuando na trincheira da Imprensa, recrutando homens de boa-vontade, coligindo dados e informações sobre as regiões ‘INEXPLORADAS’ e ‘DESCONHECIDAS’, e sustentando, sem desfalecimento, a Marcha para o Oeste”. Nesse sentido, desabafava: “parecia-me que alguma coisa de concreto se poderia efetivar, particularmente atentando-se para fato altamente significativo, qual seja, que a demanda de reservas florestais, de boas terras para cultura, figurava em segundo lugar, nas cogitações dos homens de negócios.” Daí, fazia uma abordagem que pretendia atrair investidores, tal como notaremos a seguir:

Pesquisas relacionadas com os investimentos financeiros indicavam que a sequência natural dos capitalistas obedecia a esta ordem, realmente curiosa: 1. Indústria cinematográfica; 2. RESERVAS FLORESTAIS E BOAS TERRAS DE CULTURA; 2. Indústria do Petróleo; e 4. Indústria Automobilística.
*Dentro desse esquema, que configurava o roteiro mais constante dos homens de negócios nos Estados Unidos, apresentava-se oportunidade interessante para uma campanha jornalística, que tivesse o condão de revelar ao mundo oportunidades ímpares existentes no Brasil, para grandes empreendimentos colonizadores e também para investimentos seguros de capitais nas indústrias extrativas [...] para apenas mencionar riquezas naturais conhecidas no imenso e ignorado território do Oeste brasileiro.*¹⁰⁷

Percebe-se que o território “imenso” deveria atrair o capital internacional e sua intensificação em meados do século XX era vista por Campos não somente como uma oportunidade de negócios, mas também sob uma perspectiva “jornalística” no sentido de transformar as páginas da revista *Brasil-Oeste* numa riquíssima fonte de consultas para investidores de fora do país. Como informam Caputo e Pereira de Melo, “o surto expansivo internacional que cobre o período de 1948/49 até o final dos anos de 1960 propicia o clima ideal para a chegada de investimentos estrangeiros”¹⁰⁸ no país. Campos não ignorava este fato. Ainda que as buscas por capitais vindos de fora fossem prioritariamente preferíveis serem investidos na industrialização brasileira – segmento que não fazia parte da “vocaçã

¹⁰⁷ *Id.*, *Ibid.* Os grifos são meus.

¹⁰⁸ CAPUTO, Ana Claudia; PEREIRA DE MELO, Hildete. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. *Est. econ*°, São Paulo, v. 39, n° 3, p. 513-538, julho-setembro 2009, p. 517.

econômica mato-grossense – Fausto via enorme possibilidade em aproveitar aquele momento e, de alguma maneira, tornar possível que as “riquezas naturais” daquele “ignorado” estado fossem apropriadas em nome do progresso.

É válido dizer que em algumas ocasiões, as propagandas de vendas de terras publicadas na *Brasil-Oeste* apresentavam seu conteúdo em inglês, bem como em determinadas reportagens. A título de exemplo, em várias edições o *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro* publicou um anúncio que citarei, parcialmente, logo abaixo:

LAND IN THE WEST OF BRASIL

In the State of Mato Grosso, West Brazil, there are excellent business opportunities for those wishing to take up Coffee, Cotton, Sugar Cane, Tobacco and Cereal growing, or the extractive industries of Rubber, Babaçu, Pará Chestnut and Ipeca, which are natural products of this region.

The climate is very healthy. The vegetation is abundant, in which predominate rich samples of floristic, essentials and timber. All the West of Brazil is divided by innumerable water courses, which favour, above all, agricultural activities.¹⁰⁹

Conforme informa Oliveira (a partir dos dados levantados por Irene Garrido Filha), no final dos anos 1960 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou de averiguar possíveis irregularidades de vendas de terras para estrangeiros em 1968. Dessa CPI foi criado o chamado “Relatório Velloso”. Desse relatório, mesmo com poucas informações, Garrido Filha dizia que no

Estado de Mato Grosso: apesar das poucas informações obtidas até agora, devem ser grandes as áreas em poder de 50 grupos estrangeiros, já que possivelmente nesse estado, na década de 50, iniciou-se o processo de vendas de vulto a grupos externos. As poucas informações relacionadas neste relatório já dão um total superior a 2.000.000 hectares, sabendo-se que muitos outros não estão ainda relacionados, inclusive o já citado Stanley Amos Selig, que também possui terras no município mato-grossense de Barra do Garças.¹¹⁰

Curiosamente, a região de Barra do Garças era bastante evidenciada nos anúncios de oportunidades fundiárias nas páginas da revista e, como vimos neste mesmo capítulo, estava

¹⁰⁹ Anúncio do Departamento Imobiliário Brasileiro, revista *Brasil-Oeste*, várias edições. Palavras em caixa-alta do original. Tradução: “TERRAS NO OESTE DO BRASIL” – No Estado de Mato Grosso, oeste do Brasil, existem excelentes oportunidades de negócios para aqueles que desejam cultivar o café, algodão, cana-de-açúcar, tabaco e cereais, ou a indústria extrativa da borracha, babaçu, castanha-do-Pará e a Ipeca, que são produtos naturais da região [...] A vegetação é abundante, na qual predominam ricas amostras de florísticas, essências e madeira. Todo o oeste do Brasil é dividido por inúmeros rios, que favorecem, sobremaneira, as atividades agrícolas.”

¹¹⁰ GARRIDO, Filha Irene. *O projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1980. Apud OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossies. *Agrária* (São Paulo. Online), v. 12, p. 3-113, 2011, p. 9.

em uma das áreas em que o “Departamento Imobiliário do Oeste” mais possuía terras para vender. Outra região que recebia grandes expectativas e nos serve aqui para exemplificar esta busca pelo capital estrangeiro se dava no entorno de Barra do Bugres, que mereceu uma reportagem em inglês sob o sugestivo título: *New Land of Promise*.

A aproximação com o *Brazilian Government Trade Bureau* (órgão que integra a Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores e que desde 1930 tem escritório em Nova York, Estados Unidos) foi muito importante e valorizada pela revista, pois Campos utilizava isso para “capitalizar” junto a seus leitores e anunciantes a importância de seu empreendimento editorial.

Certa vez, inclusive, a *Brazilian Government Trade Bureau* enviou uma carta à *Brasil-Oeste* pedindo fotografias que deveriam “mostrar as principais indústrias de Mato Grosso, criação de gado, florestas, montanhas e rios”.¹¹¹ Em resposta, a redação da revista fazia um apelo a seus leitores. Em seu pedido, os editores direcionavam suas atenções especialmente, às “colonizadoras, estúdios fotográficos, estabelecimentos industriais e associações rurais do Estado de Mato Grosso, para que remetam ao ‘Brazilian Government Trade Bureau’ fotografias em condições [...] para que a entidade possa exibi-las às pessoas interessadas.”¹¹²

Meses mais tarde, em outubro de 1958, a revista exibiu uma mensagem que introduzia a uma extensa reportagem (com fotografias) publicada pelo escritório do *Brazilian Government Trade Bureau*. O conteúdo era o seguinte:

MENSAGEM DE MATO GROSSO PARA O MUNDO

NOSSA pregação, em favor de melhores dias para o Estado de Mato Grosso, tem sido reconhecidamente positiva.

Com base nas informações geográficas e geoeconômicas que vimos divulgando, numerosas iniciativas se concretizaram e outras estão em vias de concretização, tendo em vista:

- a) – a colonização de zonas ubérrimas ainda inexploradas;
- b) – o fomento das indústrias extrativas (vegetal e mineral);
- c) – a formação de novas fazendas;
- d) – o desenvolvimento de relações comerciais do Estado com o resto do País e com o Estrangeiro;
- e) – a criação de indústrias;
- f) – o fomento geral das atividades agrícolas (particularmente das culturas do Café e do Trigo) e pastoris;
- g) – a criação de novas fontes de riqueza.

Ninguém mais do que BRASIL-OESTE, nestes últimos três anos, mobilizou tanta energia e tanto entusiasmo em favor de Mato Grosso.

¹¹¹ Carta de *Brazilian Government Trade Bureau* publicada na edição n° 25, maio de 1958, p 44.

¹¹² Resposta da redação da revista *Brasil-Oeste* à Carta de *Brazilian Government Trade Bureau* publicada na edição n° 25, maio de 1958, p 44.

Sentimo-nos, portanto, satisfeitos com os resultados já constatados. E agradecemos, sinceramente, a todos aqueles que *vêm cooperando conosco*.

A êstes últimos, particularmente, que *souberam empreender* a nossa iniciativa e não lhe negaram o mais decidido apôio, dedicamos a leitura do importante documentário que o Brazilian Government Trade Bureau, de New York, U.S.A., inseriu no BRAZILIAN BULLETIN (edição inglesa) de 15 de Setembro p. p.

Essa edição tem tiragem superior a 50.000 exemplares e é distribuída em todos os grandes centros de negócios do mundo.

Para maior autenticidade, reproduzimos o importante documentário [...] seguido de uma condensação da tradução brasileira.¹¹³

É inegável que Fausto Vieira de Campos sabia promover sua revista. Buscava apresentá-la como uma grande referência dos conhecimentos sobre Mato Grosso e parece certo que, pelas minhas buscas, a *Brasil-Oeste* foi nas décadas de 1950 e 1960, o maior veículo de propaganda do estado e de seus interesses, sobretudo pela ausência de periódicos de grande vulto naquela região

A reportagem que dizia respeito à mensagem anterior foi publicada sob o título “*Mato Grosso attracts Wheat Farmers and Cattle Men*” (Mato Grosso atrai tricultores e pecuaristas). Alguns fragmentos do texto são bastante expressivos e sintetizam, de certa maneira, o discurso central da *Brasil-Oeste*. É possível encontrar tais aspectos no primeiro dos subtítulos, por exemplo: “*Land Available in Vast Sections*” (Terra disponível em várias áreas), ou então na primeira linha do texto, na qual afirmava-se: “*Opening of Brazilian West Providing an Opportunity For Boldly Adventours*”.

Após aquele extenso texto do *Brazilian Bulletin*, os editores da revista publicaram uma tradução condensada. É digno de nota o conteúdo traduzido do último fragmento recém citado, que ficou da seguinte maneira: “A MARCHA para o Oeste brasileiro abre caminho para ousados aventureiros”. Percebe-se que houve uma deliberada opção em favor do histórico termo “Marcha para o Oeste”, fonte maior de inspiração de Campos e seu projeto editorial, em vez de colocar tal como estava no original, ou seja, “A abertura do oeste brasileiro abre caminho para ousados aventureiros”.

O *Brazilian Government Trade Bureau* estava realmente empenhado, com o auxílio das da revista *Brasil-Oeste*, que se apresentava como um propício canal de divulgação, em buscar capitais estrangeiros que, como mostrei rapidamente há pouco, seriam intensificados no país nos anos 1960, especialmente nos negócios de terras. Vejamos mais um fragmento, situado nos parágrafos finais daquela reportagem.

¹¹³ Revista *Brasil-Oeste*, ano III, nº 30, outubro de 1958, São Paulo (SP), p. 26. As palavras em caixa alta são do original. Os grifos em itálico são meus.

Visit Mato Grosso!

The Brazilian Government Trade Bureau in New York has always favored a combination business and holiday trip for those contemplating making either real estate or commercial investments in the interior of Brazil to see for themselves before committing their capital. This is especially recommended for those considering farming or grazing activities in the opening State of Mato Grosso.¹¹⁴

[A seguir, a tradução apresentada pelos editores da revista]

[The Brazilian Government Trade Bureau in New York] facilita as viagens para as pessoas que estão interessadas em negócios imobiliários ou investimentos de capitais no interior do Brasil. Essas facilidades se estendem também às pessoas que se dedicam à agricultura e à pecuária, e que desejam exercer atividades no próspero Estado de Mato Grosso.¹¹⁵

Na tradução feita pela redação da revista suprimiu-se do fragmento original o termo “*holiday trip*”, que poderia ser traduzido livremente como “viagem de férias”, para enfatizar somente aquilo que os editores da *Brasil-Oeste* achavam efetivamente importante, isto é, os “negócios imobiliários ou investimentos de capital”. Portanto, buscava-se de todas as formas enfatizar e indicar o que realmente era digno de ser traduzido para o projeto editorial da revista, ou seja, nada de “safaris” ou aventuras em busca das “excentricidades” de Mato Grosso. Naquela concepção “racional” e “econômica” (termos inúmeras vezes mencionados por Fausto e seus colaboradores), somente a injeção de capitais naquele espaço era o que interessava.

Como vimos, essa publicação era de outubro 1958. Cinco meses antes, na edição de maio, haviam sido publicados alguns números que indicavam o quantitativo de negócios feitos pelo país e suas unidades federativas com capitais estrangeiros em termos de importação e exportação. Naquela ocasião, Mato Grosso apresentava saldo positivo (Cr\$ 185 milhões de cruzeiros). Conforme as informações ali prestadas, na região Centro-Oeste, “o único Estado que concorreu para o comércio exterior foi o [mato-grossense]. Os produtos que mais pesaram na balança foram o cimento, o manganês e o café”.¹¹⁶ É válido dizer que no final dos anos 1950, a agropecuária ainda não tinha força econômica suficiente em Mato Grosso. Era justamente esse o propósito da revista, isto é, cultivar a ideia de celeiro do mundo para impulsionar aquele segmento.

Essa aproximação com os negócios no exterior era divulgada, reclamada e motivada pela *Brasil-Oeste*. Um ano antes da publicação das reportagens há pouco exploradas, uma das capas das revistas destacava a displicência dos brasileiros em relação ao apelo do comércio

¹¹⁴ Revista *Brasil-Oeste*, ano III, n° 30, outubro de 1958, São Paulo (SP), p. 30. As palavras em caixa alta são do original.

¹¹⁵ *Idem*, p. 34.

¹¹⁶ Revista *Brasil-Oeste*, ano III, outubro de 1958, São Paulo (SP), p. 28.

exterior. O título da reportagem era “Perdem-se bons negócios por falta de respostas a cartas comerciais” e tratava-se de uma abordagem a respeito de um apelo feito pelo então Chefe do Escritório Comercial do Brasil no Canadá, Aristeu Santana, que foi dirigido à Federação das Associações Comerciais do Brasil e à Confederação Nacional do Comércio. Segundo a redação da revista, Santana havia dito que o Brasil, “por culpa de nossos comerciantes, tem perdido excelentes negócios no estrangeiro”. Nesse sentido, o redator da *Brasil-Oeste* chamava a atenção do público que buscava atingir:

[...] deve merecer a atenção de nosso Comércio exportador [o apelo feito por Santana]. Aliás, é imperativo intensificar, entre nós, o hábito de escrever cartas. Muito negócio vantajoso, muita informação preciosa se perdem, todos os dias, porque os comerciantes demoram ou não respondem mesmo às ofertas que lhes são feitas por meio de cartas ou de *publicações nos jornais e nas revistas*.¹¹⁷

Após este primeiro “sermão”, o autor do texto (provavelmente, Fausto ou seu filho) foi mais específico e apontou diretamente para seu principal interlocutor, isto é, o agropecuarista. Nas suas palavras,

É bastante significativo, no caso, a atitude dos lavradores e dos pecuaristas, que desprezam, comumente, a ajuda espontânea e gratuita de numerosas firmas que operam no ramo agropecuário, unicamente porque “não encontram tempo” para estabelecer contacto com as mesmas, através de uma carta ou de um simples memorando.

As associações de classe deveriam estimular, entre seus associados, o hábito das consultas às entidades oficiais e às grandes firmas do ramo, toda vez que defrontarem com alguma dificuldade técnica ou com alguma dúvida no desenvolvimento de seus negócios.¹¹⁸

Esta publicação antecedeu àquelas que analisei há pouco, mas o que precisa ser ressaltado aqui é que nas entrelinhas, os diretores da revista estavam efetivamente se posicionando como mediadores do comerciante, investidor e agropecuarista frente às oportunidades que estavam “pululando” naquela época, portanto, eram imperdíveis. Todo o debate em torno da imprensa e seu papel frente a seus leitores, anunciantes, etc., estava implicitamente presente naquelas frases. O pano de fundo de todo aquele discurso era buscar investidores, trocas comerciais, ocupar o “vasto” território mato-grossense e aproveitar aquele “especial” momento do curso da história do Brasil.

¹¹⁷ *Idem.*, p. 19. Os grifos são meus.

¹¹⁸ Revista *Brasil-Oeste*, ano II, fevereiro de 1957, São Paulo (SP), p. 21.

Era exatamente isso que Fausto fazia em seu discurso na “Sociedade Geográfica Brasileira”, isto é, capitalizar sua revista, em oportunidades como aquela. Na ocasião, o jornalista não perdeu a chance de elogiar todo o trabalho feito por Marechal Rondon, um “eminente sertanista e patriota” que deixou como legado inúmeros subsídios que, segundo o autor, “ainda hoje representam os MAIS ATUALIZADOS para o estudo da região”; e, aproveitando do calor do momento, desabafava: “Isto significa dizer que os poderes públicos relaxaram no dever de aprofundar as pesquisas nos territórios ‘DESCONHECIDOS’ e ‘INEXPLORADOS’, desprezando potenciais de riquezas que ali se encontram nos domínios da natureza”.¹¹⁹

Esse discurso da exploração e do potencial de riquezas era fortemente cultivado na revista, pois se ali devia ser colonizado e ocupado, era simplesmente para que todo aquele imenso potencial natural pudesse ser transformado em capital, em lucro, em desenvolvimento. Como tornar isso possível? Um forte veículo de propaganda certamente funcionaria como um norteador naquela caminhada rumo ao futuro, dando continuidade não somente à “Marcha para o Oeste”, mas ao empreendimento de Marechal Rondon. Vejamos como o jornalista continuava na tessitura daquele enredo:

Diante dessa realidade, deveras chocante, que denunciava *completo abandono* de região potencialmente favorecida de recursos [...] *não se poderia deter o jornalista amante de sua pátria*, maximé, considerando, também, que as populações dispersas naquele imenso território, como pontas avançadas do domínio político da nação, viviam uma existência miserável, desassistidas de recursos para conservação da própria vida.

A evidência desses fatos justificaria *a missão* a que nos impusemos, de *revelar* ao Brasil e ao Mundo o Oeste Brasileiro.

Integrávamo-nos, assim, na *campanha redentora* do Marechal Rondon e dávamos novo alento, em função dos tempos atualizados, à nobre e dignificante tarefa a que êle se sujeitou, forjando elementos que poderiam impulsionar a *Marcha para o Oeste*, não num sentido lírico, demagógico, mas, *com vitalidade e razão de ser*, apresentando os cenários geoeconômicos nos círculos onde êles poderiam ser melhor apreciados e interessar aos homens de indústria.¹²⁰

A partir do fragmento acima exposto, fica visível aquilo que a historiografia dedicada aos estudos sobre a imprensa tem indicado a respeito das intencionalidades dos projetos editoriais que extrapolam o ato de “informar”. No caso em apreço, Campos (e, por extensão, a *Brasil-Oeste*) acreditava estar – repito – numa missão patriótica e ele se sentia como o “missionário”, o “desbravador”, o “bandeirante”, bem como aqueles que desejava que

¹¹⁹ Revista *Brasil-Oeste*, ano II, fevereiro de 1957, São Paulo (SP), p. 21.

¹²⁰ *Idem*. Os grifos são meus.

investissem seus capitais e “paixões” em Mato Grosso. As palavras grifadas em itálico traduzem não somente o sentimento do autor mas a natureza da *Brasil-Oeste*: “completo abandono”, “não se poderia deter o jornalista amante de sua pátria”, “a missão de revelar ao Brasil”, “campanha redentora”, são termos de enorme valor simbólico e prático, pois criava-se uma representação daquele impresso como uma peça/veículo central e imprescindível para o desenvolvimento regional, bem como a elevação de seu idealizador ao status de continuador de grandes projetos.

Campos aproveitava a ocasião, inclusive, para criticar o jornalismo da época que se dedicava apenas às “reportagens de aventuras”. Segundo o autor, aquela literatura diminuía “o interesse dos capitalistas.” Era momento para Mato Grosso aproveitar as oportunidades e servir ao Brasil como futuro celeiro, pois, em suas palavras, “Estamos vivendo dias de inquietação. As donas-de-casa não encontram mais providências heróicas para equilibrar o orçamento doméstico diante dos preços altos dos alimentos”. A alternativa para aquele problema estava no “grande estado”, pois “[...] o excedente da produção mato-grossense demanda para os centros consumidores de São Paulo. Mato Grosso complementa as necessidades de alimentação dos paulistas”. Nesse sentido, reforçava sua indignação enfatizando que cometia-se um grande erro “subestimando o [potencial do] Estado de Mato Grosso.”¹²¹

Em seus parágrafos finais o jornalista reiterava que aquele empreendimento pregava a objetividade e o realismo, e finalizando seu longo pronunciamento da seguinte maneira:

Podemos proclamar, sem falsa modéstia, que a nossa atividade resultou positiva. Os fatos indicam, com veemência, que dela surgiram empreendimentos de grande envergadura, e decisivamente marcantes para a nova fase de progresso que se nota em Mato Grosso.

Rogamos a benevolência do auditório para algumas citações necessárias:

[...] a divulgação de conhecimentos gerais que vimos fazendo sobre o Estado de Mato Grosso, através de nossa revista BRASIL-OESTE e de nosso livro “RETRATO DE MATO GROSSO”, repercutiu favoravelmente nos Estados Unidos, na Espanha e na Itália. Para esses países vimos remetendo, com frequência, sucintos relatórios que nos são solicitados, inclusive por órgãos técnicos do Governo Brasileiro.

[...] as atividades que estão desenvolvendo em Mato Grosso grandes firmas que atuam nos domínios da agropecuária, resultaram também de nossa pregação. A elas vimos prestando as informações que nos solicitam e a elas também vimos orientando – quando nos procuram – para a programação de atividades em Mato Grosso. Em todas as oportunidades não desprezamos esforços para convencê-las de que o mercado mato-grossense constituirá, em um futuro próximo, o núcleo vital de seus negócios.

Não há exagêro, nem excesso de entusiasmos nesta campanha de exaltação de Mato Grosso. Os técnicos das indústrias de produtos veterinários, certamente terão discernimento para compreender que um Estado com uma população bovina da

¹²¹ Revista *Brasil-Oeste*, ano II, fevereiro de 1957, São Paulo (SP), p. 20.

ordem de NOVE MILHÕES de cabeças, representa realmente um excelente setor para atividades comerciais.

Diante dessa realidade, é fácil preconizar a potencialidade de Mato Grosso, quando ali se conseguir um estágio de progresso, nos domínios da agropecuária, que possa cotejar-se com o já conseguido no Estado de São Paulo.

Valemo-nos desta oportunidade para dirigir apêlo a todos os homens de boa-vontade. Pedimo-lhes que demorem um pouco mais as suas visitas no extenso e prodigioso território mato-grossense. Ali encontrarão a solução para o problema da fome, que já começa a apavorar a classe média.

[...]

Acredito que a moveu a conceder-me essa distinção, o reconhecimento da minha atividade jornalística em favor do Estado de Mato Grosso.

Não a iniciei, não a mantive, nem a mantereí com vistas a recompensas de qualquer natureza. Impus-me êsse roteiro com determinação patriota e plena consciência dos tropeços que deveria enfrentar, inclusive no domínio financeiro, pois que, nos dias que correm, prover uma revista especializada para servir região reconhecidamente pouco desenvolvida, e editar, por conta própria, livro de divulgação de conhecimentos sôbre essa mesma região – constituem manifesta temeridade.

Mas, não me sinto vencido, nem atino motivos para arrepiar caminho [...].

Ao contrário, à medida que os resultados concretos dessa pregação se configuram, reforça-se, em mim, a satisfação de estar podendo prestar à pátria um serviço útil.

Agradeço aos ilustrados diretores da Sociedade Geográfica Brasileira a insigne honra que me conferiram.

Aos amigos e companheiros de ideal, formulo os mais sinceros agradecimentos pela sua presença, e, principalmente, pela sua generosidade.¹²²

O teor do texto, como vimos, reforçava aquilo que era objetivo central daquele empreendimento editorial, isto é, a busca por capitais estrangeiros e nacionais, a criação da representação de uma “bem-vinda” vocação agropecuária de Mato Grosso e o fortalecimento da ideia de que ali existiria o “celeiro do Brasil”. É muito significativo o esforço feito por Campos para mostrar o quanto sua revista era independente em todos os sentidos e que sua ação era eminentemente patriótica.

A ocupação do espaço e sua colonização conduziram aquele projeto e estavam totalmente atrelados a outros objetivos, tais como a atração de investimentos agropecuários, a exploração das riquezas, a instalação de indústrias, etc. Portanto, creio que a abordagem feita até o momento indica que aquele discurso aparentemente “idílico” carregava consigo uma racionalidade econômica muito bem pensada. Como exemplo, irei mostrar a seguir algumas considerações a respeito daquilo que entendo como “vocação agrícola”, que tem absolutamente total relação com o que foi exposto até o momento.

¹²² Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº 10, fevereiro de 1957, São Paulo (SP), p. 21.

4.4. A vocação agrícola e a imensurável riqueza

A revista *Brasil-Oeste*, na condição de periódico agrônomo, por certo, dedicava boa parte de seus textos ao segmento agropecuário. Seus maiores anunciantes eram empresas que tinham como público-alvo o produtor rural, tais como aquelas dedicadas à produção e venda de máquinas e produtos agrícolas, nutrição, produção e saúde animal, compra e venda de animais, dentre outros. Portanto, ainda que seus objetivos extrapolassem a questão agrônoma, o eixo central era o mundo agrícola pensado para o Mato Grosso.

Das 123 capas da revista, 69 delas mencionavam (textualmente ou imageticamente) algo relacionado à produção agropecuária. As seções voltadas à agricultura e pecuária normalmente ocupavam a primeira metade das publicações da revista *Brasil-Oeste* e contavam com colaboradores de áreas afins, inclusive com textos acadêmicos no âmbito da Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia. Dos quinze maiores colaboradores da revista, sete deles eram desses campos disciplinares.

Nesse sentido, dois dos vários temas debatidos tanto na *Brasil-Oeste* quanto em *Retrato de Mato Grosso* tiveram umbilical relação com a colonização e ocupação de Mato Grosso. Tratava-se da ênfase dada à sua grandeza e riquezas naturais, bem como a chamada “vocação agrícola”. Em relação ao primeiro aspecto, parece-me que ele ficou consideravelmente notável a partir do que foi exposto por mim até o momento, pois era apresentado “transversalmente” à problemática da colonização/ocupação do estado. Foram diversas reportagens, artigos e anúncios que preconizavam o “brilhante” futuro daquela região por meio da exploração de suas benesses.

Assim, a riqueza das informações existentes nas páginas do mensário de Campos evidenciava as transformações pelas quais a produção agropecuária mato-grossense precisava passar, incluindo, especialmente, aquelas relacionadas à racionalização da produção do campo. Quando, nas primeiras publicações, a direção da *Brasil-Oeste* apresentava aos seus leitores os dez pontos fulcrais de seu programa editorial em prol do desenvolvimento de Mato Grosso, quatro deles eram dedicados essencialmente à agricultura, um deles à pecuária, um relacionado à exploração do petróleo, outros dois dedicados aos sistemas de comunicação e transportes (ferroviário e fluvial). Por último, a introdução de indústrias de abastecimento nos dois estados do Centro-Oeste daquela época. Os pontos então relacionados foram os seguintes:

- 1) Colonização intensiva nos estados de Mato Grosso e Goiás;
- 2) Fomento da cultura da seringueira nas regiões norte e noroeste de Mato Grosso;
- 3) Incremento da cafeicultura no leste e oeste de Mato Grosso e no sul de Goiás;
- 4) Fomento da triticultura nas áreas de Dourados, Itaporã, Maracaju, Bonito, Guia Lopes da Laguna e Terenos;
- 5) Fomento da lavoura de algodão nas áreas de Dourados, Rio Brillhante e Campo Grande;
- 6) Introdução de práticas modernas no criatório e incentivo à formação de plantéis de gado leiteiro na “região” sulina de Mato Grosso;
- 7) Pesquisas e exploração do petróleo na zona pantaneira de Mato Grosso;
- 8) Expansão da rede ferroviária em direção a Cuiabá e ligação, por estrada de ferro, da capital mato-grossense a Brasília;
- 9) Aproveitamento do potencial hidráulico da região da Bacia Paraná-Uruguaí;
- 10) Introdução de indústrias de abastecimento nos estados de Mato Grosso e Goiás.¹²³

A predominância dos temas ligados ao campo dava-se, claro, pela ideia que já vinha sendo construída a respeito da vocação agrícola mato-grossense. É sempre importante lembrar que a revista buscava transcender sua natureza agrônômica, mas as reportagens, artigos e anúncios contidos no mensário fundamentavam a vocação agrícola que ali existia, apresentando, portanto, uma grande variedade de assuntos pertinentes ao progresso técnico e científico das atividades do campo na busca pelo tão almejado progresso.

É válido mencionar que nos anos 1950, Mato Grosso era praticamente insignificante no âmbito de sua contribuição na renda econômica nacional. Até mesmo no citado levantamento empreendido pela Capes, eram feitas ressalvas em relação a isso. Conforme informava aquele estudo, “a renda retrata a atividade econômica de uma sociedade, na medida em que esta adota formas capitalistas de produção”. No entanto, em um uma região como a mato-grossense, com uma “densidade demográfica entre as mais baixas da Federação, possuindo *vastas* regiões inteiramente *desligadas* da *civilização*, de fraco intercâmbio com as demais regiões do país, são precárias as conclusões que se podem extrair dos dados”. Isso se dava especialmente porque a “renda de uma considerável parte da população, ligada a pequenas economias, exploradas por processos *antiquados*, produzindo sem levar para o mercado, não é computada pelos dados comuns da renda. Ao estudar, portanto, a renda de Mato Grosso, temos que fazer essa ressalva inicial.” Nesse sentido, esse quadro precisava ser alterado e essa foi uma das razões, como vimos, que tornaram possível que *Retrato de Mato Grosso* e a *Brasil-Oeste* pudessem existir. Ainda segundo informações da Capes, no final dos anos 1950, a participação de Mato Grosso na economia nacional era pífia e correspondia apenas a 1% da renda nacional, mas já naquele momento enfatizava-se que “seu

¹²³ Revista *Brasil-Oeste*, diversas edições.

desenvolvimento [vinha sendo fortalecido pelo] *setor primário* de produção”.¹²⁴ Deste modo, indicava-se, ainda, que entre os anos de 1951 e 1955 houve uma ascensão mato-grossense na participação na renda nacional e esse fato deveu-se ao incremento da produção do café e da pecuária, tal como se vê a seguir:

A posição relativa de Mato Grosso na renda nacional [...] decaiu de 1948 a 1951, e começou a crescer a partir de então, atingindo no fim do período algo equivalente ao de 1948. O incremento verificado, cuja causa está sobretudo nos aumentos da produção e dos preços do setor agrícola (especialmente café e pecuária), evidencia que a renda do Estado, no período analisado, apresenta um índice de crescimento superior à média do país.¹²⁵

Conforme informam Lucena e Souza, em uma leitura a respeito do desenvolvimento da agricultura do país nos anos 1950, ela “teve como principal papel abastecer os centros urbanos e gerar divisas para financiar as importações necessárias à industrialização por substituição de importações”. Nesse sentido, a grande preocupação da época fazer com que o campo “produzisse alimentos para suprir o setor urbano – em crescimento acelerado – e, assim, viabilizar o desenvolvimento industrial”. Ainda segundo os autores, “a prioridade era abastecer o mercado interno, exportando-se apenas o excedente. Predominava, portanto, a monocultura exportadora, no caso, o café”.¹²⁶

Nesse sentido, o papel inicial que deveria ser cumprido pelo Mato Grosso era o de tornar-se o “celeiro do Brasil” no sentido de abastecer os grandes centros, especialmente do Sudeste. É importante dizer que na época, o café – que figurava em um tópico especial dos dez pontos mencionados pelo programa da revista – era uma das poucas culturas agrícolas produzidas em terras mato-grossenses que se “destacavam” relativamente às outras regiões do país. Além da rubiácea, o arroz, a mandioca e o milho, abrangiam em 1955, 85% do valor daquilo que ali era produzido.¹²⁷

Segundo o Anuário Estatístico do IBGE de 1955, toda a produção agrícola de Mato Grosso era praticamente insignificante, tendo como único “destaque” o café. Do total cafeeiro produzido no país entre os anos de 1952, 1953 e 1954. Aquele estado figurava como décimo maior produtor em área cultivada, quantidade e valor, ainda que muito inferior aos nove

¹²⁴ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 29.

¹²⁵ *Idem*, p. 30.

¹²⁶ LUCENA, Romina Batista; SOUZA, Nali de Jesus. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. *Ind. Econ° Fee*, Porto Alegre, v. 29, n° 2, p. 180-200, ago, 2001, p. 181.

¹²⁷ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 72.

primeiros. No Centro-Oeste, por exemplo, no último dos três anos apresentados pelo Anuário, Goiás cultivava uma área de café correspondente a 32.198 ha, enquanto Mato Grosso cultivava em uma extensão de 6.800 ha.¹²⁸

Nas páginas da revista *Brasil-Oeste* era dada grande ênfase à produção do café em Mato Grosso, especialmente nas publicações dos primeiros anos. A título de exemplo, somente no primeiro número foram quatro reportagens a respeito, incluindo uma assinada por Fausto Vieira de Campos sob o título “Expansão da Cafeicultura no Estado de Mato Grosso”, na qual ele anunciava a importância daquela cultura em terras mato-grossenses. Nas suas primeiras palavras, dizia:

A cafeicultura tende a constituir-se na mais poderosa fonte de economia do Estado de Mato Grosso. As indicações a esse respeito, procedentes de fontes idôneas, favorecem as premissas de que a marcha para o Oeste, preconizada pelo Presidente Getúlio Vargas, se fará com fundamentos sólidos, propiciando a fixação definitiva das populações que demandam aquelas áreas do país, porquanto terão elas esteio seguro, para a própria sobrevivência e para o rendimento dos capitais, na preciosa rubiácea, que tão bem medrou nos planaltos do Guaporé e do Sararé, nos primórdios do Século XVIII, e que agora viceja esplendorosa em numerosos pontos do Norte e do Oeste mato-grossense.¹²⁹

Outra informação que nos interessa diretamente se assenta na importância e predominância do setor primário para a economia mato-grossense, ainda que em sua totalidade fosse fraca se comparada a outras unidades da federação. Na publicação da Capes, informava-se que

Do ponto de vista da renda produzida por setor, ressalta, desde logo, a importância do setor primário [...] A posição do setor primário, tendo decrescido de 1948 a 1951, até o nível de 42,2%, recupera a proporção tradicional, chegando a 1954 a 70,3% [...] Mato Grosso é uma das Unidades da Federação, em que maior é a participação das atividades primárias da renda, sendo, nesse aspecto, ultrapassado somente por Goiás.¹³⁰

Dessa participação primária, como vimos, o café e a pecuária eram muito importantes na tímida ascensão da economia mato-grossense. Somando-se a isso, o artigo escrito por Campos a respeito da expansão cafeeira em Mato Grosso recomendava aos novos colonizadores que priorizassem a produção da “preciosa rubiácea”. Buscando fundamentar

¹²⁸ Considerada apenas a área ocupada com pés em produção. Anuário Estatístico de 1955, p. 111.

¹²⁹ Revista *Brasil-Oeste*, Ano I, n° 01, janeiro de 1956, p. 13.

¹³⁰ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 30.

suas assertivas, no quarto número da *Brasil-Oeste* estava estampada em sua capa a seguinte informação: “Dados oficiais revelam que, em todo o país, o maior produtor de café – por hectare e por mil pés – é o Estado de Mato Grosso”,¹³¹ ou seja, era o produtor mais eficiente proporcionalmente falando.

A reportagem de capa iniciava com a publicação de um ofício enviado pelo Instituto Brasileiro de Café à empresa colonizadora Departamento Imobiliário Brasileiro (que, é válido dizer, atuava no cultivo do cafeeiro e havia plantado cerca de 70.000 pés na região de Barra do Bugres¹³²), no qual repassava informações diversas a respeito da produção em Mato Grosso. Na página seguinte, o texto ocupava algo em torno de meia página e iniciava seus argumentos elencando as razões pelas quais as terras mato-grossenses eram tão convidativas para futuros investidores no plantio daquela cultura, pois ali não havia geadas, existia uma “facilidade de escoamento das safras”, bem como a “maior produtividade da terra”. Após essas informações, uma tabela foi apresentada com alguns dados – a partir do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura – que confirmavam a alta rentabilidade da produção por hectare em Mato Grosso.

No interior de Mato Grosso, as áreas com maior número de cafeeiros plantados, em franca produção e beneficiados se situavam no atual Mato Grosso do Sul (especialmente em Campo Grande, Dourados, Itaporã e Amambai) e não na porção norte e leste. A insistência para que os novos investidores procurassem por terras em outras áreas do estado pode ter relação com a comercialização de terras por parte de algumas colonizadoras, como foi o caso do Departamento Imobiliário Brasileiro. Quando na reportagem de capa enfatizava-se a “ausência de geadas”, era uma clara referência à porção norte, tal como se vê nas linhas seguintes: “só em pequena área do território mato-grossense, compreendida entre os paralelos 23 e 24, isto é, na mesma latitude do Norte do Estado do Paraná, se verifica, esporadicamente, êsse fenômeno meteorológico.”¹³³

Por outro lado, apesar dos inegáveis interesses das colonizadoras de terras, não se tratava somente disso, pois é certo que havia uma grande área para ser aproveitada em favor da plantação de café na região norte de Mato Grosso, o que já vinha ocorrendo em Cáceres, Poxoréu, Rondonópolis, Rosário Oeste e, como vimos, na região de Barra do Bugres. De todo modo, as regiões do sul do estado também mereceram reportagens, como foi o caso de

¹³¹ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 04, julho de 1956, São Paulo (SP).

¹³² Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 01, janeiro de 1956, São Paulo (SP), p. 08.

¹³³ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 04, julho de 1956, São Paulo (SP), p. 13.

Dourados, que teve destaque no número n. 05, de setembro de 1956, em uma reportagem dedicada a mostrar o desenvolvimento daquele município, especialmente pelo aumento da produção de café.

Na tentativa de construir um “ideal de civilização” e “progresso”, a referida reportagem tratou de trazer o “tipo-ideal” do fazendeiro/produtor do café e o quanto poderia contribuir para o desenvolvimento do município de Dourados. A reportagem, já pelo título, trazia forte significado no sentido de apresentar aos seus leitores as vantagens da produção cafeeira inspiradas no maior nome do café de então, que era Geremia Lunardelli. O que se pode abstrair daquele texto é que Lunardelli representava o pioneiro de uma nova civilização. Veremos a seguir que no primeiro parágrafo há a indicação daquele município como um novo “eldorado”, com todo o potencial a ser explorado. Vejamos:

A civilização cafeeira acelera o ritmo do progresso no município de Dourados [...]

NOVO “EL DORADO” – A afluência de colonizadores para o Município de Dourados resultou no melhor conhecimento do teor de suas terras roxas [...] e das condições climáticas regionais, o que propiciava meios fáceis para “fortuna rápida e felicidade perene”, que é o ideal maior dos tempos modernos. A região granjeou logo a fama de novo *El-Dorado* e para ela afluíram consideráveis contingentes populacionais [...]¹³⁴

A “civilização cafeeira”, na verdade, era uma louvação às ações empreendidas por Geremia Lunardelli, famoso fazendeiro, conhecido como “Rei do Café”, que havia adquirido vasta extensão de terras em Dourados.¹³⁵ Afirmo isso especialmente porque a forma como a tessitura daquela narrativa foi confeccionada por Campos dá esse caráter ao seu texto, pois logo no parágrafo seguinte ele apresentava a concepção de “pioneirismo” relacionada à pessoa de Lunardelli:

PIONEIRO – A nova descoberta de Dourados deve-se, entretanto, ao prestígio de um renomado ruralista, o Comendador Geremia Lunardelli – o “Rei do Café” – que visitou a região, pela primeira vez, em 1952, em companhia do Dr. Casimiro Brodziak Filho.¹³⁶

O estilo de sua narração buscava dar a verdadeira impressão de que ali havia uma saga patriótica no interior daquele “pioneiro”, tal como vemos em seguida:

¹³⁴ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 05, setembro de 1956, São Paulo (SP), p. 16.

¹³⁵ Curiosamente, na edição anterior, Lunardelli teve seu nome listado entre os colaboradores da revista.

¹³⁶ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 05, setembro de 1956, São Paulo (SP), p. 16.

A impressão que recolheu da visão de conjunto de terras e matas calou fundo no espírito de iniciativa daquele grande pioneiro, que ali adquiriu grandes glebas e iniciou, imediatamente, a formação de fazendas de café com variedades nobres, as quais estão agora em franca produção.¹³⁷

A reportagem se alicerçava em relatos feitos por Casimiro Brodziak Filho, que era muito próximo de Geremia Lunardelli e também colaborador da *Brasil-Oeste*. Segundo o entrevistado, no final da década de 1940, ele esteve percorrendo a região de Dourados e percebeu que havia ali grande potencial. Em suas palavras,

Animados pela idéia de erguimento econômico da região em apreço, procuramos despertar interesses no seio de capitalistas e cafeicultores paulistas, para que ali, juntamente com os mato-grossenses, fossem instalar uma nova civilização. Foi nessa época que travamos conhecimento com o Comendador Geremia Lunardelli, que, impressionado com os nossos convincentes relatos publicados pela imprensa paulista, não hesitou, em nossa companhia, em visitar, pela primeira vez, essa vasta e importante região, onde adquiriu grandes glebas de terras e iniciou plantações de cafeeiros, estabelecendo, dessa forma, nova escola de trabalho e bases de promissora civilização.¹³⁸

É visível que segundo Brodziak Filho, a plantação de café capitaneada por Lunardelli, teria trazido uma “nova escola”, uma “nova civilização”. A região teria progredido enormemente em virtude da ação daquele homem, que merecia toda gratidão possível, pois ele, “com sua experiência, prestígio ruralista e senso de visão, acelerou o progresso de Dourados”.¹³⁹

Como vimos, Dourados estava entre os maiores produtores de café de Mato Grosso e era visto como uma região de enorme potencial, que atraía capitalistas da estirpe de Lunardelli. A ênfase nas “grandes glebas” adquiridas pelo “Rei do Café” era muito bem vista pelos diretores e também por Brodziak Filho. Nota-se que se pretendia, a partir de “grandes exemplos” e “figuras de vulto”, atrair novos investidores a também depositarem seus capitais em Mato Grosso.

Em outra publicação, dois anos mais tarde, uma nova reportagem destacava a presença de Lunardelli em Dourados. Além da importância em destacar, mais uma vez, a figura desse “pioneiro”, enfatizou-se, também, o potencial que havia naquele município. Para exemplificar, em seus parágrafos iniciais o texto ressaltava aquele “Homem empreendedor,

¹³⁷ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, nº 05, setembro de 1956, São Paulo (SP), p. 16.

¹³⁸ *Idem*, p. 18.

¹³⁹ *Id.*, *Ibid.*

conhecido pela apurada perspicácia e pelo seu tino de negócios”, que havia conquistado com toda justiça o “epíteto de Rei do Café” e que, devido a sua alta representatividade e valor, “onde fincava pé, semeava campo fértil. Movia a riqueza jacente no solo, emulava direção para correntes migratórias, fazia florescer vilarejos e povoados esquecidos, impulsionava o progresso e plantava cidades”.¹⁴⁰

Para os redatores, ele era uma “figura legendária” que “conhecia a fama de Dourados”, pois “diziam-lhe que era a nova Canaã, o *El-Dorado* de vasta região no Sul de Mato Grosso, fadada a um porvir dos mais venturosos – pois que a natureza esbanjara benesses, favorecendo-a com terras férteis, clima excelente, mata portentosa.”¹⁴¹ Trata-se de evidenciar, a partir de um exemplo de sucesso, todo o potencial que havia naquele espaço. A contínua percepção de Mato Grosso – em seus diversos espaços – como uma “nova Canaã” ou “eldorado” segue durante os anos. A ênfase, naquele contexto, era a produção de café, pois efetivamente era o que mais se destacava em Mato Grosso no âmbito de sua (ainda) insignificante produção agrícola.

O destaque era dado à região de Dourados nesse caso especificamente, mas, como mostrei anteriormente, havia grande preocupação em disseminar informações a respeito da porção norte de Mato Grosso. A rubiácea era uma das possibilidades para o fortalecimento da economia mato-grossense. Até mesmo os anúncios das colonizadoras de terras insistiam no potencial do “ouro verde”, tal como podemos ver – por exemplo – em um deles, publicado em várias edições pela *Imobiliária Santa Cruz*, que pretendia atrair colonos e compradores de terras com o seguinte *slogan*: “Plante café e fique rico!” O conteúdo do texto era igualmente sedutor, vejamos: “Venha estudar conosco a possibilidade de se tornar CAFEICULTOR e muito rico! Nós lhe daremos a fórmula simples, real, sincera, baseada em dados estatísticos e em estudos básicos profundos!”¹⁴²

Fausto Vieira de Campos buscava reforçar esse discurso ou, ao contrário, os anúncios é que reforçavam o seu. Ambos, é bem verdade, se situavam num contexto histórico em que Mato Grosso (por meio de seus políticos e intelectuais) procurava se encontrar no âmbito de produzir ou fazer jus àquilo que se esperava dele, isto é: uma grandiosa produção no âmbito da agropecuária de modo que servisse ao país como um celeiro.

¹⁴⁰ Revista *Brasil-Oeste*, ano III, n° 26, junho de 1958, São Paulo (SP), p. 44.

¹⁴¹ *Id.*, *Ibid.*

¹⁴² Revista *Brasil-Oeste*, ano II, n° 20, dezembro de 1957, p. 08. A palavra em caixa-alta é do original.

O exemplo do café serviu apenas para introduzir esse anseio pelo desenvolvimento agrícola, que não poderia prescindir da ocupação dos “novos pioneiros”, dispostos a lidarem com as possibilidades que se abriam para aquela região. À época, a rubiácea era considerada uma boa alternativa para o cultivo em terras mato-grossenses. Conforme informava o trabalho da CIBPU, em Mato Grosso, a produção de arroz tão significativa quanto a do café, bem como a declinante erva-mate (no âmbito do extrativismo, claro), mas havia uma forte crença no aumento da produção do mundo cafeeiro no estado, o que de fato ocorreu, especialmente após os anos 1950, como indica a informação a seguir:

[O crescimento de sua produção] ultrapassa a de todos os demais produtos. Entretanto, cumpre observar que seus valores absolutos ainda são baixos, pois é uma cultura recente. Assim, a sua base sendo baixa, é natural que obtenha taxas de crescimento elevado, que de 1949 a 1960 cresce em 559,4%. Quanto à relação produção/área cultivada do café [...] sua produção, ao contrário da área cultivada, a partir de 1949 apresenta-se estacionária até 1956, para em seguida o índice tornar a crescer *violentamente* a partir de 1958 [...] Daí, o enorme crescimento registrado nos últimos anos [foi] o resultado do aumento da área cultivada a partir de 1958.¹⁴³

Essa informação é muito importante, pois indica o quanto Fausto Vieira de Campos estava bem informado a respeito das tendências econômicas de Mato Grosso, uma vez que dedicou – anos antes – um capítulo inteiro à produção cafeeira nas duas primeiras edições de *Retrato de Mato Grosso*, bem como em suas inúmeras reportagens publicadas na revista *Brasil-Oeste*.

Mesmo os trabalhos mais críticos, como os da Capes e da CIBPU, que chamavam atenção aos vários problemas estruturais e técnicos de Mato Grosso, apresentavam relativo otimismo em relação ao seu futuro. O primeiro, por exemplo, apesar de enfatizar as deficiências mato-grossenses no âmbito da produção capitalista, mencionava a respeito do café que, “dado o ímpeto do seu crescimento”, era bastante provável que aquele estado alcançaria forte “comercialização dos produtos agrícolas”. Por consequência, informava o relatório que “do ponto de vista da renda primária gerada, a lavoura mato-grossense [ocupava] o terceiro lugar, depois da pecuária e da produção extrativa”. Assim, previam que seu ritmo de crescimento sofreria “alterações na posição relativa dos três ramos primários, nos próximos anos”. A principal razão seriam os milhões de cafeeiros plantados em solo mato-grossense. Enfatizavam-se – tal como as reportagens da *Brasil-Oeste* – as benesses daquela região, pois a ascensão da produção cafeeira dava-se, especialmente, pelo “seu ritmo firme [e por estar]

¹⁴³ MORTADA, Nelson, *Op. Cit.*, 1964, p. 87. Grifo meu.

menos sujeito – como ocorre com as plantações paranaenses – à influência nefasta de fatores meteorológicos, como a geada ou o granizo”.¹⁴⁴ No caso do trabalho elaborado por Mortada à CIBPU – já em 1964 –, o autor destacava que “a economia matogrossense, em grande parte apoiada pela agro-pecuária, tem recebido nos últimos anos um incremento bastante significativo”,¹⁴⁵ ou seja, houve efetivamente um avanço, tal como já prenunciava o estudo da Capes.

Naquele momento, o setor primário era central no âmbito da fraca economia matogrossense, mas pincelava-se aquilo que era tão almejado no momento (e que se tornou a tônica nas décadas seguintes posteriores até o tempo presente), que era a ideia de maior produtor agrícola do Brasil. Nelson Mortada, por exemplo, asseverava:

Mato Grosso deverá permanecer por muito tempo na posição do fornecedor de produtos agrícolas aos grandes centros consumidores (São Paulo e Guanabara), condicionado pelas favoráveis condições naturais que possui. Além das grandes glebas de terras de boa qualidade (principalmente no sul do Estado, favorecidas pela proximidade do mercado consumidor), as características do seu relevo permitem ótimas condições para uma cultura mecanizada, tanto nas áreas férteis como de cerrados. Da mesma forma, a sua pecuária, principalmente a bovina, continuará a influir consideravelmente na estrutura econômica.¹⁴⁶

Em outros momentos, como no estudo feito pela CPP de 1952, era colocado em relevo o fato de que Mato Grosso precisava utilizar “a força de seus valores internos, originada na capacidade produtora de seu solo, na realidade intrínseca dos seus recursos naturais pela atividade humana”.¹⁴⁷ Ora, como avançar em meio àquele desolador cenário de “atraso”? O estudo da Capes, ressaltava que, na época, naquele que deveria ser seu carro-chefe, isto é, a produção agropecuária, havia uma porção de problemas, tal como podemos notar nas observações a seguir:

O conjunto dos equipamentos agrícolas em uso é de tão pouca expressão, que a mão-de-obra permanece com uma produtividade limitada como nos *tempos da colônia*. O sistema de propriedade rural é dos *mais atrasados*, sustentando relações de produção em que predominam as categorias do vaqueiro, do agregado e do

¹⁴⁴ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 73.

¹⁴⁵ MORTADA, Nelson, *Op. Cit.*, 1964, p. 59.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 68.

¹⁴⁷ Relatório da Comissão de Planejamento e Produção do Estado de Mato Grosso (CPP), 1952, p. 4.

colono, dedicando-se ao trato da terra e do gado em base de exploração extensiva, sem o recurso a nenhuma técnica agrônômica ou à zootecnia.¹⁴⁸

Ainda naquele estudo, a esperança de melhoramentos no âmbito da produção repousava no chamado *rush da colonização*. Segundo aquela publicação, “as novas correntes de migração [provocariam] a expansão das lavouras de exportação do Estado [que exigiria, por certo, uma] fôrça de trabalho de alto nível técnico e padrão de vida *superior* ao das *populações autóctones*”. Por consequência, a vinda de uma nova população provocaria “o rompimento da velha estrutura agropecuária, com base na criação disseminada e quase primitiva em seus métodos de produção”.¹⁴⁹

Anos mais tarde, apesar dos relativos “avanços” da produção, muito daqueles problemas persistiam e também foram abordados por Nelson Mortada, que, dentre outras coisas, reiterava o fato de que a economia mato-grossense dependia intimamente de sua agricultura, mas precisava urgentemente ser transformada. Nesse sentido, alertava que “nas relações dos produtos agrícolas mato-grossenses com o mercado nacional, [observava-se] uma pequena deterioração de seus preços, em virtude de: a) *qualidade inferior dos seus produtos*; b) *distância dos centros consumidores* e, c) *infra estrutura inadequada*.”¹⁵⁰

Levando em consideração toda essa preocupação para a época, uma das alternativas que emergiam nos anos 1950, foi intensificada na década seguinte e sacramentada a partir de 1970, isto é, a transformação no modo de produzir da agropecuária, ou, em outros termos, a chamada “mecanização agrícola”. Deste modo, o intuito de Campos foi assumir este papel por meio do livro *Retrato de Mato Grosso* e da revista *Brasil-Oeste*, que ficaram responsáveis por “nortear” seus leitores a conhecerem novas alternativas no âmbito da produção no campo.

Na primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, o quinto capítulo, por exemplo, foi dedicado a abordar a “Nova fase da Agricultura” e a “Mecanização da Lavoura”, dentre outros tópicos. Logo nos parágrafos iniciais, o autor chamava atenção para os aspectos positivos da produção agrícola mato-grossense. Em suas palavras,

[Apesar das] “dificuldades que impedem uma conjugação harmoniosa das atividades dos lavradores, mercê da inexistência na maior parte do Estado de ferrovias e de

¹⁴⁸ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 44-45. Os grifos são meus.

¹⁴⁹ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 46. Os grifos são meus.

¹⁵⁰ MORTADA, Nelson, *Op. Cit.*, 1964, p. 63-64. Os grifos são meus.

recursos para acelerar a mecanização da lavoura”, a produção mato-grossense cumpria “sua capacidade de auto-suficiência no domínio da alimentação”.¹⁵¹

Campos chamava atenção para o potencial da rizicultura, por exemplo, que se desenvolvia “bem em qualquer latitude de Mato Grosso”¹⁵². No entanto, lamentava a falta de apoio e assistência para os lavradores daquela região, conforme podemos conferir a seguir: “Não se faz no Estado assistência técnica que possibilite a seleção de tipos de arroz para cada uma das zonas distintas do Estado, nem se promovem os meios para uma distribuição de sementes expurgadas. Cada lavrador tem que operar pela própria iniciativa”. Por consequência, dizia o jornalista, “originam-se dessa carência de orientação agrícola alguns malôgros que frequentemente se consomem, gerando o desânimo e muitas vezes o desespero”.¹⁵³

De fato, segundo o levantamento de dados feito por Eugênio da Silva Pavão, naquela época a produção de arroz era a mais importante atividade agrícola em Mato Grosso no que dizia respeito ao impacto que causava na produção total do país e, portanto, a preocupação de Campos era absolutamente legítima. Naquele momento, o autor informava: “o arroz [produzido em solo mato-grossense] passa do patamar de 0,95%, em 1932, para 2,79% da produção nacional, em 1942; cai para 1,13%, em 1944, até atingir 6,09%, em 1969, maior participação no total nacional no período”.¹⁵⁴ Portanto, no final desse recorte temporal feito pelo jornalista, o estado era o sétimo maior produtor do país no âmbito da rizicultura.

Nesse sentido, dentro do plano de desenvolvimento para o Mato Grosso, a chegada da revista *Brasil-Oeste* também funcionaria como um canal de diálogo direto com os produtores rurais para que houvesse incremento necessário de sua produção agrícola. Conforme pudemos ver no capítulo de abertura deste trabalho, historicamente, as revistas agrônômicas servem diretamente ao seu público no âmbito de trazer novidades técnicas, bem como se posicionam no sentido de fazer ecoar a voz do produtor para que os poderes públicos os escutem e respondam aos seus anseios. Trata-se, portanto, de um importante meio de onde as cobranças são feitas em favor da agropecuária.

¹⁵¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 45.

¹⁵² CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 45.

¹⁵³ *Id.*, *Ibid.*

¹⁵⁴ PAVÃO, Eugênio da Silva. *Formação, Estrutura e dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da Economia Brasileira*. Florianópolis, UFSC, Centro SócioEconômico, 2005. 239 f. Dissertação: Mestre em Economia Industrial, p. 91.

Na *Brasil-Oeste* isso ocorria em três sentidos: o primeiro que servia para cobrar o poder público a buscar resoluções para os problemas no campo; o segundo tratava de inserir o produtor dentro dos debates científicos a respeito da produção agrícola e, o terceiro, trazia questões relacionadas à evolução técnica e tecnológica da agropecuária. Trata-se de um contexto no qual se iniciou aquilo que se convencionou chamar de “revolução verde” que, segundo Zander Navarro, emerge entre 1950-1970, “após lenta acumulação de inovações anteriores, constituiu-se uma nova e acabada ‘compreensão de agricultura’ que gradualmente se tornou hegemônica em todo o mundo, não apenas no plano científico, mas nos diferentes sistemas agrícolas dos países que a ela aderiram”. Assim, “materializou-se de fato sob um padrão tecnológico [rompendo] radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva.” Ainda nas palavras do autor, “esse período [...] é assim um divisor de águas também para as atividades agrícolas, e o mundo rural (re)nasceria fortemente transformado, tão logo os efeitos desta época de transformações tornaram-se completos”. Outro fragmento que foi lembrado por Navarro e que pode nos servir para situar a revista naquele contexto, chamava atenção para o fato de que aquela “noção de desenvolvimento rural [...] certamente foi moldada pelo ‘espírito da época’, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural”.¹⁵⁵

Outra conceituação do genérico termo “revolução verde” é compreendida pelo geógrafo Orlando Valverde da seguinte maneira:

A chamada “revolução verde” foi o surto tecnológico da agricultura desencadeado no pós-guerra, com base na mecanização, emprego de fertilizantes e defensivos, seleção de plantas cultivadas de altos rendimentos e resistentes a moléstias e pragas etc. Essas iniciativas tiveram ampla difusão no mundo inteiro: Índia, Tailândia, Formosa, Filipinas, Egito, México, Brasil, China, todos passaram por ela. De acordo, porém, com a estrutura econômico-social de cada um, os resultados foram inteiramente díspares: na China houve grande progresso rural; na Índia e no Brasil agravaram sobremaneira a clivagem social e o problema agrário, em sociedades onde a distribuição da riqueza já era previamente muito injusta.¹⁵⁶

Toda a produção da *Brasil-Oeste* e *Retrato de Mato Grosso* inseria-se nesse cenário, portanto, havia uma enorme preocupação por parte de Campos em publicar artigos e reportagens que pudessem redimensionar a agricultura em Mato Grosso. Ainda que tenha

¹⁵⁵ NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, USP, v. 15, n°43, p. 83-100, 2001, p. 84-85.

¹⁵⁶ VALVERDE, Orlando. Prefácio. In: VIEIRA, Célia G. *As amazônias de Bertha K. Becker* : ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica : vol. 1. Rio de Janeiro : Garamond, 2015, p. 17.

colocado um tópico para ser discutido transversalmente, intitulado “mecanização da lavoura”, Campos praticamente não tocou no assunto nessa edição de seu livro. Contudo, logo no primeiro número da revista, houve um tópico (muito sucinto, é verdade) situado na segunda página no qual alertava-se para a premente necessidade de uma renovação das atividades do campo, quando mencionava, por exemplo: “O emprêgo de máquinas é medida indispensável para o barateamento dos produtos agrícolas. A produção feita à base de enxada nunca poderá competir com a feita com arados e outras máquinas”. Entretanto, a situação era de tamanho atraso que nem sequer se usavam arados de tração animal, quer dizer, mesmo sem haver tratores, havia ainda um espaço para melhorar a produção mediante o “simples” emprego de modos de produção mais rudimentares, em substituição à (ainda utilizada) enxada, tal como se vê a seguir: “O trator não é condição essencial de mecanização; pelo contrário, nas atuais condições da agricultura nacional, muito mais importantes são os arados de tração animal”.¹⁵⁷

Contudo, já na quarta edição, a capa da revista (fig. 11) mostrava um trator numa plantação norte-americana e a legenda que traduzia aquela imagem trazia as seguintes informações: “A mecanização da lavoura favorece o desenvolvimento da Agricultura nos Estados Unidos. Maior produção e, conseqüentemente, preços mais baratos para os produtos, é o que se obtém com o emprêgo de máquinas e implementos agrícolas. Vê-se, na fotografia, um trator equipado com escavadeiras em plena atividade numa fazenda norte-americana.”¹⁵⁸

É válido dizer que nos números iniciais, correspondentes ao primeiro ano, a revista apresentava algumas inconsistências em sua produção (foram apenas oito números em 1956) e mesmo tematicamente ainda não havia a publicação de textos mais pedagógicos (para o agropecuarista) no sentido dos que aparecerão em números posteriores. Posso afirmar que a preocupação maior incidia em trazer investidores para a região e mostrar as potencialidades ali existentes; a imensa preocupação com a colonização de terras e a forte oposição ao governador Joao Ponce de Arruda. Mesmo as reportagens pertinentes à agropecuária, em boa parte, serviam especialmente para mostrar o potencial de algumas áreas específicas no interior daquele estado.

Não estou afirmando que inexistiam artigos ou reportagens que indicavam ou demonstravam preocupações gerais a respeito da agricultura. Uma considerável parte deles, por exemplo, dedicava-se a cobrar fortemente a União e os vários setores do poder público para que fossem feitas melhorias para o campo do país, como por exemplo, em reportagens

¹⁵⁷ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 01, janeiro de 1956, p. 02.

¹⁵⁸ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 04, julho de 1956, p. 03.

que reclamavam da ausência de instalação de postos agropecuários em Mato Grosso; dos problemas pertinentes à SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia); a “falta de empenho” do governo federal para revolvê-los; ou mesmo as chamadas “ameaças à pecuária mato-grossense” em virtude da falta de crédito oferecido aos pecuaristas.

Figura 11. Foto de capa da edição nº 4 da revista *Brasil-Oeste*, de julho de 1956. Lavoura estadunidense.



Nesse sentido, as propagandas de máquinas agrícolas, bem como defensivos (ou agrotóxicos), adubos e remédios veterinários foram surgindo com o tempo e, na medida em que isso foi ocorrendo, mais reportagens técnicas e científicas eram divulgadas. Em relação ao primeiro deles, é bastante interessante um artigo publicado na penúltima edição do ano de 1956, sob o título “Derrubada e desbravamento das matas”, de autoria de Fritz Edel, então técnico de uma empresa chamada “Comercial e Agrícola Barra dos Bugres Ltda.” Seguem, nas linhas abaixo, algumas considerações feitas por ele.

No Brasil entende-se por derrubada de matas, para fins agrícolas, uma turma de homens equipados com machados e trabalhando de acordo com a capacidade individual de cada um deles. Felizmente, esta modalidade tende a extinguir-se pouco a pouco, mediante o emprego de máquinas de alto rendimento.

[...]

O exemplo de grandes firmas madeireiras e de grupos colonizadores de nossos *sertões*, permite-nos admitir que estamos praticamente na era do emprego de máquinas motorizadas para o desbravamento e derrubada das matas.

[...]

Pergunte-se a êsses *desbravadores* se conhecem as serras motorizadas para a derrubada de matas. Eles dirão que já ouviram falar delas, mas que “no Brasil elas não existem”. Em parte, estão certos; ignoram, apenas, que essas máquinas já estão sendo importadas e se encontram à venda nas maiores praças do ramo (São Paulo, Rio, Curitiba, etc.).

[...]

Em todos os setores da atividade humana a máquina está substituindo o trabalhador braçal, que dia a dia se torna mais difícil de recrutar. É *um imperativo do momento*, portanto, *fazer-se a maior divulgação possível* sobre as máquinas modernas, principalmente aquelas que têm emprego indicado para a formação de lavouras.¹⁵⁹

O texto traz uma síntese de um dos aspectos que precisavam ser renovados no âmbito da produção agrícola no país, especialmente em Mato Grosso, isto é, o avanço na derrubada de matas “para fins agrícolas”. O emprego do termo “sertões” é bastante emblemático e remete à discussão já feita nesse trabalho a este respeito, pois traduz de maneira cristalina aquilo que se buscava superar. As palavras em itálico, especialmente do último parágrafo, indicam uma voz consoante ao discurso histórico do projeto de Fausto Vieira de Campos, pois aquele era “o momento” em que a tecnologia deveria ser inserida em substituição do trabalhador braçal para incrementar racionalização da agropecuária e ocupação dos (de)sertões. Para isso, era necessário – dentre outras coisas – “fazer-se maior divulgação possível”.

É importante ressaltar que o número de tratores no Brasil e, ainda mais em Mato Grosso, era pouco significativo nos anos 1950. Refiro-me ao trator, pois ele era um dos símbolos dos avanços do campo, conforme vimos no exemplo referente à capa da edição número 4, mencionada há pouco. Segundo informações da Capes, o número de tratores entre 1940-1950 passou de 15 para 50, os arados de 719 para 1.118 e as grades de 120 para 130.¹⁶⁰

Como foi demonstrado, os números eram muito modestos, tanto em 1940 quanto em 1950. Se levarmos em consideração os dados apresentados seis anos mais tarde por Nelson Mortada, veremos a seguinte configuração:

¹⁵⁹ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, nº 07, novembro de 1956, p. 05.

¹⁶⁰ *Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso)*. CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958, p. 45.

Quanto ao emprêgo da mecanização na agricultura, o Estado de Mato Grosso recebeu um aumento considerável do número de tratores e arados, com um coeficiente hectares cultivados/trator de 2.281 em 1950 passando para 420 em 1960, sendo êste, mais baixo que a média brasileira e que alguns Estados da Bacia. No entanto, tais valores não caracterizam muito bem a atuação do Estado, em virtude da alta concentração dos tratores em apenas alguns municípios (Campo Grande, Terenos e Sidrolândia possuíam 46% dos tratores existentes no Estado em 1960), bem como, é muito comum o uso de tratores em propriedades tipicamente pecuaristas. Em vista de tais elementos, conclue-se que é bem provável que a média estadual seja bem superior à citada, a qual não representa um alto grau de mecanização do Estado.¹⁶¹

Para somarmos a estes dados, faço uso de um levantamento feito por Antonio Carlos Simões Florido no qual ele traz várias informações a respeito dos censos agropecuários publicados no país desde a década de 1920. Dentre elas, o autor mostra uma sinopse estatística que pode nos ajudar a situar Mato Grosso no contexto nacional, no que concerne a esse assunto. Nacionalmente falando, a proporção área/trator, em 1950 era 2.280,82 e, em 1960, correspondia a 468,04.¹⁶² Em terras mato-grossenses, como vimos, esse número era praticamente idêntico no primeiro dos casos e estava abaixo, no segundo. Contudo, Florido chamava atenção para a alta concentração de máquinas na região de Campo Grande e esse é um ponto que deve ser levado em consideração. Talvez seja por isso que, mesmo no ano de 1964, data de publicação do estudo de Mortada, esse autor ainda reclamava muito do atraso agrícola mato-grossense, pois o mesmo fazia questão de ressaltar que ainda se encontrava em processo rudimentar, tanto na lavoura quanto na pecuária e que o total da produção tinha pouca participação na agricultura nacional.¹⁶³

De todo modo, é notável o grande avanço dentro da concepção de progresso da chamada “revolução verde”, no âmbito da mecanização da lavoura entre as décadas de 1950 e 1960 em Mato Grosso, como pudemos ver pelos números apresentados. Afinal de contas, tanto em terras mato-grossenses (apesar da ressalva feita por Mortada), quanto em nível nacional, houve um incremento de cinco vezes em termos de tratores utilizados por área média na produção agropecuária, ainda que em números absolutos continuasse pouco significativo como mostrarei mais adiante.

Nesse sentido, com o passar do tempo foi aumentando enormemente o número de reportagens, artigos e propagandas de máquinas agrícolas no interior da própria revista. Em

¹⁶¹ MORTADA, Nelson, *Op. Cit.*, p. 78.

¹⁶² FLORIDO, Antonio Carlos Simões. Breve histórico dos Censos Agropecuários. [S.l.]: [2001]. 33 p. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf, p. 28.

¹⁶³ MORTADA, Nelson, *Op. Cit.*, 1964, p. 78.

seu segundo ano de circulação, por exemplo, já foi possível notar esse incremento. É válido ressaltar, no entanto, que o período compreendido aqui, isto é, as décadas de 1950 e 1960, foi o início da primeira fase da “revolução verde” e suas transformações no âmbito da agricultura no país. Era tudo muito novo e havia um novo mundo por explorar. Alguns autores, como Janete Leige Lopes, acreditam que, “embora as bases da modernização da agricultura brasileira tenham sido estrategicamente montadas em meados da década de 1960, foi somente nos anos [19]70 que se verificou um aprofundamento maior nas transformações do setor agropecuário brasileiro.”¹⁶⁴ Quer dizer, nos anos 1950, essa “revolução” era muito embrionária e foi se expandindo pelas décadas seguintes. Daí a importância da *Brasil-Oeste* (e o periodismo agrônomo, como um todo) naquela época, pois ela pretendia funcionar como o canal que traria à luz tais novidades para um dos seus públicos-alvo, isto é, o “fazendeiro/produtor do campo” (que, conforme vimos a partir da avaliação feita por Ana Luiza Martins no primeiro capítulo, historicamente mostrava-se “refratário” aos investimentos que potencializassem seus negócios, mas que com o passar dos anos acabou por utilizar revistas especializadas a seu favor).

Várias reportagens trataram de mostrar desde questões mais simples até informações mais complexas a respeito do uso do trator, por exemplo. Uma reportagem tipicamente “introdutória” foi publicada em maio de 1957, por Edward Navarro, apresentado como “Técnico em máquinas e motores”. O título do texto era “Amaciamento do trator” e tratava de mostrar alguns “cuidados especiais durante seu tempo de vida”, especialmente “durante as primeiras cem horas de trabalho”, que o autor chamava de “período de amaciamento”. Das sugestões feitas por Navarro, algumas que hoje podem parecer absolutamente elementares no cuidado de um trator, para aquele momento ainda soava como algo novo. Exemplificando, ele advertia seu leitor de que “antes de mais nada” deveria “examinar as condições gerais do trator”, o que incluía verificar “se não tem pneus vazios, ou esteiras desreguladas [...] parafusos ou porcas soltas, etc.”, ou então, verificar “as condições de limpeza e o nível do óleo”, bem como “a lubrificação dos pinos com graxa recomendada pelo fabricante do trator”. Entre outras várias sugestões, concluía-se da seguinte maneira: “É importante não esquecer que o período de vida do trator depende da conservação e manutenção.”¹⁶⁵

¹⁶⁴ LOPES, Janete Leige. Avaliação do processo de convergência da produtividade da terra na agricultura brasileira no período de 1960 a 2001. 2004. Piracicaba, ESALQ/USP, Escola Superior da Agricultura Luiz de Queiroz, 2004. 193 f. Tese: Doutorado em Economia Aplicada, p. 32.

¹⁶⁵ Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº 13, maio de 1957, p. 12.

Na mesma reportagem, havia uma fotografia de um produtor utilizando um trator em uma plantação.¹⁶⁶ Em sua legenda havia a seguinte informação:

Completado o período de amaciamento, o trator inicia tôdas as modalidades de trabalho, sem maiores contratempos. Vemos, na fotografia, um trator “Ferguson” em plena atividade. A êle se adaptam os mais variados implementos, o que favorece, sobremaneira, a execução de tôdas as tarefas no trato do solo. Os tratores “Ferguson” são distribuídos no Estado de S. Paulo pela Vemag S. A.¹⁶⁷

A citação anterior merece ser discutida, pois o destaque dado aos tratores Ferguson e sua distribuição pela Vemag S. A. extrapolava meramente as questões informativas e indica, como mostrarei a seguir, a íntima associação – às vezes sutil, outras vezes nem tanto – da propaganda com o conteúdo que é exposto em um periódico. Faço essa consideração, pois dois meses antes daquela edição, havia sido veiculada, pela primeira vez, a publicidade da revendedora de tratores supracitada. O anúncio ocupou uma página inteira e apresentava justamente o “famoso Tek Ferguson”, trator que teria sido “construído especialmente para cultivar QUALQUER LAVOURA... principalmente CAFÉ”.¹⁶⁸

Na edição de dezembro de 1956, foi publicada uma reportagem com bastante destaque em que era noticiado o início de uma sociedade que produziria máquinas agrícolas da Massey-Harris-Ferguson Limited (de Ontário, Canadá) em São Paulo. Naquela ocasião sobressaiu-se a atenção à participação da Vemag S. A. Houve, inclusive, uma coletiva de imprensa da qual teriam participado o Gerente de Exportação da empresa canadense, W. Reed Lewis, juntamente com Domingos Fernandes Alonso, Presidente da Vemag S. A. Segundo aquela reportagem, Lewis informava que “desde 1950” vinha sendo “estudado meticulosamente o mercado brasileiro, tendo-se desde então estabelecido com a Vemag S. A. os entendimentos nesse sentido”. Daqueles estudos, dizia o representante da Ferguson, “resultaram as providências agora efetivadas bem como a elaboração de um programa de fabricação.”¹⁶⁹

É claro que, estando no segmento agrônômico, a *Brasil-Oeste* deveria anunciar as inovações do mundo agrícola, pois se inseria naquele ideário do “novo campo”, “mecanização da lavoura”, etc. Contudo, creio que o artigo escrito por Fritz Edtel, no qual o trator utilizado

¹⁶⁶ A qualidade da fotografia não permite distinguir exatamente qual era o tipo da lavoura explorada.

¹⁶⁷ Revista *Brasil-Oeste*, ano II, n° 13, maio de 1957, São Paulo (SP), p. 13.

¹⁶⁸ Revista *Brasil-Oeste*, ano II, n° 11, março de 1957, São Paulo (SP), p. 05. As palavras em caixa-alta são do original.

¹⁶⁹ Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 08, dezembro de 1956, São Paulo (SP), p. 16.

para ilustrar o conteúdo do texto tenha sido um Ferguson/Vemag S.A. não foi uma coincidência gratuita. Para exemplificar, vale a pena trazer à luz uma citação retirada de uma pesquisa realizada por Valdir Barzotto, que tratou de discutir problema semelhante (isto é, associação do conteúdo discursivo e a propaganda) em um conjunto de revistas agronômicas. Segundo esse autor, “há uma completa predominância da publicidade nas revistas destinadas ao meio rural [...] não só da publicidade de produtos, mas de uma *concepção de sociedade*, tanto através de peças publicitárias como também através das matérias publicadas.”¹⁷⁰

Nesse sentido, a ideia de que havia uma “concepção de sociedade” parece ser bastante ilustrativa para o momento, pois era justamente disso que se tratava. O alinhamento dos discursos imagético e textual, das propagandas e da linha editorial da *Brasil-Oeste* pretendiam justamente atuar como um canal que apresentava uma série de representações e visões de mundo na tentativa de incutir em seus leitores a ideia de que aquele caminho (de progresso) era inevitável. Portanto, não se tratava apenas de informar seu público, mas de indicar os caminhos – no âmbito da agropecuária – que deveriam necessariamente serem seguidos.

Não se trata, portanto, de dizer que a direção da revista capitaneada por Fausto Vieira de Campos simplesmente publicava textos que serviriam apenas para “propagandear” determinadas marcas, equipamentos e aqueles que os revendiam. É muito provável e, até mesmo comum, que em certa medida isso tenha acontecido. Contudo, é válido dizer que além disso, os editores daquele mensário também estavam mergulhados nas “conjunturas” de um contexto histórico. Conforme afirma Zander Navarro, “a noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, certamente foi moldada pelo ‘espírito da época’, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural.”¹⁷¹ Deste modo, o momento induzia aquela forte relação entre conteúdo e propaganda.

Outras reportagens de conteúdo semelhante foram publicadas na revista durante sua história e, ao mesmo tempo em que informavam seu leitor, faziam (in)diretamente uma propaganda de uma máquina agrícola (um trator, por exemplo) e da empresa que a fabricava/revendia. Para citar alguns exemplos, na edição nº 14 (junho de 1957) houve um texto sob o título “Trator de esteiras Caterpillar D-9”, em que essa máquina era apresentada em seus detalhes técnicos, bem como trazia informações a respeito de sua fábrica subsidiária

¹⁷⁰ BARZOTTO, Valdir. *Leitura de propaganda de agrotóxicos. Contribuição aos estudos da ideologia da modernização*. Campinas, Unicamp, 1992. 107 f. Dissertação: Mestre em Linguístico, p. 12.

¹⁷¹ NAVARRO, Zander. *Op. Cit.*, 2001, p. 84.

no Brasil. Outras situações podem ser citadas: “Instalação no Brasil de fábricas de tratores” (maio de 1960); “Lançamento do primeiro trator brasileiro” (janeiro de 1961); “Novos tipos de tratores Scrapers” (maio de 1961); “Novo trator D7e Caterpillar” (abril de 1962); “Novos melhoramentos no trator Caterpillar D4D” (setembro de 1963).

A preocupação dos redatores da revista com a mecanização representava, sem sombra de dúvidas, os interesses da classe agropecuária mato-grossense que pretendia inserir em sua produção inovações tecnológicas que pudessem racionalizar e otimizar seu trabalho no campo. No número 14, de junho de 1957 (mesma edição da reportagem do trator Caterpillar), houve uma longa reportagem dedicada ao maior evento agrícola de Mato Grosso, que era a “Exposição Agropecuária e Feira de Amostras de Mato Grosso”, situada em Campo Grande. Naquela ocasião foi feita uma edição especial para apresentar a feira. Em uma das reportagens, houve um longo texto que tratou de abordar a solenidade de abertura (que, pelo visto, gerava enormes expectativas, pois era quando se encontravam as elites políticas e rurais mato-grossenses). O título era emblemático: “Govêrno e Classes Conservadoras em Mato Grosso expõem seus magnos problemas e as soluções mais indicadas”. Não me deterei neste momento em discutir todos os aspectos abordados, mas tocarei somente em um pequeno detalhe que corresponde à questão envolvendo as máquinas agrícolas na agropecuária mato-grossense. Dentre os discursos transcritos e publicados naquelas páginas, um deles foi proferido por Dolor de Andrade, que, segundo as palavras do redator, falava “em nome das classes conservadoras”. Andrade era produtor rural, político filiado à UDN e presidente da Associação Rural de Campo Grande. Também atuava como colaborador da *Brasil-Oeste* desde o quarto número. Vejamos o fragmento ao qual me refiro a seguir:

No nosso Estado [Mato Grosso] estamos dando *os primeiros passos* no cultivo *racional* da terra. Em determinadas regiões, as experiências oferecem boas perspectivas para o cultivo do café, do algodão e dos cereais, em grande escala. Isso se observa tanto em Campo Grande, como em Dourados, Terenos, Miranda, Rondonópolis, Cassilândia e outros municípios.

Percebemos que o *surto da mecanização* se vai alargando, não obstante as dificuldades próprias do meio e do momento. Dentre as razões que trazem certo desânimo no uso das máquinas se destaca a ausência de oficinas especializadas, para os reparos imediatos. As peças avulsas são vendidas a preços caros e nem sempre são encontradas, entre nós.¹⁷²

Havia no discurso de Dolor de Andrade otimismo em relação às alterações no meio rural mato-grossense, ao cultivo “racional” da terra, isto é, otimização do tempo e espaço que,

¹⁷² Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº14, julho de 1957, São Paulo (SP), p. 28. Os grifos são meus.

por sua vez, não poderia prescindir daquilo que ele comemorava como o “surto da mecanização” que se alargava no interior de Mato Grosso. Sua preocupação, no entanto, era com os preços caros das peças das máquinas agrícolas e, em suma, as dificuldades no âmbito de sua manutenção. De fato, este era um problema para a época no país.

Três anos mais tarde, em 1960, a *Brasil-Oeste* noticiava com bastante otimismo a instalação de fábricas de tratores no Brasil, que era fruto do Decreto nº 47.473, de 22 de dezembro de 1959, que instituía o “Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas.” A aprovação dada pelo GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística) de 10 planos de instalação de fábricas em território nacional vinha contribuir para a tão sonhada mecanização e oferta de máquinas dedicadas a otimizar a agricultura brasileira. A *Brasil-Oeste* informava o seguinte:

[..] a execução do programa possibilitará uma oferta à agricultura brasileira, nos próximos dois anos, de, no mínimo, 31 mil tratores, de 10 diferentes marcas, o que, a par de ensejar considerável margem de escolha por parte dos usuários, tornará sua manutenção mais simples e econômica.¹⁷³

Nesse sentido, foi na década de 1960 que houve ampliação e um *boom* da fabricação de automóveis, tratores e máquinas agrícolas no país e isso explica por que a relação área cultivada/trator aumentou enormemente no país e, por consequência, em Mato Grosso. Para exemplificar, no ano de 1962 existiam em Dourados (um dos municípios com maior destaque no âmbito da agricultura mato-grossense da época) apenas “3 casas comerciais especializadas no comércio de máquinas agrícolas e fertilizantes [...] em 1976, elas ultrapassavam a 60”. Em relação ao número de máquinas agrícolas propriamente ditas, se em 1960 eram apenas 838 tratores, “em dezembro de 1975, somente na região de Dourados havia 6.676 tratores.”¹⁷⁴

No mesmo número em que foi dada aquela notícia a respeito dos planos de instalação das fábricas de tratores, um artigo foi publicado por Hugo de Almeida Leme para a seção de Agricultura da *Brasil-Oeste*. O título do texto era o seguinte: “Desenvolvimento da tratorização da agricultura no mundo”, que buscava apresentar um panorama global a respeito da utilização do trator em diversas regiões do mundo.¹⁷⁵

¹⁷³ Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 48, maio de 1960, São Paulo (SP).

¹⁷⁴ PÓVOAS, Lenine C. *Op. Cit.*, 1977, p. 155.

¹⁷⁵ É válido dizer que Leme esteve presente na lista de colaboradores em praticamente todos os números da revista (108 aparições no total), embora tenha contribuído com apenas oito artigos (todos publicados entre 1957-1960 e que discutiam essencialmente a mecanização da agricultura). Em 1964, foi nomeado Ministro da Agricultura pelo presidente Humberto Castelo Branco. Em setembro do mesmo ano adotou várias medidas, como a intensificação do uso de adubos, objeto de convênio com a *United States Agency for International*

Algumas das considerações feitas pelo autor naquele momento indicavam a tendência a ser seguida pela agricultura brasileira da época e respaldavam o discurso de progresso e desenvolvimento presente no eixo central do projeto editorial da revista *Brasil-Oeste*. Vejamos:

A agricultura da atualidade é caracterizada, entre outros fatores, pela mais completa mecanização. A fim de atender à produção cada vez maior de bens de consumo, para proporcionar padrão de vida mais elevado ao homem, exige-se que a população rural seja cada vez menor e, portanto, que a capacidade de trabalho do homem do campo seja cada vez maior, com a realidade de trabalho o mais confortável possível. Por outro lado, a falta de braços, o menor trabalho do operário rural, alta dos salários e os benefícios sociais alteraram profundamente a situação das atividades agrárias, e de tal modo que, hodiernamente, o trabalho humano, já não sendo suficientemente barato e abundante para ser utilizado, requer a *mais completa mecanização* da agricultura.¹⁷⁶

Reparemos que em seu discurso a mecanização não era somente inevitável, mas absolutamente desejável na medida em que o trabalho braçal tornava-se mais “custoso”, bem como a real saída da população rural para o mundo urbano era necessária frente aos novos desafios daquele tempo. Isso me remete, mais uma vez, a uma assertiva de Zander Navarro, quando dizia que “o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países”.¹⁷⁷ Leme era um entusiasta da mecanização completa, como vimos nas palavras grifadas. O articulista informava que em todas as regiões do mundo o número de tratores vinha aumentando, bem como a fabricação dos mesmos, tendo os Estados Unidos como maior referência. No Brasil, dizia ele, verificava-se o aumento da tratorização, “embora com certas dificuldades em consequência dos obstáculos da importação e da não existência no país de indústrias de tratores”. Segundo o autor, em 1950 o país havia importado mais de 11 mil tratores, o que representava 70% dos existentes.¹⁷⁸ Dito isto, finalizava:

Na verdade, há no Brasil em consequência da urgência de tratorização um grande mercado para venda de tratores resultando disto interesse em sua fabricação.

Development (USAID), destinando 37 milhões de dólares à compra de fertilizantes (outra forte tendência da época). Foi ainda presidente da indústria de tratores Valmet do Brasil. As informações aqui mencionadas foram compiladas a partir do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hugo-de-almeida-leme>. Acesso em 08/01/2016.

¹⁷⁶ Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 48, maio de 1960, p. 02. Os grifos são meus.

¹⁷⁷ NAVARRO, Zander. *Op. Cit.*, 2001, p. 84.

¹⁷⁸ Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 48, maio de 1960, p. 02.

Deduz-se disto, como é acertada a implantação da indústria de tratores no Brasil, para atender à procura da máquina básica da agricultura moderna, e a fim de auxiliar a resolução do aumento da nossa reduzida área agricultada, diminuição da elevada porcentagem da nossa população rural, *melhoria de padrão de vida*, aumento de produção agrícola, *para atender melhor alimentação e maior exportação*.¹⁷⁹

O discurso de Leme era muito objetivo e defendia um modelo de agricultura tal como era pensado pelo ideário da “revolução verde”. Esta última, inclusive, trazia um discurso que se pretendia “filantrópico”, pois propalava a visão de que uma alteração no *modus operandi* rural tornaria possível, entre outras coisas, a erradicação da fome no mundo, conforme estudos dedicados ao tema ressaltam. Para exemplificar, vale a pena, trazer à luz uma citação de Barzotto. Segundo o autor, a narrativa em favor “da modernização agrícola traz no seu interior a noção de que não haveria produção suficiente de alimentação para a humanidade caso não se usasse agrotóxicos.”¹⁸⁰ Esse era o discurso de boa parte dos textos, como mencionei anteriormente.

Em 1963, um artigo escrito pelo deputado estadual Antonio Silvio Cunha Bueno denunciava os avanços que a fabricação de tratores traria à agricultura brasileira. Tratava-se da reportagem de capa, intitulada “Tratores: atividade da indústria nacional promoverá a redenção da agricultura”. Na ocasião, abordava-se a premente necessidade de o país produzir aquelas máquinas para que fosse alavancada, de vez, a produção econômica nacional a partir da forte contribuição do mundo rural. Comemorava-se, nesse sentido, a execução – à época – de seis fábricas que eram fiscalizadas pelo GEIMAR (Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, que havia sucedido ao GEIA). Na conclusão de seu texto, mais uma vez nota-se a presença do discurso de uma agricultura que não poderia prescindir da inovação no campo era defendido:

Sòmente modernizando a agricultura, aparelhando-a para que ela possa produzir em t ermos competitivos com os outros setores da vida nacional, estaremos fazendo alguma coisa [...] Porque não ser a com a utilização da primitiva e arcaica enxada, trazida para o Brasil ao tempo do descobrimento, que conseguiremos resolver os problemas que atormentam o nosso lavrador.¹⁸¹

Bueno apresentava um quadro indicando quais eram as montadoras que naquele momento tiveram seus projetos aprovados. Eram elas, a Deutz, Ford, Fendt, Massey-Ferguson, Oliver e Valmet. Dessas empresas, a Ford, Massey-Ferguson e a Valmet

¹⁷⁹ *Idem*, p. 03. Os grifos são meus.

¹⁸⁰ BARZOTTO, Valdir. *Op. Cit.*, 2001, p. 92.

¹⁸¹ Revista *Brasil-Oeste*, ano VIII, não 81, maio de 1963, São Paulo (SP), p. 04.

anunciaram em vários números da revista *Brasil-Oeste*, com especial destaque para as duas primeiras e, sobretudo, a segunda, que liderou o número anúncios de tratores.

A Massey-Ferguson, inclusive, além de ter sido a primeira empresa de trator a ser mencionada no mensário de Fausto Vieira de Campos; ter figurado como maior anunciante do maquinário agrícola; e estado entre as quinze empresas que mais investiram em publicidade na coleção da *Brasil-Oeste*, também publicou o maior anúncio em uma só edição da revista. Foram dezesseis páginas ininterruptas, no número 116 (junho/julho de 1966), nas quais não somente eram divulgados os seus equipamentos, mas disseminava-se uma “visão de mundo”, uma “representação” de um “mundo rural ideal”.

A página que abria aquele anúncio trazia a seguinte mensagem: “soluções Massey-Ferguson para os seus problemas de mecanização (ou de como realizar a mecanização integral da lavoura... e aumentar sólidamente seus lucros)”.¹⁸² Em seguida, o texto apresentava solenemente os avanços provocados pelos homens no âmbito do desenvolvimento tecnológico do campo. Vejamos alguns dos trechos mais significativos:

O engenho humano projetou e construiu as máquinas e implementos para tornar prático e lucrativo o uso da terra. Máquinas específicas foram criadas para desempenhar cada uma das importantes tarefas que uma lavoura necessita para ser racionalmente tratada [...] a Massey-Ferguson pode proporcionar sempre o melhor e mais **completo sistema para a Mecanização Integral da Lavoura**.¹⁸³

Na página seguinte àquele texto, a imagem que o acompanhava era muito emblemática, tal como podemos ver na fig. 12. A legenda que acompanha aquela figura dizia o seguinte: “o primitivismo das práticas agrícolas foi sempre marcado pela presença tradicional do boi”.¹⁸⁴ Em seguida, esta concepção era reiterada:

Êste era o único elemento com que o homem contava para obter tração necessária ao trabalho da terra. Eram então empregadas ferramentas e métodos, dos mais rudimentares. Com o aprimoramento das técnicas e a necessidade de se produzir em maior escala, o boi foi relegado a 2º plano cedendo seu lugar ao trator. Foi quando a indústria criou e desenvolveu os primeiros modelos. A Massey-Ferguson, então, aperfeiçoou vários tipos de tratores e, de etapa em etapa, sua linha de produtos atingiu o alto desenvolvimento atual.¹⁸⁵

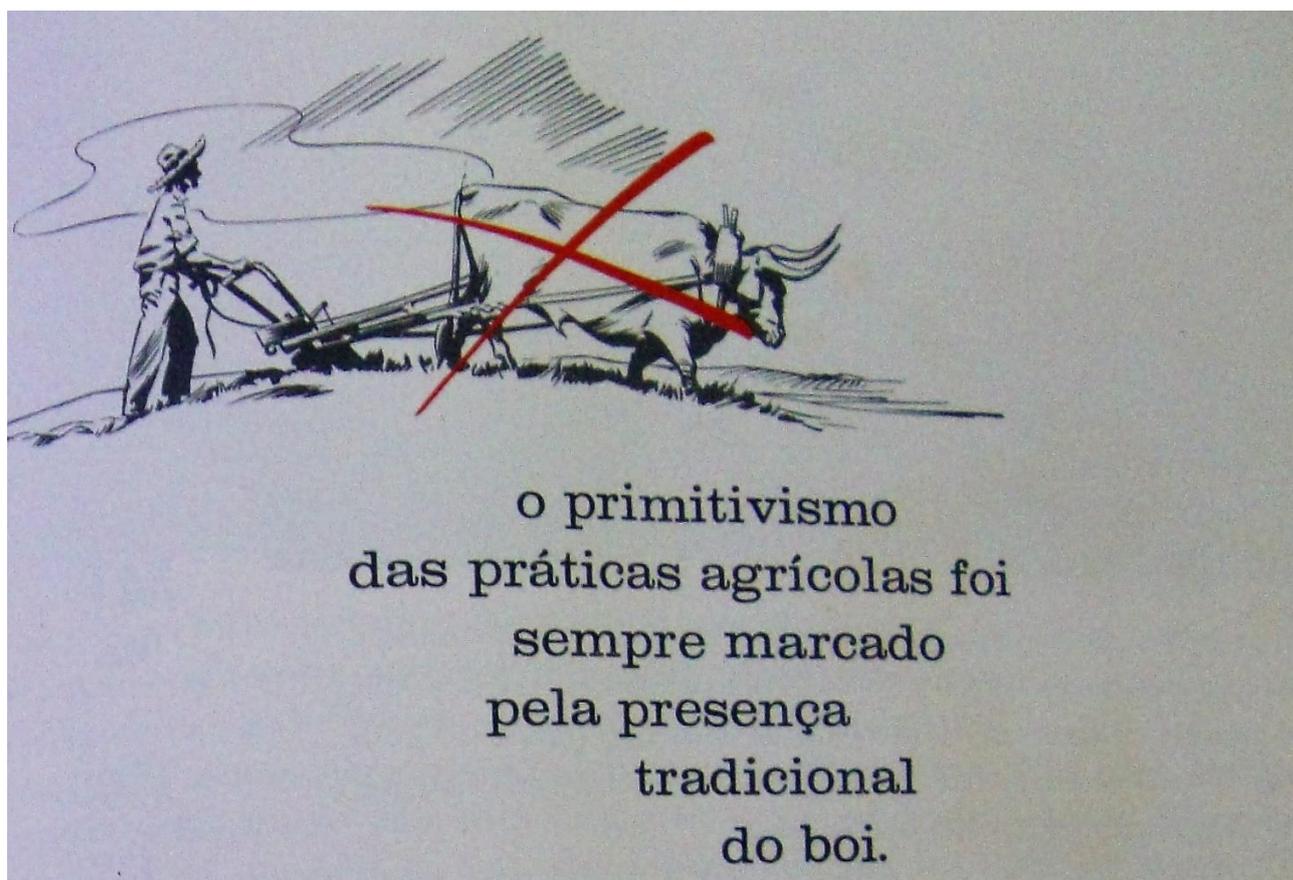
¹⁸² Revista *Brasil-Oeste*, ano XI, nº116, junho/julho de 1966, São Paulo (SP), p. 19-20. No original, todas as palavras estão em minúsculo.

¹⁸³ Revista *Brasil-Oeste*, ano XI, nº116, junho/julho de 1966, São Paulo (SP), p. 19-20. As palavras em negrito são do original.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 21.

¹⁸⁵ *Id.*, *Ibid.*

Figura 12. Anúncio da Massey-Ferguson, revista *Brasil-Oeste*, n. 116



Logo abaixo dessa imagem, havia o fragmento recém citado e, em seguida, uma outra imagem mostrando um produtor usando um dos tratores da Massey-Ferguson. Isso me remete, mais uma vez, ao estudo de Valdir Barzotto. O autor faz a seguinte consideração a respeito do leitor, do público-alvo de uma revista e, por consequência, dos anunciantes que nela veiculavam a publicidade de seus produtos. Vejamos:

Há casos ainda em que a fotografia que aparece na propaganda é de uma ou mais pessoas em atividades no campo [...] Aos olhos do leitor, pode parecer que eles já fazem parte do cotidiano do campo, pois o leitor, sendo alguém ligado a atividades agrícolas, pode identificar-se com a pessoa da fotografia e assumir tais elementos como sendo seus, incluindo as posições tomadas pelos locutores nos textos. Se isso

ocorrer, consolida-se o intento de implantar novos valores que vão levar ao consumo. Está produzida a necessidade.¹⁸⁶

O leitor, portanto, identifica-se com a imagem. Aquilo que é dito e reiterado como atrasado é ruim, isto é, deve ser deixado para trás. Há, em sùmula, a “produção da necessidade”. Portanto, “à medida que um conjunto de elementos vai se naturalizando como próprio do meio, outros vão sendo acrescentados até a naturalização”.¹⁸⁷ Nesse sentido, não era somente a propaganda (em formato de anúncios e de reportagens) que dava esse novo sentido, mas tudo aquilo que se somava a ela, toda uma série de representações que pretendia modificar a prática no campo, até que tudo aquilo que não correspondesse ao ideal de progresso no mundo rural fosse descartado com um grande “X”, tal como retrata a imagem que vimos anteriormente.

Ao observarmos os textos da *Brasil-Oeste*, a agricultura brasileira – e, especialmente a mato-grossense – só conseguiria atingir um outro nível se incorporasse os novos valores do campo. Do contrário, Mato Grosso não alcançaria o status de “celeiro do mundo”. Germinava a ideia de revolução no campo, que mais tarde seria a “revolução verde”, que preconizava o *produzir mais, para lucrar mais*. Os textos, em sua maioria, tinham caráter informativo e instrutivo, pois pretendiam apresentar ao almejado “novo produtor” rural as potencialidades que haveriam naquela nova maneira de produzir e trabalhar no campo, mais eficaz e rápida.

Dentre as inúmeras reportagens publicadas pela *Brasil-Oeste*, várias delas buscavam pensar, propor e diagnosticar os problemas mato-grossenses. Assim, o atraso deveria ser superado por meio da colonização e produção agrícola, dois dos maiores trunfos de Mato Grosso. A *Brasil-Oeste* explorou isso enormemente por meio de suas seções de agricultura e pecuária. Centralizava-se a região do Oeste brasileiro, pois acreditava-se que ali é que havia o verdadeiro e natural potencial agropecuário. A atuação da revista certamente contribuiu para construir e fortalecer um discurso que nos dias atuais é mais forte do que naquele tempo, isto é, a concepção de que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são dois dos maiores “celeiros” do país no âmbito da agricultura, além de figurarem também dentre os estados com maior rebanho de bovinos em terra nacional, fomentando historicamente a representação de que nessa região “sempre houve” uma “vocalção agrícola/agropecuária”.

¹⁸⁶ BARZOTTO, Valdir. *Op. Cit.*, 1992, p. 16.

¹⁸⁷ BARZOTTO, Valdir. *Op. Cit.*, 1992, p. 17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre achei muito difícil a confecção das considerações finais em textos de história, uma vez que todo trabalho historiográfico deixa em aberto várias possibilidades e questionamentos que tornarão possível a produção de novas obras, mesmo que abordem o mesmo objeto de pesquisa. É claro que não se trata de ter uma atitude como a do economista John H. Cochrane, para quem “as conclusões não deveriam ser necessárias. Se você fez um bom trabalho explicando sua contribuição inteligivelmente na introdução e no corpo do texto [...], dizer tudo aquilo novamente não tem sentido algum”.

¹ A posição do autor, como vimos, não deixa de ser autêntica, mas não dá conta justamente daquilo que é possível extrair de positivo das considerações finais, pois talvez seja justamente em virtude de sua existência em trabalhos científicos que outros estudos surgem com o passar dos anos, pois as derradeiras palavras feitas em uma pesquisa têm o poder de instigar o surgimento de novas propostas, visões e considerações a respeito de um determinado tema. Deste modo, tentarei reiterar algumas de minhas posições nas páginas que foram escritas até então e, se isso for feito satisfatoriamente, dirimir eventuais dúvidas que ainda podem se fazer presentes. Do contrário, estimular pesquisadores futuros a respondê-las.

Uma primeira consideração a ser feita e que defendi neste trabalho se assenta na concepção de que foi das contribuições feitas por Fausto Vieira de Campos à *Folha da Manhã* que houve a aproximação do jornalista junto às questões mato-grossenses, o que, poucos anos depois, concretizou-se num projeto editorial que culminou com a publicação de *Retrato de Mato Grosso* e da revista *Brasil-Oeste*. Destas publicações emergiu o núcleo central de seu trabalho, que compreendia que dali deveria sair uma porção de reportagens e artigos que discutiriam temas diversos e que serviriam para diagnosticar as históricas “deficiências” mato-grossenses, isto é, fazer uma leitura e propor projetos para aquele espaço.

¹ COCHRANE, John H. *Writing Tips for Ph. D. Students*. Graduate School of Business. University of Chicago, Acesso em 23 de fevereiro de 2016, p. 3. Disponível em: <http://gsbwww.uchicago.edu/fac/john.cochrane/research/Papers/>. No original: “a conclusions section should not be necessary. If you did a good job of explaining your contribution in understandable prose in the introduction, and then documenting those claims in the body of the paper [...], then saying it all over again is pointless. I tried omitting the conclusions section a few times, though, and this as too radical for editors and referees.”

Como todo o projeto editorial de Campos foi produzido em meados do século XX, foi absolutamente necessário lançar mão de uma extensa abordagem que evidenciasse a situação da imprensa naquele período. Busquei trazer uma discussão historiográfica que tratou de debater a questão da objetividade e neutralidade jornalística. A partir disso, duas questões foram enfatizadas por mim, sendo que a primeira delas corresponde à dita modernização da imprensa dos anos 1950. A este respeito, parece-me que, ainda que esse tenha sido um importante período no âmbito da renovação técnica e do ofício do jornalista, tratou-se de um processo não linear, mas que remontava a tempos mais recuados e que ora eram mais intensos, ora menos. Algo muito próximo do que ocorreu nos Estados Unidos. A segunda consideração que fiz foi enfatizar que as pesquisas historiográficas trataram de discutir especialmente os conglomerados jornalísticos apenas de grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Um olhar mais atento e uma ampliação de escala mostrará, sem dúvidas, que em outros espaços, como o mato-grossense, por exemplo, existiram peculiaridades que precisam ser melhor analisadas.

Ainda no que diz respeito à análise da imprensa, mostrei como o periodismo agrícola manteve historicamente uma relação muito próxima com o desenvolvimento técnico e científico de campos disciplinares que lhe são próximos. É válido mencionar que, tanto no caso brasileiro quanto no de outros países, existiram semelhanças no processo de desenvolvimento daquele segmento editorial. É claro que todo projeto editorial, pelo que indica a bibliografia especializada, define sua ação não somente pelo puro ato de informar, mas traduz expectativas de determinados grupos e propõe, efetivamente, ideias que visam alterar ou conservar determinados aspectos do mundo social. No caso das revistas agrônômicas como um todo, ficou visível a incorporação deste papel de norteador das ações por/para o campo (atividade rural) brasileiro. A falta de estudos que abordem mais detidamente este processo – sobretudo no que diz respeito aos meados do século XX – indica que há um grande campo a ser explorado no âmbito da história da imprensa brasileira.

Outra discussão que levantei (e que é central para todo o trabalho que aqui apresentei) diz respeito à ausência de um mercado revisteiro no então Mato Grosso dos anos de 1950. Nesse sentido, creio que o “Projeto Brasil-Oeste” contribuiu enormemente para o desenvolvimento da imprensa mato-grossense, especialmente porque fazia ecoar os assuntos daquele espaço geográfico para outros lugares do país e pelo cuidado com que seus diretores tinham com a qualidade de sua materialidade, que era muito sofisticada para a época.

Como disse anteriormente, também pude constatar que a presença de Fausto Vieira de Campos via *Folha da Manhã* foi absolutamente importante tanto para que o jornalista pudesse se articular junto aos grupos dirigentes daquele local, bem como visualizar as lacunas do periodismo que lá era produzido. Deste modo, notei que sua presença no jornal paulistano lhe permitiu constituir uma sólida rede de relações com várias pessoas em Mato Grosso, fato este que lhe permitiu desenvolver um trabalho tão sólido no tempo em que ficou ativo naquela região.

Lamentavelmente não pude esclarecer satisfatoriamente a razão pela qual ele foi para Mato Grosso por intermédio de seu cargo como Inspetor Federal de Ensino. Contudo, apesar de eu acreditar que suas viagens para aquele local se iniciaram em virtude daquela atividade, foi somente quando passou a atuar como correspondente da *Folha* que conseguiu efetivamente se articular em meio ao grupo do então Governador Fernando Corrêa da Costa e, por consequência, outros grupos e personalidades da região. Como disse neste trabalho e em outras ocasiões, é inegável que nos primeiros anos eles eram muito próximos, mas com o passar do tempo a revista atingiu um *status* e acumulou tanto prestígio que sua imagem foi se desvinculando dos udenistas (ainda que eventualmente ainda sofresse acusações a este respeito). O que quero dizer com isso, e que é a espinha dorsal de minha tese, é que todo o projeto *Brasil-Oeste* não funcionou apenas como um veículo de informação extraoficial de Corrêa da Costa e seus correligionários. As paixões políticas existiam, é claro; contudo, resumir este projeto editorial a um órgão meramente político ou como um canal que servia tão somente aos interesses das colonizadoras de terras me parece ser uma visão muito limitada do que propunha Campos em seus trabalhos.

Deste modo, creio que o “projeto Brasil-Oeste”, que tem na figura de Fausto Vieira de Campos sua personagem principal, defendia uma porção de ideias que ora concordava com o grupo político que estava no poder, ora discordava. A título de exemplo, o jornalista sempre se posicionou favorável à divisão de Mato Grosso, enquanto Corrêa da Costa era eminentemente contra. Ele não escondia suas escolhas, isso é certo. Contudo, a revista por ele dirigida e sua obra *Retrato de Mato Grosso* serviram para questões que extrapolavam as querelas do mundo político nacional e mato-grossense.

Sua produção procurou dar grande atenção não somente aos grandes investidores e políticos mato-grossenses e de outras regiões, mas também aos produtores rurais. Foram inúmeros artigos e reportagens que trataram de apresentar questões extremamente técnicas e sofisticadas a respeito da Zootecnia, Medicina Veterinária e Agronomia, por exemplo. Outras

tantas publicações dedicaram-se a abordar questões mais estruturais a respeito de Mato Grosso, tais como eletricidade, transportes, comunicações, enfim, uma variedade de temas que não podem ser tratados apenas como uma defesa de posições político-partidárias.

Inegável, por certo, foi a tentativa de construir um discurso a respeito daquilo que ali era entendido como ideal para o desenvolvimento econômico mato-grossense, qual seja, aquele que procurava a todo custo atrair investidores nacionais e estrangeiros para as terras do “grande Estado do Oeste”, especialmente aqueles ligados às atividades agropecuárias. Para tanto, foi necessário construir um discurso que buscasse trazer elementos históricos que fortalecessem a ideia de que em Mato Grosso era necessário fazer repetir as “bandeiras” de outrora. Necessitava-se, portanto, de desbravadores ou novos “bandeirantes” para tornar possível o ideal de progresso pensado por Campos na revista *Brasil-Oeste* e em *Retrato de Mato Grosso*.

Tornar aquele objetivo possível não poderia prescindir da desconstrução de imagens extremamente negativas que, segundo o jornalista, vários de seus colaboradores e os grupos dirigentes mato-grossenses, atrapalhavam o progresso de Mato Grosso. Conforme apresentei a partir de inúmeros exemplos e diversas produções, havia um forte discurso naquele momento histórico que clamava por uma “reconstrução” daquele “retrato”. Por esta razão, acredito que aquela empresa editorial contribuiu também para reforçar vários dos anseios históricos dos grupos dirigentes daquele espaço.

A presença de um jornalista vindo de São Paulo para exercer este papel é algo absolutamente notável. Seus interesses, por certo, não se resumiam somente à “paixão” pela “causa”; contudo, é inegável que naquele momento a *Brasil-Oeste Editôra* tentou exercer um papel de “utilidade pública” para Mato Grosso e para aqueles que ali pretendiam investir seus capitais ou reformular suas técnicas no âmbito da agropecuária. Infelizmente, dada a enormidade da documentação e a variedade de temas ali abordados, sinto que poderia ter apresentado muito mais; contudo, acredito que o cerne de seus objetivos editoriais pude evidenciar.

Nesse sentido, a *Brasil-Oeste* reuniu inúmeros colaboradores e correspondentes que buscavam traduzir e expor os anseios das mais diversas regiões de Mato Grosso e do Brasil, e não há dúvidas de que teve enorme importância. O projeto de desenvolvimento por ela aqui exposto traduz a tese, que estou defendendo, de que fugir do “estigma” e pensar o progresso de Mato Grosso foram duas faces da mesma moeda nas páginas de todas as obras em que Campos esteve presente.

Os resultados de todos os debates feitos naquela época ainda se fazem presentes nos espaços em que se encontram os atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois, para o bem ou para o mal, houve enorme contribuição por parte do projeto editorial de Campos na construção da representação do Centro-Oeste brasileiro como o espaço “eleito” (El Dorado) à condição/status de grande “galpão/celeiro do Brasil”. Deste modo, as fontes por mim utilizadas neste trabalho serviram para perceber como se estruturou o discurso em torno dessa ideia (estigma vs desenvolvimento).

Esta foi minha contribuição a este respeito.

FONTES

Fontes periódicas

Anuário Brasileiro de Imprensa, da Revista *Publicidade & Negócios*, maio de 1952, Rio de Janeiro (RJ).

Anuário Brasileiro de Imprensa, da Revista *Publicidade & Negócios*, 1953, Rio de Janeiro (RJ).

Anuário de imprensa, rádio & televisão, Empresa Jornalística PN S.A., 1958, Rio de Janeiro (RJ).

Anuário de imprensa, rádio & televisão, Empresa Jornalística PN S.A., 1958, Rio de Janeiro (RJ).

Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão, Empresa Jornalística PN S.A., 1958, Rio de Janeiro (RJ).

Correio da Manhã, sábado, 30 de outubro de 1954, Rio de Janeiro (RJ).

Correio do Estado, quinta-feira, 10 de março de 1955, Campo Grande (MT).

Correio do Estado, quinta-feira, 24 de fevereiro de 1955, Campo Grande (MT).

Correio do Estado, quinta-feira, 27 de maio de 1955, Campo Grande (MT).

Correio do Estado, sábado, 19 de fevereiro de 1955, Campo Grande (MT).

Correio do Estado, sábado, 7 de fevereiro de 2004, Campo Grande (MS).

Correio do Estado, sexta-feira, 27 de julho de 1956, Campo Grande (MT).

Folha da Manhã, domingo, 28 de março de 1954, São Paulo (SP).

Folha da Manhã, quarta-feira, 20 de maio de 1953, São Paulo (SP).

Folha da Manhã, quarta-feira, 24 de abril de 1953, São Paulo (SP).

Folha da Manhã, sábado, 4 de junho de 1955, São Paulo (SP).

Folha da Manhã, sexta-feira, 10 de janeiro de 1954, São Paulo (SP).

Folha de Manhã, sexta-feira, 22 de maio de 1953, São Paulo (SP).

Folha de Manhã, sexta-feira, 28 de janeiro de 1954, São Paulo (SP).

Folha de São Paulo, domingo, 28 de abril de 1968, São Paulo (SP).

Jornal A Batalha, domingo, 15 de setembro de 1940, Rio de Janeiro (RJ).

O Auxiliador da Indústria Nacional. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, n. 1, janeiro de 1881, Rio de Janeiro (RJ).

Revista *Brasil-Oeste*. Coleção completa, 123 edições (1956-1967). São Paulo: Brasil-Oeste Editôra Ltda.

Revista da Conferência dos religiosos do Brasil, 1º de fevereiro de 1956, ano II, nº 8.

Revista d'Oeste, ano 1, dezembro de 1948, Campo Grande (MT).

Revista d'Oeste, ano 2, janeiro de 1950, Campo Grande (MT).

Revista da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura. Ano 01, número 01, maio de 1907, Cuiabá (MT).

Revista Quatro Rodas, 1960, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira. “Amazônia: a filosofia dos grandes lagos”, nº 2, 5 de maio 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira. “Amazônia: dinheiro e desenvolvimento”, nº 4, 19 de maio 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira. “Amazônia: os caminhos da ocupação”, nº 3, 12 de maio 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira. “Sudeste: A disparada de São Paulo”. 4º Cad., 11 agosto de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira. “Sudeste: a técnica e o poder”. 1º Cad., 21 de julho de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira. “Guanabara, coração do Rio”. 2º Cad., 28 de julho de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira. “O Estado do Espírito Santo, Minas entre o ferro e o boi”. 3º Cad. 04 de agosto de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso, muita terra para pouca gente”, de 21 de abril de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Amazônia: a filosofia dos grandes lagos”, nº 2, de 5 de maio de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”, de 21 de abril de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso, muita terra para pouca gente”, de 21 de abril de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso, muita terra para pouca gente”, de 21 de abril de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso: novo pólo de atração”, de 21 de abril de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso: novo pólo de atração”, de 21 de abril de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Centro-Oeste, o vazio em ocupação”. “Mato Grosso: novo pólo de atração”, de 21 de abril de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Grande Sul: a força da terra”. 1º Cad., 18 de agosto de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Grande Sul: o futuro da tradição”. 2º Cad. Folha de S. Paulo. SP, 25 de agosto de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Nordeste: A forma de fazer a reforma”, nº 3. 9 de junho de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira “Nordeste: o pleno emprego do homem”. nº 4. 16 de junho de 1968, São Paulo (SP);

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira, “Nordeste: A hora das opções”. nº 1. 26 de maio de 1968, São Paulo (SP)

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira “Nordeste: a nova fronteira do Brasil”. 21 de agosto de 1966, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira “Nordeste: Os recursos da região”. nº 5. 23 de junho de 1968, São Paulo (SP).

Suplemento Especial da Folha de São Paulo, Série Realidade Brasileira “Nordeste: S. Francisco, Pão e Vinho”. nº 2. 26 de maio 1968, São Paulo (SP).

Fontes em formato de livro

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. 1. ed. São Paulo, sem editora.

_____. *Retrato de Mato Grosso*. 2. ed. São Paulo: Brasil-Oeste Editôra, 1960.

_____. *Retrato de Mato Grosso*. 3. ed. São Paulo: Brasil-Oeste Editôra, 1969.

MENDONÇA, Rubens. A história do jornalismo em Mato Grosso. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo-SP, Vol. CXLI, 1951.

MORTADA, Nelson. *Plano de industrialização regional*. Alguns aspectos da economia do Estado de Mato Grosso e seleção de polos de desenvolvimento, 1964, p. 31.

RUBIM, Flavio Rezende. *Reservas de Brasilidade*. São Paulo: Ed. Ilustrada, 1939.

SCHMIDT, Afonso. Nota explicativa para o livro “Rio da Solidão, 1957.

Demais fontes

Anotações anônimas do exemplar da 1ª. edição de *Retrato de Mato Grosso*.

Anuário Estatístico do Brasil (várias edições).

Ata da assembleia geral extraordinária realizada em 26 de dezembro de 1964, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXV, nº 67, sábado, 10 de abril de 1965, p. 109

Ata da assembleia geral extraordinária realizada em 30 de maio de 1970, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXX, nº 190, sexta-feira, 9 de outubro de 1970.

Ata da reunião da diretoria da empresa Murtinho Mendes Gonçalves S/A Indústria e Comércio publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXVIII, nº 145, sábado, 3 de agosto de 1968.

Ata nº 91, de 20 de setembro de 1961, fla. 4. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Carta de Pedro Valle a Fausto M. G. V. de Campos. Acervo da família Campos.

Decreto-Lei nº 5.812/43, de 13/9/1943.

Decreto-Lei nº 288, de 23 de Fevereiro de 1938.

Diário do Senado Federal, quarta-feira, 15 de outubro de 2008.

Diário Oficial da União. Quarta-feira, 29 de outubro de 1969.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXIX, nº 12, sexta-feira, 17 de janeiro de 1969.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano LXXIX, nº 94, quarta-feira, 9 de abril de 1969.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, terça-feira, 17 de maio de 1966. Requerimento nº P 182-66, assinado por Nazir Miguel, Agenor Mônaco e Geraldino dos Santos.

Documentação do acervo da família Campos.

Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso). Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Série Levantamentos e Análises, 1958.

FONSECA, José Gonçalves. Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de umas e outras minas. *Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XXIX. Rio de Janeiro: B.L. Garnier – Livreiro-editor, 1866.

Lei nº 1.806 de 06.01.1953.

NEVES, Ronaldo José et. al. Leitura de paisagens urbanas na região sudoeste matogrossense, na perspectiva do ensino de geografia. *Enciclopédia biosfera*, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, Nº16.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, João José Pedrosa à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01/11/1878.

Relatório da Ação Cível Ordinária n. 079.

Relatório da Comissão de Planejamento e Produção do Estado de Mato Grosso (CPP).

Sites acessados:

<http://bd.folha.uol.com.br/>

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

<http://usa.org.br/>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/>
<http://www.jornaloeste.com.br/?pg=artigo&ida=2019>
<http://www.stf.jus.br>
<http://www.sudam.gov.br/>
<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/>
<http://www.ihgms.com.br/>
<http://gsbwww.uchicago.edu/fac/john.cochrane/research/Papers/>
<http://www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira A. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Org.). *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- _____ (et al). *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. Verbetes: Alvarus de Oliveira; Genival Rabelo; PN – Publicidade e Negócios.
- AGUIRRE ROJAS, Antonio C. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Maringá: Eduem, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Petrópolis: Vozes, 2004;
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*, v. 8, n. 15. Rio de Janeiro, 1995, p. 148-149.
- ANTUNIASSI, M. H. R.; MORAES, Maria Isabela G. L. A revista Chácaras e Quintaes e a comunicação rural. *Cadernos CERU (USP)*, v. 16, p. 183-192, 2005;
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, situado à página 63 da edição Jorge Zahar Editora, 2002.
- ARAÚJO, Maria do Socorro S. *Territórios amazônicos e Araguaia mato-grossense: configurações de modernidade, políticas de ocupação e civilidade para os sertões*. Tese (Doutorado em História). IFCH-Unicamp, Campinas, 2013.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: UEL, 1997
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2007.
- BARROZO, João Carlos. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: _____. *Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.
- BARZOTTO, Valdir. *Leitura de propaganda de agrotóxicos. Contribuição aos estudos da ideologia da modernização*. Campinas, Unicamp, 1992. 107 f. Dissertação: Mestre em Linguístico.

- BASSETTO, Silvia. *Jornalismo impresso na era da internet*. Como funciona a redação do jornal Correio do Estado, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 105f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UNESP, Bauru, 2008.
- BENTVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Revista de História* (UFES), v. 24, p. 126-144, 2010.
- BERTAUD, Jean-Paul. Histoire de la presse et Révolution. *Annales historiques de la Révolution française*, n° 285, 1991. pp. 281-298, 1991.
- BIANCHINI, Odaléa C. Diniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000. 264.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. 5ª. edição. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.
- _____. *A economia das trocas linguísticas (o que falar quer dizer)*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) Apresentação. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 184-185.
- _____. The forms of capital. In: BROWN, Phillip. et. al (org.). *Education: Culture, Economy, and Society*. Oxford University Press, 1997.
- BRUYAS, Jean-Paul. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, Année 1987, Volume 49, Numéro 1, p. 188-190.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, EDUNESP, 1992;
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005;
- CALHÃO, Antonio Ernani P.; MORGADO, Eliane Maria O.; MORAES, Sibebe. *Imprensa periódica mato-grossense: 1847-1969*. Cuiabá: Ed. Universitária da UFMT, 1994
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: DE PAULA, Eurípides Simões (org.). *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, v. II, p. 225-39, 1971.
- CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana Regina de F. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Org.). *Representações*. Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000, p. 243-248.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Alfa-Omega, 1980.

- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CAPUTO, Ana Claudia; PEREIRA DE MELO, Hildete. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. *Est. econ*°, São Paulo, v. 39, n° 3, p. 513-538, julho-setembro 2009, p. 517.
- CARDOSO DE MELLO, José M.; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia M. *História da vida privada do Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 588.
- CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Cátedra. 1978;
- CASALECHI, Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo-SP: Contexto, 2002.
- CHAGAS, Wagner C. Ensaio acerca do discurso do jornal *Correio do Estado* sobre a gestão Pedro Pedrossian e as eleições de 1982 ao governo de Mato Grosso do Sul. *Comunicação e Mercado/UNIGRAN*, v. 1, p. 116-129, 2012.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____ (Org.) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 276. Os grifos são meus.
- CHATELAIN, Abel. Une orientation plus limitée : la géographie du jornal. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 10e année, N. 4, 1955. p. 554-558.
- CLARK, Carmen E. Agricultural Press. In: VAUGHN, Stephen L. (editor). *Encyclopedia of American Journalism*. New York, Taylor & Francis Group, LLC, 2008
- COCHRANE, John H. *Writing Tips for Ph. D. Students*. Graduate School of Business. University of Chicago, Acesso em 23 de fevereiro de 2016.
- CORRÊA, Ana Maria M. Prefácio. In: LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. A força da Nhecolândia parte I.
- CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 235-270, dez. 2007, p. 254.
- CUSTÓDIO, Regiane Cristina. Sorriso: “progresso” e desigualdade social. In: *VI Encontro nacional de pesquisadores do ensino de História*, 2003, LONDRINA. ENPEH. Londrina/PR. v. 1, p. 645.
- DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história, novas perspectivas*. São Paulo, Edunesp, 2011, p. 233.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 228.

DES HONS, André de Seguins. *Le Brésil, presse et histoire: 1930-1985* : Paris, Editions L'Harmattan, 1985

DIAS, João Castanho. *A imprensa rural no Brasil*. Histórias da agricultura e da propaganda agrícola. Ed. Barleus, 2011.

DOMINGOS, Gilson Lima. *Pantanal da Nhecolândia: história, memória e a construção da identidade*. Dissertação (Mestrado em História), UFMS, 2005, p. 16.

DOSSE, François. *A história*. Bauru SP: EDUSC, 2003; REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DUTRA E SILVA, Sandro. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília, p. 26. *Fronteiras: Revista Catarinense de História* [on-line], Florianópolis, n°23, p.21-36, 2014.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo-SP, EdUSP, 9ª. ed., 2001.

FERNANDES, Aldina C. *Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – Gleba Rio Ferro (1950-1960) – Mestrado (Dissertação em História), UFMT, 2004.*

FERNANDES, Mario L.; ANDRADE, Danusa. *O Correio do Estado e a divisão do Estado de Mato Grosso*. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, Ouro Preto-MG, 2013;

FERNÁNDEZ, Celso Almuñia. *Prensa e la opinión pública. La Prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería*. In. FERRER BENIMELI, José A. (coord.). *Masonería, política y sociedad*. Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española, Córdoba, p. 245-279, 1989

FERREIRA, Luzmara C. *O leitor de revistas: práticas de leitura contemporâneas inscritas em textos da mídia impressa*. In: Seminário brasileiro livro e história editorial, Niterói, 2009.

_____. *Prática de leitura: os limites instaurados pela materialidade do suporte de textos revista*.

FLORIDO, Antonio Carlos Simões. *Breve histórico dos Censos Agropecuários*. [S.l.]: [2001]. 33 p. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf.

FONSECA, André Dione; SALGUEIRO, Eduardo de Melo. *A noção de Representação após duas décadas de debates: a propósito do texto 'Defesa e ilustração da noção de Representação' de Roger Chartier*. Revista Eletrônica *Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 4, p. 27-46, 2013.

FRANCISCO, Kárita C. *O estudo do economês nos jornais "O Estado" e Correio do Estado de Mato Grosso do Sul*. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de Brasília, 2006.

GALETTI, Lylia. *Sertão, Fronteira, Brasil*. Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá-MT, EdUFMT/Entrelinhas, 2012.

- GARDIN, Cleonice, *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *Agrária* (São Paulo. Online), v. 12, p. 3-113, 2011.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força – história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GUIMARÃES, Alberto P. Complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.
- HARTOG, François. Tempo e história: “Como escrever história da França hoje?”. *Revista História Social*, n.3, p.127-154, 1996.
- HEINST, Andréia de Cássia. Memória e Pioneirismo: batalhas de narrativas em uma área de ocupação recente em Mato Grosso. *História, Imagem e Narrativas*, v. 05, p. 01-15, 2007.
- HEINZ, Flavio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flavio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- DOMINGUES, Heloísa Bertol. *Ciência: um caso de política*. Tese (Doutorado) – Departamento de História, São Paulo, USP, 1995.
- HENRIQUES, Amilson B. *A cultura rotineira e a lavoura racional: proposições na Revista Agrícola (São Paulo, 1895-1907)*, Dissertação (Mestrado em História), UNESP, 2010.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002
- KAYSER, Jacques. La presse et l’information : programme général de recherches. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, 1955, vol. 10, n. 4, p. 547-553.
- KIRCHER, Mirta. La prensa escrita: actor social y político, espacio de producción cultural y fuente de información histórica. *Revista de História*, n. 10, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC/RJ, 2006.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os Anos 30*. Campinas, Ed.Unicamp, 1986.
- _____. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, nº 12, p. 47-64. 1986.
- LENOBLE-BART, Annie. André-Jean. Tudesq: a pioneer of the study of the media in French-speaking Africa. *Ecquid Novi: African Journalism Studies*. Vol. 33, Issue 3, pp 93-97, 2012.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.

LOPES, Janete Leige. *Avaliação do processo de convergência da produtividade da terra na agricultura brasileira no período de 1960 a 2001*. 2004. Piracicaba, ESALQ/USP, Escola Superior da Agricultura Luiz de Queiroz, 2004. 193 f. Tese: Doutorado em Economia Aplicada.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania R. de; MARTINS, Ana Luíza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149.

_____. As revistas de cultura durante o estado novo: problemas e perspectivas. In: *IV Encontro Nacional de História da Mídia. A luta pela liberdade de imprensa - revisão crítica dos 300 anos de censura*, 2006, São Luis do Maranhão/MA. Anais do 4o Encontro Nacional de História da Mídia. São Luis/MA: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. v. 1. p. 1-13.

_____. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

_____. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. Ed. Unesp, 1998.

_____. Um repertório do Brasil: tradição e inovação na Revista Nova. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 97-107, jul.-dez. 2006.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luíza. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: _____. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCENA, Romina Batista; SOUZA, Nali de Jesus. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. *Ind. Econ^o Fee*, Porto Alegre, v. 29, n^o 2, p. 180-200, ago, 2001.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. *25^a Reunião Brasileira de Antropologia*, 2006.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, v.40, n. 2, São Paulo, 1997.

MARTI, Donald B. Agricultural journalism and the diffusion of knowledge: the first half-century in America. *Agricultural History*, vol. 54, n. 1, p. 28-37, 1980.

MARTINI, Silvia Rosana Modena; COSTA, Emerson Luís Marques da. A formação da sociedade de consumo nos anos 1950. In: *I CONPUESP - Congresso dos Profissionais das Universidades Estaduais de São Paulo*, 2011, São Paulo, SP.

MARTINS Ana Luíza (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008

- _____. "Chácara e Quintais revisitada". In: *95 anos. Edição Histórica - Gessulli Agribusiness. As grandes marcas que construíram o agronegócio brasileiro*. São Paulo: Editora Gessuli, 2004.
- _____. "No País Agrícola, revistas *agronômicas*". In: MARTINS, Ana Luiza, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República. 1890-1922*. São Paulo: EDUSP/FAPES/IMESP, 2001.
- _____. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, 22 (1): 59-79, 2003.
- _____. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 26-27. Os grifos são meus.
- MARTINS, Luis Carlos Passos. *A grande imprensa liberal da Capital Federal (RJ) e a política econômica e social do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese (Doutorado) 360f. PUCRS, Porto Alegre, 2010.
- MASSIGNON, Louis. L'étude de la presse musulmane et la valeur de ce témoignage Social. *Annales d'histoire économique et sociale*. 2e année, N. 7, 1930. p. 321-327.
- MEIRA, Roberta B., *A quimera da modernização: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e fluminense (1875-1926)*. Tese (Doutorado em História), FFCLH, São Paulo-SP, 2012, p. 358-359.
- MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla – 1892-1992*, Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, USP, v. 15, n°43, p. 83-100, 2001.
- NOVIS NEVES, Maria Manuela Renha de. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*, 1988.
- PALMA FILHO, João C. O ensino da escrita: análise de três livros didáticos da década de 1940. *Work. pap. linguíst.*, 13(2): 01-36, Florianópolis, jul.set,2012.
- PAVÃO, Eugênio da Silva. *Formação, Estrutura e dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da Economia Brasileira*. Florianópolis, UFSC, Centro SócioEconômico, 2005. 239 f. Dissertação: Mestre em Economia Industrial.
- PEREIRA, Aline Andrade. Imprensa e Primeira Guerra Mundial. Objetividade e neutralidade nas páginas dos periódicos da época. In: *XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2012, Fortaleza, 2012.
- PÓVOAS, Lenine C. *Mato Grosso, um convite à fortuna*. Guavira Editores, 1977.

PURCELL JR., Edward A. *Crisis of democratic theory: scientific naturalism & the problem of value*. Kentucky, Editorial and Sales Offices: The University Press of Kentucky, 1973.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó . A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. In: Primeiro encontro de pós-doutores do PPGH/UFF, 2010, Niterói. Anais do I e do II encontro de pós-doutores do PPGH/UFF. Org. por Carolina Dantas e Martha Abreu.. Niterói: PPGHistória/UFF, 2010. p. 1-19.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. 'Caminhos e fronteiras': vias de transporte no extremo oeste do Brasil. In: _____; GOULARTI FILHO, Alcides.. (Org.). Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil. 1ed.Dourados: Ed. UFGD, 2011, v. 1, p. 99-138.

_____. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Territórios e Fronteiras* (Online), v. 8, p. 204-228, 2015.

_____. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX), p. 59. In: LAMOSO, Lisandra Pereira. (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2008, p. 15-75.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional, *Terra Brasilis [Online]*, 6, 2004, p. 3.

RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

_____., Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos - CPDOC/FGV*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003, p. 148-155.

RIBEIRO, Lavina M. Imprensa e Esfera Pública no Jornalismo Brasileiro. *Comunicação & Sociedade*, UMEESP -SP, v. 1, n. ano 25, p. 97-114, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. “O maior projeto em prol de Mato Grosso”: uma análise da revista Brasil-Oeste (1956-1967). 2011. 183f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH (Universidade Federal da Grande Dourados), Dourados.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. *A “Revista Agrícola, órgão da sociedade sergipana de Agricultura” e a estratégia da produção e organização do campo em Sergipe, 1905-1908: “por em commum as ‘luzes’ e experiências”*. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: Sergipe, Universidade Federal do Sergipe, 2012.

- SHUDSON, Michael. *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*, 1978.
- _____. The objectivity norm in American journalism. *Journalism*, Vol. 2, N. 2, p. 149-170, 2001.
- SCHWENGBER, Isabela F. Aspectos históricos do jornal *Correio do Estado*. In: *VI Congresso Nacional de História da Mídia*, 2008, Niterói.
- _____. *Quando o MST é notícia*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008;
- _____. Representações do MST no jornal *Correio do Estado*. In: *XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005.
- SILVA, Carlos Lins da, *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo-SP, Summus Editorial, 1990.
- SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que lhe parece*. 1979. Dissertação (Mestrado) Instituto de ciências humanas e filosofia, UFF, Niterói, 1979.
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA LIMA, Silvio C. de. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), FIOCRUZ, 2005.
- STORY, Emily Fay. *Constructing development: Brasília and the making of modern Brazil*. 2006, 168f. *Thesis (Ph. D. in History) – Vanderbilt University*.
- STRECKFUSS, Richard, Objectivity in Journalism: a search and a reassessment. *Journalism Quarterly*, Vol. 67, n. 4, p. 973-983, 1990.
- TEMPERINI, Rosana Soares de Lima. *O sertão vai virar campo: análise de um periódico agrícola (1930-1937)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2003.
- TUDESQ, André-Jean. Média et monde agricole depuis 1945. *Économie rurale*. n°184-186, 1988.
- VALVERDE, Orlando. Prefácio. In: VIEIRA, Célia G. *As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica* : vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, Vol. V.
- VASCONCELOS, Cláudio. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. 1986. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis.

VIANA, Hélio. *História da imprensa no Brasil (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

WELTMAN, Wanda Latmann. *A educação do Jeca: ciência, divulgação científica e agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2008.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

ZULETA, Maria Cecília. La prensa agrícola del porfiriato como fuente para la historia económica. (Ensayo de fuentes), *Signos Históricos*, V. 1, p. 59-68, 1991.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 19 de março de 2016.

Eduardo de Melo Salgueiro